

Coleção Investigação | Artes e Humanidades



UMinho Editora

Estudos sobre Almeida Garrett

Ideário e percursos

Fernando Augusto Machado



Fernando Augusto Machado é natural de Mogadouro (Trás-os-Montes).

Licenciado em Filosofia pela universidade de Coimbra, obteve o grau de Mestre em Educação, na área de Filosofia da Educação, e o de Doutor em Filosofia, no domínio da História da Filosofia e Cultura Portuguesa, na universidade do Minho.

A sua atividade profissional esteve, numa primeira fase, projetada para a formação inicial e contínua de professores (Magistério Primário, Escola Superior de Educação e Orientação Pedagógica); posteriormente exerceu docência e investigação na universidade do Minho (Departamento de Filosofia e Cultura do Instituto de Letras e Ciências Humanas). No decurso de ambas as situações publicou várias obras, algumas das quais sob patrocínio do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura e do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, e outros escritos disseminados por revistas, enciclopédias, dicionários, obras coletivas e outros meios, em Portugal no estrangeiro. Os principais interesses investigacionais que ultimamente o têm movido têm que ver com a filosofia do século XVIII, a história das ideias em Portugal e a cultura portuguesa.



Investigação
Artes e Humanidades

UMinho Editora

AUTOR

Fernando Augusto Machado

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Manuela Martins

DESIGN E CAPA
Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO
Carlos Sousa | Talento & Tradição

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS PapelMunde

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2023

DEPÓSITO LEGAL N° 528324/24

ISBN 978-989-9074-09-5

eISBN 978-989-9074-10-1

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.124>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Estudos sobre Almeida Garrett

Ideário e percursos

Fernando Augusto Machado

Nota de apresentação	7
DA MODERNIDADE	9
Modernidade portuguesa na senda de Garrett	11
DA POLÍTICA	29
I – Garrett e a revolução liberal: pedagogia, doutrinação e ação	31
II – Portugal na «balança da europa»: das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett	105
DA EDUCAÇÃO	139
Ideário educacional em Almeida Garrett: em torno do tratado <i>Da Educação</i>	141
DA RELIGIÃO	193
Garrett e a religião	195
DO GÊNERO	229
Garrett e as mulheres: poesia, paixão e pecados	231
Referências bibliográficas	257
Índice onomástico	271

Nota de apresentação

Por razões várias que a história consagra, é incontroverso afirmar que Almeida Garrett (1799-1854) ocupa um lugar inquestionável no friso central da galeria das figuras mais ilustres de Portugal. A par, não é menos consensual dar por certo que a alta representação que o seu nome atingiu, reservando-lhe foros de símbolo no imaginário nacional, para usar doutrina de Eduardo Lourenço, se firmou quase em absoluto no prodigioso nível que alcançou no domínio estético-literário. Poeta maior do amor e da liberdade, Garrett estendeu o seu génio a todos os modos literários que usou, nomeadamente como romancista e dramaturgo. Ele foi uma literatura inteira, desabafou um dia Rebelo da Silva perante a grandeza da sua criação.

Todavia, este seu engenho superior estendeu-se muito para além do mero culto da língua. Formação, temperamento e circunstâncias múltiplas fizeram fundir a sua, com a história pátria, tornando-se, desde muito cedo, um fogoso e intrépido lutador da liberdade contra a tirania reinante, um seu entusiasta defensor a partir da vitoriosa revolução liberal de 1820, um sofrido mas ativo exilado contra o absolutismo e a usurpação miguelista, um crítico, empenhado e sistemático combatente contra os desvios liberais, um oportuno e porfiado construtor de mentalidades enquadradas num ideário de princípios e valores da modernidade mais avançada das Luzes que a realidade transpirenaica já sulcava. Ora, esta última realidade de vida e este ideário têm sido e continuam em parte a ser vetores de penumbra, quer por ofuscação do fulgurante brilho do literato que chama naturalmente a preferência dos seus estudiosos, quer, durante um longo período, por escamoteamento ideológico e político. Eis uma das principais razões que me fizeram acompanhar Garrett nessas vertentes durante uma parte significativa do meu percurso investigacional e académico. A satisfação que no longínquo tempo dos primeiros contactos que tive com o autor se me perfilou de poder contribuir para o clareamento de tais penumbras, depressa foi potenciada ao afigurar-se-me com clareza o vasto campo que se me abria para arrotear, condições que comprazem um qualquer investigador. A estas razões, uma outra de mais puro teor epistemológico se me perspetivou: a

fácil convicção da impossibilidade de desenvolver uma hermenêutica cabal do literato sem ter em conta quadros significativos do seu *ideário* e *percursos*. A justeza de tal convicção foi amiudadas vezes testada em encontros científicos com professores e especialistas de literatura e de Garrett.

Esta publicação tem, então, como principais finalidades, antes de mais, contribuir para a iluminação das persistentes sombras de pensamento, vida e ação deste multifacetado vulto da nossa história; em segundo lugar, facilitar caminhos de curiosidade, saber, hermenêutica e interesses investigacionais. Reunir num livro alguns estudos dispersos sobre os principais vetores do pensamento, obra e ação do autor facilitará a consecução de tais finalidades. *Modernidade, política, educação, religião e género* foram os vetores escolhidos, já que pensamos serem os que melhor espelham o seu ideário e percursos.

A economia de espaço determinou que cada um desses vetores fosse ilustrado com apenas um texto, à exceção do vetor político que contemplará dois.

Espero que a fortuna das intenções do livro não desmereça em demasia os avultados méritos do autor tratado.

Abril de 2023

Da modernidade

Modernidade portuguesa na senda de Garrett*

É longa a história da construção da modernidade europeia. Basta mergulhar um pouco na génese da construção dos conceitos e instrumentos que permitiram a consagração tendencialmente consensual de Galileu e Descartes como marcos da descontinuidade inauguradora do pensamento moderno, para descortinarmos raízes que beberam matéria e métodos em fecundos terrenos, identificados ou anónimos, antes cultivados.

Dessa pré-história da modernidade cultural, científica e filosófica que mudou mentalidades e condições de civilização e progresso, e que foi importante critério de bem-estar e de felicidade individual e dos povos, fez parte Portugal. Em obra póstuma, feita com meticulosidade e rigor, Barradas de Carvalho (1981) apresenta um estudo comprovativo desta participação portuguesa, aplicado à matematização do real e à experiência científica e experimentação, esteios fundamentais das teorias científicas e filosóficas daqueles dois e outros sábios pensadores. Mas na circunstância, bastar-nos-á evocar os nomes de Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, Garcia da Orta, D. João de Castro, do próprio Camões quando dá prevalência inquestionável à observação e à experiência e evoca os “sábios da escritura” sobre “que segredos são estes da natura”. De certa forma podemos dizer que esta é a época da nossa história em que a expressão *Filosofia e Pensamento Científico Português* não era controversa como se tornou depois em contra-posição com estoura de *Filosofia e Pensamento Científico em Portugal*, mais miserabilista mas eventualmente mais realista¹.

Garrett não deixará também de alardear a então subida posição do país, descrevendo a nossa capital como ponto de encontro e busca de saber dos sábios da Europa, não se inibindo mesmo em falar dos *nostros filósofos*:

* Publicado originalmente na revista *Forum* (26, jul-dez 1999, pp. 3-25), aqui com algumas modificações e adaptações.

1 Remetemos esta controversa problemática para a pertinente e curiosa reflexão de Eduardo Lourenço (2000, pp. 67–79) sobre o tema «Repensar Portugal», onde problematiza o famigerado movimento da célebre «filosofia portuguesa» (p. 71). É também curioso que a reflexão se desenvolva à sombra de uma epígrafe garrettiana extraída de um discurso parlamentar de 9 de outubro de 1837 do nosso famoso tribuno.

"... éramos nós nessa gloriosa época a mais instruída nação do universo; os sábios da Europa vinham a Lisboa aprender de nossas descobertas, e conversar com nossos viajantes, matemáticos, e filósofos para se instruírem" (Garrett [G.], 1991, p.112)². Assim se exprimia o nosso autor em nota ao *Da Europa e da América e de sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade* (1826).

A partir desta época fecunda, circunstâncias internas e externas determinaram um progressivo e brutal descompasso entre a nossa realidade e a realidade europeia, descompasso que teimou em persistir e cuja diluição tem sido lenta, penosa e tergiversante. Como sabemos, a *Inquisição* e a *cen-sura* foram dois dos obstáculos de mais largo espectro e de mais fundas consequências, seguramente os mais notados e ironizados no estrangeiro. Voltaire, por exemplo, cujas obras estão cheias de referências a Portugal, não deixaria escapar o mote ao adivinhar Newton vestido de um *San Benito* a caminho da fogueira se tivesse nascido em Portugal! Mas muitos outros que tiveram oportunidade de por cá andar, retrataram e caracterizaram a nossa indigência cultural e civilizacional desse período em que floresciam as Luzes e a inovação pelas suas terras. Lembramos Bourgoing, Goudar, Dalrymple, o Conde d'Albon, Dumouriez, Link, Stevens, Carrère, Carl Ruders e vários outros, alguns dos quais não quiseram fornecer a sua identidade.

Este mesmo descompasso foi também, e com acrescida emoção, desabafado e denunciado por muitos intelectuais da nossa terra, vivendo cá ou fora, muitos por infortúnio persecutório, mas sempre incomodados com a flagrante e quase excecional situação que constituíamos na circunstância europeia. Assim foi, por exemplo, e bem cedo, com o pertinaz, humanista e superior literato Padre António Vieira que publicitaria, pesaroso mas convicto do seu efetivo conteúdo, o epíteto com que no exterior nos costumavam classificar de *cafres da Europa*; com o Conselheiro real de D. Pedro II e D. João V, o culto e prestigiado embaixador nas mais importantes cortes europeias, D. Luís da Cunha, que no seu *Testamento Político* traçou um quadro bem realista desta degradante ambiência nacional; com Melo Franco quando classifica a nossa Universidade, no célebre poema que correu manuscrito e constituiu *top* de difusão e leitura na instituição em causa, de *Reino da Estupidez*, título da própria peça; com o erudito autor da *Recreação Filosófica*, um dos mais divulgados em toda a Península Ibérica, Teodoro de Almeida, quando orava em julho de 1780, na abertura do mais importante alforge de produção cultural que tínhamos, a Academia das Ciências de

² A partir de agora, a primeira letra [G.] substituirá o nome do autor nas referências de citação.

Lisboa, exprimindo a sua mágoa, indignação mas também esperança, contra o ferrete dessas humilhantes representações:

Que admirados ficareis, senhores, se soubésseis quão vil é o conceito, que muitos fazem injustamente de nós! Quando lá fora casualmente aparece algum português de engenho medíocre, admirados se espantam como de fenómeno raro; E como assim? (dizem) de Portugal? do centro da ignorância? (...) Ouvindo estes injustos opprobrios, os olhos se me fechavam com peijo, emudecia a língua, e a face se me cobria de confusão (Almeida, 1780, p. 98).

O quadro era tão pungente, que até um famoso, se bem que anónimo Censor Pombalino chegou a aconselhar com veemência o Patrono da *Real Mesa Censória* contra a nossa clamorosa ignorância e o fanatismo inquisitorial que tanto degradavam a imagem de Portugal, o que não deixou de sensibilizar, diga-se, este ministro de D. José. Depois temos Verney, Garrett, Antero de Quental, e tantos queixosos e vítimas da situação. O foragido e respeitado poeta Filinto Elísio retratava primorosa e ironicamente o quadro, relevando o contraste entre a forte crença religiosa do nosso povo, e a crassa ignorância que a servia. Eis a paradigmática oração que reflete este estado, e que ele põe na boca de um qualquer fervoroso crente: "Bendita seja a Santa Trindade // Irmã de Nossa Senhora" (Elísio, (1817-1819), vol. VI, p. 546)!

Nesta leitura de país adiado, não poderíamos deixar de fazer referência a Ribeiro Sanches (1699-1783), este insigne ilustrado de Penamacor e um dos maiores representantes do que melhor se fez na e pela cultura portuguesa, único português que também serviu o saber da *Encyclopédie* com um artigo sobre as doenças venéreas, uma das suas especialidades profissionais, para o lembrar e render-lhe pública homenagem, neste ano de celebração do terceiro centenário do seu nascimento. Em *Difículdades que tem um Reyno velho para emendar-se*, apelidará o Portugal dessa época, de *Reino cadaveroso* e *Reino Velho* "instituído com as leis do fanatismo, com as leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súbditos", que é como quem diz, e fazemos jus ao critério político-jurídico da classificação, país religiosamente fanático e politicamente despótico (Sanches, 1980, pp. 75-76).

Amiúde confirmará Garrett este quadro. Já longe no tempo, e com a bandeira liberal há muito desfraldada, retratará a nossa porfiada persistência numa espécie de impermeabilização às Luzes criada por hábitos viciosos e impostos: "A corrupção e a ignorância é a herança de um povo servo por

muitos anos. Portugal está neste caso". Escrevia o desabafo em 1840 (G., 1966, vol. I, p. 1228).

A quase totalidade dos discursos de análise das ortodoxias tradicionalistas europeia e nacional, bem como a convicção mais arreigada e expressa dos pensadores heterodoxos das Luzes e tempos subsequentes, afixam a importância decisiva do vetor intelectual na determinação da natureza e da eclosão das situações e das mudanças nas sociedades. Este vetor determinaria em grande escala o reino da *opinião* que governa o mundo, como era lema dos enciclopedistas franceses, e projetaria diretamente a sua ação e efeitos da sua inovação e criação para eventuais revoluções se necessárias, e sempre para o progresso e civilização dos Povos. Esta foi a maioria das leituras sobre a gênese e o carácter da Revolução Francesa e da nossa Revolução liberal, e assim se compreende também a veiculação generalizada do princípio fundamental da ilustração que identifica *tiranía e infelicidade* dos Povos com a *ignorância* destes, e *liberdade e desenvolvimento* nos diversos níveis, com *ilustração*. No caso português, basta passar em revista a imprensa periódica anterior ao vintismo, vocacionada para fazer a pedagogia para a revolução, ou a do vintismo na sua generalidade que fez a pedagogia da revolução, para aceitar sem reserva a força desta convicção. Foi, aliás, pressuposto que não passou despercebido ao autor em que se centra esta nossa reflexão: "Os livros e as doutrinas governam o mundo", diz no n.º 1 do seu periódico *O Chronista* (4-10 de março de 1827), explicando aí deste modo singular a nossa revolução liberal: "A civilização cresceu, o povo andou, e o governo ficou estacionário".

Com base neste mesmo pressuposto e no conhecimento da realidade portuguesa do século XVIII e do século XIX até ao vintismo, caracterizada por um esforçado isolacionismo e por um porfiado e repressivo combate contra as Luzes e os seus valores, é fácil entender como António Sérgio leu a questão num escrito que foi conferência proferida em Coimbra, em 1926, cujo título foi precisamente inspirado no escrito do famoso médico Ribeiro Sanches a que antes nos referimos. Chama-se o escrito de Sérgio "Reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal". Diz o ensaísta:

O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico do Portugal Moderno, e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa. Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade dos povos cultos; então, pode-se dizer que ele está na

Europa, e a muitos respeitos na vanguarda dela; mas depois... Depois, desde essa data, o facho apaga-se; e o que se vê posteriormente é o estacar (o cair de golpe) desse Portugal do Renascimento. O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que se não cumpriu. (...) Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra - se bem que brilhasse por vezes em alguns portugueses excepcionais... (Sérgio, 1977, p. 27)³.

Nesta excepcionalidade caberia o grande Almeida Garrett que há 200 anos nascia (1799) para se tornar numa das referências mais notadas da história da literatura, da educação, da cultura e da política do nosso país. Hernani Cidade (1985) colocá-lo-á na abertura da galeria de mestres que fizeram a Revolução Cultural em Portugal. Invejado, combatido, perseguido e muitas vezes desvirtuado, como são quase sempre os grandes vultos da história e da cultura, ele é uma nacionalidade que ressuscita, uma literatura mais que um escritor, uma época mais que um simples poeta, um génio que só encontra paralelo em Camões, um gigante na literatura e na eloquência, um político com uma estatura invulgar, o maior inovador mental do seu tempo, expressões eventualmente empoladas mas com fundo certo que saem das bocas e das penas de António Pedro Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Alexandre Herculano, Gomes de Amorim, Augusto da Costa Dias, Feliciano Ramos, respetivamente, e que encontram paralelo nas de outros como Eduardo Lourenço, Joel Serrão, Alberto Ferreira, João Gaspar Simões, Jacinto do Prado Coelho, Manuel Mendes, Barradas de Carvalho, Teófilo Braga e uma plêiada de outros estudiosos da contemporaneidade e estrangeiros ilustres seus coevos⁴. A vida, a obra e o ideário do autor, dão razões de sobra para tal distinção.

Como sabemos, as Luzes foram um palco de vivos e até violentos combates entre o velho e o novo, o tradicionalismo e a modernidade. Foi um amplo e abrangente movimento que mudou profundamente o seu presente e que cavou, indelevelmente, no tempo do futuro. Hoje permanecemos, em significativa escala, envoltos na ambiência que caracterizou aquele

³ Este é um tema recorrente também entre os autores portugueses contemporâneos. Lembramos, a título de exemplo, a análise que abre o livro atrás referido de Eduardo Lourenço (2000, pp. 23-66), intitulada "Psicanálise mítica do destino português".

⁴ Já o representante da Bélgica em Portugal, Charles Serruys, informava o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Mérode, aquando da partida de João Baptista para aquele país como Encarregado de Negócios e Cônsul, de que este seria o melhor poeta do tempo; a mesma ideia exprimiu o ministro belga na nossa corte, em 8 de março de 1852, quando informou o seu ministro da tutela sobre o perfil do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros Português: o primeiro entre os poetas contemporâneos e um orador muito afamado (Lima, 1932, pp. 17 e 80).

movimento e somos produtos dos seus desenvolvimentos, bons e maus, ou não fosse o iluminismo, como Cassirer, Gurdorf e outros estudiosos apontam, sobretudo um método, mais que um conteúdo. Newton polarizará muitas das potencialidades da mudança, pelo seu avassalador paradigma epistemológico de inteligibilidade gerador de tendências monistas. A *Natureza* e a *Razão*, assumidas na sua condição de imanência, e tornadas campo e instrumento de um ser humano deste e para este Mundo, geraram condições, realidades e conseqüências de alcance estrutural e estruturante para as mundividências e os padrões de vida vindouros. Novos conceitos, novos saberes, novos valores, novas vidas, novas sociedades se perspetivaram e se foram realizando sob o signo de uma ousada recusa da transcendência e de uma progressiva dispensa gnosiológica do divino – Gurdorf (1972, p. 49) falará mesmo e repetidamente em «morte» de Deus – que um novo homem dominador, agora capaz de prever e prover, foi substituindo, dessacralizando os antigos referenciais e laicizando a sociedade e as instituições com vista a construir, ainda neste mundo, a felicidade individual e dos Povos. As mediações divinizadas entre o céu e a terra – Igreja e Soberano – foram postos em causa na sua forma e exercício. A sua ação conjugada, assente numa autoridade incontestável porque sagrada, foi alvo privilegiado de contestação ou até mesmo de repúdio. Os absolutismos despóticos, fosse qual fosse a sua natureza e campo, não colheram, então, no iluminismo, frutos fáceis, mesmo quando a lei e a repressão o tentaram, como foi o nosso caso. Ilustração, progresso, civilização, humanidade, filantropia, tolerância, revolução, educação, liberdade, igualdade... são termos da nova linguagem tradutora dos novos valores que constituíram a base da esperança de uma diferente e melhor humanidade. A sua pertinência permanece com uma atualidade flagrante.

Pois bem: é nosso crer sustentado que João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, de seu nome definitivo, foi quem melhor, mais ousada, persistente e sistematicamente deu desenvolvimento, no quadro da circunstância portuguesa, aos ecos, realidades e esperanças que essa que foi a mais fecunda forja da modernidade europeia, o iluminismo, proporcionou⁵. A sua invulgar versatilidade e cultura e o seu génio permitiram-lhe uma abrangência de uso e de difusão única daqueles referenciais na história da nossa modernidade e da intelectualidade em geral. Fê-lo enquanto romancista, poeta, dramaturgo (autor e ator), jornalista, pedagogo, etnógrafo,

⁵ Cf. Ofélia Monteiro (1999) e Jacinto do Prado Coelho (1954, 1954-1 e n.d.). Cada um releva, a seu modo, os propósitos cívicos e pedagógicos do ideário do autor de *Camões* e *D. Branca* no exercício literário do romantismo.

parlamentar, diplomata, par do reino, ministro, soldado combatente, jurista e reformador social, além de preso e exilado, condições que também foram nele, além de circunstâncias marcantes de vida e pensamento, modos de intervir. A condição de exilado e as línguas que cedo dominou: latim, grego, espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, além da materna que tão primorosamente usou, colocaram-no em posição privilegiada de assimilação e vivência dessas novas realidades e valores que a restante europa transpirenaica experimentava. Com eles se ornerà, destituindo os velhos ídolos para ajudar a construir ativamente a pátria do futuro, ilustrada, livre e mais feliz.

Durante muito tempo, assistimos àquilo que costumamos designar como imperialismo literário em Almeida Garrett em que este vetor mereceu quase exclusivamente a atenção de um tratamento e uso razoavelmente compatíveis com o merecimento do autor. Ficaram, por isso, em longa obscuridade, por circunstâncias de inconveniência política e outras, vertentes fundamentais e estruturantes da sua vida e obra sem as quais têm ficado inquestionavelmente prejudicadas a compreensão e a interpretação do autor no seu todo, incluindo mesmo a vertente literária, quer na dimensão estética quer conteudista. Referimo-nos sobretudo aos campos da política, da religião, da educação e das reformas sociais, cuja importância e fecundidade foram de tal ordem que só intencionalidades ideologicamente fortes e interesseiras puderam condicionar ou até eliminar, como aconteceu.

Tivemos já ocasião de tematizar o vetor educacional. Lembramos apenas que os seus projetos, ideário e até ação nesta área foram os mais importantes e representativos do contexto liberal, cabendo-lhe, também, o grande mérito de ter introduzido em Portugal o pensamento daquele que foi o pai da pedagogia moderna e inspirador de muitos dos sistemas educativos da época e atuais: Rousseau (cf. Machado, 1993). Assim sendo, daremos agora mais proeminente atenção aos outros vetores, principalmente ao político, o mais potenciador e substantivo dos que permanecem na sombra⁶, quer em termos de obra, quer de vida.

"Poucas vezes entre nós", diz João Gaspar Simões (1954, p. 23), "um escritor acertou tão bem o seu próprio passo pelo passo do seu tempo". É constatação que serviu já de critério a Teófilo Braga para organizar uma excelente biobibliografia – "Garrett e a sua obra" – que serve de abertura à Grande Edição Popular das *Obras Completas* do autor, em 1904, e que tem sido

⁶ Não podemos deixar de assinalar e enaltecer aqui a ação organizacional e analítica de Augusto da Costa Dias, o mais importante e esforçado garrettiano nesta área.

frequentemente reafirmada por muitos estudiosos do autor. Assim foi, de facto. A sua vida e obra apresentam uma sincronia impressionante com a história da pátria, protagonizando a par e passo o polo da inovação e da modernidade, congratulando-se, censurando, combatendo, organizando, reformando, projetando o futuro do país que tergiversava em vicissitudes de variância acelerada e contraditória. Em todos estes campos brilhará a sua genialidade, em divergência com outros que se tornaram notados porque porfiavam em arrastar consigo um tempo que permanecia quieto e à revelia do que a pátria aspirava ou já vivia. Aliás, o próprio reconhece no "A quem ler" este paralelismo, esta quase identidade entre o seu percurso individual e o percurso histórico da pátria. É uma situação que tem as primeiras raízes em vivências anteriores ao vintismo, aqui em clara marginalidade relativamente à política oficial, seguindo na circunstância o compasso da Europa mais desinibida e de outros companheiros militantes na heterodoxia. Na verdade, tendo como convicção, repetidamente afirmada, que a *liberdade* era a grande conquista da sociedade moderna, cedo se tornou o seu arauto e o seu Alceu, título que a si próprio repetidamente se atribuiu, mais cedo, aliás, do que o fazem pressupor algumas referências suas mais tardias, a este propósito. Diz em 1853, referindo-se ao furor da sua juventude: "Alceu imberbe [...] levanta-se com a revolução, destitui todos os ídolos velhos, e não canta senão hinos à Liberdade" (G., 1966, vol. I, p. 1662). Neste mesmo texto se considerará como "irreconciliável inimigo dos déspotas". Em tempo mais recuado, na *Autobiografia* escrita em 1843, revelava também, em concordância: "Veio o ano de 1820, e com ele a memorável revolução de 24 de agosto. A palavra Liberdade retiniu no coração do moço escritor [...]. Desde esse momento o poeta entrou na questão política" (id., 1905, vol. XXVIII, pp. 114-115). Repare-se, todavia, que três anos antes da revolução e com a idade de 18, escrevera já o revoltado soneto, *O Campo de Sant'Ana*, que consagrou à violenta morte por enforcamento do revoltoso combatente da Liberdade Gomes Freire de Andrade com outros companheiros. Como se sabe, este foi incinerado e as suas «malditas» cinzas foram lançadas ao vento e ao mar para evitar mitificações ou reações de homenagem popular. Inclinado inicialmente a fazer uma proclamação de indignidade ao país por este acontecimento, o poeta ainda imberbe destilará a sua mágoa e raiva no conhecido soneto "O Campo de Sant'Ana".

Esta revolta permanecerá e será lembrada, tendo certamente sido decisiva na resolução de fundar uma sociedade secreta com alguns companheiros da universidade. Aliás, são hoje por vários estudiosos aduzidos argumentos sobre a sua provável pertença à Maçonaria e ligações ao Sinédrio.

A entrada prematura nos campos da heterodoxia política depreende-se igualmente da conhecida revelação que nos faz no *Prólogo* à 2.^a edição de *D. Branca*, quando afirma que o entusiasmo da revolução de 20 o apanhou em flagrante, rodeado de enciclopedistas, de Rousseaus e de Voltaires. Por isso, os caminhos da heresia política não lhe ficaram abertos apenas com a revolução. As suas opções já tinham pressupostos formados quando a liberdade vintista permitiu a sua pública expressão. Foram opções precoces, conscientes e alicerçadas. Aliás, Rousseau, sobretudo através do *Discurso sobre os fundamentos da desigualdade*, do *Emílio* e do *Contrato social*, tem uma presença muito vasta em toda a sua obra, mesmo nas pérolas da sua criação literária, poética ou de prosa, incluindo as *Viagens*⁷. Mas a influência dos autores revolucionários franceses em algumas peças anteriores ao vintismo e nos escritos que o seguiram de imediato, como no caso do importante opúsculo *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821) onde exhibe os inspiradores Rousseau, Mably, Volney e Condorcet para provar a legitimidade da nossa revolução, permitem-nos concluir que o menino que partira com 10 anos para os Açores por cautela familiar face às Invasões francesas, regressava adolescente com 17 anos ao Continente para se matricular em Coimbra já cheio de sementes de inconformismo e revolta de cariz revolucionário que logo germinariam em pleno, tornando-se legitimamente o líder da Academia de Coimbra, onde fervilhava uma ambiência carregada de referenciais importados da França. O nosso poeta teria aproveitado a biblioteca recheada e muito atualizada do tio Frei Alexandre da Sagrada Família para pôr em dia leituras de obras perigosas que não eram raras na biblioteca deste. A par, teriam sido também, porventura, desenvolvimentos de temporãs tendências jacobínicas que o instinto lhe fez brotar, desencadeadas e tornadas ativas por atitude paterna extemporânea e exagerada que leu como pecado político o ato que o havia levado, em garoto, a preferir empregar o dinheiro que lhe haviam dado para comprar gaitas e registos de santinhos na feira de S. Lázaro no Porto, na compra de um retrato do valente e por si idolatrado Napoleão, o que lhe valeu um castigo a quente (ibidem, pp. 46-47).

A vida de Garrett em Coimbra foi, tanto ou mais que o exercício de estudante, uma aguerrida luta cultural e política pela conquista e posterior manutenção da liberdade. Muito permanece do contado e produzido nesse

7 Entre as várias análises que seguem a via demonstrativa desta realidade, apontamos a obra de Victor Mendes (1999), *Almeida Garrett – crise na representação nas Viagens na minha terra*. Entre variados aspetos, o autor relewa, na peugada de Prado Coelho e de Carlos Reis, a dialética natureza-sociedade que atravessa a obra padronizada pela perspectiva de Rousseau, fazendo também a leitura dos vícios do *homem social* à sombra do genebrino, vícios que encontram concretização no Carlos que acabará por adquirir o vício supremo da agiotagem.

tempo entusiástico e de generoso desassossego que o sentimento pré-revolucionário induzia e a revolução fez explodir: nos recitais patrióticos e revolucionários ao Corpo Académico, nos manifestos, nos Protestos, nas representações teatrais das suas tragédias cheias de mensagens de uma liberdade essencial. Como sabemos, além de modelos de arte, os dramaturgos gregos e romanos também foram mestres de cidadania aberta e participada. O teatro de Garrett, quer pela inspiração na forma e conteúdos desses clássicos, quer pela ambiência de atualidade e modernidade em que envolveu as suas peças, desempenhou uma função pedagógica e social paralela à desses dramaturgos na *polis* e na *republica*, potenciada nele pela explosiva situação nacional⁸.

Tudo foi intencionado para alimentar e orientar a irrequietude dos estudantes e de alguns professores. Na face negativa destas ações e produção, maldiziam-se as prisões, os ferros, a tirania, a escravatura; na positiva, divinizava-se a natureza, cantava-se a liberdade, a igualdade e a justiça, a felicidade dos Povos, a esperança da pátria. *Liberdade ou morte* era lema de radicalidade antropológica e social apresentado como não tendo alternativa neste tempo de renascimento pátrio e de fogosidade juvenil. Os lemas “*Sejamos livres, embora mortos*” (ibidem, p. 1071) ou “*Vivamos livres... ou morramos homens*” (ibidem, p. 1568) que se desprendiam dos comunicados que redigia em nome da academia ou dos poemas que criava e recitava em momentos de celebração ou luta corriam de boca em boca depois de terem eletrizado as vontades dos companheiros nos momentos da sua apresentação.

Compreende-se, deste modo, a natureza das duas alcunhas académicas que amigos e detratores alimentavam: a de *divino*, os primeiros; a de *bacorinho*, os segundos.

O antes referido opúsculo *O dia vinte e quatro de Agosto*, a obra que mais exasperou os inimigos da liberdade e mais ódios lhe valeu, foi o escrito mais oportuno e ideológico que apareceu a justificar a revolução. Cheio de Rousseau, penetra em campos de difícil digestão para os próprios liberais mais moderados. Nele liga intrinsecamente *liberdade* e *igualdade*, tornando impossível uma sem a outra. E mesmo situando a segunda num contexto de mera civilidade, com acautelamentos de divergência para com o seu mestre genebrino e afastamento de um quadro originário naturalista do mesmo perigoso padrão rousseauiano que não negava mas classificava de académico e

⁸ Ler, sobre esta temática, o interessante artigo de Aníbal de Castro (1999) “Garrett: um dramaturgo moderno, leitor dos clássicos”.

abstrato, não deixou de perturbar algumas mentalidades mais sensíveis da classe burguesa que fizera e sustentava a revolução, esta entrada descarada no jogo político de um direito igualitário definido como devendo ser o cidadão indistintamente amparado, protegido e castigado pela lei e seus executores, tornando-se só assim possível a sustentação da liberdade enquanto possibilidade de exercício de todos os direitos outorgados pela natureza, conquanto não se perturbassem a ordem e as leis retamente constituídas. É que desta forma, privilégios sonhados por uma classe de poder nascente ficavam arredados do horizonte, como já o estavam a ficar das tradicionais classes clerical e nobre. Mais tarde, não deixaria de consagrar no *Relatório do Código Administrativo de 1832* o princípio: "Nenhum cidadão tem mais direito do que outro às vantagens comuns. Todos gozam as mesmas prerrogativas, e suportam os mesmos encargos. Na igualdade comum não há distinção, que não provenha da diferença das faculdades pessoais, ou dos serviços prestados" (ibidem, p. 1101). Nada de novo, afinal, relativamente às suas anteriores convicções estudantis explicitamente expressas perante a academia e extensivas a toda a população da cidade de Coimbra: "Acadêmicos. O nome de liberdade é vão, a ideia dela fantástica, se a igualdade a não sustenta, lhe não dá mesmo o ser e a força. Esta igualdade é a fonte única do bem social. Vós o sabeis muito bem, e vós o praticareis melhor" (ibidem, p. 1072). Era o dia 8 de dezembro de 1820. Nesse mesmo dia escrevia e difundia para toda a cidade: "O CORPO ACADÉMICO AOS HABITANTES DE COIMBRA. Habitantes de Coimbra! Não vos deixeis iludir: nós todos somos irmãos, nós todos somos filhos da mesma pátria. Vós sois portugueses: Nós o somos também. Que pode haver que nos distinga? Nada amigos." (ibidem). Com este mesmo espírito participaria, mais tarde, na feitura das leis consagradoras destes pressupostos, as leis que dariam substância ao Portugal moderno. Os sonhos do jovem Garrett nunca esconderam nele, de facto, a condição de ideólogo e o horizonte do real.

Garrett tinha uma evidente consciência de classe. Como Herculano, aliás. Só que este, Joel Serrão já o fez notar (Serrão, 1989, p. 46), joeirava sistematicamente *liberalismo* e *democratismo*. Mas o nosso fogoso tribuno parlamentar ultrapassou claramente o patamar da simples adesão e vivência da liberdade que caracterizou o posicionamento da generalidade dos liberais de toda a primeira metade do século XIX, penetrando em campos de nítida inspiração republicana e democrática (cf. Dias, 1971). Façamos uma ilustração:

É sem paralelo, nesta geração que construiu e viveu o vintismo, a sua representação de *Povo*. E não foi representação esporádica. Serviu-lhe de tema

em muitos e variados contextos. Faremos as referências indispensáveis à sua compreensão.

Além do orgulho que mostra quando faz radicar a construção de *Adosinda* e do *Cancioneiro* nos contos e nos cantos da ama Rosa de Lima e da mulata Brígida, torna essas obras como uma sentida homenagem ao Povo, ao grande Povo. No rasto de Herder que atribui à *poesia popular* uma enorme importância científica enquanto padrão da criação literária autêntica, Garrett encontra também nela a autêntica arqueologia nacional, os tipos verdadeiros da nacionalidade ou, no dizer de Teófilo Braga (1987, p. 496), "...o veio orgânico da tradição nacional". E não se está perante um conceito híbrido e generalista de *Povo*, daqueles que transportam seletividade de posse ou de herança. Não, Garrett concede-lhe um conteúdo e uma abrangência que determinam o uso de uma expressão própria e bem característica que elimina ambiguidades. Trata-se, e as expressões são dele, do *Povo-Povo*, a classe menos ilustrada, a população dos campos (G., 1966, vol. II, p. 691), a massa anônima e produtora e a que mais impostos paga. Atribui-lhe, até, o critério constituinte da especificidade da Pátria: "Nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular" (ibidem. Vol. I, p. 1745). E no Prólogo ao *Frei Luis de Sousa* exprime mesmo a radicalidade do conceito tornado sistema político: "Este é um século democrático; tudo o que se fizer há de ser pelo Povo e com o Povo... ou não se faz" (ibidem, vol. II, pp. 1086-1087). Por isso, zomba o escritor dos que fazem revoluções ou pretendem mudanças políticas de fundo, marginalizando a participação e os interesses do Povo, e indica caminho: "... chamai o povo, interessai-o, fazei por ele e para ele a revolução; ele defenderá a obra de suas mãos. Um povo que não quer ser conquistado jamais o é. Um povo que determinadamente quer ser livre sempre o será" (ibidem, p. 834). O mesmo dos que pretenderam ou pretendem fazer vingar uma *Constituição* permanecendo o Povo ignorante ou inibido de colher os seus frutos. "E se depois de dois ou três anos o povo ainda pergunta *o que é a Constituição?* – ai da Constituição e do povo (ibidem, p. 1084)"! Finalmente, é no Povo ilustrado que faz assentar a certeza da vitória final da Pátria e a felicidade da Nação: "O Povo há de erguer o braço; não o duvidemos; há de pelejar, e há de vencer. Façamos quanto em nós está para que bem o erga, bem peleje, bem vença, e bem saiba usar da vitória." Assim se exprimia na Introdução de um dos mais importantes, quanto desconhecido pelo grande público, livros políticos da época, o *Portugal na Balança da Europa* (1830). Que melhor forma poderíamos imaginar para exprimir a consciência da diferença entre a sua classe e a do povo, ou seja, entre este e a burguesia? Que melhor forma de insinuar a *soberania do povo* enquanto decisor definitivo dos destinos das nações?

Não queremos deixar de referir uma peça em que a consciência de pertença à burguesia não o inibe de uma forte crítica aos projetos desta, projetos que na altura já nem eram inconfessados. Aí, a classe popular aparece como quem mais pode e menos ordena, descompasso que transporta sempre fermentos de revolução e põe em sério risco a própria burguesia, não só excessivamente acomodada, indiferente ou única fruidora da nova situação, mas também ativamente postergando os direitos e dignidade do povo que, afinal, a sustentava. Melhor do que eu, diz ele, esse inconfundível parlamentar que a história tem consagrado como o melhor da época em todo o exercício parlamentar:

O que hoje quase é a classe média para o povo, foi ao princípio a aristocracia – um protetor, um abrigo, um escudo contra o poder. Foi-lhe mister lutar com os reis; e o povo a ajudou: venceu e não tratou de abusar da vitória; de protetora e aliada tornou-se senhora, usurpou tudo, invadiu tudo, abusou de tudo. E o ciúme dos reis primeiro, a inveja e ódio dos povos depois, fez justiça ao usurpador. Caiu, como nós havemos de cair, apedrejada da indignação popular, se não refletirmos e nos não moderarmos a tempo. E mais fácil, e mais pronto, e mais tristemente havemos de cair. Que a nossa oligarquia é estátua de pés de barro: aquela tinha alicerces de ferro e sangue que iam até às estranhas do país. E caiu! E o fanatismo religioso, e os preconceitos antigos, e a memória dos serviços passados, e o lustre das velhas prosápias, e a glória e a vaidade nacional, e a história cheia de seus nomes, e tudo rodeava de prestígios, e de força, e de autoridade a antiga aristocracia histórica. E caiu, e ela aí jaz por terra! E quando veio o dia grande e amargo, quando o povo se ergueu, e lhe pediu contas da sua usurpação, ela invocou todos esses prestígios, falou na religião, apelou para a história. E nada lhe valeu!

Nós se com os nossos abusos trouxermos esse dia, se fizermos a loucura de tornar obnoxia ao povo a nossa classe que ele ainda ama, que invocaremos nós no dia que nos pedirem contas? Falaremos na história? Mas nós ainda a não temos. Apelaremos para a gratidão dos serviços prestados? Mas quais fizemos nós, quais que a nosso prol não fossem?...

Vozes: – Oh! Oh!

O Orador com mais energia: Não podemos, digo, apelar para a gratidão dos povos, porque ainda não fizemos nada a favor dos povos. Disse e provo: o povo trabalha e produz, a classe média adquire. Dir-me-ão, que a classe média fornece os oficiais aos exércitos, os juizes

aos tribunais, os legisladores ao senado, os literatos às academias. É isso que dizem?...

Vozes: – Sim, sim.

O Orador: - Assim é: e grande serviço temos feito em verdade!! Por cada oficial que a classe média dá ao exército, quantos soldados dá o povo? Marchemos contra o inimigo que está sobre nossas fronteiras. Aí vão batalhões pós batalhões. De que massa saíram?

Trava a peleja, a fuzilaria adelgaça as fileiras, a metralha varre os quadrados. Quantos morreram de espada na mão, quantos com a espingarda no ombro? Salde-se a conta e vejamos de que lado está a obrigação ou o serviço.

Damos juízes aos tribunais; mas quem lhes paga? Nós ou o povo? Damos legisladores ao senado. Mas se a rebelião ataca o senado, as baionetas do povo é que o defendem. E o senado decreta mais tributos, e o povo paga. Que do nosso mais rigorosamente de pode dizer que de nenhum país, ser o povo quem paga os tributos; porque reduzido quase o erário a viver dos indiretos, sobre o povo vão eles pesar quase todos.

Damos-lhe livros e doutores. Mas essa não é produção exclusiva da nossa classe: os sábios saem de todas, e não pertencem a nenhuma. Assim eles fossem menos e melhores (ibidem, p. 1275)!

Estávamos em 9 de outubro de 1837. Em 1845 sairia à luz o *Arco de Santana* em memória e celebração da sua cidade invicta. Por confissão explícita, é obra de combate à oligarquia eclesiástica, mas é também de intransigente crítica e irónica caricatura da burguesia mais exaltada e pretensiosa que sustentava o Cabralismo. Pouco depois, nas imortais *Viagens na minha terra*, teria a ousadia de questionar, em jeito de ideólogo de um socialismo nivelador, que em várias ocasiões criticará como sistema, sobre quantas almas não era preciso vender ao diabo, e quantos corpos entregar ao cemitério para fazer um homem rico (ibidem, p. 21). Compreende-se, assim, o conteúdo do ofício da intendência policial que lhe justificava o exílio ao considerá-lo "incompatível com a pública segurança" porque arrebatado pelas ideias do tempo (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 339).

Refletindo a vertente político-administrativista do nosso escritor, o insuspeito Marcelo Caetano (1959, p. 68) não se coibirá de reconhecer que Garrett "não foi um mero declamador sobre o mito da liberdade: pretendeu, antes, ser o construtor de um efetivo regime liberal". De facto, desde o início da década de 30, Garrett tornou-se numa das figuras mais ativas

e produtivas no capítulo do exercício da construção legal e das reformas administrativas e institucionais do país, elaborando e redigindo autonomamente ou participando de forma decisiva na construção de muitos dos mais importantes documentos atinentes àquelas áreas. Assim foi com o reconhecimento do direito de resistência dos deputados ao rei, no ato de dissolução da Câmara Representativa; com o documento sobre a liberdade de imprensa; com o ato normativo sobre o carácter público dos processos e a instituição dos jurados em tribunal; com a elaboração do Plano de Reforma do Sistema Educativo; com a Constituição Setembrista de 1836 sob mandato governamental de Passos Manuel; com o Parecer sobre a neutralidade e propriedade literária, científica e artística; com os estatutos da Sociedade conservadora do Sistema Monárquico-Representativo em Portugal; com a Representação à rainha a favor da supressão do tráfico da escravatura; com o Programa do governo da Regeneração; com a redação do Ato Adicional à Carta onde se instituíam princípios que ultrapassavam a moderação da Carta e remontavam à Constituição de 1822 e ao Setembrismo; com o documento sobre a eleição direta dos deputados; com a diretiva do reforço do poder parlamentar sobre o executivo em matérias pesadas como as dos impostos, dos tratados, das convenções, das concordatas, das comissões de inquérito; com os normativos para eleição das Câmaras Municipais pelos municípios; com a legislação especial para administração das Colónias; com a problemática da abolição da pena de morte para crimes políticos, etc.. Mas para além deste levantamento parcial, queríamos relevar a sua importantíssima participação no ato que deu expressão jurídica ao ideal que ele próprio havia sintetizado no *Portugal na balança da Europa*: o da "abolição dos tributos bárbaros, desproporcionados e injustos, como as dízimas, a maior parte das portagens e muitos dos direitos de consumo" (G, 1966, vol. I, pp. 939-940). Referimo-nos à Legislação de Mouzinho da Silveira moldada com uma contribuição ampla na discussão e a redação do cidadão do Porto enquanto esteve nos Açores⁹. Dela dirá o próprio Garrett: "Seja qual for o ponto de que se considerem, forme-se o conceito que se formar delas, é inquestionável que as Leis de 16 de maio, de 30 de julho e de 30 de agosto de 1832 são um grande monumento, são o termo *onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e de donde começa o novo* (ibidem, 994). Victor de Sá (1981) faz o estudo desta legislação na obra *Época contemporânea portuguesa I*, buscando nela as pertenças de Garrett. Por isso, aqui diremos apenas, inspirando-nos na linguagem de Gaspar Simões (1954, p. 50), que com esse edifício legal se varreu o lixo da nossa legislação medievalista. Com efeito, e independentemente dos defeitos e lacunas, nele se estabeleceram as bases

⁹ Assinale-se que o *Relatório do Código Administrativo de 1832* aparece incluído nas obras do autor.

da construção de uma nova sociedade, dando-se cobertura legal a várias das intenções do ideal vintista que Garrett, mais que ninguém, representou. Desta forma, ultrapassando inequivocamente a mera participação na ação destruidora do velho, Garrett comprometeu-se decidida e ativamente na construção do novo (cf. Mendes, 1954).

É inquestionável a evolução política de Almeida Garrett. Bastará confrontar a sua poesia revolucionária da época vintista e período anterior ou os corajosos comunicados à academia, com o Discurso Parlamentar de fevereiro de 1840, conhecido como Discurso do Pireu, onde enaltece a ordem e a tolerância por oposição aos exageros dos que continuavam a arvorar a bandeira da Constituinte, da Convenção e dos Jacobinos franceses cujos mestres, sobretudo Rousseau, tanto o haviam inspirado no furor da sua juventude; ou então ter em conta e comparar a agressividade patente para com os frades e a Igreja, aquela Igreja que atiçava as fogueiras do Rossio, que benzia a corda das forcas do Campo de Sant'Ana e destilava ódio e perseguia os liberais, ou então a veemente oposição à integração das aulas primárias nos seminários, feita em intervenção nas Cortes em 22 de maio de 1843 – "Agora vêm os padres da doutrina; depois hão-de vir os congregados; e no fim de certo tempo o ovo choca-se e aparece o fradinho..." –, com a proposta apresentada na Câmara dos Pares em 1854, último ano da sua vida, no sentido de a educação primária poder ser exercida nos mosteiros e conventos femininos ou integrada nas paróquias, o que lhe valeu uma forte acusação de reacionário feita pelos mais duros opositores da intromissão da igreja no ensino; ou então percorrer e medir a verrinosa linguagem com que sempre apodou os barões, esses "Sancho Pança da sociedade moderna", essa "variedade monstruosa" que é tão "usurariamente revolucionário" quanto "revolucionariamente usurário", que constitui "o mais desgracioso e estúpido animal da criação" (ibidem, p. 62) e que foi o único grupo social a fazer perder a paciência a Cristo (ibidem, p. 179), e constatar que acabaria também ele, como o Carlos das *Viagens*, aceitando o título de Visconde, ser Par do Reino e ser Ministro!

Como é do conhecimento geral, estes têm sido alguns dos aspetos com aparente ou em algum grau real contradição claramente empolados pelos seus tradicionais críticos. Tenha-se, todavia, em conta que, quase sempre, houve razões estruturais de sentido positivo que condicionaram ou determinaram esta evolução. Entre elas, a experiência acumulada que refinou o seu sentido realista; também o seu maior saber; os contactos com outros padrões de cultura, sociais e políticos. E não seria curial deixar de referir os efeitos de um natural desgaste decorrente de continuados sofrimentos, misérias e

frustrações que se repercutiram, também, numa morte prematura. Quanto a posicionamentos mais conjunturais, alguns tornados ferretes depreciativos pelos seus detratores, como a questão do título de Visconde, foram aduzidas pelo próprio as razões que a história já reconheceu. Na verdade, mais que ninguém, ao longo da vida que lhe foi madrastra, Garrett cumpriu o aforismo popular que ele próprio a si aplicou: "honra e proveito não cabem num saco" (ibidem, p. 22). O seu desprezo pelo exercício do poder tornou-se flagrantemente patente quando, na discussão da injusta e sub-reptícia lei da décima, estávamos em meados de 1841, e desempenhando cumulativamente com a função de deputado, embora a título gracioso, os honrosos cargos de Diretor do Conservatório, Inspetor Geral dos Teatros, Diretor das escolas de declamação e Cronista-mor do Reino, desferiu um violentíssimo ataque ao ministro da tutela da Fazenda, Sr. Ávila, de consequências previstas e quase anunciadas, que se viriam integralmente a cumprir quatro dias depois, com a demissão de todos esses cargos honrosos que tinha¹⁰. O mesmo desprezo pelo poder demonstrou com a recusa de funções de grande nomeada social e política, como as oferecidas por Passos Manuel.

Poderíamos, então, dizer que a evolução de Garrett, reconhecida e de certa forma caracterizada por ele próprio¹¹, obedece, sobretudo, a uma necessária adaptação que arrasta quase sempre desilusões e desgastes, aos desvios naturais das inconstantes leis do progresso positivo da história humana aplicados à circunstância portuguesa, não deixando nunca, contudo, de se manter fiel aos valores essenciais e de persistir na luta por eles. De qualquer forma, e fazendo balanço através das palavras do atual Presidente da Assembleia da República Almeida Santos (1999, p. 12), "*o crédito do seu génio, determinação e coragem, sobreleva infinitamente o débito dos seus pecadilhos veniais...*"

Garrett viveu muito em pouco tempo, ele próprio o sentiu e disse (G., vol. II, p. 1618). Vários e importantes estudiosos e biógrafos, nomeadamente o grande Gomes de Amorim, lastimaram, em nome das letras portuguesas, que ele tenha gasto tanto tempo, e se tenha desgastado e consumido tanto com a política e com as mulheres. Foi um mote que pairou, curiosamente, em muitas das intervenções integradas nas Comemorações do Centenário da sua morte, em 1954, promovidas pelo poder oficial de então. Ora, este

10 Eis como comenta estas decisões na sessão das Cortes de 26 de julho de 1841: "Quanto a mim, a minha conta com os senhores ministros está saldada; acabou-se a história, e agora vamos a vida nova" (*apud* Ferreira Lima, 1832, p. 64).

11 "Que é do Alceu que bramava liberdade, o Anacreonte que zombava com o prazer, o Tirteu que precedia as falanges da Terceira...?" (G., 1966, vol I, p. 1663).

é um ponto em que, quanto mais leio, reflito e faço hermenêutica sobre o autor, mais cimento a opinião contrária. É minha convicção, acompanhada por alguns, que esses são precisamente os dois mais importantes núcleos estruturantes da sua vida, da sua obra e do seu ideário. Mesmo a preocupação educacional que envolve a generalidade da sua obra e os escritos que especificamente lhes dedicou, refletem o pressuposto que me guia. E se aceitarmos que qualquer forma literária se sustenta e é muito função das raízes vivenciais e dos conteúdos que preenchem o interesse e os sentimentos do autor, teremos que concordar que, sem política e sem mulheres, não se teria construído este fabuloso mundo literário de Garrett. E a ser outra a sua circunstância vivencial, duvidamos que qualquer superioridade pudesse daí advir.

A 10 de fevereiro de 1854, 10 meses antes da morte, sintetizava Garrett os alardes que ao longo da vida foi produzindo contra o ranço que cobria o que de mais institucional existia na cultura, na política e na educação portuguesas. Fazia-o na Câmara dos Pares terminando com estas palavras de esperança para o futuro de Portugal: "Graças a Deus, à Ilustração e à Liberdade que o mundo já vê mais claro e que não tardará a penetrar pelas nossas fronteiras a luz que já ilumina o resto da Europa" (ibidem, vol. I, p. 1361). No crepúsculo da vida, o poeta da liberdade e agora tribuno continuava a sonhar com a felicidade da sua Pátria, penetrado como fora pela convicta certeza de uma dialética universal que não admite cristalizações e que se salda sempre, entre avanços e recuos que marcam a sua dinâmica, pelo *progresso* invocado diretamente nos *Estatutos da Sociedade Conservadora*¹² e nas *Viagens na minha terra* pela metáfora de Cervantes e a teoria de Condorcet, nele enquadrando as crónicas do passado, a história do presente e o programa do futuro (ibidem, p. 17). O mesmo pressuposto fora claramente delineado e conduzira havia muito tempo o importante ensaio *Portugal na balança da Europa*.

Permanece inacabado este desejo-esperança de Garrett, permanecendo ainda nítida a nossa diferenciação negativa relativamente a outros contextos de maior desenvolvimento. Estamos certos, contudo, que mais largo seria o descompasso hoje, se a história do cidadão do Porto não tivesse coincidido com a história da Pátria, já que outra coisa não foram, as duas, senão a história de uma luta cerrada e porfiada pela *Liberdade* sustentada pela *Ilustração*, ambas garantias de outros modos de ser, de estar e de pensar que nessa altura alastravam por essa Europa fora.

¹² "...o género humano nunca se engana no seu progresso" (ibidem, p. 1228).

Da política

I – Garrett e a revolução liberal: pedagogia, doutrinação e ação*

1. Contextos

Em 1789, a França dava eco estrondoso, através da revolução, a uma intelectualidade renovada, corajosa e fascinada pelas luzes da razão e os ditames da natureza a que, de uma forma geral, a Europa se abria. Sob os auspícios do fecundo paradigma epistemológico que Newton inaugurara com a obra *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687), haviam-se aberto inauditos caminhos a uma radical e abrangente mudança que atravessava não apenas o vasto domínio dos saberes, mas também os campos da religião, da política, da moral e dos valores. Uma diferente concepção de homem, de mundo e de vida afrontava a vetusta mas sólida arquitetura conceptual e vivencial que vigorava há séculos, ancorada numa estratégica, implacável, mas muito controversa aliança do trono com o altar, de feição profundamente teológica, essencialista, estática e tradicionalista que sustentava um padrão de sociedade moldado em conformidade. Entre os dois polos cavaram-se assinaláveis distanciamentos e renhidos ou mesmo violentos combates. A luta de prevalências entre fé e razão, essência e existência, transcendência e imanência, natural e sobrenatural, entre as esferas do divino e do humano e outras dualidades afins ou conseqüentes prolongaram-se pelo século cuja denominação – século das Luzes e da razão – é claramente reveladora do sentido das prevalências. As propostas de conciliação ou, pelo menos, de alguma compatibilização entre os dois campos, principalmente oriundas do lado da velha guarda ou da mais moderada da nova, não atraíam a curiosidade dos espíritos inquietos e mais inconformados da nova filosofia e não seduziam a juventude nem mesmo as mulheres que não gastavam, uma e outras, grande tempo em leituras de apologética religiosa ou de análise teológica e preferiam buscar em índices censórios obras de leitura predileta¹³. Muito menos atendiam ou

* Um segmento adaptado deste texto foi publicado com o título, “Com Garrett pelos caminhos da revolução”, in Pereira et al. (coords), (2022), pp. 481-498.

13 O bispo Du Puy, Caraccioli, Bergier, Griffet, Malebranche e outros lastimavam as torrentes de irreligião que brotavam da República das Letras e mostravam preocupação com a inundação de escritos

se deixavam impressionar com os sequazes mais sectários e aguerridos da velha ordem, eclesiásticos ou não, que não mediam a violência da ação ou do verbo para tentar impedir ou atenuar o avanço das novas ideias. A pressionante nomenclatura com que zurziam os heterodoxos – ateus, perigosos deístas, materialistas, ímpios, heréticos, sediciosos, incendiários, libertinos... – ainda arrastava consigo ferretes de temíveis consequências, mas o efeito tornava-se cada vez menos eficaz. Na verdade, num tempo de tão prometedoras mudanças em que a racionalidade e o espírito secular e laico cavalgavam doutrinas de fé e revelação e ambiências eclesiais e clericais, quem optaria por ler, salvo os próprios guardiões do *status*, a teologia, a doutrina política ou a apologética de um Jacques-Bénigne Bossuet, ou os escritos de um Bergier, de um Nonnotte, de um Gerdil, de um Jamin, de um Caraccioli, de um Cajot, de uma qualquer dignidade eclesiástica como o célebre arcebispo de Paris, Christophe de Beaumont, ou de um qualquer celebrado teólogo, em vez de escritos emergentes da heterodoxia epistemológica, antropológica, social, religiosa, política, educacional... creditados por nomes como Bayle, Montesquieu, Didetrot, d'Alembert, Rousseau, Voltaire, d'Holbach, Helvécio, Condorcet, Raynal, Mably, Volney e tantos mais?

O surgimento da nova França sublevada no coração de uma Europa ainda generalizadamente enfeudada, sob o ponto de vista político e social, aos ditames do Antigo Regime, depressa fez despertar contágios revolucionários a que, não apenas a abertura às Luzes, mas sobretudo a vida sofrida dos povos deram fácil guarida (Souboul, 1962, pp. 253-256). Em países como a Holanda, a Suíça, a Bélgica, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra ou até a Rússia czarista de Catarina II, a Áustria de José II ou a Prússia de Frederico II, ainda que obstaculizando práticas jacobínicas ou implementando medidas cautelares que espelhavam temores ao exercício da guilhotina, as centelhas da chama revolucionária acicatavam entusiasmos para a mudança e minavam a velha ordem. Povos de geografias várias chegaram a solicitar a presença ou mesmo a anexação à França como garantia de cumprimento da axiologia revolucionária da *liberdade*, da *igualdade* e da *fraternidade* (Rudé, 1988, caps. 10 e 11), enquanto a intelectualidade ia reagindo antiteticamente a paradigmas conservadores, como eram o das *Reflections on de revolution in France* (1790), de Burke, que vilipendiava a “peste francesa” e multiplicava reflexos, o de Gentz, na Alemanha ou o de Mallet du Pan na Suíça, ou a visões progressistas, como a representada pelos *Rights of man* (1791) do entusiasta defensor das revoluções americana e francesa, Thomas Paine,

ímpios que atraíam a juventude, as mulheres e a sociedade em geral. Para informação mais alargada pode ver-se Fernando Machado (2000, pp. 41-50).

obra que se tornou bíblia dos inovadores e que teve uma impressionante difusão por toda a Europa e fora dela.

Neste fervilhar de entusiasmos, controvérsias, ou antagonismos assinalamos, com George Rudé (Ibidem, p. 159), que nenhum país foi tão pouco afetado pelo exemplo francês como a Espanha, mas nós acrescentamos Portugal. A similitude das situações – meios inibidores e repressivos, estado do universo social, atraso cultural e consequências temidas pelo trono e pelo altar e sequazes destes, entre outras razões – explicam a partilha de campos. No que a nós diz respeito, tratou-se de uma realidade constatada e muito sofrida entre os da nação, residentes nela ou fora. Foi situação amplamente veiculada através da escrita de estrangeiros, a maioria viajeiros. Na generalidade, trata-se de representações em que Portugal aparece como país cultural, política, económica, religiosa, social e civilizacionalmente atrasado e adiado, com exceção, na leitura de alguns, do período pombalino. Desenvolveremos no capítulo seguinte estas representações¹⁴, pelo que daremos aqui apenas uma nota breve. Recordemos, por exemplo, o retrato pintado pelo jornalista, viajero e agente do governo francês Ange Goudar (1756, p. 210) que apresentou o nosso país como polo de desordem política, nação bárbara com um povo supersticioso, fanático e de costumes asiáticos com obediência cega aos mandos da tenebrosa inquisição; o de Dalrymple (1783, p. 206) que anotava a brutal imbecilidade do povo português; o de Stevens (1780, p. 56) que encostava algumas das causas deste estado retrógrado ao excesso de clerezia; o de Carrère (1797, p. 273) que seguiu a mesma toada identificando Portugal como império clerical assente numa impressionante rede de padres, conventos e frades onde em regra morava uma abissal ignorância, libertinagem e corrupção; o de M. Link (1805, t. 2, pp. 9-10) que fixou e acrescentou alguns dados do mesmo teor, etc. É muito curiosa e realista a resenha exposta num longo *Prospectus* que faz a apresentação da conhecida obra, *L'Administration de Sébastien-Joseph de Carvalho et Melo, comte d'Oeyras, Marquis de Pombal*, onde são elencadas as causas da decadência das artes e da filosofia modernas em Portugal. Trata-se de uma espécie de síntese do que muitos haviam escrito antes e outros haveriam de escrever. Além do tenebroso tribunal da inquisição e dos horrendos autos-de-fé, indica também o prospecto a inexistência de academias, a exiguidade de uma só universidade, a odiosa censura, a entrega da educação aos conventos e aos clérigos, a ação persecutória contra

14 Referimo-nos ao texto que se segue, "Portugal na «balança da Europa»: Das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett".

autores, editores e livreiros cultores da heterodoxia ou presumidos como tais (Cormartin (1786-1789, t. 1, pp. 149-159).

Estas representações têm, como é sabido, uma grande correspondência ao real, um real onde ancorava um sistema quietista em que criar, opinar ou inovar eram atos política ou religiosamente heréticos e criminalizáveis. A abundância nos escaparates públicos das livrarias e nas bibliotecas particulares ou conventuais de literatura religiosa que oferecia vidas de santos e variado acervo de milagres ou sermões, a par de tratados de teologia escolástica, é prova desta evidência. Este torpor e a generalizada convicção sobre o resguardo existente das “capciosidades” dos “novadores” que vingavam além-Pirenéus e de que os caminhos da ortodoxia continuavam a permanecer seguros entre nós inspiraram o marquês de Penalva a fazer um curioso ponto da situação sobre o assunto nos finais do século da razão e da revolução francesa. Visando os “filósofos” que atacavam “Deus, santos, templos, reis, sacerdotes, propriedade, segurança, fé bíblica...”, concluía marcando conjeturadas diferenças: “Neste dilúvio quase tão geral como o primeiro, tem Portugal, graças a Deus, conservado pura a sua fidelidade religiosa e política” (Penalva, 1799, p. 8).

Claro que este resguardo e pureza eram ingénuos e exageradamente otimistas. Ao longo do século, as constituições sinodais dos bispos, mesmo em zonas do interior do país contra perigos de desvios ímpios ou sediciosos que cedo foram correndo (cf. Machado 2012-a); as numerosas pastorais de forte cariz ideológico contra os mesmos perigos; as prédicas cautelares nas igrejas; os reconhecimentos das ineficácias do sistema censório oficial que foram levando às sucessivas mudanças neste desde Pombal à «viradeira» mariana e até à revolução liberal; as ações esforçadas e as animosidades da Intendência; as numerosas produções em circunstâncias variadas dos mais notados prosélitos do regime contra o “pestífero e subtil veneno” dos filosofantes que estava a ser “fatal à política, à sociedade e ao cristianismo” e donde poderia nascer o monstro que se chama Revolução¹⁵, etc... revelam que alguns focos incendiários e leveduras de fermentos vários fervilhavam pelo espaço nacional. E houve Martinho de Mendonça de Pina e Proença, António Verney, Ribeiro Sanches, Filinto Elísio, a marquesa de Alorna, Bocache, Bento Luís Viana, a imprensa periódica nacional interna e a sediada

¹⁵ Seguimos fórmulas de um célebre sermão do irrequieto frade Agostinho de Macedo (1811-a).

no estrangeiro, etc. De qualquer forma, o retrato traçado por Penalva tem significativa conformidade com a realidade nacional¹⁶.

Pois bem. Foi neste ambiente generalizadamente fechado ao exterior, obstinadamente avesso às luzes e aos progressos do século, repressor, religiosa e politicamente anquilosado, embora salpicado por algumas heterodoxias e centelhas revolucionárias, que nasceu Almeida Garrett, em 4 de fevereiro de 1799, na cidade do Porto. Em 24 de agosto de 1820 chegariam em primeira mão a esta mesma cidade, e depois a toda a nação, os ventos da mudança, derrubando tiranias e soprando liberdade. Embora menino e moço, Garrett foi obreiro notado e notável deste acontecer e seus desenvolvimentos, como pedagogo, como ideólogo e como ator.

Assinalaremos alguns dados deste percurso.

2. Alceu da liberdade

É sabido que a glória de Garrett assenta, primordialmente, na sua excelência literária. Na poesia, no romance ou na dramaturgia, obras como *Folhas caídas*, *Flores sem fruto* ou a *Lírica de João Mínimo*; *Viagens na minha terra* ou o *Arco de Sant'Ana*; *Frei Luís de Sousa*, *Alfageme de Santarém* ou *Auto de Gil Vicente*, respetivamente, colocam o cidadão portuense no friso dourado, a poucos concedido, da literatura e da cultura portuguesas. Esta realidade não tem anulado, mas tem ofuscado de forma significativa, se bem que cada vez em menor grau, a sua desenvoltura e grandiosidade como figura política incontornável do século XIX português, a vários níveis. Por um lado, a sua vasta produção escrita neste segmento político como ensaísta, jornalista, tribuno, etc. não desmerece nem desvirtua a sua excelência literária e, pelo contrário, acentua a sua elevação e brilhantismo culturais e literários; por outro, uma parte significativa da sua criação literária é atravessada e veicula também uma forte componente política, o que torna esta um vetor indispensável a uma qualquer hermenêutica séria do autor. É que a trilogia vida, obra e história pátria constitui nele, como em poucos, uma unidade inextricável¹⁷. Ofélia Monteiro exprime de forma modelar esta realidade aplicada a uma circunstância temporal que aqui nos interessa:

16 Para visão mais larga e profunda da heterodoxia em Portugal, consultar Fernando Machado (2000, pp. 145-711).

17 Esta indissociável unidade entre a vida de Garrett e a história de Portugal é ressaltada por quase todos os grandes estudiosos de Garrett, na pegada do próprio, diga-se (Machado, 2009, pp. 17-18).

A Garrett cabe um lugar marcante no nosso devir cultural por ter sido o grande pioneiro do romantismo e um arguto e ativo participante do difícil tempo que viveu, o da implantação do regime liberal. Impossível é, aliás, dissociar estas duas facetas do seu vulto: a questionação de Portugal e o empenhamento cívico unem-se inextricavelmente em Garrett à questionação do «eu» e da existência, pedindo-lhe, para dizer-se, formas de expressão renovadas (Monteiro, 1996, p. 212).

Recorde-se que o início da corrente estética do romantismo em Portugal tem como marco consensual a publicação dos poemas lírico-narrativos *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), ambos editados em Paris em situação de exílio – “obra de um proscrito”, como dirá no prefácio à segunda edição de *Camões* (G., 1966, vol. II, p. 294) – enquanto defensor da revolução liberal e do liberalismo em tempo de contrarrevolução absolutista. Nesta base, dando nestes poemas primazia às evocações e ao sentir do popular nacional, libertado dos motivos estrangeiros e das constrangedoras regras arcádicas “sem seita nem partido” e seguindo apenas “o coração e os sentimentos da natureza” (ibidem, p. 293), Garrett funde no *Camões* a sua situação com a do autor dos *Lusíadas*, ambos desterrados de uma pátria esvaída e suspensa, e elege o valor da *liberdade* como elo e campo comum dos movimentos literário e político e como elã que lhes gera sentido e conteúdo e lhes traça orientação.

No “A quem ler” com que introduz *Fábulas e contos*, Garrett traça, a propósito da *Lírica de João Mínimo* e sob o prisma da génese e desenvolvimento do seu percurso poético, as fases e características do seu sentir e viver até 1824, data em que fazia vinte e cinco anos e estando a dois do fim do seu primeiro exílio. Anotando que já na altura da criação dos primeiros versos juvenis vislumbrava o futuro agigantamento da corda lírica da sua poesia que havia de ser movida por fortes amores e paixões ardentes, colocava aí a tónica dominante desta infância e juventude poéticas sob o signo do patriota sincero e inocente, do entusiasta da liberdade que ainda não conhecia mas que amava com exaltação, que servia com fervor, e pela qual sacrificava de bom grado a permanência na pátria, o sossego doméstico, a fortuna, a saúde e quanto os homens prezavam (ibidem, vol. I, p. 1661). Ainda “Alceu imberbe”, terá arte e coragem para criar e alimentar a representação que dava alicerce ao seu reconhecimento coevo e vindouro como *poeta da liberdade* e “irreconciliável inimigo dos déspotas” (ibidem, p. 1662), como a si próprio se definiu. Neste âmbito, fará com arrojo, persistência e combatividade a pedagogia para a revolução; levantar-se-á com ela; cantá-la-á e argumentará a sua justificação e fundamentos como escritor, como

ideólogo, como tribuno ou publicista; persistirá em combates ativos e duros na sua defesa; arcará corajosamente com as consequências decorrentes dos retrocessos que lhe foi impondo a contrarrevolução, a par de muitas invejas e malquerenças, em que o exílio, a miséria e a prisão foram apenas as situações mais notadas. Foram combates continuados ao longo da vida, alimentados por fortes convicções e moldados às exigências e circunstâncias da história pátria pela sua versatilidade e génio.

É conhecida a curiosa confissão que o maduro Garrett fez sobre a sua meninice nas *Viagens na minha terra*: “Desde pequeno que fui jacobino, já se vê; e de pequeno me custou caro” (ibidem, p. 1662). Vinha o desabafo a propósito da compra de um retrato de Napoleão Bonaparte na feira de S. Lázaro, no Porto, com umas moedas que lhe haviam dado para compra de registos de santos, de gaitinhas ou de outras bugigangas que achasse apetecíveis e que atraem qualquer criança. O pai, António Bernardo, não era avesso às ideias da revolução francesa, mas não aceitava a veia invasora e opressora dos povos que representava Napoleão, sobretudo numa altura em que Portugal começava a ser alvo dessa opressão. Viu-se, por isso, constrangido a dar ao miúdo o corretivo de uns puxões de orelhas pelo que considerou ser uma leviana provocação. Garrett julgará esta ação paterna como injusta, mas não deixará de ler este seu impulso infantil como “o primeiro pecado político” da sua vida, impulso que lhe terá nascido do “mero instinto das ideias liberais” que já o possuíam, e remata: “...quem me diria que eu devia ser perseguido por elas toda a vida; que, apenas saído da puberdade, havia de ir a essa mesma França, à pátria desses homens e dessas ideias com que a minha natureza simpatizava sem saber porquê, buscar asilo e guarida” (ibidem, p. 47).

Parece um pouco estranha e até politicamente imprudente a evocação do quarentão Garrett desta tão exaltada representação da sua meninice. Na circunstância, o autor da celebrada obra repetia e avivava, no uso de uma plena razão caldeada por fecundas e intensas experiências de vida, a longínqua e ingénua provocação em que concedera culto a Napoleão e revelara simpatia para com o jacobinismo e a França revolucionária por, compreendia agora, “mero instinto das ideias liberais” que a sua natureza albergava com selo de essencialidade. Na verdade, França, Napoleão e jacobinismo eram uma trilogia que despertara e continuava a despertar sentimentos de suspeição, temor e mesmo ódio na generalidade da nação, quer pelas ideias, quer pelas memórias, quer pelas ações que cada um dos termos convocava. Por sinal, no caso concreto do cidadão da *Invicta*, havia até razões potenciadoras de um tal hipotético sentir, já que da segunda

invasão francesa que Soult encaminhara para o Porto e que conduziria à ocupação da cidade, resultaria o tremendo desassossego para si e para a família por terem que fugir todos para Lisboa e daí para Angra do Heroísmo, onde fixaram residência.

Todavia, não era assim tão estranha esta evocação, simultaneamente amistosa e provocadora, de um passado tão distante. Assumia com ela o princípio da história como mestra da vida. Na verdade, um refreamento do entusiasmo e da rebeldia da sua juventude, na busca incondicional e intransigente da liberdade perdida da pátria, havia despontado e crescido nele de forma convicta a partir da outorga da *Carta Constitucional* por D. Pedro, numa altura em que regressava de longo e penoso exílio. Garrett aderiu à nova proposta constitucional. Era uma solução moderada que postergava os princípios mais ousados da avançada constituição de 1822, mas que na conjuntura se apresentava como solução de esperança à generalidade dos liberais contra pretensas intenções dos apostólicos que se movimentavam desde a Vila-Francada de 1823 para instalarem um poder absolutista, radical e violento que havia de acontecer em 1828. Só que com o decorrer dos anos, os ensinamentos da história e as desilusões políticas de um liberalismo que roçava caminhos despóticos de pré-vintismo pediam de novo uma coragem renovada. E se os versos de *Magriço e os doze de Inglaterra*,

Eu ao entrar na singela juventude,
Sem conhecer os homens, fui sincero,
Ardente coração, paixões fogosas,
Alma franca, de impulso me levaram
Aos países do cego entusiasmo... (ibidem, p. 1953)

refletem o contraste entre aquela rebeldia dos verdes anos e o crédito numa liberdade mais sóbria e mais regrada que o novo quadro constitucional oferecia, outros escreve em que desabafa,

Experiência fatal; tu me roubaste
A tão doce ilusão em que eu vivia!
[...]
E assim foi, que atentando mais de perto,
Vi tanta asneira, vi tanta sandice,
Que desatei a rir, por fim, de tudo
[...]
Contra as sandices deste parvo mundo... (ibidem, pp. 1953-1954)

e que não deixam de se aplicar também aos longos vinte anos que me-deiam entre a primeira consagração do cartismo e a publicação integral e autónoma das *Viagens*, onde aquela evocação é feita, em 1846. Com efeito, passados que foram os incertos mas sempre combativos tempos a que o terror miguelista acrescentou mais um longo e sofrido exílio ao poeta mas que culminaram com a vitória dos liberais em 1834, depressa as coisas se começaram a abastardar com pecados de um cartismo “devorista” que afrontavam a desejada “liberdade regrada” e as boas práticas da moderação. Esta situação e as injustiças das teias dos mandantes da época em que o próprio se viu enredado fizeram despertar de novo chamadas antigas do Alceu juvenil que o empurraram para o esteio da revolução de 1836 que recolocou como referência a constituição de 1822; para a feitura da constituição de 1838 que substituiria a *Carta*; e, posteriormente, para uma oposição frontal e aguerrida contra Costa Cabral que, em 1842, repunha com um golpe de Estado a *Carta* de D. Pedro contra o setembrismo e a constituição decorrente e encetava uma política de feição ditatorial e nepótica tão agradável aos barões e amigos, quanto desprezível e sugadora do povo e persecutória de todos os adversários políticos. Essa “liberdade com ordem” a que Garrett se abrira em 1826 transformara-se, então, com aquele “liberal” valido da rainha, numa política com muita ordem mas com pouca liberdade e justiça. Conhecemos o resultado: a insurreição conhecida como Maria da Fonte e a sequente Patuleia dos liberais mais radicais, onde pontificava, precisamente, o amigo e companheiro setembrista Passos Manuel, que correram com o cabralismo e o seu principal mentor em 1846. Curiosamente, e como é sabido, do convite deste líder do setembrismo a Garrett resultaria a viagem pelo vale de Santarém que deu pretexto à obra-prima do nosso literato que vimos referindo e onde a evocação é feita.

Tendo em consideração este contexto pessoal e político conturbado e a pressão de uma liberdade acometida e periclitante, é fácil, pois, entender a inquietação, a frustração e mesmo a revolta que terão motivado o incitamento à partilha desta memória num escrito de adivinhada difusão. Através dela, Garrett quis assinalar o sentimento precoce do seu apego e da sua luta pelo valor que constituiu um dos maiores amores da sua vida, a liberdade (cf. Amorim, 1881-1884, t. III, p. 37), valor que dava substância e conduzia o referido “instinto das ideias liberais”. Ao mesmo tempo, induzia afinidades entre a situação política que vivia nesses anos quarenta e aquela que vivera antes da revolução de 1820. De novo o poder despótico e os atropelos à liberdade e à legalidade da nação; de novo a Igreja remontante e as alianças perversas; de novo o desprezo do “povo-povo”, a obnubilização das Luzes e o cultivo da ignorância; mas sobretudo, de novo a praga dos

barões! Continuando a aborrecer os frades como eram antes e como se representavam na altura – “Frades... Frades... Eu não gosto de frades” (G., 1966, vol. I, p. 61) –, abominava os barões, esses “Dom Quixote da sociedade velha” e “Sancho Pança da sociedade nova” e, em ambos os casos, “o mais desgraçado e estúpido animal da criação” (ibidem, p. 62).

Tais afinidades em tempo tão diverso apelavam a uma conformidade de luta. Os combates entusiastas e exaltados do pré-vintismo e da revolução que haviam servido esse prematuro “instinto das ideias liberais” eram de novo válidos para os novos tempos que faziam perigar a liberdade, valor mais alto e que traçou o sentido primordial da sua vida, obra e ideário.

Apesar de esta luta pela liberdade ter sido a luta de uma vida, ater-nos-emos aqui ao período dos verdes anos da conjuntura vintista.

3. A luta pré-vintista

A notícia dos acontecimentos revolucionários desencadeados no Porto em 24 de agosto de 1820 chegou no próprio dia a Coimbra, onde se encontrava Garrett. A academia reagiu com entusiasmo às boas novas e muitos estudantes dirigiram-se logo para a rua onde morava o poeta, líder afirmado e reconhecido pela comunidade dos seus pares que o apelidavam, afetuosa e meritariamente, de “o divino”.

Por esse tempo, atarefava-se o apreciado dramaturgo a ensaiar a tragédia *Méropé* que ele afirma ter escrito com dezoito anos (ibidem, vol. II, p. 1785), mas que começara a projetar aos quinze ou dezasseis e aperfeiçoara então para subir a palco nesse ano de 1820. A sua representação estava prevista para breve, mas tudo terminaria abruptamente. Ele próprio explica o sucedido no prefácio que lhe dedicou em 1841, data da publicação da peça: “Não chegou a representar-se nunca: estavam ensaiados os primeiros três atos quando veio a revolução de vinte; poeta e atores e espetadores e o nosso teatrinho, tudo absorveu a excomungada política” (ibidem, p. 1778). O pormenor do momento é-nos contado pelo seu meticuloso biógrafo, Gomes de Amorim. Eis o cenário: chegados afoitos à casa onde morava o autor, os estudantes que imaginavam trazer-lhe a notícia em primeira mão, depararam com ele montado num cavalo e em modo de viagem. Seguiu-se um curto diálogo, já que a pressa era muita:

- Aonde vais? Já sabes?
- Para o Porto. Adeus.

- E os ensaios da Mérope?
- Adiados. Viva a liberdade!
- Viva a liberdade (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 166)!

E partiu para o Porto, abandonando ensaios e deixando os colegas pendurados nos seus entusiastas vivas à liberdade.

Apesar de muito combalido de uma queda quase fatal que dera algum tempo antes de um cavalo espúrio do irmão e que lhe deixou para sempre assinaláveis marcas na cabeça, cavalgou em tirada única a noite toda. Apeou-se no dia seguinte, estafado, à porta de casa da rua da Boavista. Fê-lo porque a vontade da vivência direta da festa da revolução clamou alto em si, fazendo ferver ideias feitas luta que antes almejava. Na verdade, este ansioso acontecimento não era para si apenas um ponto de partida; era também um ponto de chegada, já que participara intensamente e desde cedo na pedagogia e na ação que o haviam tornado real.

Percorramos, então, alguns vetores da pedagogia e da ação pré-vintista de Garrett para a revolução.

Em novembro de 1816 matriculava-se o jovem, com dezassete anos, na universidade de Coimbra, para cursar Leis. Se bem que com outros propósitos, o tempo que vivera nos Açores desde os dez anos fora de cuidada e intensa preparação escolar e cultural, esta sob a especial tutela do tio bispo Frei Alexandre da Sagrada Família, principalmente através do uso sem restrições da rica biblioteca que este ali possuía¹⁸. Nela se familiarizou com os grandes autores da literatura clássica e universal e com os filósofos que davam fundamento e orientação ao novo pensamento europeu das Luzes, como Locke, Leibniz, Kant ou Newton e outros da pátria da revolução, lidos em língua francesa com que a mãe o familiarizara. Furtara-se à permanência na Terceira junto da família, instado por ímpetos de liberdade por si confessados e pelo biógrafo Gomes de Amorim que de memória viva reproduz o solilóquio que um dia lhe desabafara. Por um lado, a recusa do projeto de vida que o tio e quase toda a família mais chegada lhe haviam destinado, estribados em sonhos de desvanecimento próprio e na finura intelectual do jovem: ser padre e obter o báculo e a mitra episcopais. Com efeito, abraçar a “profissão que mais o afastaria da convivência social amortalhado vivo nessa negra batina, que lhe atrofiava os movimentos do coração, todas as expansões da sua alma apaixonada” (Amorim, 1881-1884, vol., p. 103), não

¹⁸ O reconhecimento deste facto é do próprio Garrett (1966, vol. II, p. 1786).

se lhe afigurava compatível com a sua natureza de homem livre. Por outro, a denegação veemente de ter de viver na ilha, “sequestrado de todo o movimento e progresso literário do seu tempo, sem saber o que ia pelo mundo, senão meses depois de passados os acontecimentos, não podendo interessar-se pelas grandes ideias e pelas grandes coisas que nesse tempo revolviam quase todas as nações da Europa...” (ibidem).

Ei-lo, pois, na academia coimbrã, terreno de fácil e fértil levedura, transbordando ideias e ideais para ampla mudança. A sua formação abrangente e cuidada, o apego às inovações, valores e progresso com que as Luzes acenavam de longe, a clarividência com que avaliava a situação ruínosa da pátria, o entusiasmo e o empenho que o movia e que espalhava à sua volta e o génio poético e literário que possuía depressa o impuseram como figura incontornável da circunstância académica. E ele não esbanjou créditos, engrossando, qualificando e exortando a corrente dos insatisfeitos e dos revoltados e dando fecundo cumprimento ao lema que consagrou no “Prólogo” de *Lucrecia*, composição provavelmente escrita antes da matrícula na universidade:

Mas nem coa espada só se a pátria serve (G., 1966, vol. II, p.1908).

E serviu-a de variadas formas. Poesia e teatro foram das mais notadas no palco coimbrão.

3.1. Poesia

3.1.1. Ideário de pendor naturalista

Aferido e crente nos caminhos da Europa transpirenaica, o fogoso jovem arrebato mentes adormecidas, acomodadas e ignorantes de um pensar sem tempo, sem corpo, sem razão e pouco conscientes dos ferros que as tolhiam. Fê-lo, começando por dar uma enorme amplitude poética ao estruturante quanto fraturante vetor naturalista. Não apenas no sentido contemplativo e estético, mas também no sentido filosófico, arrastando dimensões de feição materialista e profundamente sensuais. O teor era tão atrevido e desviante dos padrões em voga que, a par da auréola com que a academia o ia divinizando, também aqui começou a cavar os ódios com que adversários e inimigos lhe haviam de infernizar a vida.

É sabido quão grande, arrebatado e até desvairado foi o coração do poeta. Ele próprio o reconhecerá mais tarde à Joanhina das *Viagens na minha*

*terra*¹⁹. Nele cabiam Délias, Lílias, Lauras, Rosas, Adelaides e tantas mais que alimentavam desejos e inspiravam poemas numa alternância sem fim. Cantando a beleza, a vida, a natureza, o amor ou o corpo, Garrett privilegiava a imanência e a felicidade do aqui, ainda que sem abjurar da do além. Pela simples contemplação da natureza se consegue restituir o homem à sua essência, sentenciava em poema datado de abril de 1815, ainda no espaço insular limitado da Terceira²⁰. Mas neste mesmo espaço e ano, como asseverava com a tenra idade de 16 anos, mergulhará a sua pena em versos de um impúdico sensualismo nada compatível com os parâmetros da moral severa do tio bispo Frei Alexandre nem com a rígida e tradicional educação familiar dos pais. Fazia-o à conta do lascivo quadro de uma bela Lília pastora, dormindo sesta em pose descontraída e incautamente coberta, observada por entre ramos de freixo e tufos de mirto, incendiando desejos incontidos, daqueles que fazem nas veias pulular ardor celeste. Os versos tornam o quadro vivo e depressa se adivinha o fim, em ritmo bem cadenciado:

Mal lhe cobria os membros delicados
 Pouco avaro sendal cândido e fino:
 Via-se a perna, resvalando a furto,
 De polido marfim que de alvo cega;
 Via-se a forma do elegante corpo
 E o delicado seio
 Suave palpitando
 Em doce, voluptuoso movimento.
 Dos lábios entreabertos lhe 'spirava
 Mais divino perfume que a ambrosia;
 [...]

Ósculo ardente
 Do brando seio
 Já sem receio
 Lhe ousou roubar:

Prazer celeste
 Lhe entr'abre os lumes,
 E mil queixumes
 Ia a formar

19 "...confunde-se, perde-se-me esta cabeça nos desvarios do coração. [...] A minha natureza é incorrigível. Tenho energia de mais; tenho poderes de mais no coração" (ibidem, vol. I, p. 184).

20 "A Primavera", poema de *A Lírica de João Mínimo* (ibidem, p. 1502).

Vou a aplacá-la,
 Balbuciamos...
 E ambos ficamos
 Sem respirar (ibidem, vol. I, p. 1508).

Em toada semelhante se dirigirá também a uma Anália em celebração do faustoso dia do mútuo enfeitçamento, aconselhando, face ao fado “desta vida fugidia” em que o “tempo voa” e as horas “tão ligeiras decorrem”, um viver em epicurista *carpe diem*, já que

Murcham tão breve e morrem
 Rosas que do prazer não são colhidas!... (ibidem, p. 1537).

São, contudo, bem mais ideológicos, servindo uma pedagogia agressiva e afrontosa, os versos de dois sonetos datados de 1817 (Porto) e de 1818 (Coimbra). Em ambos lateja o conceito de uma moralidade que atravessa as Luzes em dessintonia com o padrão tradicional que fundia esta com os ditames da religião e a vontade de Deus que a Igreja mediava e frequentemente distorcia ou fanatizava. Agora, eram a natureza e a razão que apontavam os caminhos e critérios do bem e do dever moldados pelo que se é. Como Bayle, Toussaint e vários enciclopedistas, o destemido jovem portuense desligava a moral da religião e do decálogo que radicavam na transcendência do divino e mergulhava-a na imanência da natureza, da sensibilidade e da razão. Afinal, não eram estas criações divinas?

As palavras e as ideias destes dois poemas e outros afins desta e da época vintista, reclamam as ideias e as palavras do autor do *Émile*, um dos mais prediletos e lidos pelo poeta, postas na boca do vigário de Saboia, na célebre quanto polémica “Profissão de Fé” que se tornou referência de todos os tratados de religião e moral naturais e também objeto dos mais violentos ódios da ortodoxia. Peça que correu com profusão, sobretudo nas últimas três décadas do século XVIII, nas “escolas” clandestinas dos estudantes de Coimbra, como provam processos inquisitoriais e autos de fé (cf. Machado, 2000, pp. 254-270), seria já nesta altura bem conhecida de “o divino”. Atente-se:

[Para me conduzir] não retiro as regras dos princípios de uma alta filosofia, encontro-as no fundo do meu coração escritas pela natureza em caracteres indelévels. Não tenho senão de me consultar sobre o que quero fazer: tudo o que sinto ser bem é bem, tudo o que sinto ser mal é mal; o melhor de todos os casuístas é a consciência. [...] Ela é o

verdadeiro guia do homem; ela é para a alma o que o instinto é para o corpo; quem a segue obedece à natureza e não receia extraviar-se (Rousseau, 1966, pp. 372–373).

E mais à frente:

Consciência! Consciência! Instinto divino, imortal e celeste voz; guia seguro dum ser ignorante e limitado, mas inteligente e livre; juiz infalível do bem e do mal, que tornas o homem semelhante a Deus, és tu que fazes a excelência da sua natureza e da moralidade das suas ações (ibidem, p. 378).

A moralidade das ações está, então, na consciência e no julgamento que cada um delas faça, segundo o genebrino.

Leia-se, agora, Garrett:

Esses muros que amor, razão despreza,
Que ergueu do fanatismo a voz trovosa,
Deixa, ó Nice gentil, deixa-os, vaidosa
De escutares a voz da Natureza.

Crê no teu coração; não é fraqueza
Fugir aos males para ser ditosa: [...]

Vem, não oiças conselhos fementidos,
Ouve amor, a razão, a liberdade,
E a virtude e o prazer verás unidos²¹.

O outro soneto referido é, todo ele, um autêntico manifesto contra a moral tradicional e um hino à Natureza, à sensibilidade, ao corpo e à moral naturalista, e é, notadamente, logo desde o título – “Virtude sem prazer não é virtude” – um desafio mordente ao *status*:

Deixa, eu to rogo, deixa, Anália minha,
Duros preceitos de moral sombria;
Fingiu-os a traidora hipocrisia
Que detrás deles, a zombar, se aninha.

21 Poema, “Nas froixas, débeis asas da saudade” (ibidem, p. 1716).

Leis de tartufos, invenção daninha
 Que protege a impostura e o vício cria,
 O egoísmo as ditou, funesta harpia
 Que as horas de gozar nos amesquinha.

A mão da Natureza, a mão sublime
 O grão selo forjou na eterna incube
 Com que o sinal de falsas lhes imprime.

O coração mo diz, que não ilude:
 Crime sem sor, Anália, não é crime,
 «Virtude sem prazer, não é virtude» (G., 1966, vol. I, p. 1718).

Pedagogia veemente!... Naturalismo sem disfarce!... Natureza, razão, corpo, prazer, ciência, ilustração... *versus* metafísica, autoridade, alma, salvação sofrida, ignorância, fanatismo... Eram descaminhos que acometiam as normas e as práticas vigentes, a começar pelos mestres da sua universidade. Neste campo, homenageou a exceção, na pessoa do doutor Fortuna, pelas portas que “franqueou co facho vívido da sã filosofia” contra o

Método obscuro, na região das trevas
 Por subtilezas vãs, vâmente urdido

fazendo luzir, contra o labirinto metafísico, “a tocha da razão”, e dissipando “A inextricável noite da ignorância” para que o homem visse mais distintos os seus direitos:

“Quanto lhe deve a academia, a Pátria!
 Quanto lhe deve a Humanidade inteira!”²².

Não adivinhariam na altura os pares do homenageado a glória que escorria destes versos do moço poeta; mas aqueles que tiveram oportunidade de os ler não terão ficado orgulhosos nem sequer indiferentes.

3.1.2. Ideário de pendor político

Os poemas antes citados alvejavam sobretudo vetores de natureza religiosa e moral sob o fundo de um ideário naturalista. Outros há do mesmo teor, mas traremos agora à colação dois de feição mais abrangente e de pendor

²² Poema “Ao monumento – Ao Doutor J. F. A. Fortuna”, datado de Coimbra, março, 1819 (ibidem, pp. 1516-1517).

especialmente político. São duas composições de fina e crua análise do presente sombrio de uma pátria que sofre mas que desperta envolta em sonhos de viva esperança e bom presságio num futuro que se adivinhava próximo.

O primeiro – “As férias – A um amigo” -, datado de junho de 1819 (Porto), fala da sua cidade em circunstância de férias detendo-se em vicissitudes várias. No percurso da narrativa, versejará sobre momentos da sua história e suas relações com a história pátria. Trará à lembrança, com orgulho, pergaminhos que a enaltecera no passado, carpirá aviltações do presente e pressagiará que será de novo berço de glórias futuras da nação.

Di-lo assim:

Daqui, donde houve nome
 O velho Portugal, seu nome ainda
 Honrado surgirá. Pressago vejo
 Na geração crescente ir despontando
 As feições renovadas
 Com que a antiga família portuguesa
 Se distinguira outrora: o brio, a honra,
 Os são costumes, puro amor da pátria,
 A singela franqueza,
 A nobre independência de outras eras
 Ressurgirão daqui. – E então o aspeto
 Desta formosa terra, hoje encoberto
 De nevoeiros britânicos
 Resplenderá coa natural beleza,
 Que vilões fidalguinhos de má medra
Cockneys caixeiros, frades ignorantes
 Agora lhe deturpam.
 Oh! quando te hei de eu ver, pátria querida,
 Limpa de ingleses, safa de conventos
 E varridas tuas ruas da imundície
 Do fidalguesco lixo!
 Irá com ele a sórdida ignorância... (ibidem, p. 1549).

Anotamos três aspetos de maior pertinência temática para o nosso estudo:

- a) Garrett posiciona-se claramente à margem da representação oficial do país ao reconhecer a lamentável condição de descaminho das

virtudes que outrora lhe haviam granjeado notada grandeza entre todas as nações: brio, honra, são costumes, amor de pátria, franqueza e independência.

- b) Arroga e partilha um duplo presságio: o regresso sem demora do país à grandiosa condição de outrora e a clara convicção de que irá ser na sua cidade que irá eclodir o movimento da desejada regeneração.

Este duplo presságio tem alimentado sugestões que colocam o arrebatado poeta no conhecimento da preparação do ato revolucionário do 24 de agosto. Nós vamos mais longe e admitimos até que ele tenha participado, diretamente ou por mediação, em algumas decisões tomadas pelo núcleo duro dos revoltosos que tinham no clandestino Sinédrio a principal base. Com efeito, além de o próprio ser militante em outras associações secretas onde se cruzariam informações sobre a situação, o cidadão da *Invicta* fazia parte das amizades mais próximas de três dos mais importantes membros daquela associação que fora criada em janeiro de 1818 por Manuel Fernandes Tomás. Falamos do juiz dos órfãos e futuro ministro da justiça vintista José da Silva Carvalho, de quem Garrett havia de ser secretário por algum tempo; de Ferreira Borges com quem tinha grande familiaridade e a quem mais tarde dedicaria uma ode; e de Duarte Lessa, fabricante de sedas, secretário da comissão da alfândega do Porto e velho e íntimo amigo da família Garrett (Dias et al., 1985, pp. 84–87) com quem o poeta continuaria a manter forte amizade durante o tempo de exílio e a quem muitas vezes recorreu pedindo auxílio em tempos de indignância. Refira-se que estes três nomes integraram os doze que de início aderiram a esse organismo que foi núcleo central na eclosão e condução da revolução. Assim sendo, estas ligações privilegiadas concediam ao estudante, já reputado como poeta, líder da academia e lutador pela causa da liberdade e da pátria, condições privilegiadas para colher informações sobre a situação conspirativa ou mesmo cooperar nela.

- c) Garrett identifica claramente, neste excerto e no restante texto, as causas principais dos males presentes da nação tornados alvos a abater: a imundície do fidalguesco lixo dos vilões fidalguinhos de má medra; os conventos e frades ignorantes que apreciará depois como “torpes fradalhões”; e, sobretudo, o “nevoeiro britânico”. Todos envolvidos pelo diáfano manto da ignorância.

No que à ignorância respeita, sabemos quanto o convicto liberal relevou ao longo da sua curta vida a ilustração e a educação, considerando esta como “o maior e mais importante negócio da pátria” (G., 1966, vol. I, p. 672).

Com imensa obra e ação nestas matérias, bastará referir como provas reais que legou ao país o mais importante tratado do século sobre educação, o *Da educação*, se bem que incompleto²³, e que foi da sua pena, em nome da Comissão de Reforma Geral dos Estudos que o aprovou cabalmente, que saiu o *Plano da Reforma Geral dos Estudos*²⁴ para organização da educação e ensino públicos, reforma da universidade de Coimbra, academias, escolas e estabelecimentos públicos a vigorar no regime liberal, e que foi elaborado logo a seguir à vitória sobre os absolutistas em 1834 por incumbência de D. Pedro IV, então príncipe e regente em nome da rainha.

Dado que sobre frades e fidalguias já fizemos algumas referências e a temática dos frades será retomada no capítulo da religião, debruçemo-nos um pouco sobre a questão do “nevoeiro britânico”, matéria aqui relevante e que o poema que a seguir analisaremos também elegerá como alvo.

É sabido quão útil foi para Portugal a ajuda dos britânicos nas invasões francesas. Sabe-se também que logo da primeira invasão, quando Junot chegava a Lisboa, resultou a fuga da família real e corte para o Brasil em 27 de novembro de 1807, do que resultou um enorme e perigoso vazio de poder. Ganha que foi a guerra contra os franceses, os adjuvantes ingleses fixaram-se por cá e foram-se apoderando progressivamente do poder político e militar da nação bem como do nosso comércio e riquezas, devastando e arruinando paulatinamente o país e criando uma percepção clara de ocupação e consequente perda da nossa independência. Tal ambiente gerou um progressivo mas acentuado e generalizado sentimento de antipatia para com eles, situação que se foi estendendo à própria regência portuguesa da época.

Tal sentimento era personificado sobretudo na pessoa de Beresford, principalmente a partir da sua nomeação como comandante e reformador do exército português, condição que depressa o fez concentrar em si funções de governo como regente do reino. Em sintonia, censura e medidas repressivas recrudesceram, aumentando medos e restringindo ainda mais as liberdades. Estes factos e a “cobardia” da fuga e ausência reais criaram ambiente propício ao aparecimento de movimentos vários de oposição e conspirativos, a maior parte secretos, para afastar os ingleses, criar um governo nacional

23 O tratado saiu editado em Londres (Casa de Sustenance e Stretch) em 1829. Com ele, Garrett introduzia em Portugal o pensamento educacional de Rousseau (cf. Machado, 1993). Sobre o problema da incompletude do tratado, pode ver-se: id. (2009), pp. 41-55.

24 Este Plano foi integrado como anexo na recente edição crítica do tratado (cf. G., 2009, pp. 259-264) e em Machado, 1993, pp. 186-188.

e repor a independência do país. O fator celeridade tornava-se cada vez mais pertinente, sobretudo a partir de setembro de 1816 quando Beresford chegou de viagem feita ao Brasil e de onde regressara com poderes ainda mais reforçados por convivência régia.

Pois bem, Garrett militou muito cedo nesta animosidade contra os ingleses. Gomes de Amorim regista como primeiro sinal da antipatia contra os aliados, contraposta ao sentimento de simpatia pelos ventos da França e pelo seu herói Bonaparte que também fora ativo combatente pela revolução de 1789 (Rudé, 1988, p. 190), o sentimento de alguma tristeza e desilusão que de certa forma o invadiu ainda na Terceira, quando soube da notícia do sucesso dos ingleses e seus aliados sobre as tropas do “gigante do século” em Waterloo, em 1815. Este sentimento revelar-se-á ainda mais afoito pouco tempo depois, aquando da sua chegada a Portugal em 1816 para se matricular em Coimbra. Anota-a o autor das *Memórias biográficas*: “Ao desembarcar em Lisboa ficou o moço viajante desagradavelmente surpreendido por ver a sua pátria quase exclusivamente governada por ingleses” (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 115). É uma anotação resultante de confidências cúmplices partilhadas tardiamente mas que, afinal, já tinham sido corajosamente assumidos no poema juvenil que a seguir se transcreve contra quem tiranizava, usurpava e sugava as nossas fazendas.

A derradeira parte do poema arrasta consigo uma exortação veemente, um quase incitamento à revolução escancarada contra a ignorância fradesca e os ocupantes britânicos e seus sequazes, em substituição da que ainda feria cautelosamente em lumes clandestinos que ele também atiçava. Face a tal exortação, dificilmente a indiferença persistiria em qualquer ânimo que a lesse ou ouvisse. Assim exercia e prosseguia a pedagogia para a revolução. Leia-se, então:

Oh! Será teu poder, celeste nume
 A quem por ora, como a «Deus ignoto»
 Tácito adora o Luso
 Em misterioso altar erguido a ocultas
 De sáfaros patrícios, de ímpios flâmines
 E oh! mais que tudo, do estrangeiro odioso
 Que no insofrido jugo
 Nos rebitou os cravos que abalavam,
 E, mercador chatim, de nosso sangue,
 De nossa honra fez tráfico e ganância
 Cos baxás do tirano.

Sim, amigo; esta corja odiosa e bárbara,
 Opressora da Lusa liberdade,
 Esta canalha de Al-b-on soberbo
 Aqui fixou seu trono.
 De botelhas coroadas, e de olhos, boca,
 Das orelhas, nariz e doutras partes
 Esguichando cerveja, numa *glória*
 De espesso nevoeiro,
 Pousou seu génio bruto em nossos muros;
 Co nacional *God-damn*, e o frasco a pino,
 Nos bebe o vinho, nos esbulha as bolsas,
 Dá-nos em troco os sestros.
 Dá-nos as manhas, os costumes feros,
 As ridículas modas, enfim tudo
 Quanto não é o amor de certa coisa
 Que a bonzos, naires fede (G., 1966, vol. I, p. 1550)

O poema “Sonho profético” nasce no mesmo contexto, cumpre a mesma estratégia, visa os mesmos objetivos e obedece a uma estrutura organizacional de conteúdos muito afim deste. A diferença que mais nos desperta a atenção é a da mais curta distância da revolução: apenas oito meses. O enredo, que o tem, é simples, e a mensagem que contém é ainda mais acutilante e apelativa que a do poema anterior. Tudo se dissolve, alegoricamente, num sonho. Não um sonho qualquer, mas profético, divinatório, na peugada, aliás, do presságio de “As férias”.

No percurso da trama, os repentinos caóticos, tão próprios da realidade onírica, fazem sobressair uma racionalidade intencionada que envolve a globalidade da peça e que é bem perceptível, semeando pedagogia, agitando mentalidades, varrendo indiferenças, incendiando vontades, incitando à revolta e antecipando a festa de uma pátria livre.

No primeiro momento, ver-se-á o poeta os contrastes do fado da pátria metaforizada em veneranda matrona. Voando, ele a encontrará em sombrio vale rodeada de imponentes troféus que lhe fazem ler um passado triunfante entre as demais nações. Mas num segundo momento, ele a observará em debilidade extrema e acorrentada com pesados e férreos grilhões que lhe abrem feridas de sangue por esforços de libertação, em vez dos cetros e palmas de outrora. Em cada verso que dá eco ao pranto, aos gemidos e aos queixumes da infeliz matrona, em fala de froixa voz, se adivinha o desaparecimento da ausência régia e o vexame da ocupação britânica.

Tudo se vai desenvolvendo como prelúdio a um dos momentos chave do poema: o da exortação. Esta chega através da voz transfigurada da mesma figura... Que diferença! Como se transforma a “froixa voz” da velha senhora em força tremenda de persuasão quando, redizendo o já dito, perfila as consequências dos contrastes pátrios do presente e do passado; quando retrata as causas do humilhante momento de então; quando desestima, admoesta ou incrimina a indiferença, a subserviência, as cobardias, as vis traições... que em filhos de pátria tão nobre e celebrada são vergonha e opróbrio. Escute-se:

Tal fui; tais foram filhos meus outrora...
 Ah! Senhores então, escravos hoje...
 Escravos! oh! que nome abominável!
 E há céus que mandem tal, deuses que o ordenem?
 Sem leis, sem pátria, na opressão, nos ferros
 Não vedes, filhos meus, não tendes peito,
 Olhos não tendes para ver o abismo
 Que vos abre ante os pés a tirania?
 A tirania, esse execrando monstro
 Que, ladeado de fúrias, de maldades,
 De sobre o trono, que lhe ergueu a intriga,
 Que o fanatismo vil, qua a cobardia,
 Que a bárbara ignorância lhe sustentam,
 Punhais, venenos; cárceres reparte!
 Esse monstro!... e das garras sanguinárias
 Não lhe roubais a miseranda pátria?
 Não tendes lábios já, não tendes braços
 Para bradar vingança e executá-la!...(ibidem, p. 1531).

Assim falou, como falará também, que o sonho o trouxe “com fero cenho”, o monstro “do execrando despotismo”. No discurso de ódio que da boca deste sai, repudia confiadamente vinganças juradas de justiça e leis que na tirania cabem:

– Meu prazer, minha vontade;
 As leis são estas. Ao vassalo cumpre
 Executá-las só, não conhecê-las:
 Os direitos do cetro a vós não cumpre,
 Mesquinha plebe, examinar audazes,
 Cegos obedecer, tremer ante ele,
 Curvar-se e respeitar... ibidem, p. 1532).

E se a ousadia dos sofridos e desventurosos povos contrapuser direitos às obrigações, como mandam os contratos entre povos e soberanos, a fala do déspota recorrerá à velha doutrina jusdivinista do *omnis potestas a Deo*:

- Dos céus à terra
- O supremo poder aos reis proveio
- [...]
- Altos decretos
- Do Eterno examinar vos é vedado.
- É boa por essência a divindade (ibidem).

Será neste ambiente de tensão entre a tirania despótica e a pátria livre que o jovem estudante, por imprevistos e cadências que no sonho cabem, fará renascer, ao compasso da voz revoltada da Natureza que nunca engana, a luz e a liberdade sobre o cadáver do opressor.

E se a penosa realidade com que se confronta ao acordar interrompe a festa da vitória que já corria, repondo os fantasmas do despotismo reinante, o último verso e a mensagem contida na profecia sonhada redimirão frustrações que o real ainda impunha repondo o ânimo na luta pela vitória profetizada contra a tirania. Acompanhe-se o poeta:

Mal soaram pelo ar os sons extremos
Eis repentinos, rápidos fuzilam
Raios, coriscos; troa o céu tremendo,
E em fumo e fogo se me esconde o vale.

Vai-se aclarando a cerração; e em breve
Vejo em mais pura luz que a tocha d'alva
A matrona gentil brilhar já livre.
Morto a seus pés o monstro lhe jazia
Que em negro sangue se escoava ainda.

Exultei de prazer... acordo... e vejo
Que era sonho a visão, fantasma o gozo.
Maldisse os ferros que me pesam inda,
E aos tiranos jurei ódio implacável (ibidem, p. 1533).

Referimos antes a grande pertinência que adquiriu o fator celeridade na preparação e eclosão de uma profunda mudança em Portugal, quando Beresford regressou do Brasil em 1816 com poderes reforçados de regente, no

fundo um rei substituto de João VI. Os efeitos de tal não tardaram a sentir-se em abusos e despotismo tirânico de toda a ordem, nomeadamente censórios e persecutórios, estribados em redes de denunciante. Nesta base, o descontentamento contra o jugo estrangeiro inglês cresceu exponencialmente. Seria neste ambiente de grande tensão e urgência que aconteceria a conspiração do afamado militar maçónico Gomes Freire de Andrade, em 1817, germinada na associação secreta Supremo Conselho Regenerador e que terminaria tragicamente com o enforcamento do general e a execução de outros bravos conspiradores, em outubro desse ano. O nome de Beresford e dos ingleses foi de imediato associado à denúncia e morte dos revoltosos, e Freire de Andrade tornou-se, de imediato, aos olhos da nação inconformada, o mártir da liberdade e da luta pela independência, o símbolo das ideias liberais, o fermento de uma cada vez maior aversão aos ocupantes “protetores” e o elã de uma revolução urgente. A indignação foi geral.

O “partido” dos franceses colhia, então, vantagens. Recorde-se que Freire de Andrade e alguns dos executados haviam sido combatentes nos exércitos napoleónicos e indubitavelmente influenciados pelas ideias progressistas francesas. No caso do general, o seu círculo de amizades prova-o bem (cf. Carvalho, n.d., vol. I, pp. 150-151).

O jovem estudante viveria com muita intensidade, emoção e revolta estas mortes, e disso fez eco imediato. Assumindo abertamente perante os colegas da academia as suas ideias, decide enveredar pela feitura de panfletos com proclamações a espalhar na universidade e entre o povo incitando este à revolta pela expulsão dos ingleses e pelo regresso do fugitivo rei. Todavia, não levou tal projeto avante face às pressões de amigos e familiares que temeram represálias e consequências severas para o jovem. Mas não abdicaria de deixar o seu testemunho de indignação e marca de subversão revolucionária num soneto de brutal veemência acusatória, feito a quente. Igreja, realeza, ocupantes ingleses, regência, juizes... todos ficaram nele gravados para sempre como réus e cúmplices do hediondo ato. E não poupa para todos uma dura e qualificada sentença. Transcreva-se:

Longe hipócritas vis, longe impostores,
O mentido aparado religioso!
Que um Deus de amor, o nosso Deus piedoso
Abomina, detesta esses horrores.

De atrozes Leis cruentos guardadores,
 Vos curvais ante o déspota orgulhoso,
 E o sangue da pátria precioso
 Torpemente vendeis por seus favores.

Geme sem protetor a humanidade:
 E vós, juízes, vós, tigres humanos,
 A imolais sem remorso e sem piedade.

Ah! Tremei, sanguinários desumanos;
 Que ela há de vir, tremei, a Liberdade
 Punir déspotas, bonzos e tiranos (G., 1966, vol. I, p 1717.

Com coragem e fé no futuro, o poeta erguia mais uma vez desassombradamente, para a academia e o resto da nação, o estandarte da liberdade.

3.2. Teatro

Neste combate persistente, outro vetor alcançou “o divino” a campeão da luta pela liberdade: o da dramaturgia. Percorramo-lo num breve apontamento.

Começamos por recordar a cena atrás descrita da fuga apressada de Coimbra para o Porto em 24 de agosto de 1820 logo que soube que a revolução eclodira na sua cidade berço (8pp. 40-41). Deixava a meio os ensaios da sua tragédia *Mélope* que nunca mais teve condições de subida ao palco.

Está identificada a grande e precoce inclinação do autor de *Frei Luís de Sousa* para este género literário. *Mélope* e *Lucrecia* iniciaram o trajeto e conheceram versão completa, mas conhecem-se várias outras peças deste período juvenil que foram autênticos ensaios do processo que o levaria mais tarde à criação no género das obras-primas que nos legou. Algumas delas chegaram-nos graças ao interesse e diligências do meticuloso biógrafo Gomes de Amorim que lhes concedeu publicação póstuma. São os casos do drama *Átala*, datado de 1817; da tragédia para cinco atos, da qual não nos chegaram mais que três cenas do primeiro, *Afonso de Albuquerque*, datada de 1819 e para a qual o autor escreveu um interessante “Prólogo” de que transcrevemos o sugestivo último parágrafo:

Quaisquer que sejam os fados da minha tragédia, sobejar-me-á sempre a consolação de dizer que o amor da pátria a fez nascer, e que

o desejo de enriquecer o teatro, e língua nacional, e dar aos portugueses novos incentivos de glória, e o amor das virtudes me fez abalançar a tão difícil, escabroso, e arriscado trabalho (ibidem, vol. 2, p. 1995);

da tragédia *Sofonisba*, do elogio dramático *O amor da pátria*, e da ópera bufa *La Lezione agli amanti*, três peças datados também de 1819. Entretanto, em 1816, ainda na Terceira, compusera, seguindo *Os persas* de Ésquilo, a tragédia em cinco atos, *Xerxes*. Recompô-la já em Coimbra por insistência dos colegas que o instaram a que fosse representada. E foi, de facto. Programada para o palácio dos Coutinhos, acabou por ir a palco no palácio dos Grilos “por entre os aplausos de toda a academia” (ibidem, 1787). Infelizmente não chegou até nós. Diz Garrett que se terá desmanchado e extraviado pelas mãos dos muitos que a quiseram copiar, mas Amorim alvitra que terá sido destruída pelo biografado por não a ter considerado com mérito literário suficiente (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 137, nota 1), como terá acontecido com vários outros títulos que se desconhecem.

O nosso juvenil dramaturgo começara a pensar e a escrever a *Mélope* com 15 ou 16 anos, aperfeiçoando-a mais tarde para ser representada em 1820. Embora a plenitude da ação pedagógica da obra, nomeadamente pela ênfase concedida à liberdade e pela aversão aos tiranos, tivesse sido diminuída pela omissão da sua apresentação ao público, tal ação não deixou de se exercer. A disseminação das ideias nela contidas através do grupo dos atores que ensaiavam a peça terá sido acrescida passando de mão em mão, como quase tudo o que na altura saía da pena do “divino”. E não faltavam nela ensinamentos e recados, como podemos ilustrar reproduzindo apenas os versos finais que, a ter sido representada, não deixariam de entusiasmar e unir vontades do público contra a tirania:

Vem recordar-me – e vós lembrai-mo todos
 A todo o instante – que subi ao trono
 Precipitando dele a tirania.
 Maior obrigação, dobrado encargo
 Tenho de ser bom rei, maior castigo
 Mereço, e mais atroz, se for tirano (G., 1966, vol. II, p. 1861).

Contrariamente à *Mélope*, a tragédia *Lucrecia* foi a palco. Foi representada no Palácio dos Grilos em fevereiro de 1819, três a quatro anos após a sua escrita, a crer na opinião fundamentada de Gomes de Amorim (1885, p. 1904). O biógrafo concebe-a até como o primeiro mergulho do longo

trajeto do autor na dramaturgia e o primeiro momento do teatro moderno português. A peça teve um grande êxito, quer do ponto de vista da representação, quer das intencionalidades ideológicas enquanto instrumento pedagógico para a revolução. De certa forma, antecipava o que, depois da revolução, foi o êxito da primeira representação da tragédia *Catão*, em 1821. Tal sucesso foi grandemente potenciado por uma circunstância que, curiosamente, também aconteceria com *Catão*: o autor foi também ator. Desde logo, e como ator, Garrett assumiu o importante “Prólogo”. Nele se apresentava, justificava e enquadrava a tragédia que transportava para a pátria lusa “Um caso atroz da memoranda Roma” (G., 1966, vol. II, p. 1910) face ao qual gemera outrora a natureza e contra o qual “A virtude, e a razão clamou vingança” (ibidem). Além disso, chamaria também a si o papel de Bruto. Ora, conhecendo a tradição lendária que envolve a figura que dá nome à peça, a mensagem torna-se transparente, não o sendo menos a simbologia do papel avocado pelo poeta. Recorde-se: do ato de suicídio de Lucrecia, esturpada pelo filho do rei, em nome da defesa da honra e da virtude e perante a presença do ultrajado marido, Colatino, e do pai, teria nascido o pretexto para o movimento revolucionário que acabaria por derrubar a monarquia e que conduziria à implantação da república romana. Tal pretexto teria sido aproveitado precisamente por Bruto, presente na cena fatídica, o qual, tomando em suas mãos o punhal ainda ensanguentado com que Lucrecia se suicidara, lançou o grito e apelou à revolta popular que então nasceu e havia de afastar do poder o último rei de Roma, o cruel e tirano Tarquínio, o Soberbo.

A última fala de Bruto e da peça, clamada, então, pela voz do poeta, terá tido na assistência um efeito explosivo:

A fim mais digno, e justo

Este sagrado ferro os céus reservam.[...]

Trema, fuja de vê-lo a tirania;

A seus terríveis, impetuosos golpes

O trono há de ranger, cair, prostrar-se.

Do sangue que inda fresco lhe goteja,

Pula, renasce, vive a liberdade.

Romanos! à vitória! à vitória, à glória, à honra:

Clama por este sangue a pátria, e Roma;

A seus brados expire o despotismo;

Brote do crime, a cândida virtude;

Vivamos livres, ou morramos homens (ibidem, p. 1963).

Com este brado, Garrett alcandorava-se mais uma vez e publicamente a paladino da liberdade. Escolheria até, através do último verso, a via mais radical e desafiante das concepções antropológicas do movimento das Luzes: a via de Rousseau, o maior inspirador ideológico da revolução francesa e da respetiva constituição republicana, que consagrava a liberdade e não a racionalidade como essência do homem.

Amorim mediu assim, evocando testemunhos de quem assistira ao teatro, o êxito da peça, a eficácia da mensagem, mas também as consequências para o arrojado jovem:

Entre os atores, o autor e a maioria do público cruzavam-se olhares de inteligência. Aquele [último] verso parecia ser manifestação de um pacto secreto. Ninguém duvidava de que o poeta se dirigia ao coração dos patriotas; e havia quem visse em Lucrecia o disfarce de Lísia; em Tarquínio, o do domínio inglês; e em Bruto, o da ideia que se agitava nas reuniões das sociedades maçónicas. Pressentia-se que 1820 estava perto. Mas este amor do trágico portuense pelos papéis de Bruto devia ser-lhe funesto algum dia. A inveja, aplaudindo-o publicamente, aguçava na sombra o punhal da calúnia, e preparava-lhe para ocasião oportuna o cárcere e o desterro! (Amorim, 1881-1884, t. 1, p. 145).

O brado de rebelião de Bruto contra a tirania da monarquia reinante que conduziu à implantação da república romana assumido por Garrett na escrita e na voz, bem como a referência de Amorim ao ambiente ideológico das sociedades maçónicas onde fermentavam também ideais republicanos levam a fixarmo-nos em dois aspetos para finalizar esta excursão pré-vinista do poeta: o da sua pertença e militância em sociedades secretas; e o da questão do seu ideário republicano nestes verdes anos.

3.3. Republicanismo e ação maçónica

Conta Amorim, na introdução à incontornável obra das memórias garrettianas, o momento que marcou a sua ligação definitiva ao biografado. Tinha vinte e um anos quando fora convidado para uma festa literária que reuniu a nata dos escritores, cientistas, tribunos e jornalistas lisboetas sem atender às cores políticas de cada um. Aconteceu no ano das revoluções da primavera dos Povos, 1848, que em França culminaria – Revolução de fevereiro – com a queda da monarquia e a instituição da segunda república. Na altura dos discursos da festa, relembra Amorim, as neutralidades políticas

desapareceram e as tensões tornaram-se patentes sobretudo entre monárquicos e republicanos. A finura e a inteligência de Garrett mostraram-se então, pedindo a todos silêncio para poder fazer um brinde. E começou: “Tenho a honra de propor um brinde à república...”, e intervalou. O burburinho foi forte com o gáudio dos republicanos. Pedindo de novo silêncio, terminou o brinde: “das letras”... (ibidem, p. 16). Quebraram-se as tensões, e a festa continuou.

Trazemos aqui este episódio lembrado com pormenor trinta e três anos depois, pelo significado e induções que dele emergem:

Antes de mais, o episódio em si é um recado público, carregado de ironia e sarcasmo, aos muitos, e alguns estariam presentes, que sempre o acusavam de velho, perigoso e radical republicano, anátema que serviu sempre de arma aos seus invejosos depreciadores e inimigos; em segundo lugar, é uma justificação antecipada dos juízos que o biógrafo faz sobre o liberal combatente da liberdade contra as representações recorrentes, depreciativas e politicamente instigadoras dos seus detratores; em terceiro lugar, alega e abona a favor das evoluções naturais, quer das do autor de *Lucrecia* quer das do autor das *Memórias* que aproveitou para ler ideias, atitudes e palavras mais destemperadas e fogosas como frutos da verdura dos anos. De facto, Amorim confessa que na altura também “se jactava” de ser partidário do republicanismo, diluindo logo tal posicionamento com o argumento da pesada autoridade de Rodrigo da Fonseca Magalhães, liberal de percurso político brilhante encostado às correntes mais moderadas mas que, em novo, também se mostrou ligado à conspiração revolucionária de Gomes Freire de Andrade sofrendo até perseguições e exílio na contrarrevolução. Escreve em nota Amorim: “Rodrigo da Fonseca Magalhães, acusado uma vez do republicanismo da sua mocidade, disse em plena câmara dos deputados, que o livrasse Deus do homem que não tivesse sido republicano até aos vinte e cinco anos” (ibidem, nota 1). A mensagem era clara e redimia politicamente o moderado biógrafo e o mais descomedido biografado.

Este anátema reiterado sobre o autor de *O arco de Sant’Ana* viria de novo a tema e de novo em tom de um certo branqueamento cauteloso, quando Amorim trouxe a lume os escritos póstumos de Garrett em que incluiu a tragédia *Lucrecia*. Em extensa nota aposta ao tão polémico último verso, “Vivamos livres, ou morramos homens”, tão de contexto e sabor republicanos, escreve, matizando factos:

Tão acusado foi o poeta, nos seus primeiros anos, e tão injustamente o foi, atribuindo-se-lhe opiniões políticas que não tinha, que mesmo nesta peça, em que era natural que pretendesse alardeá-las, não as vemos manifestadas. A trágica morte de Lucrecia, capaz de fazer republicana a própria burra de Balaão, tendo dado origem à queda da monarquia, não teve poder de arrancar-lhe da alma senão recomendações retóricas: só pedia ingenuamente que brotasse do crime a cândida virtude.

[...] É verdade que ele recitou alguns versos com intenção manifesta de chamar para eles a atenção dos espectadores; mas que prova isso? Que os seus sentimentos eram liberais, desde que se entendia, e que ao amor à liberdade votara corpo e alma. Nada mais.

[...] Os que lhe criaram a falsa reputação de republicano, com intuito de o desacreditar perante D. Pedro e a rainha D. Maria II, foram primeiro os lentes, que seguiam o governo absoluto; e, depois, os invejosos da sua glória (G., 1966, vol. II, p. 1963, nota 1).

Mesmo assim, não cabem dúvidas no autor sobre os entusiasmos e até propostas republicanas de solução do Alceu da liberdade neste e no período vintista até às desilusões contrarrevolucionárias da Vila-Francada que o levaram ao exílio e o fizeram crer no cartismo. Concedeu esta convicção em mais que uma ocasião, embora salvaguardando sempre a sua matriz de comedimento e de respeito à monarquia, mesmo que com algumas tergiversações. Numa dessas ocasiões, fá-lo a propósito da conjugação que sempre encontrou no autor das *Viagens* entre a *liberdade* e a *ordem*, mesmo em associações de cariz revolucionário e secreto. Escreve:

A sua república, se porventura sonhou alguma vez com ela nesses clubes, devia ser como as de todos os rapazes de vinte anos, admiradores das da Grécia e de Roma. O seu republicanismo nunca foi perigoso, porque era essencialmente ordeiro e mais ideal do que prático. Parece que a estas condições de pouca vitalidade, reunia, como consequência, o não ser duradouro, porque nem um só documento nos ficou dele. Admirador da virtude antiga, e entusiasta da liberdade, era natural que se lhe exaltasse o ânimo com o desejo de que essas divindades viessem a ter culto público na sua pátria. Mas não foi carbonário, nem demagogo, nem sequer republicano exaltado..." (Amorim, 1881-1884, t. 1, pp. 136-137).

Mais à frente, a propósito de um elogio dramático que o poeta escreveu em finais de 1819 – "O amor da pátria" – para festejar em Coimbra o nascimento

da princesa da Beira e futura D. Maria II, deduz Amorim, fazendo adivinhar alguma ingenuidade intencionada, o seguinte:

As Análias desde algum tempo que tinham absorvido todo o republicanismo, inspirado pelos clássicos antigos. Já no Elogio dramático, atrás citado, se revela sincero monarquista. [...] E se, como é provável, foi republicano teórico, cedo reconheceria a impossibilidade de realizar esse ideal político dos seus anos juvenis” (ibidem, p. 153).

O modelo dos clássicos, alvitado por Amorim como inspiração exclusiva para o seu republicanismo, é manifestamente exagerado. Da mesma forma, a dúvida que introduz através da probabilidade que atrás aponta tem pouca consistência. Na verdade, os entusiasmos republicanos do poeta e romancista²⁵, ainda que sobretudo de índole teórica e circunstancialmente situados, tinham como foco, sem dúvida, a realidade portuguesa de então. E do que também não há dúvidas é das razões da força do anátema acusatório que daí resultou e o acompanhou toda a vida. Recorde-se, como exemplo, a prisão que o atormentou e aos outros redatores de *O Português*, em 1827, precisamente sob a acusação de sedicioso e subversivo anarquismo e republicanismo contra a pessoa da rainha. Era criminação desmedida, sabemos isso, já que a monarquia constitucional há muito que era a principal matriz que o norteava e assim havia de continuar. De qualquer forma, as intenções exorbitantemente malévolas da acusação não eram totalmente inócuas. Escudavam-se em tempos de um passado distante ou de alguns presentes ou passados próximos em que retrógradas adulterações constitucionais ou flagrantes arrepios à liberdade do poder constituído assanhavam a moderação.

No ano anterior à sua morte, em modo de escrito biográfico e de balanço, ainda o poeta e dramaturgo sentiu necessidade de repor o problema e de assentar posição. Não para enjeitar o seu passado mais impetuoso, revolucionário e de idealidade republicana, mas para separar águas e fixar padrão ideológico, ainda que não calando veementes críticas e adivinhando ou ameaçando alternativas que espreitavam sempre que as monarquias davam o flanco prostituindo-se e aviltando-se:

É um sofisma de calúnia, porventura admissível como epigrama se, republicano e demagogo, o autor de Camões, de Gil Vicente e de Frei Luís de Sousa, houvesse alguma vez professado as hipócritas doutrinas do nivelamento social que tão poucos aclamam com sinceridade,

²⁵ Sobre esta questão, tenha-se em conta a leitura que faz Augusto da Costa Dias (1971).

e menos ainda com perseverança. Mas a tribuna, a imprensa e o Conselho o viram sustentar sempre com denodo e dedicação a causa da monarquia, sustentá-la como inseparável da causa da liberdade do povo, da qual é não menos zeloso e estrénuo defensor.

A verdade é que as distinções monárquicas tanto dão lustre ao mérito e o recebem dele, quanto se envilecem e prostituem lançadas à ignávia ou ao demérito que não conseguem enobrecer.

O dia em que os reis compreenderem bem este axioma, será o último das aspirações demagógicas (G. 1966, vol. I, pp. 1660–1661).

Voltando aos arrebatamentos juvenis do poeta e ao recrudescimento geral do descontentamento e da luta do país pela liberdade e pela mudança política, recordamos que o estudante de leis não seguiu a estratégia de resguardo por que muitos dos mais afoitos optaram, integrando e militando em associações secretas. Fundou uma com outros amigos que tinha como sede a casa do livreiro Jacques Orcel, ao arco de Almedina, e frequentou uma outra ainda antes da criação do Sinédrio, em janeiro de 2018, tendo também, como já alvitrámos e outros estudiosos concedem, pelo menos colaborado com este (cf. Monteiro, 1971, vol. I, p. 69).

Como é sabido, a escolha desta estratégia de luta fez multiplicar de tal forma estas lojas durante os três anos que antecederam a revolução que, em 30 de março de 1818, sairia, emanado do Brasil onde se encontrava rei e corte, um alvará régio com força de lei, a proibir todas as sociedades secretas pois “se têm convertido em conventículos e conspirações contra o Estado” (*Coleção de leis...*, vol. I, p. 26).

Garrett sobressaía na dinâmica e atividades desenvolvidas nestas associações, quer enquanto ideólogo, quer como organizador de iniciativas de doutrinação e de formação de mentalidades. Teatros, poesia, comemorações, récitas de gratulação ou protesto...eram frequentemente programados aí para apresentação à academia em salas particulares de teatro ou outros espaços semiclandestinos. Nas reuniões internas ou nas iniciativas exteriores, os textos que ele usava, seus ou de outros, e as intervenções que fazia quebravam indiferenças e incendiavam quem os ouvia. Gomes de Amorim mede algumas das consequências que haviam de perseguir o liberal por toda a vida:

Era nessas sociedades secretas que Garrett excitava os ânimos; não pregando a anarquia e a desordem, das quais foi sempre inimigo; mas falando em nome da pátria oprimida, a linguagem dos homens

livres aos seus discípulos entusiastas da liberdade. Alguns dos seus discursos desse tempo, repercutindo-se vagamente fora do recinto em que eram pronunciados, mereceram-lhe mais tarde, dos adversários da revolução de 1820, e dos inauferíveis de 1823, a qualificação de demagogo. E a essa acusação infundada deveu parte das perseguições de que foi vítima (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 136).

Em síntese, podemos dizer que neste período pré-vintista, o poeta e dramaturgo deu total cobertura ao enunciado com que muito mais tarde ele próprio se caracterizou em termos de pensamento, criação e ação: “Para tudo o que não é a Pátria e a Liberdade é tíbio e frouxo o seu canto, desgarrado e mal sentido” (G., 1966, vol I, p. 1661).

Com efeito, pátria e liberdade foram, nesta fase, os seus dois grandes amores. Compreende-se, por isso, a precipitada corrida para o Porto, a que antes aludimos, no dia da revolução de 24 de agosto. Era a ânsia de celebrar e viver o que era, também, obra sua.

4. Vintismo: justificação, doutrinação e ação

Chegado ao Porto no dia seguinte ao do ato revolucionário, Garrett viveu e celebrou intensamente o momento e, naturalmente, foi-se inteirando do significado e rumos do que acontecera. Contudo, a intensidade das emoções não lhe toldava a convicção do esforço necessário à sua solidificação, defesa e desenvolvimento. Era uma convicção sólida e fundamentada. Por um lado, além de “apóstolo ardentíssimo” (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 283) de tal mudança e de ter tido, como é sabido, uma ampla e sólida formação familiar e escolar que lhe apurara a inteligência e a capacidade crítica, o agora estudante coimbrão havia já destituído “todos os ídolos velhos” (G., 1966, vol. I, p. 1662) obstaculizantes da ideia de mudança e, como reconhecerá no “Prólogo” à segunda edição de D. Branca, passara os anos prévios à revolução mergulhado na leitura da heterodoxia dos enciclopedistas. Por outro, não desconhecia o que acontecera em Espanha em 1814 com o ingrato e traidor Fernando VII, nem a ameaça à nossa revolução que provinha da Santa Aliança que, desde 1815, sujeitava, em nome da Santíssima e Indivisível Trindade, toda a Europa ao seu jugo e ditames em preservação do absolutismo político e da fé cristã. Este desvio revolucionário português não deixava de ser considerado pelos guardiões da ortodoxia um temerário e provocador repto à assanhada aliança. Recorde-se que duas semanas após a revolução, a 6 de outubro, o nosso embaixador em Paris, marquês de

Marialva, avisava em carta Metternich, chanceler austríaco e figadal inimigo do liberalismo, da desgraça acontecida em Portugal, e pouco tempo depois pedia mesmo a sua intervenção para derrube da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino de Portugal (Dória, n.d.).

Em severa convalescença, o cidadão da *Invicta* não conseguiu regressar a Coimbra onde a sua ação era mais necessária, urgente e eficaz na condução da academia. Contudo, fê-lo logo, a sobreposse, quando soube do golpe desenvolvido em Lisboa a 11 de novembro de 1820, a Martinhada, que tentava afogar à nascença a revolução. Face ao ocorrido, a academia entrara em temeroso alvoroço, e todo o país afeto ao 24 de agosto ficara de sobreaviso. A circunstância aconselhou precaução, regressando-se, por isso, ao recato do secretismo das lojas maçónicas. Criaram-se, na altura, várias em Coimbra, das quais a mais notada foi a Sociedade dos Jardineiros que teve em Garrett um dos mais ativos e catalisadores membros (Monteiro, 1971, vol. I, pp. 197-199). Havia de ser nessa condição que Garrett executaria várias missões sigilosas de cariz revolucionário, de que recordamos a levada a cabo na ilha Terceira em nome das *lojas* de Lisboa, no sentido da adesão da ilha ao movimento constitucional a que ainda se mantinha oposta sob a tutela administrativa e política de Francisco Borja Garção Stockler. O êxito do seu esforço foi total, implantando-se aí o regime pró constitucional em meados de 1821 e fazendo cair esse esbirro do governo sediado no Brasil, o qual foi preso e que ficaria tristemente recordado para sempre através do poema satírico que nos chegou incompleto, *O X ou a incógnita* (G., 1966, vol. I, p. 1951-1952).

Garrett havia de permanecer na cidade do Mondego até finais de novembro de 1821, tendo acabado o curso a 19 desse mês. Foi e fixou-se, então, em Lisboa onde viveu até à fuga para o sofrido exílio em 9 de junho de 1823. Até esta data, em Coimbra ou em Lisboa, Garrett cumpriu de forma intensa e variada o seu desígnio de patriota sincero e de paladino da liberdade, como poeta, como jornalista e panfletário, como tribuno, como dramaturgo, como ensaísta, como cidadão.

Assinalamos alguns dados ilustrativos desta realidade e destes vetores.

4.1. O poeta

4.1.1. De novo o pilar do naturalismo

Após a revolução vintista, a opção naturalista voltou a ter em Garrett um papel primordial. Corresponde este papel à importância que continuava a atribuir ao ideário filosófico das Luzes e visava, sobretudo, libertar a ação do indivíduo da dependência quase absoluta dos ditames do abstratismo de uma transcendência sem apelo, e libertar a nação de uma mediação religiosa e política inquestionável e incontrolável dessa transcendência que sufocava e oprimia as gentes.

Não há dúvida de que por esta via o alvo mais direto de ataque era a Igreja que, deturpando, no seu entender, o espírito do cristianismo originário, transformara a religião divina em “instrumento de crimes, capa de vícios, esteio de tiranias, facho de discórdias, flagelo de cruelíssima perseguição” (ibidem, p. 813), como diria no *Portugal na balança da Europa* quando discorria sobre a “Influência da religião na causa da humanidade”. Aí lastimava, também, em toada idêntica, que “a religião cristã, que tanto favorece, que tanto protege a liberdade, que a ensina, que a prega, que a manda guardar, – a religião cristã foi feita o maior e mais poderoso auxiliar dos déspotas. Escusemos deduzir mais documentos: nomeemos a Inquisição e tudo está dito e provado” (ibidem).

O poeta conhecia muito bem a história de Portugal e sabia como “essa funesta liga sacrilegamente chamada *do trono e do altar*” (ibidem) fora sustentáculo para uma nação oprimida e vilipendiada à custa de cada uma das partes desse binómio se ter prostituído e perdido o carácter do que e para que era a sua natureza e fins. Por isso, minar o sistema religioso tal como se apresentava, à luz da natureza e da razão, era minar o contraforte em que ancorava o trono e enfraquecer o seu potentado opressor. Sabendo, contudo, que um povo não se ilustra em pouco tempo, Garrett insistia numa pedagogia de condições que abrissem caminho à liberdade e ao progresso, retornando sempre ao caminho do iluminismo que relevava a imanência, a razão, o corpo, o sensualismo, a moral natural, a felicidade individual e dos povos no aquém... setas apontadas ao império eclesiástico com estrondoso ricochete para tronos absolutos e tiranos.

Percorramos, então, alguns exemplos poéticos ilustrativos desta faceta, fixando-nos, em primeiro lugar, na *Lírica de João Mínimo*, através de quadros em que se vislumbra “o poeta através do amante” (ibidem, p. 1661).

Começamos por escolher, de forma um pouco aleatória, uma Délia, caso de uma amada que nesta fase se sobrepunha a outras. Em título que a nomeia, dirige-se-lhe em momento de celebração do primeiro beijo, desse “Filho de amor, de Vénus filho”, como dirá num outro poema que dedica a esse ato de amor ou paixão (ibidem, pp. 1596-1597) donde sempre escorre um “enxame de prazeres” que tão claramente se repercutem “nos derretidos olhos voluptuosos” de quem o dá e de quem o colhe. Fixando nos versos do poema a revivência da “lânguida ternura voluptuosa” que então pôs “o coração de gozo arfando” do ainda tímido e envergonhado infante, evocará também nele os ousados e atrevidos desejos de tempo mais tardio que outros sacrários lhe fizeram penetrar (ibidem, p. 1598)²⁶. Este persistente e sensual fervor estampar-se-á de novo na celebração do dia em que o amor os entrelaçou: “Faz hoje um ano – A Délia”. É recordação tornada vida e que o faz vibrar na imagem de

Esse de neve delicado seio
De lânguida ternura voluptuosa (ibidem, p. 1615)

sentindo não ter coração onde tanto prazer coubesse (ibidem). Todavia, este era apenas desabafo de agrado e de bondade para com a visada, pois o prazer de muitas outras paixões cabiam nele. Recorde-se a carta de Carlos a Joaquina, nas *Viagens na minha terra*, onde o personagem, em sua vez, confessava à prima que se lhe perdia a cabeça “nos desvarios do coração”, já que nele tinha energia e poder de mais (ibidem, p. 184). Eram desvarios hedónicos e libertinos afinal já sentidos e vividos nos verdes anos. Com efeito, mesmo com a eleita Délia presente, não se inibia de pesar com a dela outras paixões, como a de uma Rosa. Sentindo em cada uma um hino “Ao sexo amável que nos doira os dias”, expõe ardências sentidas em risos, lábios, seios, desejos, ais, olhos derretidos..., tudo marcas de um amor e paixão desassombadamente sensuais (ibidem, pp. 1611-1613)²⁷. Mas naquela ocasião, clamará preferências pela sua querida Délia com quem um dia, fundidos os dois com a natureza que no silêncio do nada os acoitava e que também de prazer sorria, vivendo tal idílio e prazer sentido a três, fixou um pacto abertamente alheio aos caminhos transcendentais do além fixando felicidade na terra:

26 Este poema e “O beijo” estão ambos datados de junho de 1821.

27 Este libertinismo assoma também num interessante poema datado de fevereiro de 1821 – “Consolações a um namorado” (G., 1966, vol. I, pp. 1582-1583) – em que o poeta se arvora em conselheiro de um amigo para cura de mal de amor não correspondido. A receita era simples: canalizar todos os sentidos que o Criador lhe concedera para todas as belas que surgissem...

Nesta beleza
Vivamos para nós coa natureza” (ibidem).

Outras composições mantêm a mesma toada de vivência de uma felicidade centrada no corpo e sentida na circunstância do mundo, longe dos medos do além e seguindo uma moral naturalista bem ao compasso de Rousseau, substituindo cultos exteriores deificados pela virtude e uma moral social do bem-fazer:

Da divindade o culto é a virtude,
São leis da Natureza as leis divinas:
Disse-o a palavra d’Ele,
Diz-no-lo a voz do coração que é sua.
[...]
Oh! de tal religião, oh de tal rito
Sejamos sempre apóstolos; preguemos
Na terra esta doutrina (ibidem, p. 1575–1576)²⁸.

Mas o ápice deste ideário, desta pedagogia da revolução e também deste desafio das mentalidades que padronizavam a sociedade de então, encontra-se no poema *O retrato de Vénus*. Já outros, como Ofélia Monteiro ou Antonieta Salgado desenvolveram leituras analíticas deste escrito. Nós próprios apresentaremos mais à frente outra leitura no contexto da problemática religiosa²⁹. Todavia, traremos aqui à colação alguns aspetos mais pertinentes à circunstância do significado político-religioso e cultural desta obra-poema.

a) Escrito nas primeiras versões talvez a partir de 1819 na onda de um outro poema marcadamente libertino, *O roubo das Sabinas*, o opúsculo foi editado com a data de 1821, pela Imprensa da Universidade, embora apareça a público apenas no início de 1822. Consideramos que seja o exemplo mais flagrante e ousado do ideário naturalista do autor não apenas pelo conteúdo mas também pelo enquadramento filosófico que lhe dá: o materialismo e o epicurismo sustentados em Demócrito, Epicuro e Lucrecio e um lastro bem visível de referenciais enciclopedistas e de outros ilustrados. Sem reboço, os dois primeiros versos do poema traçam logo toda a sua orientação

28 Em nota, Garrett situa assim este poema, datado de dezembro de 1820, que dirige ao corpo académico: “Na festividade pública em que se celebrou a Revolução de 1820, com distribuição de esmolas e com outros atos de caridade”. O título repete o de um outro datado de novembro, feito e recitado na celebração da vitória sobre o golpe contrarrevolucionário de novembro de 1820, como se verá.

29 Ver pp. 208 e segs.

e são autêntica declaração de guerra ao sistema persistente das concepções tradicionais. Chama Lucrecio para essa declaração:

Doce mãe do universo, ó Natureza
Alma origem do ser, germe da vida... (ibidem, vol. II, p. 629).

E para dissipar dúvidas, acrescenta uma nota bibliográfica onde transcreve a citação do *De rerum natura*, do filósofo materialista e epicurista, prestando vénia pouco depois a outro grande mestre do materialismo clássico, Epicuro. Noutras passagens, chamará Voltaire e os nossos Filinto e Bocage, entre outros.

b) O opúsculo gerou uma enorme polémica jornalística centrada na chamada *Gazeta dos Corcundas*, de nome próprio *Gazeta universal*, numa cata-dupa de artigos maldizentes, acusatórios e ameaçadores assinados por uns tais “Católicos Romanos” e outros, onde pontificava o truculento e inimigo figadal do poeta, o frade José Agostinho de Macedo, acirrando as autoridades para que exercessem justiça e represálias contra o que consideravam ser um flagrante abuso da liberdade de imprensa. Garrett ainda retorquiria, mas tudo acabou em processo judicial contra o autor do opúsculo. Assim, a imprensa livre portuguesa tinha aqui o seu primeiro processo de natureza censória.

c) O conteúdo do segundo e terceiro cantos versa a história da pintura que era formalmente para Garrett o núcleo central do poema, contrariamente à leitura dos *corcundas* que visavam sobretudo a heresia dos primeiro e quarto cantos. Versavam estes a história dos desvarios amorosos de Vénus que, sendo casada com Vulcano, tinha Adónis como amante, sofrendo ainda uma paixão de Marte a que ela não era sensível. A linguagem e cenas descritas deste divino amor-traição, nada ficam a dever às descritas nas paixões humanas do poeta, sobretudo relativamente à da sua amante suprema, também em adultério, a bela andaluza Rosa Montufar.

d) Nesta história divina de amores, Garrett inverte paradigma e cânones da filosofia e da moral religiosas vigentes. A razão substitui a fé e a autoridade, a Natureza faz as vezes de Deus, o corpo e os sentidos são exaltados pelo exercício de um sensualismo impúdico e sem limites obscurecendo a preocupação da salvação eterna e futura da alma, os caminhos da felicidade são invertidos trocando a subida do homem ao céu através da purificação, pela descida dos deuses à circunstância imanente da terra para se realizarem, mesmo que em situação de adultério, através dos prazeres corpóreos do

sexo – os hediondos pecados da carne – que, estes sim, os faziam subir ao céu em êxtases de gozo.

e) As acusações do libelo judicial e dos jornais eram fortes e extensas: naturalismo materialista, racionalismo, heresia, ateísmo, irreligião, imoralidade, impiedade, epicurismo, deísmo, maçonismo, obscenidade, ataques à Igreja e à teologia, vitupérios aos teólogos... Embora formalmente de teor predominantemente filosófico, religioso e moral, as motivações, os fins e o próprio perfil apostólico dos acusadores – esse “resto impuro das fezes inquisitoriais, membro imundo e asqueroso daquele horrendo cadáver” (G., 1822)³⁰ – revelam que o lastro envolvente é profundamente político. Ele próprio o reconhece e afirma no pedagógico discurso de defesa proferido ante os magistrados que o julgavam: “A causa, senhores, a causa única, juízes, é porque eu sou um homem livre e o meu acusador um escravo” (ibidem).

O poeta venceu o pleito do tribunal, mas as consequências com que arcou ao longo da vida foram profundas. Ele assinara o opúsculo editado, pecado que lhe foi também imputado, mas deixaria de assinar as obras seguintes. Entretanto, o calibre nefasto e o alcance consequencial que apostólicos e afins atribuíram à obra foi de tal ordem que, quando o deportado e contrarrevolucionário cardeal patriarca Carolus I (D. Carlos da Cunha e Menezes) regressou ao país para retomar funções, publicou uma pastoral censória, em 28 de janeiro de 1824, em que proibia, debaixo da pena de excomunhão maior, a lição de um conjunto de escritos cuja lista era encabeçada, precisamente, pelo *Retrato de Vénus*.

4.1.2. Em torno do ideário político

Entre convalescença e celebrações da revolução de 24 de agosto nos três meses passados na sua cidade *Invicta*, o poeta foi usando também a pena para exprimir e partilhar as suas emoções de homem e pátria livres. Liberdade e pátria titulariam, precisamente, dois poemas criados ainda nesse venturoso mês: “A liberdade em vinte e quatro de agosto” e “À pátria”:

Os ferros... os grilhões? E as mãos já livres!
 E os descarnados pulsos
 Desalgemados, soltos!... Nós escravos
 Já míseros não somos?
 A pátria é pátria já, nós somos homens (id., 1966, vol. I, p. 1561)!

³⁰ Esta *Declaração* consta, também, em G., 1985, pp. 223-235.

O refrão “nós somos homens” vai-se repetindo com ligeiras alterações, assumindo a chancela do *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens* do cidadão de Genebra, por entre invetivas contra aqueles que durante tanto tempo sustentaram, sob a tirania e o fanatismo, tais grilhões e ferros num povo que devia ser livre.

Este entusiasmo de conquista da liberdade torna-se pedagogia no poema “À pátria”, datado de 30 de agosto, ao refrear receios que vogavam pela nação contra a anarquia atiçados pela memória de Cromwell e de Robespierre.

Lísia, Lísia, não tremas, não receies,
Que um novo facho a liberdade acende:
Pelos alheios erros ensinados
Saberemos fugi-los (ibidem, p. 1564).

Não era inócuo este refreamento, pois tal medo era tema frequente e empolgado dos púlpitos eclesiais e do espírito antifrancês e anti jacobínico que grassava pela nação, e ele sabia-o bem.

Referimos antes como o poeta, ainda convalescente, saiu acochado do Porto para Coimbra quando soube do golpe contrarrevolucionário da Martinhada em Lisboa, no mês de novembro. A academia coimbrã, que também temera o fim da curta liberdade, decidiu de imediato, já com o “divino” presente, festejar a derrota da reacionária intentona. O ambiente ainda efervescente do 24 de agosto e o entusiasmo de nova vitória contra a tirania deram solenidade acrescida à celebração que foi prolongada por dois dias – 21 e 22 de novembro – e foi acolhida, depois de pressão estudantil, na sala dos Capelos da universidade.

Foi farta a participação nos saraus, e as récitas poéticas tiveram lugar proeminente com muitos improvisos. A veia de Garrett sobressaiu e brilhou, como era de esperar. Foi com este ambiente escaldante que foi criado e declamado o célebre, mas também por alguns odiado poema, “Ao corpo académico”. É uma peça incisiva e tremendamente mobilizadora de vontades e ação. É fácil imaginar o silêncio expectante e o transe da assembleia ouvinte quando os primeiros versos ecoaram na sala:

Ergo tardia a voz, mas ergo-a livre
Ante vós, ante os céus, ante o Universo... (ibidem, p. 1568).

É também fácil conjecturar os sentimentos cruzados e antitéticos de respeito e repulsão à medida que os versos teciam loas aos lutadores da liberdade ou vilipendiavam ou repudiavam déspotas e tiranos e os que a eles se curvaram ou em traição com eles colaboraram:

Do nome português vergonha e opróbro,
Portugueses não são, jamais o foram” (ibidem, p. 1569).

Finalmente, terá sido apoteótico aquele momento em que visou diretamente os discípulos em versos de saudação, louvor, alerta, apelo, ameaça e jura:

Pode mais do que a espada a voz e a pena;
Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada,
E veja o mundo com terror e espanto
Em cada filho de Minerva, um Marte.

Tremam à nossa voz, caiam por terra
Aos nossos golpes, quantos se atreverem
A usurpar os direitos deste povo
Que em nós, sua escolhida juventude,
A melhor esperança tem da pátria.

Oh! não lhe malogremos esta esp'rança.
Sejamos como sempre Portugueses,
Vivamos livres... ou morramos homens (ibidem, p. 1570).

O verso final, já ouvido na representação de *Lucrecia*, selaria, entre incontidos e entusiásticos clamores, o juramento das promessas de defesa de uma pátria livre.

Lembremos mais alguns quadros de doutrinação e luta do poeta.

Enquanto continuava a participar, a mobilizar, a organizar e a gerir combates como líder reconhecido da academia, o nosso poeta não deixava de usar o seu génio criativo nem a talentosa pena ao serviço do ideário político que o guiava. Recordamos uma vez mais o uso deste génio através da capacidade de improvisação demonstrada durante os dois dias (2 e 3 de fevereiro de 1821) de celebração da primeira sessão da câmara

constitucional³¹. Alguns destes improvisos foram publicados em jornais da época, nomeadamente em *O Patriota* (n.º 109 de 10 de fevereiro)³². Garrett centrou a sua inspiração em Borges Carneiro, importantíssimo elemento do Sinédrio, jurista de grande saber e tribuno famoso a quem Garrett classificava como campeão da nossa liberdade:

Borges! Oh nome que sagrou virtude!
Oh! Borges! Oh Catão dos Lusitanos!
Cópia, esmero, rival dos Quíncios, Brutos,
Dos Licurgos, Sólon, dos Túlios, Numas!

Lísia, Lísia, não tremas, não suspires:
Um novo facho a liberdade acende;
Sem ferros, sem punhais, aí tens um Bruto;
Borges é quem te salva (G., 1966, vol. I, p. 1576).

Mas a sua fogosidade e espírito oportuno não podiam deixar passar a ocasião sem recado de aviso aos restantes deputados, pois muitos militavam na senda do retrocesso:

Tremei do juramento que prestastes,

Tremei; que um Deus ouviu, que ouviu a pátria,
Que os séculos vindouros vos aguardam;
E no reto provir, ou glória, ou mancha,
Com selo eterno vos espera a fama (ibidem, p. 1577).

Não deixou também de tomar partido sobre a questão da independência do Brasil, tema quente na altura. É muito curioso o posicionalmente que assume no poema “O Brasil liberto”. Por ele se vê quanto pesa no seu ideário político o valor da liberdade. Auspícia para a colónia portuguesa uma irmandade em união com a pátria-mãe já livre, mas nunca trocando essa condição por uma união com a tirania ressuscitada nas cinzas desta liberdade há pouco conquistada:

31 A câmara devia ter aberto no dia 6 de janeiro, mas acabou por transferir-se para o dia 26.

32 O artigo deste periódico que exhibe vários desses improvisos de Garrett e de outros consta também em G., 1985, pp. 169-174.

Oh! seja eterna tão feliz concórdia:
 Mas, se em má hora um dia
 (Longe vá negro agoiro!) dessa escura
 Caverna onde o prendemos,
 Ressurgir férreo o despotismo ao trono,
 Então hasteai ousados
 Os padrões da sincera independência.
 Sim, da paterna casa,
 Salvai vós as relíquias, os tesoiros,
 Antes que os roube o monstro (ibidem, p. 1581).

É uma opção de fundo e consistente. Ela guiará da mesma forma o já maduro ensaísta quando confrontou as hipóteses da independência nacional e da união ibérica. O dilema preenche toda a sexta e última secção do *Portugal na balança da Europa* (1830) cuja síntese inicial é ilustrativa: “O que pode e o que deve ser Portugal na nova balança da Europa. – Alternativa em que tem de optar: ou independência com verdadeira liberdade, ou união com Espanha” (ibidem, p. 925), reservando para o último capítulo – “Segundo membro da alternativa: união com Espanha” – a hipótese mais dramática, se necessária. O paralelismo com a questão do Brasil é flagrante. Se bem que com alternativas contrárias exigidas pela situação diferenciada, o pressuposto é o mesmo: a liberdade vale mais que a independência.

Mas se a intriga estrangeira ajudada da traição doméstica prevalecerem, e nos tirem a *condição sine qua non* de nossa independência, ou *diretamente* destruindo a Constituição, ou *indiretamente* anulando os seus efeitos como até aqui têm conseguido; então relutantes e forçados, mas deliberadamente resolutos, só nos resta lançar mão do segundo membro da alternativa: *unir-nos para sempre a Espanha* (ibidem, p. 941)³³.

Diga-se, a propósito, que grande parte dos liberais mais avançados e daqueles que integravam a Sociedade dos Jardineiros em que Garrett militava, simpatizavam com a independência da colônia.

Na ambiência naturalista de ciência viva do Jardim Botânico, discorrerá o poeta, em “Madrugada”, sobre o odioso despotismo que desprezou os seus sábios e prestou culto à ignorância, e exultará em “A liberdade de imprensa”

³³ Análise mais ampla desta questão no capítulo seguinte desta secção sobre a política.

com tamanha conquista³⁴ que trouxe a lume a razão, a natureza e a justiça contra embustes, crimes e traições tantas vezes sob o emprestado manto da religião.

Noutro ambiente, em pleno oceano, na viagem de regresso da Terceira onde fora em boa hora por vontade sua e incumbência das sociedades secretas exercer ação pedagógica contra o já referido Garção Stockler, compôs Garrett dois poemas carregados de significado e mensagens políticas. No primeiro (datado de 24 de agosto de 1821) celebrará “O aniversário da revolução de 24 de agosto”. Nele espelhará a felicidade que o envolve nesta data,

Oh pátria, oh pátria minha,
Que dia de ventura!... (ibidem, 1966, p. 1607)

e evocará heróis recorrentes da sua literatura militante para louvar os nossos e denegrir os traidores que espezinharam a pátria:

Romanos, oh! não foram
Os Césares e Augustos,
Romano foi Catão, romano Cévola;
E quais esses então são hoje os Lusos:
Nem cabem num só peito
Avaréza e ambição coa liberdade (ibidem).

Dois dias depois, compunha “Ao rei jurando a constituição” (ibidem, pp. 1608-1610). Sabemos a história deste juramento das bases da constituição³⁵ que alguns negaram, como foi Carlota Joaquina e o cardeal patriarca de Lisboa. O ato do rei, ainda que forçado e contrafeito, adquiria enorme importância e criava esteio de unidade aos liberais mais moderados. A cerimónia teve assento perante o congresso em 4 de julho de 1821. Com este poema, Garrett concedia, de certa forma, indulto ao clemente mas fraco rei, lendo esperançadamente o acontecimento como oportunidade da libertação do monarca das traidoras perfídias de adulação, embustes e intrigas, fazendo entrar com ele a razão e a virtude nos paços régios em substituição das nódoas, da tirania, dos grilhões e dos crimes com que algozes nacionais e

³⁴ A liberdade de imprensa foi estabelecida por *Carta-de-lei* de 12 de julho de 1821, mas teria percurso sinuoso a partir daqui. Cf., por exemplo, José Tengarrinha, 1989.

³⁵ Estas bases seguiam o paradigma da constituição espanhola de Cádiz, foram aprovadas por decreto de 9 de março de 1821 e vigoraram até à aprovação da constituição em 23 de setembro de 1822 e assinada pelo rei em 1 de outubro.

estrangeiros ensanguentaram em seu nome braços, razão e vozes do povo oprimido:

Já livre do grilhão, solto dos ferros
Pode o monarca segurar na dextra
O cetro que mil pérfidos amigos
A seu sabor moviam (ibidem, p. 1609).

Com altos e baixos, a revolução ia avançando e a constituição ia-se elaborando. Contudo, com dois anos passados de fruição da liberdade, os derrotados em 24 de agosto iam-se reagrupando e conquistando alguns dos que haviam ajudado na revolução. As apreensões, fragilidades e contradições avolumavam-se e qualquer perturbação interna ou movimento na circunstância europeia criava perturbantes receios, mormente os que vinham da vizinha Espanha. Foi assim com a tentativa que aí foi feita de reposição do absolutismo a 7 de julho de 1822 com a bênção e participação do contrarrevolucionário e antiliberal Fernando VII. Foram muitos os que morreram nessas lutas fratricidas. O Portugal liberal estremeceu, mas debelada a tentativa do golpe, coube a celebração do feito e da memória dos mártires da liberdade da nação vizinha. Foi feita em sessão própria a 24 de julho de 1822 na Sociedade Literária Patriótica de Lisboa. José Liberato Freire de Carvalho orou e pediu a todos os presentes juramento de viver livre ou de morrer defendendo a liberdade. Garrett estava lá e quis intervir recitando um longo poema que mais tarde recompôs e intitulou de “Guerra civil”. Nele mostra o fogoso liberal como tal flagelo fede de horrores, mas regista também que quando esta contenda de irmãos faz brilhar a liberdade, deixa na história a memória que é aviso: “«Tremei no sólio, ó déspotas da Terra»” (ibidem, p. 1630). A reação da assembleia a este que foi o último verso equivaleu às dos outeiros de Coimbra em emoção e clamor, despoletando a chama revolucionária que em alguns ia esmorecendo e fazendo com que todos os presentes jurassem entusiasticamente a liberdade sobre a sua vida. Amorim (1881-1884, t. I, pp. 258-259) narra o episódio e faz uma observação: “Sublime poder da eloquência e da poesia! Foram os versos do poeta que produziram essa unanimidade. Sem eles, não teria faltado quem suscitasse dúvidas e apontasse inconvenientes”.

Vai já larga a excursão, mas não tanto quanto poderia ser. Todavia, parece-nos amostra suficiente para demonstrar que o autor de *O Retrato de Vénus* nunca regateou na ação ou na pena içar bem alto o pendão da liberdade.

4.2. O Publicista

A circunstância académica sempre foi campo fértil de porfia, inconformismo, contrapoder e luta por ideais de justiça, progresso e liberdade. Isso explica, em parte, a fácil aceitação do poeta e dramaturgo como timoneiro dos estudantes e a adesão generalizada destes às orientações e propostas que dele emanavam. Os instrumentos panfletários não foram exceção. Assim aconteceu em ocasião e numa questão que, sendo local e centrada na academia, se tornou nacional pela importância da matéria e pela ampla e aguerrida resposta dos estudantes, circunstâncias que chamaram à sua resolução a própria junta governativa central.

Tudo começou na já referida festa de celebração do aborto da tentativa contrarrevolucionária da Martinhada, de 21 e 22 de novembro de 1820. Algum destempero, como alguns relatos comprovam, muito próprio da juventude, mormente em situações tão emocionais como a que então se vivia, deu azo a que alguns dos textos dos intervenientes nos saraus acometessem os lentes mais retrógrados, com proeminência para o vice-reitor José Pedro Ribeiro Teixeira, absolutista ferrenho que, em má hora, havia tentado convencer o líder Garrett a que os seus poemas contemplassem alguns elogios ao rei João VI. Esta espécie de censura apadrinhada exasperou o poeta instigando-o, como a outros, a atitudes inversas. A tensão subiu, os ataques desfrearam-se e a indignação dos visados, principalmente do vice-reitor, alargou-se para o exterior, o que determinou a apresentação de uma queixa contra os estudantes acusados de demagogia e de serem inimigos da ordem e promotores, pasme-se, de “sinistros projetos de revolução anticonstitucional”. A acusação, sobretudo a última, embora sem qualquer sentido e que tresandava a vingança numa espécie de reverso de medalha do inflamado poema de Garrett “Ao corpo académico”, era grave, e o objetivo depressa se tornou claro servindo sobretudo uma intenção: impedir os cerca de 1500 estudantes de votarem, a 16 de dezembro, para a eleição dos constituintes, favorecendo os defensores do absolutismo e alguns críticos da revolução de 24 de agosto.

Os estudantes só tiveram conhecimento da queixa a 4 de dezembro, menos de duas semanas antes das eleições. A indignação da academia foi geral e tremenda e, como noutras ocasiões, Garrett conduziu toda a revolta. Foi em sua casa que se realizou a reunião sobre a estratégia das medidas a tomar; foi ele que, por decisão e aclamação do grupo, redigiu nesse mesmo dia e encabeçou as assinaturas de um “Protesto da academia de Coimbra” explicativo e justificativo a ser presente à Junta Provisória do Governo Supremo

do Reino para provar a insensatez e falsidade da denúncia feita “por almas perversas, hipócritas, envenenadas de maldade, azedas de ódio, corruptas de peçonha aborrecedoras da luz, inimigas declaradas da razão e da verdade quais estas são” (G., 1966, vol. I, p. 1667). Pedia-se neste protesto a respetiva publicação em periódicos e exprimia-se a revolta com palavras de ambiência revolucionária de grande dureza: “Tremam, tremam esses malvados e vis delatores; esses perversos caluniadores” (ibidem, p. 1668).

Não desarmando e temendo a falta de decisão superior que cumprisse a intenção de impedimento eleitoral, os delatores recorreram à câmara de Coimbra em 6 de dezembro para, ilegítima e ilegalmente, obterem tal veredicto, conseguindo-o. Mais uma vez, o “divino” encabeçou a ação de protesto a essa instituição: disponibilizou de novo a sua casa para reunir; fez jurar os estudantes sob palavra de honra “não desamparar, senão com a morte a santa causa da reintegração de seus foros” (ibidem, p. 1069); e redigiu um novo protesto para a junta governativa que seguiu de imediato, reclamando direitos e justiça pela nova afronta.

Paralelamente à nova representação de protesto decidiu-se pejar a cidade de Coimbra com proclamações que foram afixadas durante essa mesma noite.

Não era desproporcional este conjunto de ações. A possibilidade de participação no primeiro ato eleitoral em Portugal revestia-se de um significado e de um simbolismo inigualáveis. O constitucionalismo, a conquista de uma lei constitucional escrita para o país constituía um dos ideais e um dos núcleos mais agregadores do combate pré-vintista. Estados Unidos, França, Inglaterra eram paradigma. Bastará percorrer a imprensa periódica portuguesa dessa época, a editada internamente, como o *Correio da Península*, ou sobretudo a editada no estrangeiro, como o *Correio Brasiliense*, *O Investigador Português em Inglaterra*, *O Português ou Mercúrio Político*, *O Contemporâneo Político e Literário*, etc. para comprovar o dito (cf. Machado, 2000, pp. 414-436). Com esta conquista encaminhava-se o país para a legalidade perdida na anulação do exercício das cortes, substituía-se o édito régio, ou seja, a arbitrariedade da vontade do rei, pela lei, o súbdito adquiria o estatuto de cidadão e os direitos majestáticos cediam passo à soberania nacional participada em primeira mão através da eleição de representantes por círculo. Assim sendo, como se poderia ou, com maior razão, como poderia Garrett, que tanto lutara por isso, ver desta forma frustrado tão sagrado direito? Por isso, a fúria do Alceu renasceu e estampou-se nas proclamações que redigiu e se colocaram à mercê de todos os cidadãos que puderam

sentir o seu ideário exaltado de revolucionário, a veemência da linguagem que utilizou, os juramentos de morte pela liberdade que prescreveu.

Nessas proclamações aprovadas pelos estudantes, Garrett denuncia a vergonhosa afronta da supressão do mais nobre e sacrossanto direito de cidadania aos estudantes, “a parte mais bela da nação” (G., 1966, vol. I, p. 1070); declara a ilegalidade do ato; acusa os responsáveis pela situação, de “corações déspotas” e de “almas danadas” e incrimina-os de quererem o regresso dos portugueses à velha situação de escravos e ao bárbaro e horroroso direito feudal. Para termos noção mais acabada destas proclamações, reproduzimos uma delas:

Académicos. Basta de sofrer! É muito, ó mocidade portuguesa! Os ferros, que se quebraram à nação, só ficaram nos nossos pulsos. Uma trama odiosa triunfou da justiça e da verdade. Haveis de sofrê-lo? Haveis de levar a sangue-frio o nome de escravos, o opróbrio deles? E na geral felicidade, na liberdade geral arrastar grilhões, e contentar-vos de gemer? Não: não o fareis. Reja os nossos passos a prudência; mas se for preciso mais que ela, empregue-se tudo. Sejamos livres, embora mortos (ibidem, p. 1071).

Face a toda esta denodada e vigorosa luta, os direitos foram repostos, e no dia 8 redigiu mais três proclamações para espalhar na cidade. Imbuído de um regozijo merecido pela vitória, apela agora à liberdade com ordem. Não perde, contudo, a excelente ocasião difusora para fazer doutrinação. Foi ideia forte desta doutrinação a correlação entre liberdade e igualdade, sob inspiração do mestre Rousseau adaptado à condição do sistema representativo, pois só no exercício correlativo destes valores se poderia atingir o bem comum e a felicidade geral.

Garrett descia, assim, à cidade e fundia a cidadania dos filhos de Minerva com a dos habitantes da lusa Atenas, sede da sua *alma mater*. Em luta ativa ou em exercício de pedagogia, a liberdade, a igualdade e a justiça foram divisas incontornáveis de um ideário político que nunca deixou esmorecer.

4.3. O Tribuno

Os dotes oratórios de Garrett, em improvisado ou em escrita pensada, não desmereciam a qualidade da sua literatura poética ou em prosa. É ideia generalizadamente aceite ele ser considerado o parlamentar português mais

brilhante da sua época, quer enquanto deputado das cortes quer como par do reino.

Tais dotes e o gozo do seu uso começaram cedo a ser revelados publicamente. Recordamos o episódio quase caricato acontecido ainda nos Açores com a idade de quinze ou dezasseis anos em que se propôs e conseguiu pregar o sermão de uma festa na ilha Graciosa onde fora visitar o tio João Carlos tendo obtido um êxito retumbante. Ora, foi muito sobre esta aptidão, a par do génio literário, que assentou a rápida liderança a que na academia se alcançou, que brilhou em saraus e outros realizados na lusa Atenas ou já em Lisboa, que conduziu e orientou a ação de grupos ou assembleias em que participou, que arrasou os seus acusadores e convenceu os juizes a tomarem o seu partido e a absolverem-no no processo do *Retrato de Venus*. Mais tarde, espalharia talento oratório nas legislaturas participadas, desde a primeira em 1837 em que representou Braga como substituto de Manuel da Silva Passos, às que se seguiram eleito pelos Açores (duas vezes), por Lisboa, pelo Alentejo e pela Beira e, entre 1852 e a sua morte em 1854, na câmara dos pares. Ficaram nos anais da oratória parlamentar muitos dos discursos proferidos, alguns publicados e outros a pedirem que o sejam.

Para ilustrarmos este segmento da vertente política dos verdes anos do futuro autor da célebre oração sobre a discussão da lei da décima³⁶, optámos por escolher um pertinente e acutilante discurso proferido na Sociedade Literária Patriótica de Lisboa em 19 de julho de 1822.

Esta sociedade tinha um carácter progressista e, nessa condição, os membros mais destacados do grupo constitucionalista integravam-na e participavam nas iniciativas programadas. A assembleia desse dia fora convocada para discussão de matéria eleitoral no sentido de preparar terreno e condições para as eleições ordinárias que estavam à porta, elaborada que estava a constituição. Garrett, como era seu timbre e fôlego, não abdicou do seu contributo. Desnivelado em idade e experiência relativamente aos outros sócios, pois tinha na altura apenas vinte e três anos, não o era em conhecimento, ou sê-lo-ia mas a seu favor, como se demonstraria.

Fez, então, um discurso cheio e farto em eloquência e saber. Versou nele um tema político crucial e incontornável como condição para o sucesso do processo revolucionário, que o mesmo é dizer, para ser encarado pelas cortes com toda a seriedade, afínco e carácter apodítico: a educação e o sistema de ensino.

36 Esta peça teve lugar na sessão da câmara dos deputados de 15 de julho de 1841.

O discurso é um ataque verrinoso contra os lentes da universidade, contra o anquilosado ensino desta e o inadequado e carecido sistema nacional e, mais que tudo, contra o calamitoso estado de desilustração, de ignorância e de analfabetismo da “classe última do povo português” (idem, 1985, p. 258).

Sobre lentes e universidade – quantas vezes o fizera já e o faria depois! –, parte da omissão do orador anterior, o sr. Pretextato de Pina e Melo, nesta matéria. Fixou-se, então, nas qualidades de *eleição* e *rejeição* a ter em conta na escolha dos futuros deputados, para que tais qualidades e seleção consequente se aplicassem também aos lentes, desfiando logo um rosário de condições de rejeição nos mestres da academia coimbrã. Neste âmbito traçou o quadro a ter em conta. Assim, desdenhou do perfil de formação dos existentes, adquirida em ambiente de servidão; pôs em causa a sua capacidade de pensamento; relevou o seu pedantismo autoritário e avesso à crítica e ao contraditório; ironizou o seu modo de ser, estar e ensinar padresco; denunciou o seu apego contumaz à literatura que usavam e aconselhavam por ser rançosa, embaciada e avessa ao progresso do tempo; incriminou a sua dogmatização de princípios subversores da ordem liberal e contrários à luz da natureza. Em consonância, verberou a universidade que, à revelia do que as novas ideias requeriam, “caminha(va) como dantes, pela rotina velha e rançosa de sua presunção estúpida, e de seu orgulho catedrático” (ibidem, p. 262), servindo de pasto a uma juventude inexperta que “ali bebia o leite da servidão, e o sustento do despotismo” (ibidem). Exemplificou a situação com um caso, para si muito sensível, da faculdade de leis que frequentou: o do livro de ensino usado em direito natural e público que havia dúzias de anos se mantinha e que continuava a sustentar que o poder dos reis vinha imediatamente de Deus. A indignação fervia-lhe ainda nas veias, assente em memórias frescas, traduzindo-a em perguntas de pertinência maior que eram vitupérios à universidade mas também avisos à nação e à ação daqueles que se iriam sentar nas cadeiras do congresso: “quem acreditará que esta nação e os seus representantes sofrem o insulto atrevido, o desacato inaudito, e o atentado criminoso de que a sua mocidade seja imbuída em tais princípios e enfezada com tal veneno (ibidem, pp. 262-263)? O discurso continuou, apostrofando em estilo veemente.

Garrett fora muito invejado, maltratado e perseguido pelo seu génio e coragem ao longo de todo o percurso académico pelos lentes mais retrógrados que se sentiam visados em si próprios e no ideário que os movia. Aconteceram várias situações em que a tensão e o malquerer destes para com o discípulo foram patentes, às vezes arrebatada e temerariamente. O poeta queixa-se, por vezes, de ter sido injustiçado e perseguido, insinuando

razões de teor político. Mas usemos a fórmula de Amorim que dá síntese a este sentir do combatente da justiça, do progresso e da liberdade no quadro da avaliação final e pouco distinta que os lentes lhe fizeram do curso de leis, conhecida em 19 de novembro de 1821 e lida pelo biógrafo como o último vexame vingativo desses lentes. Referindo que as classificações atribuídas “magoaram profundamente o poeta, que não as olvidou nunca” (Amorim, 1881-1884, T. I, p. 233), classificou genericamente o ato avaliativo como “instrumento odioso de inimizades e de vinganças políticas que a revolução devia ter suprimido, como fez à inquisição”(ibidem). E anota:

Garrett era maltratado por causa do seu constitucionalismo. Os absolutistas de Coimbra puniam-no, a seu modo, pelos versos recitados nas festas da academia, pelas suas proclamações eleitorais, e pelo que escreveu a respeito da universidade, no opúsculo *O dia vinte e quatro de agosto*. Foi a primeira pena que padeceu pelas suas opiniões políticas, opiniões que os seus inimigos detestavam nele mais do que em qualquer outro, porque reconheciam com raiva quão grande era o talento que ia pôr-se ao serviço das novas ideias para combater o absolutismo (ibidem).

Mas não fora a represália que inspirara aquele discurso na Sociedade, foi a convicção que o movia, herdada da sua visão iluminista, que havia de prevalecer, da importância decisiva da ilustração de um qualquer povo para ser livre. Diga-se, por curiosidade, que o poeta havia de ser guindado daí a pouco tempo, depois de ter tido vencimento de concurso para oficial ordinário da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em 12 de novembro de 1822, a chefe da Repartição de Instrução Pública e Estabelecimentos Pios, face ao brilhantismo demonstrado no concurso. Estaria longe de futurar tal coincidência quando aqui perorou sobre a matéria.

Mas fixemo-nos mais de perto neste segmento do discurso sobre matéria educacional:

Tentando reduzir de forma simplificada o raciocínio substantivo e argumentativo do orador à forma lata de um silogismo, obteríamos o seguinte enunciado:

a) Qualquer povo ilustrado e conhecedor dos seus direitos é livre, busca a todo o custo a liberdade ou luta pela sua sustentação; b) Em Portugal, a classe última do povo, que é desproporcionalmente a maior, encontra-se num estado calamitoso de desilustração, ignorância e analfabetismo;

c) Assim sendo, ou muda rapidamente a situação contida na segunda premissa ou se perde em breve a liberdade conquistada em 24 de agosto.

Prova a primeira premissa por argumento histórico assente na antiga Grécia democrática, na Roma republicana e por oposição à França imperial, e por argumento epistemológico de teor mecanicista ao sabor de Newton e Helvécio, estabelecendo paralelismo entre o sistema que regula as leis morais do interesse, da utilidade e da necessidade dos indivíduos e das nações e as leis do sistema de gravitação e equilíbrio do mundo físico. Assim, da mesma forma que um corpo exterior pode desregular o equilíbrio mecânico dos corpos, o desconhecimento daquelas petições ou direitos da esfera dos interesses, utilidades ou necessidades desequilibrarão o sistema moral. Aplicando à realidade em foco: “No conhecimento ou desconhecimento dos direitos próprios, ou por outra, na ignorância ou nas luzes, está ou deixa de estar a liberdade das nações” (G., 1985, pp. 260-261). O nosso ilustrado orador, rendido ao paradigma epistemológico das Luzes e ao consequente rigor do modelo das ciências positivas, vai mesmo ao ponto de estabelecer proporcionalidade matemática entre o grau de ilustração ou ignorância de um povo e o grau de liberdade que possui ou o tipo de governo que o rege. Assim, um povo perfeitamente ignorante será escravo do despotismo de um só homem; com um grupo restrito ou uma classe de ilustrados, será escravo em menor, mas não muito significativo grau, e o grande número viverá sujeito a um pequeno; com a grande maioria ilustrada, teremos um povo livre, pois os poucos não ilustrados não conseguirão impor desequilíbrio.

A segunda premissa escusa demonstração, pela patência que exhibe.

Quanto à conclusão, a evidência dita-a:

Dai luzes ao povo, e o povo quererá ser livre; dai-lhe costumes são, e o povo se sustentará na liberdade; tapai-lhe as luzes e ele dormirá nos ferros, nem mesmo verá a enormidade dos grilhões que arrasta... [...] Quem negar estes princípios de simples intuição, ou mente, ou é estúpido (ibidem, p. 261).

Certamente que nenhum elemento da assembleia se queria ver em nenhum dos termos de tal disjunção, mas o certo é que muitos se sentiram incomodados. Por isso um dos presentes, um tal Pimenta, não resistiu ao silêncio do incómodo, gritando um apelo à ordem que o tema da reunião pedia como ardil insinuador para fim do discurso. Mostrava assim que não entendera nada do fundo da questão, apesar de parecer tão óbvia. Garrett

ripostou dizendo estar na ordem, mas não abdicou de cumprir o hábito estratégico a que quase sempre recorria para uma exortação que no caso era atravessada por uma advertência. Faz a exortação em arrazoado silogístico em torno dos termos, *luzes*, *liberdade* e *felicidade*. Quanto à advertência, consuma-a com uma interrogação à assembleia presente e ao futuro congresso, sob a pressão modelar das nações livres e cultas da Europa e por entre repetições de um seco «eu estou na ordem», dirigido aos incomodados: “Que dirá de nós a posteridade, quando no porvir dos nossos netos a história imparcial e verdadeira lhes contar que no século XIX as cortes portuguesas esqueceram a nossa ilustração e deslembaram a instrução pública”? E que pensarão de nós as nações ilustradas se “ao concluir de vossos trabalhos, lerem o código das leis que nos destes, e não depararem com uma, com uma só que decreta a nossa ilustração e alumie a nossa ignorância” (ibidem, p. 264)?

A tensão cresceu entre grupos de assistentes. Garrett sentiu-a e saiu, deixando a assembleia a discutir se na ordem sobre eleições caberia a matéria educacional!

Claro que cabia, mas nem todos conseguiram entender que a doutrinação ali feita continha o apodítico pressuposto com que, em 1829, justificaria a escrita do seu famoso tratado Da educação, que assim na altura enunciou: “o maior e o mais importante negócio de sua pátria era hoje essa mesma educação” (idem, 2009, p. 89).

4.4. O dramaturgo

Para ilustrar este segmento vamos deter-nos apenas na tragédia *Catão*. Amorim e outros consideram com acerto que este escrito foi a obra que verdadeiramente lançou os fundamentos do teatro contemporâneo português, distanciando-o de *Lucrecia* como uma espécie de segunda fase qualitativa de um processo de evolução e aperfeiçoamento dessa arte até ao ápice mais tardio da sua criação dramaturgical que fez nascer *Um Auto de Gil Vicente* (1838), *O alfageme de Santarém* (1842) e *o Frei Luís de Sousa* (1843). Mas se esta evolução no campo formal e artístico é dado certo, num ponto convergem todas elas: cumprem o princípio da intrínseca ligação da vida e da obra de Garrett com a história da pátria (Machado, 1993, pp. 123-126). Augusto de Castro (1959, p. 231) usa uma fórmula bem expressiva ao afirmar que nas criações do literato “estão misturados farrapos da sua carne”. Assim foi, de facto, vivendo intensamente as circunstâncias do seu país e

recorrendo abundantemente à sua história para leituras, modelos ou caminhos do presente. Por isso evoca no *Auto de Gil Vicente* a época manuelina, no *Alfageme* a crise de 1383-1385 e no *Frei Luís de Sousa* a tragédia e resistência ao domínio filipino (Monteiro, 1996, p. 216).

Em *Catão* seguirá a mesma via:

Amargo é recordar memórias cruas
De dó, de pejo: – mas lembrá-las cumpre:
A tempo sirvam de escarmento – e exemplo
Para atalhar o mal na origem dele (G., 1966, vol. II, p. 1638).

É verdade que nesta tragédia recorre a feitos e herói romanos, mas arrasta as lições aí colhidas para o presente da pátria portuguesa.

Romanos estes são, – mas vós sois Lusos:
E de romano a português que dista?
Foram livres aqueles, – vós sois livres;
Cidadãos, – vós o sois; homens, – sois homens;
Pelos campos da glória e liberdade
Onde o Tibre correu, corre hoje o Tejo (ibidem).

No “Prefácio” à terceira edição da peça, Garrett explica a transformação interior exigida a um tal exercício analógico: “... fui a Roma; fui e fiz-me romano quanto pude, segundo o ditado manda: mas voltei para Portugal, e pensei de português para portugueses” (ibidem, p. 1619). Nove anos antes, no prefácio que escrevera para a segunda edição, fixara já o intento da edição portuguesa por contraste com o *Catão* do poeta inglês Addison. Centrado o deste em trama de intrincados amores, o seu tem ingredientes temáticos e fito diferente:

Os mais nobres afetos do coração humano, a amizade, o amor paterno e o filial, a devoção cívica, o falso e o verdadeiro patriotismo, o entusiasmo cego, e o ilustrado zelo da liberdade, – com todas as paixões revolucionárias em seus variados graus e matizes, são o único móvel do CATÃO português, de todos os seus caracteres, cenas, – da fábula inteira (ibidem, p. 1615).

Na excursão que fizemos pelo tempo pré-vintista falámos da tragédia *Lucrecia*. Existe um grande paralelismo entre esta e o *Catão*. Numa e noutra, a questão central é a *liberdade*, mudando tão só as circunstâncias e os fins.

Em *Lucrecia*, como vimos, parte-se com Bruto, sob o pretexto da morte da heroína, para a sua conquista, lição que servia ao Portugal oprimido de então; em *Catão*, luta-se até ao último instante pela sua defesa e preservação, feita que fora a sua conquista, comourgia que acontecesse cá.

Conhece-se a história do herói que o queroneu Plutarco havia consagrado em *Vidas paralelas*. Defensor intrépido da liberdade e da república, Catão protagonizou a resistência ao imperador César Augusto que, vencendo todos os opositores, subverteu a liberdade romana e a república que a sustentava impondo uma tirania no império. As últimas esperanças morreram no bastião de Útica, onde Catão se acantonara com um número exíguo de forças. Concluindo que não havia condições mínimas de vitória, este optou por pôr termo à vida, suicidando-se e preferindo a morte à escravatura da tirania. Na coragem do momento e na justificação do ato está a honra e a glória. Sintetiza-as na despedida aos filhos antes de abraçar a morte que a si provocou com a própria espada:

Recordai-vos de um pai que vos amava,
Para chorá-lo, não, que morreu livre;
Mas para vos lembrar de seus conselhos,
Para segui-los sempre. Adeus (ibidem, p. 1739).

Morreu homem, assinala Garrett no prólogo, retomando o recorrente prego «sejamos livres ou morramos homens», sem ver o negro opróbrio da infeliz pátria, a miseranda Roma, nem morta ainda a liberdade que gemia moribunda sob ferros e ásperas cadeias com que o tirano a acorrentara.

O ato heroico não deixou de fazer estremecer os tiranos, nomeadamente o próprio vencedor, ao acalentar coragens estribadas no princípio que o otimismo das Luzes havia consagrado sobre a vitória inelutável da liberdade, da justiça e dos povos oprimidos, sobre o despotismo, a iniquidade e os opressores. Tal lei do universo humano será também pressuposto fecundo no seu ensaio *Portugal na balança da Europa*, atravessando a dedicatória inicial, o prólogo e a introdução e iluminando toda a análise que faz no corpo do escrito das dinâmicas políticas da circunstância europeia e de Portugal. No *Catão* dirá assim:

Um dia inda virá que o braço ardido
Quebre de um golpe os ferros do universo... (ibidem, p. 1638).

O trajeto vivo desta peça começou em fins de agosto de 1821, quando o poeta desembarcou em Lisboa, vindo dos Açores. Muitos amigos e colegas da universidade que já se haviam fixado na capital foram esperá-lo no desembarque para matar saudades e pedir-lhe que compusesse ou propusesse algo que pudessem levar ao palco à boa maneira dos tempos de cultura, de festa e de luta vividos antes em conjunto na lusa Atenas. Meu dito, meu feito. Passados poucos dias, conta-nos Amorim (1881-1884, t. I, pp. 222 e segs), os ensaios do grupo estavam em marcha. Desta iniciativa nasceria a primeira representação pública da tragédia que subiu à cena na noite de 29 de setembro no teatro do Bairro Alto, em Lisboa.

O curto tempo que medeia entre o pedido dos amigos, os ensaios e a própria representação mostra que a obra já estaria escrita, se bem que o autor a fosse sujeitando a melhorias e correções. É o que se deduz da informação colhida que refere que o grupo ia recebendo a peça por partes à medida que os ensaios avançavam.

Os dados que há mostram que o sucesso da representação foi muito grande, apesar do amadorismo dos atores, como prova a invasão apoteótica do palco pelo público. Mereceu mesmo referência entusiasta do próprio poeta na autobiografia manuscrita que nos deixou. No ano seguinte, representou-se em Leiria, também por iniciativa de um grupo amador. Em 1826 teria lugar uma representação mais formal em teatro público na cidade de Santarém. Mais tarde, em tempo de despotismo miguelista, subiria também à cena em Inglaterra, em Plymouth, por iniciativa e vontade de um grupo de emigrantes e exilados. Foi em 1828.

Na altura da representação no Bairro Alto, Garrett ainda não tinha fixado residência em Lisboa. Mesmo assim, tal como acontecera com *Lucrecia*, o autor foi também ator, encarregando-se do Prólogo, segmento fundamental para induzir a leitura política de toda a tragédia, e assumindo o papel de Marco Bruto. Curiosa coincidência, a dos nomes dos personagens que figuraram nas peças. Um, Lúcio Bruto, outro, Marco Bruto. Dois heróis diferentes mas com o mesmo ideal. O primeiro vingaria Lucrecia e lançaria o grito e o movimento que conduziria Roma à liberdade republicana; o segundo defenderia até ao último instante a liberdade da república romana contra a tirania que regressava através de César Augusto e o seu império. Como Lúcio, também Marco prometeu vingança à morte do seu tio Catão contra o vencedor que, afinal, era seu pai, um pai abjurado nessa hora por troca de uma filiação da pátria que desejava livre e republicana. Prometeu e cumpriu,

diz a história, na conjura republicana que perpetrou o tiranicídio do imperador³⁷ sob o comando de Marco.

Embora ainda viesse longe a Vila-Francada, a representação de *Catão*, pelo entusiasmo gerado no público, dava eco da chama revolucionária e do culto fervoroso da liberdade que habitavam ainda no coração de muitos patriotas. Mesmo assim, anota o biógrafo do nosso dramaturgo, a iniciativa e a intensidade do momento não deixaram de ser um forte tónico à reanimação do sentimento liberal.

A obra teve várias edições em vida do autor. A primeira (Lisboa, na Imprensa Liberal, 1822), com o texto usado em palco em Lisboa, esgotou em poucos meses; a segunda (Londres, S. W. Sustainance, 1830), em dois anos; a terceira (Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1839), em menos de três anos, apesar das contrafações brasileiras; a quarta, desta mesma editora, apareceu em 1845. Trata-se de um sucesso que, só por si, é significativo do interesse que o tema despertou. O texto foi sendo aperfeiçoado mas também modificado por razões ditadas pelas circunstâncias e oportunidades políticas para com ele continuar a fazer uma pedagogia apropriada da liberdade. Garrett não esconde a justificação logo no prefácio da segunda edição, em 1830, tempo da tirania miguelista e da sua situação de forçado exílio:

O desolador estado do coração humano, o fatal conhecimento das humanas paixões, e da sua influência e ação nas revoluções políticas, o habilitaram para entender agora melhor o seu Tito Lívio e o seu Plutarco. Assim comentados pela experiência de dez anos de revolução, estes dois grandes fanais da história antiga guiaram o autor da tragédia nas reformas que nela fez, no desenho dos seus caracteres, e no colorido de muitas cenas que, na primeira edição, visivelmente mostravam a mão inexperta do pintor que as traçava sem ter donde copiar do vivo (G., 1966, vol. II, p. 1614).

A experiência vivida no realismo do processo político que o 24 de agosto desencadeara tornava-se, assim, fonte primária de consulta a um maior acerto e apropriação ao pedido das circunstâncias, mas nunca desmerecendo a liberdade. No momento em que fazia aquela advertência, o recado ao

³⁷ Adotado e educado por seu tio Catão, Marco Bruto tomou o partido de Pompeu contra Júlio César nas guerras civis romanas. Depois da vitória deste na decisiva batalha de Farnália, Bruto foi perdoado e cumulado de favores e regalias por Júlio César que fora amante de sua mãe Servília e, julga-se, seu pai biológico. Apesar disso, o jovem havia de ser um dos cabecilhas mais ativos na preparação da conjura republicana e na morte do ditador reinante, Júlio César Augusto (44 a.C.).

tirano e a lição-censura aos que o sofriam com indiferença permanecia sem titubear na parte final do texto:

Por certo não é crime ser escravo,
Só desventura grande; mas, podendo
Espedaçar os ferros vergonhosos,
Não o fazer é vil baixeza torpe,
É cobardia, – e a cobardia é crime (ibidem, p. 1723).

4.5. O ensaísta

Se a tragédia *Catão*, como vimos, ficou ligada à circunstância da chegada do seu autor a Lisboa, vindo dos Açores, em finais de agosto de 1821, o importante opúsculo que escolhemos para ilustrar este item, *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821), tem também relação com esta viagem, mas em tempo de partida.

A sua escrita deve situar-se no período em que permaneceu no Porto em convalescença e vivendo a festa da revolução, revela-nos Amorim (1881-1884, t. I, p. 211). Não o terá dado a público na altura, na sua cidade, por falta de tempo e/ou devido a sensibilidades familiares, nem em Coimbra por não ter conseguido livreiro com coragem para o fazer. Fê-lo, então, em Lisboa nesta ocasião, aproveitando a demora na partida do navio e sendo uma espécie de resposta ou contrapartida ao entusiasmo das reuniões do congresso a que quis assistir, considerando que esta seria uma forma patriótica de se associar e homenagear aquele nobre trabalho e nobres funções dos deputados. Por isso lhes dedicou o escrito, neles depositando a esperança de Portugal. Ousou, todavia, propor-lhes parâmetros de orientação e ação:

Aos pais da pátria ofereço a defesa da causa dela. [...] Salvai-nos, ó pais da pátria; salvai-nos, homens sagrados! Mandai pela estrada da virtude os vossos nomes à posteridade; sede o terror dos déspotas, o flagelo dos ímpios; e sereis o amor dos portugueses, e a admiração dos estrangeiros (G., 1966, vol. I, pp. 1045-1046).

Dedica, pois, a obra ao congresso, mas dirige-a à Europa e ao mundo. Garrett tinha a noção clara de que, a par das resistências internas à revolução e seu percurso, havia, e não eram menores, as externas centradas na Santa Aliança visando a autonomia das nações e a liberdade dos povos. A nossa e a revolução espanhola eram espinhos profundos cravados na

garganta da coligação protetora dos absolutismos. Foi com os mesmos rezeiros e objetivos que Frei Francisco de S. Luís, em nome da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e da nação elaborou e tornou público o tremendo e primoroso *Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa*, em 15 de dezembro de 1820. Menos ideológico que o opúsculo garrettiano – a natureza e o fim o exigiam –, ambos constituem dos mais importantes pecúlios da literatura política vintista.

Não é comum uma revolução ser legítima face ao quadro legal existente. É mais possível sê-lo, pelo menos à luz do direito natural, face à situação degradada, violenta, injusta, desumana e despótica com que os governados se confrontam com quem os governa, já que vida, liberdade, igualdade e busca da felicidade são direitos inalienáveis da gente e dos povos. Note-se que a nova situação portuguesa não cabia na convenção mais usada de um contrato social. Pois bem, Garrett com esta publicação propôs-se “provar a legitimidade do dia vinte e quatro de agosto” (ibidem, p. 1045)” e suas decorrências com recurso a três vias: a) demonstrando a ilegalidade do anterior poder governante; b) patenteando o estado calamitoso e “desnaturado” em que se encontrava o país antes do ato revolucionário; c) recorrendo à autoridade, filosofia e argumentos doutrinários de pensadores modernos.

Se as duas primeiras eram já um desafio à ideologia tradicionalista ou contrarrevolucionária, a última era provocação incendiária. O certo é que não só a utilizou como teve a afoiteza de nomear alguns. E que alguns! Puros bota-fogos que, só por si, foram causa bastante para que a obra tivesse sido uma das que mais escolhos e ódios lhe criou pela vida fora. Na verdade, muitos dos ataques que sofreu nasceram e destacaram o acinte desta nomeação. Falamos de Rousseau, Mably, Volney e Condorcet. E de facto havia fortes razões para tal. Vejamos:

Condorcet fora um enciclopedista famoso, ligado aos textos de economia, defensor ativo dos direitos humanos, muito ligado a d’Alembert e a Voltaire de quem escreveu a biografia, entusiasta da revolução francesa e autor do célebre e influente *Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain*. Foi ele que, com esta obra que tanto inspirou o pensamento e a escrita de Garrett, concebeu e fixou a ideia da esperança otimista no futuro da humanidade através de um progresso ilimitado da razão em detrimento da ideia de aperfeiçoamento religioso e que fez assentar em três pilares: destruição da desigualdade entre as nações; progresso da igualdade no interior de cada povo; e aperfeiçoamento real do homem

através do uso pleno da liberdade e da razão (Condorcet, 1793-1794, pp. 333-334)³⁸.

Volney, também militante ativo da revolução francesa e um dos maiores inspiradores das ideias liberais, amigo de Condorcet e do materialista d'Holbach, importante elemento dos Estados Gerais e da constituinte francesa, foi autor da célebre obra *Les ruines, ou méditations sur les révolutions des empires* (1791), obra que corria muito por cá e que mereceu tradução portuguesa por Pedro Ciríaco da Silva em 1822 (*As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios*), e de um odiado escrito que logo em 1820 foi traduzido pelo entusiasta liberal oratoriano José Portelli e editado pela Rolandiana: *Exposição da lei natural ou catecismo do cidadão*.

De Gabriel Bonnot de Mably diremos apenas que, além de considerado um precursor do socialismo utópico e do republicanismo, foi um dos maiores inspiradores da revolução francesa e da respetiva legislação revolucionária. Muito conhecido em Portugal, teve o condão de ver a sua obra, *Des droits et des devoirs du citoyen*, traduzida – *Direitos e deveres do cidadão* – e oferecida ao congresso constituinte português. Bastará transcrever um excerto da nota inicial do autor na apresentação da obra para entender melhor a sanha que escorreu de muitas penas de tradicionalistas e contrarrevolucionários:

Povo algum pode ser feliz, não sendo governado segundo as Leis da Natureza, as quais conduzem sempre à virtude. Soberano algum pode ser grande, poderoso, e venturoso não reinando com justiça, e sobre hum Povo iluminado. Tais são os verdadeiros princípios da harmonia social; o Governo é feito para os estabelecer: desgraçados os Povos cujos Chefes olhassem estas máximas como sediciosas, ou como uma sátira maligna de sua maneira de governar! Desgraçados estes mesmos Chefes, que então fechariam os olhos sobre seus maiores interesses (Mably, 1821, n. p.).

Quanto a Rousseau, não vale a pena esmiuçar. As ideias do filósofo de Genebra estão sementeadas pelos ideários filosófico, político, antropológico, religioso e educacional do cidadão do Porto e intensamente refletidas na sua obra. Em todos estes vetores, o autor do *Emile* foi mestre incontestável e primeiro do autor das *Viagens na minha terra* (cf. Machado, 1993).

³⁸ Garrett utiliza e pressupõe muito esta lei condorcetiana do progresso. No *Da Europa e da América*, publicado em 1826 mas escrito por 1824, usa esta fórmula: "Triunfaram os povos, porque sempre a civilização e as luzes triunfarão, mais hora menos hora, da opressão e do engano" (G., 1991, p. 77).

Entre as muitas raivas que concitaram estas nomeações destacamos as do prolixo frade e censor José Agostinho de Macedo, um dos inimigos mais figadais da revolução, do liberalismo e de Garrett, que não se cansava de pedir cacete e força contra os liberais para salvação da religião e da pátria. Além de uma das mais recorrentes acusações que fazia ao autor de *O Retrato de Vénus*, ser discípulo de Rousseau, lembramos como, em carta ao amigo J. J. Pedro Lopes, lhe fala sobre o perigo que representava para a nação a obra *O dia 24 de agosto*, usando como argumento precisamente as quatro autoridades a que recorre como fundamento do seu discurso argumentativo e aludindo à expressão que mais o exasperava, a de *povo-rei*. Escreve a dada altura: “O cidadão Garrett, em o seu livro impresso da legitimidade do dia 24 de agosto, causou à nação portuguesa maior dano, que lhe podia causar uma invasão de Árabes Beduínos” (*apud* Machado, 2000, 585-586).

Cumprido o grande objetivo do retorno à liberdade e dignidade da pátria, Garrett esforçou-se por contribuir para um apaziguamento nacional. Este esforço nota-se na própria linguagem do opúsculo e de outros escritos posteriores, se bem que refletindo muitos assomos de contradições resultantes dos conturbados momentos que se viviam na altura, da formação familiar recebida, do sincretismo eclético das muitas fontes usadas, da incoerência dos caminhos que a revolução ia trilhando. Por isso, neste escrito elaborado tão próximo da revolução, promete aos leitores que ele será um instrumento de aceitação e adesão à nova condição da pátria nessa conformidade: “Está diminuído aquele santo furor, em que nos pusera o prazer súbito do maior dos bens, depois de longas dores do pior dos males. É mais sólido agora, é mais razoado o nosso entusiasmo” (G., 1966, vol. I, p. 1047).

Passemos, então, resumidamente, pelas provas aduzidas à legitimidade do 24 de agosto e respetivas decorrências.

Logo no primeiro parágrafo da “Introdução”, o autor, sem grandes cuidados de apaziguamento, diga-se, coloca em situação contrastiva a pátria do momento:

Já temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo, a timidez, a cobardia, a ignorância, que o tinha criado, que se prostrava com vil idolatria ante a obra das suas mãos, acabou. A última hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da Terra, desapareceu; o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo foram dissipadas por seus raios, sepultar-se no Inferno (*ibidem*, p. 1049).

A partir daqui, soma razões e provas justificativas da mudança estribadas na extrema e insuportável infelicidade da nação, sustentada em razões várias, desde a ilegalidade aos agravos sofridos, e nos acicates das teorias argumentativas tecidas pelos filósofos modernos e que vai disseminando por todo o texto.

Através dos seis primeiros capítulos, Garrett prima por uma opção de cariz profundamente pedagógico, espalhando-se por conceptualizações e segmentos de teoria política que dão fundamento ao ato revolucionário.

Antes de tudo convoca o pressuposto naturalista da liberdade e da igualdade de todos os homens e da correlação apodítica destes dois valores: “Os homens são iguais porque são livres; e são livres porque são iguais” (ibidem, p. 1053). É um pressuposto que clama por Rousseau, mas que depressa é retirado do contexto originário do seu *Discurso sobre os fundamentos da desigualdade*, ou seja, da condição de homem natural da natureza, isolado, habituado aos matos e dormindo em cavernas. Aqui Garrett subtrai-se à lição do mestre e, de certa forma, até a escarnece através da teoria da sociabilidade natural. Negar esta, dizia, eram apenas opções abstratas que as escolas necessitavam de cultivar. Em contramão com o genebrino, o autor introduzia limitações àqueles dois valores e à sua correlação. Por um lado, a liberdade de exercício de todos os direitos outorgados pela natureza era limitada pelo que “ofende a tranquilidade pública e suas justas leis” ou “perturba a ordem social *retamente*³⁹ constituída” (ibidem, p. 1054); por outro, a igualdade exercer-se-ia apenas em termos de direitos legais e cívicos, garantindo ser-se “indistintamente amparado, protegido e castigado pela lei e por seus executores” (ibidem). Dito de outro modo, o real da aplicabilidade dos dois princípios limitava-se ao exercício da cidadania política, banindo-se outras vertentes como a económica e a social. Afinal, falava um intelectual pequeno-burguês que não abdicava do seu estatuto, na senda de outros enciclopedistas e, por cá, na dos restantes líderes da revolução. Todavia, não deixava de ser de enorme importância a consagração de tais direitos como condição de existência e de exercício dessa cidadania.

O segundo ponto centra-se na nação e na sua majestade. Será um segmento de peso para a teoria argumentativa da ilegitimidade do poder pré-vintista. Todo o desenvolvimento gira em torno do seguinte princípio: “As leis são obra da nação, e o governo e magistrados são os executores delas em nome dessa mesma nação” (ibidem). Ou seja, todos os direitos

39 O itálico é do autor, e tem significado argumentativo.

majestáticos – leis e suas decorrências independentemente das formas da arquitetura política – são “património inalienável, impreterível, irrenunciável” da nação, e despojá-la deste património “é cometer um crime de lesa-nação, é inverter a ordem social, é ser déspota, é ser tirano” (ibidem, pp. 1054-1055).

É de novo aqui patente a lição de Rousseau, como patente é que, com este pressuposto, faz desaparecer o édito régio. Assim, a função do rei, a manter-se, fica mais estreita, passando a ser apenas o executor das vontades inalienáveis da nação, de toda a nação, fixadas e consagradas em código por representação. Garrett segue também aqui os ditames do *Contrato social* (Livro II, cap. VI – “Da lei” e cap. VII – “Do legislador”). Em última análise, a nação é a fonte das leis, sendo que a realidade reclama a necessidade de quem as faça, de um legislador. Diz Rousseau: “Por si próprio, o povo quer sempre o seu bem, mas nem sempre por si próprio o descortina: a vontade geral está sempre certa, mas o juízo que a guia, nem sempre é esclarecido” (Rousseau, 1959-1995, III, p. 380). Por isso, diz à frente, “Seriam precisos deuses para dar leis aos homens” (ibidem, p. 381). Eis justificada a necessidade de mediadores que deverão ser homens extraordinários do Estado que as redijam em nome da nação. Por sua vez, estas leis requerem existência própria e inconfundível com a vontade de um só ou de poucos, pois estes não representam a nação no seu todo. Da dupla condição – leis resultantes das vontades inalienáveis da nação no seu todo e necessidade de quem as faça – emerge o congresso que, no momento, era compatível, a seu ver, com essas condições através da fórmula política de uma monarquia constitucional. Mas mesmo em casos de não existência de uma constituição escrita, a arquitetura política não se deve alterar com base em direitos fundamentais tácitos decorrentes dos princípios universais do bom funcionamento das sociedades e do bem comum. Foi assim nos tempos mais antigos em Portugal, devia ter sido sempre assim.

Nesta base, sentenciamos no fim dos arazoados traçando quadro adaptado à nossa situação desde a Restauração até ao 24 de agosto:

... se um rei, ou por si ou por seus indignos ministros, infringir, esquecer, abusar ou preterir algum dos artigos destas leis fundamentais, quer tácitas quer expressas, este rei será um tirano e seus ministros sacrílegos réus do maior dos atentados, dum crime de lesa-nação; seus ministros, seus satélites, seus magistrados, seus conselheiros, seus validos serão traidores, infames, indignos do nome, do carácter, dos foros de cidadão e até de homem (G., 1956, vol I, p. 1056).

Não se podia ser mais claro nesta condenação abrangente.

Induzida assim a situação portuguesa pré-vintista dos princípios da teoria política dos filósofos modernos, colhe também o autor nas mesmas fontes os recursos da nação contra qualquer tirania de rei ou ministros. Tudo assenta na teoria dos jusnaturalistas do pacto social e seu cumprimento. A perspectiva mais comum é a do duplo contrato desenvolvida por Pufendorf, neste caso com proeminência do segundo, ou seja, o da convenção contratual sob juramento que se estabelece entre uma sociedade e seu governante, na circunstância portuguesa o rei, que compatibiliza a obediência daquela e a proteção que este lhe deve dar (Derathé, 1970, pp. 209 e segs). Mas o que está mais presente volta a ser o *Contrato social* de Rousseau cujo título do capítulo inspirador é sintomático: “Do abuso do governo e da sua tendência para degenerar”. Escreve Rousseau: “... no instante em que o governo usurpa a soberania, o pacto rompe-se, e todos os simples cidadãos, reintegrados por direito na sua liberdade natural, são forçados mas não obrigados a obedecer” (Rousseau, 1959-1995, III, pp. 422-423). A rutura torna-se, então, exigência natural por imperativo resultante da incompatibilidade entre o cumprimento do pacto pelo povo e a prevaricação do rei. Estabelece, então, Garrett (1966, vol. I, p. 1057): “A nação pode reclamar os seus direitos e usar de todos os meios justos para se manter e estabelecer na posse deles”. A isto acresce que, sofrer toda a nação os desvarios do poder usurpado para além dos limites, seria vileza da sociedade não reagir. Então, prevaricações do poder, sofrimento insuportável da nação e definição dos meios *justos* de reação desta, será o tríptico em que o nosso jurista irá encontrar base para classificar como legítima a ação do 24 de agosto.

A questão da ilegitimidade das governações a partir de D. João IV é ingrediente fundamental da narrativa garrettiana. A prova é escorada nas célebres cortes de Lamego de 1143 onde foi aclamado como rei por representantes das três classes da nação – o clero, a nobreza e o povo – D. Afonso Henriques, e nas de Lisboa de 1641 que atualizou aquelas e onde, por processo paralelo, se aclamou D. João IV, consumando a nossa separação e independência da Espanha.

Não vamos analisar e discutir aqui a polémica questão das veracidades documentais de uma e de outra situação⁴⁰. Seguiremos apenas os tópicos

40 Sobre esta muito tratada controvérsia podem consultar-se sínteses nas entradas de A. H. de Oliveira Marques e de Veríssimo Serrão, no *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), “Lamego, Problemas das cortes de (1143)” e “Lisboa, Cortes de (1641)”, respetivamente. Também se encontra uma boa síntese do problema em Teófilo Braga (1983, pp. 17-22).

principais da teoria do nosso autor que parte do pressuposto da inquestionável veracidade daquelas cortes.

- a) As cortes de Lamego, com representação de todas as classes da nação, deram existência a uma constituição, aquela que era possível na altura, em que a principal declaração foi a da liberdade, e a mais santa e inviolável regra foi a da representação nacional nas cortes cujo veredicto era imprescindível em assuntos graves do Estado, como era o caso das leis ou dos tributos;
- b) Desde finais do século XVII que os reis portugueses dispensaram ilegalmente a convocação das cortes deixando, por esse modo, de dar conhecimento e participação à nação de importantes e gravíssimas matérias que só às cortes cabiam, desprezando o espírito de liberdade, cultivando a escravatura das gentes, destruindo direitos, segurança, bem-estar e a felicidade do povo, ou seja: “Das ruínas, das cinzas dum governo representativo se elevou o formidável colosso da tirania ministerial” (ibidem, p. 1059);
- c) Nestas condições, durante esse período foi ilegítimo o poder e tirano quem o exerceu, pelo que devia a nação reclamar seus direitos e castigar os infratores.

Esta consequência e derivações desenvolvem-se pelos três capítulos seguintes. O título abrangente que se aplica aos dois primeiros resume bem o corpo que os compõe: “Os mais sagrados foros de uma nação, os que se derivam da natureza da sociedade civil estavam indignamente calcados pelo despotismo ministerial”. Percorre e prova esta situação através dos itens: leis e sua execução; administração e finanças; proteção e introspeção da religião; e instrução pública. A demonstração fáctica é arrasadora e lembra a sentença que Alexandre Herculano pronunciará mais tarde, em 1851, em escrito intitulado “O país e a nação”. Escreve este: “Em Portugal o despotismo é que é moderno, e a liberdade antiga” (Herculano, 1983, p. 200).

De toda a demonstração garrettiana, não podemos deixar de assinalar, pelo significado e pertinência que transporta, a importância que o autor de *Lírica de João Mínimo* atribuiu à *igualdade* como critério essencial da análise que faz dos diversos tópicos, desde as leis à distribuição de impostos.

Em espaço próprio, o jovem autor percorre as danosas consequências nos campos da religião, da instrução e da corrupção moral. Que pintura negra faz do trono, do altar e da perversa cumplicidade relacional entre os dois; que situação confrangedora a da instrução em que faz destacar a decadência da

universidade. Desta diz o autor: “A par com a religião, a instrução pública foi desprezada, as letras menoscabadas, e o homem de talento, e o sábio calçado, e espezinhado pelo estúpido e o ignorante” (G., 1966, vol. I, p. 1063).

A derradeira questão tratada foi a dos *justos* meios usados na revolução e a natural sequência da escolha da Junta Provisional do Governo. Prova aqui que a força armada era a única alternativa que, na circunstância, era capaz de evitar os extremos das desordens e tumultos e de impedir que “os altares da Liberdade” não fossem manchados com sangue. A realidade prova a prudência e a legitimidade da sua atuação. Sobre a Junta, lembra que o único órgão que naquela parte livre da nação, o Porto, era representativa de todas as partes, clero, nobreza e povo, era o senado da Câmara. Daí a sua legitimidade.

Não prolongará as demonstrações para convencer quem não está de boa-fé ao negar tais legitimidades. Para esses apontará apenas o caminho indicado antes pelo pregador Jorge de Sá, em sermão de ação de graças no dia 27 de agosto de 1820, no Porto: «Ou sede Portugueses, ou expatriai-vos». Esta sentença teria sequência legal quando as cortes aprovaram, em abril de 1821, que deixaria de ser português quem se recusasse a jurar as bases da constituição, devendo, por consequência, sair do reino. Os efeitos da sua aplicação foram reais, como é sabido, e abrangeram gente grada da hierarquia monárquica e eclesial, como foram os conhecidos casos da rainha Carlota Joaquina e do cardeal patriarca Carlos da Cunha e Meneses. Nesta questão, Garrett não cedeu campo à moderação.

4.6. O exilado

Foi sonho de pouca dura, o da vivência da liberdade vintista. A 3 de junho de 1823, D. João VI dissolvia as cortes e dava golpe fatal a esta primeira experiência liberal portuguesa. O absolutismo regressava feroz. “Dir-se-ia que a maioria da nação estava já aborrecida de estar livre”, desabafou Amorim (1881-1884, t. I, p. 280). Não estaria aborrecido, dizemos nós, mas talvez bastante desiludido. De facto, o mesmo braço armado que abria portas à liberdade, impunha-se agora para a coartar e experimentava como comandante-chefe o futuro usurpador e déspota D. Miguel.

Perdida a causa e sem grande tempo – nalguns casos vontade – para reagir, os liberais mais ativos e notados, não confiando na indulgência da nova tirania, fugiram do país. E assim sendo, que outro caminho restava ao naturalista que tantas vezes desafiara de forma assanhada o trono e o altar?

Ao líder de uma academia em que erguia com entusiasmo a bandeira da liberdade? Ao autor de *Lucrécia* e *Catão* e de muito ousadas proclamações? Ao desafiador da fradesco-papal universidade, suas chefias e seus anquilosados professores? Ao autor de *O retrato de Vénus* e de *O dia vinte e quatro de agosto*? Ao militante das sociedades secretas e adepto do maçonismo? Ao poeta da liberdade que jurara ódio implacável aos tiranos e que no palco emprestara a sua voz para em público bradar que

Da liberdade a árvore não cresce
Se a não regar dos déspotas o sangue? (G., 1966, vol. II, p. 1703)⁴¹.

No dia 9 de junho à noite, Garrett embarcava clandestinamente no paquete Kent II para Inglaterra, depois de vários dias escondido a providenciar dinheiro para a viagem. O refrão tanto usado «vivamos livres ou morramos homens» experimentava aqui, de certa forma, realidade em si próprio através das agruras do exílio e das incertezas do futuro. Deixava a pátria que já não era nação – “Pois somos nós porventura nação?” (ibidem, vol. I, p. 613) –, e das margens do ainda seu Tejo onde embarcava e já escrevia memórias de viagem, evocava tempos escuros de um outro passado de não-nação em que soavam gritos de escravos negros nas mesmas margens ou em que nelas se sentia o calor ardente das fanáticas fogueiras da inquisição, retomando o sentir que lhe havia inspirado “As férias” e o “Sonho profético” onde contrastara as glórias da pátria livre de outrora com as desgraças de um então presente sem rei e com a nação vendida a estrangeiros.

Partiu o poeta, “em dia escuro e triste, pesado de nuvens, e feio” (ibidem, p. 615), em sintonia com o seu luto, mas partia sem o ferrete da vileza de ficar escravo.

Permanecem enigmáticas as razões de uma nova viagem de retorno a Lisboa passado que fora um mês de estadia na Inglaterra. Sabe-se apenas pelo seu biógrafo (Amorim, 1881-1884, t. I, p. 296) que no dia 4 de julho reunira em Londres com o grupo dos proscritos onde terá sido definida uma secreta e perigosa missão para o nosso liberal. Entretanto, seguindo o seu *Diário*, lê-se que no dia 20 de agosto passa defronte da sua cidade natal a caminho de Lisboa onde terá chegado a 24. É deste mesmo dia o apontamento: “Eis-me aqui pois nos calabouços do Limoeiro”⁴². A nota seguinte é de

⁴¹ São versos da peça *Catão*, do personagem Marco Bruto, cujo papel ele próprio representou.

⁴² Conforme deduz Amorim face a documentos que exhibe da intendência e do corregedor do crime do bairro do Rossio, será difícil ter acontecido a prisão no dia 24. Quando muito seria no dia 25 e

25 de agosto, já a bordo do Kent II que ia seguir de novo para Inglaterra. Vejamos o que se passou pelo que consta dos documentos oficiais a que Amorim deu estampa (ibidem, pp. 304-307):

Por denúncia ou competência policial, a chegada do exilado a Lisboa foi monitorizada pela intendência que continuou a tê-lo sob vigilância depois do desembarque. Do ofício do intendente Simão Ferraz de Lima e Castro, de 24 de agosto de 1823, ao ministro da justiça Manuel Marinho Falcão de Castro, começa a esboçar-se a representação do perfil que a polícia ia construindo de Garrett. Ficou a saber-se que trouxera cartas de outros foragidos com os quais se reunira em Londres e que era parecer da intendência que “não obstante ele estar debaixo das vistas da polícia, seria conveniente fazê-lo sair do reino, por isso que estou convencido que a sua presença, especialmente nesta capital, pode ser nociva à segurança pública” (ibidem, 304). E acabou por ser assim, sendo deportado por ordem expressa e colocado no Kent II, levando desta vez consigo a mulher, Luísa Midosi. Passados cinco dias, saía o decreto que o demitia, por abandono, de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

Nunca é fácil a vida de um proscrito, e a dele não foi exceção. O desenraizamento da pátria, a falta de recursos, a vergonha da constante dependência de beneméritos ou amigos, os empregos de recurso e intermitentes, as dificuldades de amparo da mulher, a miséria frequente... eram espinhos sangrentos cravados no seu espírito e no corpo. A tristeza, os queixumes e a revolta ecoam na escrita desse tempo, sobretudo nesta primeira fase, como revela o poema “Exílio”:

Oh como é triste a terra do desterro!
Tão só como as areias do deserto,
Triste como o cair das folhas pálidas
No desbotado outono. – Solitário... (G., 1966, vol. I, p. 1703).

Entretanto, lastimará com muita dor, em prosa no *Diário* e em verso na Lírica, o seu primeiro natal no desterro; maldirá em 31 de dezembro o ano findo; e almejará com muita esperança, em 1 de janeiro, também naquelas duas formas, um ano mais ditoso: “Melhorado venha este ano; e veja-o eu findar no sossego da minha pátria” (ibidem, p. 628).

No poema “Ano Novo”, aviva esta esperança acrescentando-lhe o otimismo que Condorcet lhe ensinara:

Quem sabe quanto tempo há de durar-lhe
 O gelo deste inverno em nossos campos,
 ‘Té que o derreta o sol, ora enevoadado,
 Da antiga liberdade?
 Dorme a vegetação nessas sementes
 Que à terra se lançaram. Mas eternas
 As estações não são: teu dia, ó pátria,
 Teu dia há de chegar (ibidem, p. 1647).

Como se vê, nunca deixou apoucar a chama de apóstolo da revolução e da liberdade, sua, da pátria e dos povos. Já antes (nov. 1823), em “A lira do pros-crito”, acalentava o mesmo sentimento misturado com o usual asco à tirania:

Eia! A Lísia infeliz tu dize: «Surge!»
 Vê-la-ás alçar a frente laureada,
 Cair por terra os bárbaros tiranos,
 Triunfar liberdade (ibidem, p. 1638).

Paralelamente, para fora de fronteiras, bradava imprecações contra os monstros e cobardes algozes do herói da liberdade e do liberalismo, Rafael de Riego⁴³, sem nelas poupar os injustos e nebulosos desígnios divinos nem calar recados para a vizinha pátria e para a sua, de novo agrilhoadas:

Riego expirou, malvados! Deus eterno,
 Que é da tua justiça? Porque dormes,
 Porque dormes, Senhor? Eles profanam
 O Teu nome, a Tua lei, os Teus altares,
 E tu deixaste triunfar seu crime!
 A virtude caiu aos golpes deles,
 E os céus abandonaram a inocência!
 [...]
 Traidores! [...] Ah monstros! Ah cobardes,
 Indignos de renome castelhano!
 [...]

43 Riego fizera vingar a revolução liberal espanhola em 1 de janeiro de 1820, o que deu grande ânimo aos portugueses que na altura lutavam pelo mesmo objetivo. Grande lutador da liberdade e tido como herói, foi morto por enforcamento em 7 de novembro de 1823, depois da queda da nova experiência liberal com ação decisiva do exército francês e colaboração de Fernando VII.

Ide levar ao Tejo os meus suspiros;
 Este canto de morte repeti-lho
 De eco em eco nos côncavos rochedos:
 E se entre esse tropel de miseráveis,
 Portugueses outrora, que hoje arrastam
 Os vis grilhões do opróbrio e da vergonha,
 Virdes algum que ao menos a memória
 Conserve da perdida liberdade,
 Bradai-lhe ao peito - «Escravo, escravo infame,
 Pesa mais um punhal que uma cadeia?» (ibidem, pp. 1641 e 1643).

De entre os nossos, e com a mesma crença e propósito doutrinário e pedagógico, cantaria o pintor Domingos Sequeira, também foragido da Vila-Francada e autor do célebre quadro que expôs no Louvre, “A morte de Camões”, que Garrett presencialmente viu e louvou quando acabara de escrever, anotando a coincidência temática, o seu *Camões*, misturando as boas-vindas a terras livres com a denúncia

Dessa terra maldita
 Onde crucificou a liberdade
 Povo de ingratos servos (ibidem, vol. II, p. 50).

não deixando de augurar para o pincel do pintor celebrações de uma liberdade futura:

Com o nobre pincel, não poluído
 No louvor dos tiranos,
 Aqui celebrarás antigas glórias
 Da que foi nossa pátria,
 Ou gravarás em lâmina profética
 O suplício tremendo
 Que a seus cruéis algozes tem guardado
 O Deus da Liberdade (ibidem).

Evocará também a sombra de Viriato,

... asilo santo
 Da lusitana antiga liberdade...(ibidem, p. 54).

dele colhendo exemplo para lutas e vitórias de futuro sobre a tirania:

Da raça dos tiranos,
Da fraticida guerra
Que ateara a opressão entre os humanos
Nem a memória ficará na Terra (ibidem, p. 57).

E não descurará em si próprio, enquanto Alceu da liberdade, o recurso à espada se a pena não bastar, sob o modelo em honra e coragem dos tiranicidas Harmódio e Aristógito, tornados símbolos dessa liberdade que pouco depois da morte do tirano Hiparco havia de habitar de novo em Atenas, cidade da democracia. Escutemo-lo em “Espada do poeta”:

Eu coroarei de mirto a minha espada,
Como a de Harmódio, honrada,
E como a de Aristogíton, o forte,
Quando ao sevo tirano deram morte,
E Atenas libertada
Foi à igualdade antiga restaurada (ibidem, p. 40).

Entre Inglaterra e França, lá foi vivendo o desterrado com agrura, sem subsídios, sem trabalho ou com trabalhos intermitentes que amigos iam arranjando, com dádivas beneméritas ou empréstimos, quase sempre empobrecido e muitas vezes sem recursos para subsistência... mas lutando e escrevendo sempre, trabalhando no *Magriço* e no *Romanceiro*, publicando com chancela editorial de Paris o *Camões* (1825), a *D. Branca* (1826), o *Bosquejo da história da língua portuguesa* (1826), e em Londres, o *Da Europa e da América, e de sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade*, no periódico *O Popular* (vol. IV, n.º XIX, maio, 1826).

Em 5 de junho de 1824 decreta D. João VI um *Régio indulto* que permitiu o regresso ao país de muitos dos participantes da revolução de 24 de agosto em exílio, mas Garrett não foi incluído. Perante o facto, e dada a vida precária e indigente que levava, fez o poeta requerimento ao rei para dele obter revogação da ordem da deportação. A informação da intendência, de 7 de março de 1825, foi arrasadora para o requerente, não deixando alternativa ao decisor supremo que não fosse o indeferimento. Amorim transcreveu-o nas *Memórias biográficas* do exilado poeta. É muito curiosa e inteligente, para obter o despacho pretendido, a forma como o intendente cruza os “pecados” do passado do poeta com os perigos do presente, o que prova o

temor da polícia relativamente ao proscrito, mas também a eficácia de ação e doutrinação do suplicante. Leia-se:

... cumpre-me expor a V. Ex.^a que o supp.^e é de um carácter empreendedor e revolucionário, e que havendo pertencido às sociedades secretas que existiram durante o tempo do intruso governo, por elas foi comissionado às ilhas aonde excitou tão bem a sedição contra os direitos inauferíveis da soberania de Sua Majestade, e que além disto o supp.^e se torna ainda mais temível nestes reinos, por ser bem para supor, segundo se pode inferir do seu espírito inquieto, continue a propagar as doutrinas que publicou em diferentes obras bem próprias do seu exaltado génio, e em que se continham ideias subversivas da monarquia, com as quais muito contribuiu para alienar os espíritos durante o fatal período da revolução (apud Amorim, 1881-1884, t. I, p. 379).

Gorada que foi a tentativa, a mulher Luísa Midosi que regressara a Portugal deixando Garrett a trabalhar em Paris no *Parnaso Lusitano* para o livreiro Aillaud, requereu de novo no início de 1826, e em novas circunstâncias, o fim do desterro do marido. Fê-lo por abril ou maio, já com D. João VI falecido e a neta e filha de D. Pedro, D. Maria, a presidir ao novo governo. A informação da intendência, enviada a 24 de maio, induzia uma resposta favorável do governo, resposta que de facto aconteceu a 3 de junho, sendo dela informada Luísa Midosi, a 14. Mesmo assim, o ofício da intendência relembra o perigoso perfil anterior, fundado agora na perigosidade e incompatibilidade da presença do requerente no reino com a segurança pública; no seu arbatamento pelas ideias do tempo e verdura dos anos; no excesso da sua imaginação ardente; no seu sectarismo fogoso dos princípios democráticos que alucinaram mentes incautas e inexpertas... para recomendar cautelas que teriam que passar pela assinatura de termo de conformidade com a presente ordem política e por vigilância aturada da polícia contra qualquer reincidência. Estas cautelas foram tornadas lei no despacho governamental, se bem que o regressado nunca tivesse assinado aquele termo.

Quer no arrazoado policial de 24 de maio, quer no despacho governamental favorável ao regresso, o elemento mais curioso, porque contraditório com posições anteriores e já em parte anotado por Amorim (ibidem, pp. 394, nota 1, e 397, nota 1), tem que ver com o facto de a base legal justificativa evocada ter sido o indulto régio de 5 de junho de 1824, de D. João VI. Assim sendo, quais as razões da sua exclusão e da reincidência deste posicionamento aquando da resposta ao seu requerimento de revogação da

deportação? E que circunstâncias determinaram agora o deferimento do pedido mediado por Luísa Midosi? Sobre a segunda questão, o juízo policial é claro: a probabilidade de mudança de princípios do exilado face à dolorosa experiência de extermínio e de indignidade experimentada; a natural perda de preponderância interna pela longa ausência e por carência de fortuna; a mudança de circunstâncias internas e externas⁴⁴ mais inibidoras da revivência dos anteriores princípios e mais atreitas à convicção dos males e perigos da revolução. Quanto à primeira, pode, de facto, resumir-se ao enunciado formulado pelo seu biógrafo: “ele inspirava verdadeiro medo à polícia” (ibidem, p. 394, nota 1). E havia razões para isso, como prova a excursão que temos vindo a fazer. Aliás, a meticulosidade dos registos sobre ele, provam bem o desejo de o ver longe. Mas noutra coisa a intendência estava certa quando arrastou para a justificação do regresso ao reino a provável mudança do suplicante. Ele próprio o havia já reconhecido em versos do *Magriço* que já citámos, quando opôs a ilusão do sonho dos muito verdes anos à fatal experiência do real.

De facto, Garrett viveu muito em pouco tempo. Só que as mudanças, e nisto se enganava a intendência, não foram nos princípios, foram na maturação política que foi apurando a sua prudência, adaptação e oportunidade à eficácia. Ele o diz no prefácio à terceira edição do *Catão*, em novembro de 1839:

De quinze anos entrei no mundo; tendo vivido muito em pouco; já creio que não há circunstância na vida – pública ou particular – por que não tenha passado; e toda via, quando hoje, nas horas de mais sossego e paciência, me aplico a receita do oráculo de Delfos, sinto-me a mesma têmpera de espírito que me deram; o que padeceu foi só o corpo. Inda bem.

[...] Sinto, pois, e penso como sempre pensei e senti; e bem, – ou me engana a consciência (G., 1966, vol. II, p. 1618).

Foi sempre assim, pensando e sentindo que o bem maior era garantir a liberdade e o bem da pátria. Agora, de novo no país que o viu nascer, havia de aderir, como a generalidade dos vintistas, à temperança e moderação da *Carta Constitucional*. Mas nada mudaria na essência, pois a cada momento da história corresponderia uma luta diferenciada e apropriada sem tergi-versar. Fora assim antes com os entusiasmos revolucionários dos verdes

44 D. Miguel já se encontrava exilado, a Espanha findara a sua experiência liberal e a *Carta constitucional* fora já outorgada em 29 de abril.

anos pré-vintistas e vintistas, foi assim no momento cartista que então vivia e em que logo agiu cívica e politicamente com a publicação da *Carta de guia para eleitores* e a fundação e redação dos jornais *O Português* e *O Cronista*; havia de ser assim quando integrou o batalhão acadêmico contra o usurpador e seu feroz despotismo; quando aderiu à revolução de 1836 que clamava de novo a constituição de 1822; quando participou na elaboração da constituição de 1838; quando se posicionou e combateu o despotismo cabralista; quando escreveu contra frades e barões e toda a oligarquia, em *O Arco de Sant'Ana* e as *Viagens na minha terra*; quando redigiu com Herculano o protesto contra a *lei das rolhas* da imprensa; e foi assim na sua vasta criação doutrinária e literária, no exercício quotidiano da cidadania ou quando desempenhou funções públicas... Enfim, pela escrita ou pela ação, pela pena ou pela espada, Garrett foi dos mais notados e influentes vultos da revolução liberal e um dos mais fecundos ideólogos do liberalismo.

II – Portugal na «balança da Europa»: das representações estrangeiras à leitura estratégica de Garrett*

O carácter mitológico da origem do nome *Europa*, essa beldade fenícia, filha de Agenor, que o disfarçado Zeus, seduzido pelos seus encantos, havia de raptar e perpetuar atribuindo o seu nome a um território, prolongou-se nas imprecisões do signo. São imprecisões que se vão tornando patentes nos significados vagos e confusos que lhe foram atribuindo Gregos e Romanos por Heródoto, Aristóteles, ou Estrabão, respetivamente; nas variadas intensidades e extensões de uso do nome que, por vezes, quase se eclipsou; nas persistentes dificuldades de definição dos próprios limites geográficos; na tardia e ainda incompleta aquisição de um estatuto político⁴⁵. E se a invasão árabe foi oportunidade flagrante para germinar esta consciência política que teve em Carlos Magno forte corporização, o que é certo é que, com a morte deste, o nome Europa e o classificativo *ocidentalidade* encontrarão proeminente substituição no latino termo *christianitas*⁴⁶.

Na idade moderna, o nome adquirirá importante posicionamento através de uma forte vertente de pendor laico. O século XV assistirá, então, ao fenómeno que se prolongou, do nascimento dos Estados Modernos. Portugal estaria entre os primeiros, com a Inglaterra, a França e a Espanha, e desempenharia, talvez mais que qualquer outro, papel determinante na autonomização e superioridade da realidade civilizacional europeia, como

* Este texto reproduz, com algumas alterações e adaptações, um estudo publicado na revista *FORUM*, (Universidade do Minho / Conselho Cultural), 26, jul.-dez. 1999, pp. 3-25.

45 Podem precisar-se algumas destas temáticas em Jean-Baptiste Duroselle, no artigo “Europe”, da *Encyclopédie Universalis*.

46 Sobre esta problemática remetemos para um interessante artigo de Acílio Estanqueiro Rocha (1996) que logo no início recorre à velha pergunta, na formulação husserliana de 1935, “o que é que caracteriza a figura espiritual da Europa?”; entretanto, consideramos também muito pertinente a reflexão de natureza problematizante de Eduardo Lourenço (1994, pp. 157-164), “Da Europa como cultura”; tem também grande oportunidade sobre a matéria a obra de Enrique Moreno Baez (1996) que dá título ao primeiro capítulo precisamente com a pergunta *Que és Europa*. Finalmente, mais projetada para a questão da *christianitas* e para a realidade portuguesa, a imprescindível obra de Ribeiro Sanches (1760), *Cartas sobre a educação da mocidade*.

reconhecem a generalidade das histórias da Europa e nomes bem notados, como o do enciclopedista Raynal. E na verdade, este país de Bartolomeu Dias e Gama, forneceria paradigmas modelares, determinaria sentidos de desenvolvimento e abriria perspectivas à construção de uma nova e característica Europa.

É nesta dinâmica de formação de estados modernos com administrações organizadas para além das simples relações pessoais e obrigacionais para com o rei, e com sistemas de impostos e exércitos permanentes, que adquirem pertinência inquestionável os conceitos de *equilíbrio* e *concertação*. Exige-os, por um lado, a convivência pacífica entre os Estados, concretamente entre os mais poderosos; por outro, e no limite, a sua subsistência. Eis a base circunstancial do aparecimento da figura *balança da Europa*. Ela ditará a regra primordial das relações: *que nenhum Estado concentre tanto poder que impossibilite a autonomia e a liberdade de ação de outros*. Como se vê, é, à primeira vista, uma regra de paz. Contudo, transporta, simultaneamente, potenciais e perigosas perversidades. O jogo arbitrário sobre os de menor poder como garantia de preservação do equilíbrio dos mais fortes, não foi das menores nem das menos frequentes, como a história do continente demonstra. A Polónia sentiu bem tal martírio. Mas para além disso, será prática que alimentará também nacionalismos violentos que farão encarar o desejo da paz e o sonho da unidade europeia como meras utopias ou muito longínquas realidades.

De qualquer forma, não deixou de se ir delineando e construindo a consciência ou, pelo menos, o sentimento de uma identidade própria. E ainda que subsistindo indeterminações geográficas e imaturidades e volubilidades políticas, uma profunda e generalizada convicção se tornaria critério de especificidade e diferenciação. Tomamos aqui o sentido da fórmula de Paul Hazard (1983, p. 399)⁴⁷: "...a Europa ultrapassava em todas as coisas as outras partes do mundo". Pois bem, neste contraste entre indefinição e superioridade residirá, já o intuiui, também, Eduardo Lourenço (1994-1), a raiz objetiva da sua fragilidade.

*

Na dinâmica definidora da construção da identidade europeia e seus sentidos futuros, teve particular importância o tempo histórico do século XVIII e seus desenvolvimentos através da primeira metade do século XIX. Nesta base,

⁴⁷ Ver, também, a "Introdução" à *História da Europa*, de Jean Carpentier e François Lebrun (1996).

desde logo ganham proeminência dois vetores que se tornarão inevitáveis critérios de valoração comparativa. Um deles é o que sobretudo dá substância e método ao grande movimento das *Luzes*, e resolve-se principalmente através de um novo paradigma de feição *epistemológica* com decorrências múltiplas. O outro tem que ver com a questão do *poder* e consubstancia-se sobretudo em torno da capacidade na vertente *político-militar*. Se o primeiro vetor acaba por conferir a qualificação mais consagrada ao século XVIII, o segundo marca a história dos processos que darão, em larga escala, configuração à geografia política do velho continente. Com efeito, a Europa experimentará nesta época uma intensíssima atividade diplomática e bélica, não tanto virada para os conflitos internos dos países, mas para a relação entre os Estados, tendo no horizonte as relações de poder e a pressão de uma balança estável. As contas de Georges Rudé (1988, pp. 303-304) não deixam espaço a dúvidas. No século dos valores da *humanidade*, da *tolerância* e da *paz*, dois em cada três anos foram de guerras sangrentas, normalmente precedidas e assistidas por uma quase sempre inútil quanto febril atividade diplomática.

Desta forma, a *cultura*, as *ciências* e as *artes* e tudo o que elas potenciam, concretamente no campo do *progresso* e da *civilização* dos países e dos povos e na *abertura e renovação das mentalidades*, bem como a capacidade de *intervenção política*, escudada sobretudo no *poderio militar* e condições da sua sustentação, tornaram-se *critérios* decisivos de julgamento da grandeza das nações⁴⁸.

O que foi Portugal nesta Europa e neste período que o marcou indelevelmente até aos nossos dias tem sido objeto de algumas análises⁴⁹ que cruzam a nossa ambiência de *contra-luzes* com pertinácias que, embora a não superem, pelo menos a diluem. Contudo, partilhamos a opinião extensiva de António José Saraiva quando indica como importante recurso para o conhecimento de um país, a imagem que dele existe no exterior⁵⁰. Por um lado, e no caso concreto, a natureza censória e repressiva que marcou este

48 Estes critérios continuam a ser enunciados por Eduardo Lourenço quando escreve sobre “A Europa em questão”, já que o primeiro dos três que nomeia estava em perda, no tempo em causa. Escreve: “Sob a tríplice caução de Deus, da Ciência e da Força, A Europa, pequeno cabo da Ásia, podia pensar-se, mesmo para quem não era Hegel, como centro do mundo e modelo de civilização” (Lourenço, 1994-1, p. 46).

49 Nós próprios já fizemos um estudo desta realidade seguindo o trajeto da receção de Rousseau em Portugal desde as suas vicissitudes às consequências (Machado, 2000).

50 Este olhar – “de fora para dentro, é de onde se vê tudo” – é também relevado por Eduardo Lourenço (1994-1, p. 142) quando reflete sobre a problemática, “A Europa no imaginário português”, referido, todavia, aos nossos estrangeirados.

nosso tempo histórico, acresce a pertinência deste recurso; por outro, sabemos quanto a eficácia da difusão supera muitas vezes, e devido a circunstâncias várias, os efeitos da justeza ou não do que se transmite. E se é certo que nas *representações* se funda com primazia a *opinião*, e que esta é rainha do mundo, como enunciaram e agiram convictamente os enciclopedistas e se vê na carta que Voltaire (1792, vol. III, p. 214) escreveu a d'Alembert em 8 de julho de 1765 e como também Garrett (1991) teorizou desenvolvida e repetidamente, nomeadamente em 1827 no seu periódico *O Português* (n.ºs 145, 238 e 247), a opção parece-nos ser profícua e adequada à circunstância. Com efeito, na época, uma importante parte dessa opinião fundou-se claramente nas representações que verdadeiros ou pretensos forasteiros, interesseiramente ou não, veicularam sobre nós. Bastará, para tanto, folhear algumas fontes da época, facilmente credíveis ao público leitor, como obras históricas ou literárias, para nos apercebermos de tal. Neste campo, concordamos com a apreciação do conhecido estudioso desta matéria, Castelo Branco Chaves. Escreve ele com caráter de aplicação alargado:

O francês, o inglês, o alemão que não podiam viajar, liam livros de viagens. Assim, nas literaturas europeias setecentistas, com exceção das de língua portuguesa e castelhana, os livros de viagem abundavam e sucediam-se.

Os filósofos e enciclopedistas aproveitaram os testemunhos dos viajantes em ilustração das suas teses e reforço dos seus argumentos, tendentes ao abalo dos princípios racionais em que a sociedade vivia organizada (Chaves, 1987, pp. 10-11).

Assim, julgamos relevante a análise e reflexão desta literatura enquanto vetor de grande merecimento para a compreensão do papel de Portugal na balança europeia⁵¹. Não pretendemos com ela fazer propriamente a história do país, mas tão só traçar o perfil das representações que dela emanaram e que vogaram pela Europa que, de facto, nos subalternizou e muitas vezes vexou. Representações incorretas, deturpadas, deficientes, mesmo interesseiras? Certamente, mas, vistas bem as coisas, não totalmente descabidas da realidade, como tantos ilustrados da nossa terra, estrangeirados ou não mas bem amantes da sua pátria, profusamente comprovaram, desde o padre António Vieira a Ribeiro Sanches e Verney, a Melo Franco, a Garrett, a Antero,

51 A Espanha, com situação político-cultural semelhante à nossa, não foge a este mesmo padrão. Leia-se o que escreve sobre a matéria García Simon (1999, vol. I, p. 12), no "Prefácio" à importante obra de García Mercadal (1999) sobre as viagens de estrangeiros a Espanha e Portugal: "La imagen de España se fue fijando en los otros países europeos durante la época moderna, gracias sobre todo a los relatos viajeros".

a Sérgio, a Jorge de Sena, a Eduardo Lourenço e tantos mais. Expressões bem deprimentes aparecem nos seus escritos referidas a Portugal e aos portugueses, como cafres, índios, turcos da Europa, reino cadaveroso e outras similares. E na verdade, não é controverso afirmar que no século XVIII passámos muito ao lado da criação europeia de além Pirenéus, na ciência, na filosofia, na cultura, na arte, bem como noutras bases criadoras de elevação, como a económica, a política e a militar. Ora, será precisamente esta a imagem que penetrará no século XIX e fará opinião entre as novas nações hegemónicas, como tematiza Eduardo Lourenço (1994, p. 20) que acrescenta: “Nem na Europa nem fora dela éramos povo que contava e com quem era necessário contar”. Nesta base, diretamente, ou por vias mediadas, a porventura desmesuradamente negra opinião que a generalidade daqueles forasteiros proporcionou sobre nós, está longe de ter sido inócua em consequências, relativamente à situação que analisamos. Herrero Massari (1999, p. 50) chama precisamente a atenção para a confusão de níveis, entre o real e o ficcional, que afeta os leitores mais desabitados ou incautos. Ora, sabemo-lo bem, é precisamente o segundo nível que proporciona um universo mais alargado de leitores!

Na história nacional da construção, da conceptualização e do uso destas representações, ocupou lugar de singular importância o nosso Almeida Garrett, ideólogo primeiro e mais sistemático da Regeneração portuguesa e, certamente, a figura mais marcante, assim o cremos e bem acompanhados, da construção da nossa modernidade, num tempo que separou, para o futuro, o Portugal velho do Portugal novo⁵². A exímia e estratégica leitura que ele arquitetou do país dá corpo a um dos ensaios políticos mais importantes, argutos e fecundos do século XIX português que, como o autor reconhece em desabafo autobiográfico e nós admitimos, bastaria para fazer a reputação de um escritor, se escrito em língua mais vulgar e conhecida no mundo.

A fórmula encontrada para título, patenteia a dimensão substantiva da obra – história e programa de correção do rumo do país – e faz adivinhar uma estratégia. Ei-lo: *Portugal na Balança da Europa*⁵³ do que tem sido e do que ora

52 Almeida Garrett situa este momento na edificação do conjunto legislativo de Mousinho da Silveira (1832-1833) de que ele próprio foi redator e, certamente, co-autor. Joel Serrão (n.d., vol. IV) não deixa também de considerar este feito como “o ponto mais alto da arrastada e sinuosa instauração do liberalismo em Portugal”.

53 Eis como Garrett (1966, vol. I, p. 806) se refere ao contexto e respetivo significado desta expressão: “À volta do século XVI da nossa era os interesses reais ou imaginários (ou ambas as coisas) dos Estados e dos príncipes os fizeram convir em certo equilíbrio político a que chamaram os estadistas

lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado (1830). Por isso, Garrett e esta obra serão a base fundamental do nosso estudo, já que neles se cruzam, num presente de tensão, o passado com o futuro de Portugal no horizonte de pertença à realidade de que é parte natural e de que foi elemento decisivo de construção: a Europa.

*

Queremos realçar três notas atinentes ao percurso analítico que fizemos sobre o olhar impresso de forasteiros a nosso respeito:

A primeira diz respeito ao processo heurístico. Surpreendeu-nos a quantidade de fontes que localizámos, muitas delas ausentes do vasto e meritório registo há muito levado a cabo por Manuel Bernardes Branco (1983). Para além do mais, trata-se, muitas vezes, de obras extensas, frequentemente com temática exclusiva sobre o nosso país ou concedendo-lhe um largo espaço. Só por si, este dado quantitativo contradiz a valoração insignificante que alguns projetam para esta fonte. Não usaremos a totalidade das que encontrámos, naturalmente, mas referir-nos-emos às que consideramos mais pertinentes ao nosso objetivo.

A segunda nota remete-nos para uma indispensável atitude cautelosa relativamente a estes escritos. Na verdade, a alguns subjaz uma intenção ideológica clara ou que facilmente se adivinha. De facto, uma significativa percentagem revela propósitos interesseiros no sentido de criar opinião de apetência, no que nos diz respeito, pela zona de influência francesa e consequente desvio da inglesa, bem como de condicionar uma predisposição da França a um maior investimento na captação dos interesses de Portugal. Não é por acaso que a grande maioria das existências bibliográficas tem origem francesa.

Esta intencionalidade é flagrantemente ilustrada na obra de Ange Goudar (1756), editada anonimamente e com uma 2.^a edição composta em Lisboa, *Discours politique sur les avantages que les portugais pourraient retirer de leur malheur. Dans lequel l'auteur développe les moyens que l'Angleterre avoit mis jusque la en usage pour ruiner cette monarchie*. Mas para aquilatarmos sobre o interesse, condicionado ou não, em que a obra foi envolvida, há que assinalar que a mesma aparece traduzida em espanhol e editada em

«Balança da Europa»; o qual, mais ou menos modificado, se conservou ou pretendeu conservar até quase à época em que vamos».

Madrid (Imprenta de la Gaceta), com dois rostos de títulos diferentes mas bem esclarecedores. O do primeiro: *Profecia politica verificada en lo que está sucediendo á los portugueses por su aficion a los ingleses, hecha luego despues del terramoto del año de 1755*; o do segundo reflète, mais de perto, o do original francês e apresenta-se mais completo: *Discurso politico sobre las ventajas que pueden sacar los portugueses de sus ultimas desgracias, separando-se de los ingleses; y en el que se descubren los medios de que ha usado la Inglaterra para arruinar Portugal...*(cf. Branco, 1893, vol. I, t. II, p. 35). A isto acresce a informação sobre uma outra edição mexicana, e ainda mais uma integrada num conjunto com intencionalidades afins, que inclui a *Relation historique du tremblement de terre de Lisbonne*, edição de Haia do ano de 1756 (ibidem, pp. 140 e segs). É pleno de significado o facto de este escrito considerar o tremor de terra como uma bênção do céu contra a Inglaterra e a favor do *equilibrio europeu*, na medida em que ele abalava também, pelo menos temporariamente, uma das bases principais de sustentação da grandeza daquele país rival. Entretanto, Bernardes Branco revela ter saído em Copenhague, em 1759, um artigo de título “Portugal” (ibidem, 143), explicando precisamente as mesmas ideias. Ora, tamanho investimento tornar-se-ia inexplicável sem a mácula do calculismo.

A mesma pegada seguem, por exemplo, o Comte d’Albon (1779-1785, t. III, p. 156) e, mais descaradamente ainda, Bourgoing, por sinal ministro plenipotenciário da França em Espanha. Diz o editor anónimo da obra deste numa introdução própria: «Le Portugal, un des pays avec lesquels nous avons, ou du moins nous pouvions avoir le plus de relations commerciales, une des puissances du second ordre qui nous intéressent le plus sous le rapport de la politique, le Portugal est très-peu connu, surtout par les français» (cf. Bourgoing, 1798, t. I, p. I).

Do também francês Dumouriez (1775, p. 54), explicitaremos apenas a finalidade que anunciou para a construção da sua obra: ser útil à sua nação *no acréscimo do seu peso na balança da Europa*.

Poderíamos continuar a ilustração com outros autores e obras, mas é suficiente. Acrescentaremos apenas que esta intencionalidade não evitou, nem sequer tentou iludir, o sentido valorativo de pendor negativo que generalizadamente era veiculado sobre nós.

Uma terceira nota, muito ditada pela frequência de presença, prende-se com o descompasso abissal, que é frequentemente chamado à colação, entre a degradada situação do Portugal coevo e a quase mitificada situação

do passado. Na verdade, o reconhecimento do nosso peso na balança europeia dos séculos XV e XVI é quase lugar-comum em todos os gêneros da época, históricos ou literários, que tematizam Portugal. Assim foi, por exemplo, com Voltaire, no *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756), onde enaltece os incomparáveis Gama e Albuquerque, ou com o já referido abade Raynal, na divulgadíssima *Histoire des établissements*, que fez época. Aqui reconhece este famoso enciclopedista a decisiva contribuição da descoberta do caminho marítimo para a Índia para a manutenção da chama da liberdade europeia, que se poderia ter definitivamente extinto, se a alternativa comercial aos turcos não tivesse sido aberta por Gama (Raynal, 1781, t. I, pp. 131-132). Todavia, é o mesmo Raynal que reconhece simultaneamente o estado adiantado de um descalabro irremediável que a corrupção de dinheiros e poderes e a quebra de coragem, acicatadas por excessos inquisitoriais geradores de intensos ódios, havia e continuava a condicionar (ibidem, p. 243). Sabemos que Voltaire não fora menos crítico para com a nossa intolerância.

Outros nomes, contudo, seguiram esta via comparativa dos nossos diferentes tempos históricos: o Comte d'Albon (1779-1785, t. III, pp. 148-152, 156) traça o quadro evolutivo através da nossa transformação de mestres de povos em nação indigente, povo escravo e país dependente e tributário das outras nações da Europa; Stevens (1780) contrasta a nossa antiga força de conquista, a que dá exposição na primeira carta do livro, com a perfeita nulidade de então, copiosamente demonstrada na segunda; até o editor de Bourgoing (1798, t. I, p. V), só para dar um testemunho diferente, aviva a esperança longínqua de podermos alcançar a grandeza de um *futuro/passado*. Enfim, são alguns casos, entre muitos mais que seguem a peugada.

A última observação que nos merece destaque é a quase obrigatória referência diferencial ao controverso período pombalino. A maioria dos autores atribui ao Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal uma ação governativa de claro pendor positivo. Concretamente no campo da ilustração, os juízos são quase sempre laudatórios. O autor do *État présent du royaume de Portugal* retrata-o como grande protetor das letras e lutador contra a ignorância (Dumoriez, 1775, p.294); Caraccioli (1772, p. 50) faz exprimir à figurada e viageira personagem *Razão* uma certa esperança de melhoria a partir da ambiência pombalina; Bourgoing (1798, t. I, pp. 61-62 e 109-110) classifica o ministro de D. José como “homem extraordinário” que fez tremer diante de si a sanguinária Inquisição e a obrigou a um tom bem mais moderado, dando justificação ao aforismo popular: «mal por mal, melhor Pombal!»; o arquiteto inglês Murphy (1797, t. I, p. 242) situa-o como

marco constituinte de uma época na história de Portugal. Uma imagem bem favorável aos mais diversos níveis aparece, também, ao longo das *Lettres écrites de Portugal*, de Ph. Stevens, que faz um retrato histórico do reformador da universidade de Coimbra, devidamente assinalado em título, o que não deixa de ser sintomático mesmo até em termos mercantis. Até o quase português Jacome Raton (1813) enaltece este ministro sob vários ângulos, relevando a sua capacidade administrativa, o favor às letras e à indústria, e até a retidão do seu caráter. É, todavia, a obra de Cormatin (1786-1789) que constitui, de entre as obras que cotejamos, o ponto mais alto dos juízos valorativos sobre este político. Nela, Portugal é guindado, através dessa áurea época josefina, a primeira potência do mundo. Roma não nos igualava no auge da sua glória, e o Marquês aparece como figura incomparável da história portuguesa.

Nesta matéria encomiástica, é muito mais comedido o Comte d'Albon. Por um lado, tudo o que escreve sobre nós tem apenas como objeto o *rei-ministro-Pombal*, pela ação conhecida do seu governo. Contudo, não deixa de criticar com forte azedume o seu despotismo e ação policial que põem meio país a espiar outro meio (Albon, 1779-1785, t. III, p. 137 e segs). É uma positividade crítica que encontra parceria em Dalrymple (1783), que, argumentando no sentido de provar uma ação governativa do visado digna de registo em múltiplos campos, discorrerá, todavia, com alvo bem visível, acerca da dificuldade em compatibilizar-se despotismo com ciência.

Esta positividade crítica torna-se, nalguns casos, ataque cerrado. Na obra atrás referida de Cormatin, repudia este, com veemência, o extenso escrito atribuído ao jesuíta italiano anti jansenista Francisco Gustà, em 4 volumes, *Memoires de Sebastien Joseph de Carvalho e Mello* (1784). Não vamos discorrer sobre ele. Diremos apenas que o autor olha para Pombal como só um religioso daquela ordem poderia olhar! Mas este não é exemplo único de aversão. Referimos mais dois. De um deles, bastará fazer uma curta transcrição ilustrativa do apreço que o autor tem pelo nosso governante. Falamos de Ranque (1801, p. X), numa altura em que tecia considerações sobre D.^a Maria, ajuizando: “Se tivesse de fazer um juízo sobre o célebre ministro de seu pai, diria que foi tão útil a Portugal, como o tremor de terra de 1775 foi útil a Lisboa”. Quanto ao segundo caso, o simples título revela a intenção: *Anedoctes du Ministere de Sébastien-Joseph Carvalho, Comte d'Oeiras, Marquis de Pombal, sous le Regne de Joseph I, Roi de Portugal* (1783). E não se confinou o interesse da obra à área da edição original, em Varsóvia, pois passados quatro anos conhecia esta uma outra edição italiana em 2 volumes, sem local de impressão assinalado.

O célebre caso do padre Malagrida é o ferrete mais agudo dos ataques ao ministro julgado como déspota.

A partir daqui, resta-nos, então, assinalar os vetores mais salientes e comuns das representações que estes autores veicularam sobre nós, tendo principalmente em conta os critérios atrás definidos para julgamento da grandeza das nações.

*

Como já advertimos e temos vindo a verificar, é quase sempre negra a saga que emana das penas dos forasteiros que nos quiseram retratar. A circunstância do terrível terramoto de 1755 fez multiplicar as viagens ao nosso país e a conseqüente literatura, sendo, por isso, a partir daí, que tal saga se incrementou. Todavia, as descrições anteriores já perfilavam a tendência. Castelo Branco Chaves, que lê com muita suspeição os relatos maldizentes posteriores⁵⁴, traduziu três das que considera mais representativas da década de 1730⁵⁵ e, simultaneamente, as mais expressivas, rigorosas e verdadeiras do segundo quartel do século. Pois bem, o quadro geral descrito nas três, que nos dispensamos aqui de cotejar, dada a tradução e o fácil acesso, não branqueia muito as cores pesadas das que dão aparecimento a partir da segunda metade do século, tendo como referência as mesmas bases criteriosas de valoração atrás definidas. Atenhamo-nos, por isso, a estas.

Começamos por dois excertos bem separados no tempo, mas de sentido bem convergente. O primeiro situa-se em observações referidas ao ano de 1756 e é de Dumouriez; o segundo pertence ao médico Pierre Carrere (1798).

54 C. B. Chaves considera, no “Prefácio” da tradução da obra de Ruders (1981), escrita entre 1805 e 1809, *Viagem em Portugal*, que este autor não só escreve de boa-fé sobre o nosso país, como também é o mais objetivo e de “mais leal propósito de equidade”. Lembremos que Ruders tece forte crítica aos excessos maldizentes do *Tableau de Lisbonne*, de Carrere (1797).

55 As três estão traduzidas em publicação de título: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, trad., prefácio e notas de C. B. Chaves. Eis as obras: 1) *Description de la ville de Lisbonne où l'on traite de la Cour, de Portugal, de la Langue Portugaise, & des Mœurs des Habitans ; du Gouvernement, des revenus du roi, & de les Forces par Mer et par Terre; des colonies Portugaises & du Commerce de cette Capitale* (1730). Não se conhece o autor. 2) *Mémoires Instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe – Contenant des anedoctes curieuses très propres à éclaircir l'Histoire du Temps, avec des Remarques sur le Commerce et l'Histoire Naturelle* (1738). Publicada anónima, parece ser de Carlos Frederico de Merveilleux, como Chaves afirma no “Prefácio” (p. 13); 3) *Voyage de Mons.^r César de Saussure en Portugal – Lettres de Lisbonne* (1909). Estas Cartas foram escritas em Lisboa em 1830, mas só muito mais tarde, como se vê, foram publicadas pelo Visconde de Faria.

Atentemos no primeiro:

O estado político de Portugal é forçado, não permite escolha, é uma nação que não pode consultar as suas paixões, nem no que concerne às suas inimizades, nem às suas alianças; é o que acontece aos mais fracos. A corte de Lisboa está acorrentada à de Londres por necessidade, é inimiga da Espanha por natureza, e da França pela circunstância da sua rivalidade com a Inglaterra (Dumouriez, 1775, p. 289).

Leia-se agora o segundo:

Sabe-se que existe um pequeno pedaço de terra chamado Portugal, um povo chamado Português, uma cidade chamada Lisboa. Julgamo-lo ainda mergulhado em densa barbárie. Este juízo tem por fundamento o nulo e passivo papel que desempenha no mundo literário e na constituição política da Europa (Carrere, 1798, t. I, p.8).

A fatalidade de feição política que inspira o primeiro, encontra paralelo na crueza da caracterização de pendor político-cultural que apresenta o segundo; o juguete com que o país é retratado no primeiro, corresponde, no segundo, à total erradicação do seu peso na *balança da Europa*.

Ora bem, dado o mote, de feição globalista, passamos a indagar sobre a convergência notada, recorrendo a algumas caracterizações parcelares:

O carácter desumano, violento e nefasto da nossa *inquisição* e da *censura* e as suas consequências são pressupostos aceites e vetores fortes quase omnipresentes nos tratamentos da generalidade dos escritos que se referem ao nosso país e que analisámos. Bastaria a questão da *inquisição* para permitir a construção de um quadro tão fecundo quanto negro da nossa realidade na pena destes estrangeiros. Mas nesta ampla fecundidade apenas daremos realce, e mesmo assim de forma sintética, à questão da *censura*.

Começemos pelo *Tableau de Lisbonne*. Esta obra emprega uma grande parte das suas numerosas páginas discorrendo sobre o rigor, por vezes falhado, do nosso sistema censório e do conseqüente atraso das nossas letras e ciências. Mas, para além de informar sobre a dimensão histórica desse sistema e de descrever algumas curiosidades e vicissitudes da sua atuação, não se esquece de fazer o enquadramento causal, aliás de sabor bem iluminista, para lhe garantir mais fiabilidade, desvelando o que considerava ser a intencionalidade política que lhe subjazia. “O governo tem os seus

motivos”, acusa. “Nação sem luzes (...) verga-se sem resistência sob o jugo do despotismo” (Carrere, 1797, pp. 237-238). Não se afasta muito desta opinião o moderado Link (1805, t. II, pp. 289-290). Escrevendo à luz do mesmo pressuposto, encontrará justificação da ação concertada neste campo entre o trono e o altar, no medo das revoluções. E perspetivando a questão em termos de efeitos, concluirá sobre a conseqüente inevitabilidade da exígua produção da intelectualidade portuguesa. Numa mistura de pesar e crítica aos exageros de certas narrações, sistematizará desta forma os quadros que previamente descrevera da nossa literatura, língua e filosofia: “Eis uma curta exposição do triste estado das ciências no reino mais ignorado de todos os países da Europa; mas por mais deplorável que possa ter sido, pergunto aos meus leitores se não tinham uma ideia ainda mais desvantajosa” (ibidem, 212).

Esta espécie de respeitosa salvaguarda, faz-nos ter como bem mais duros e chãos outros autores como Ranque, Dalrymple ou Bourgoing. É certo que o último futurou bom agouro a alguns gabinetes de nobres, se neles se instalasse alguma ordem, e concedeu exceção de qualidade à Academia Real de História. No entanto, expressões como: povo ignorante, supersticioso, dado ao despotismo, etc. povoam os escritos dos três, sobre Portugal. E para que não subsistissem ilusões relativas a outras academias a que fomos dando guarida, concordaram em que elas eram mais pomposas de nome que de substância.

Quanto ao conhecido e conceituado Ruders, à semelhança de Link, insurgir-se-á contra alguns exageros negativistas contidos no *Tableau de Lisbonne*. Todavia, não iludirá, neste campo, a obsessão censória e persecutória de Manique nem os resultados do sistema em geral, ao constatar que todos os livros que por cá podiam ser impressos e postos à venda, eram apenas os que fomentavam a superstição. Não negava, de facto, a existência entre nós de alguns homens ilustrados, mas reconheceria também que num “número muito restrito relativamente a outros países” (Ruders, 1981, pp. 224 e 269).

Foi também praticamente unânime a representação construída acerca da nossa universidade. Muitos se referirão ao seu atraso e descrédito. Mas neste ponto, como sabemos, não desvirtuaram as leituras críticas que da mesma fizeram os nossos mais representativos ilustrados, com destaque para Garrett.

Um dos aspetos que quase sempre aparece associado à decadência das nossas letras e ao atraso cultural e civilizacional do povo e do país em

geral prende-se com a apertada rede conventual e a densidade fradesca. Este foi um dos aspetos que mais impressionou a generalidade dos nossos visitantes. É assunto que tem sido muito lembrado, e por isso apenas damos alguns ecos caracterizadores da imagem que fizeram correr do nosso estado eclesial e do respetivo clero:

“É aqui o país dos frades”, lê-se em Pierre Carrere (1798, p. 274), “aqui estabeleceram a sede do seu império, a sede do seu despotismo. Temerosos, são capazes de fazer tremer governos”. A descrição alonga-se e é violenta. Não deixa de apontar exceções, mas confrontando valorações opostas: positivas, admitindo que há ordens edificantes; negativas, desdenhando de um clero secular sem méritos, mais ignorante que o regular, mais preguiçoso, sem dignidade, aspeto este bem visível na própria indumentária, asseverando que homem bem nascido não poderia ser padre secular (ibidem, pp. 274-275)!

Estamos perante uma pintura que de forma alguma é desgarrada. Já muito cedo, em 1738, Frederico de Merveilleux (*apud* Chaves 1983, p. 183) se referia à imoralidade do clero projetada para os frades que se ausentavam dos conventos por um mês para irem a bordéis, e para os confessores que assentavam arraiais com esses intuitos em casa das penitentes. Seguiu a mesma via Dumouriez (1775, p. 189), falando de clero extenso (200.000), ignorante, impune e libertino, e de freiras enclausuradas com hábitos viciosos que encontraram padrão de alta estirpe no convento de Odivelas, onde tinham sede trezentas religiosas que mais eram e se comportavam como cortesãs lindas e *coquettes*, e que foram reserva privilegiada de apetites carnis, que deram vários frutos, concretamente por mediação de D. João V, e que mantinham um ou mais amantes nas horas vagas; H. Ranque retomava o quadro e fazia a mesma ilustração régia; mesmo o mais sensato Ruders não deixaria incólume tal classe nesta matéria, e identificando alguns dos que desfrutaram esses amores proibidos, como se fossem soldados; entretanto, o autor de *Tableau de Lisbonne* posicionava este nosso clero em geral como um dos mais libertinos e corruptos da cristandade; o credível Link (1805, pp. 9-10) classificava os nossos monges como ignorantes e preguiçosos, mas retirava a última acusação em circunstância de cumprimento dos exercícios espirituais e, ironicamente, na mesa! Bourgoing (1798, tl, p. 53) punha na boca do pretense protagonista Duque de Chatelet, os classificativos usados por Dumouriez, relevando o escândalo freirático e acrescentando um insaciável parasitismo que consumia e não trabalhava; por sua vez, o autor das *Lettres écrites de Portugal* lamentava o fardo oneroso que tal núcleo populacional constituía, a sua contribuição para o decréscimo da população e o fanatismo interesseiro que manobrava para manutenção

do seu império (Stevens, 1780, pp. 29 e 56); Murphy (1797, t. I, pp. 221-222) ironizava a constatação do elevado número de clérigos cuja vocação seria mais própria para conduzir charruas; finalmente, sem que isso corresponda ao esgotamento do desfile, Dalrymple, à semelhança de Ranque, congratulava-se por os conventos estarem em fase decrescente.

Este quadro de vida, de carácter e de moralidade do clero português, mesmo que algo desfigurado por enfático, não deixa de ter acentuada correspondência com o real. Confirmam-no muitas outras fontes de natureza vária, externas e internas. De facto, é um quadro que reflete, a vários níveis, a subalternização dos interesses culturais em grande parte das casas que davam acolhimento a frades e freiras, e o baixo nível de formação do clero em geral. Ora, sendo precisamente neste segmento social que se centrava o principal polo de difusão cultural em Portugal, e onde radicava em mais elevado grau o modelo de vida, nomeadamente moral, das populações em geral, não se torna difícil compreender o nosso descompasso global relativamente à comunidade europeia e as fáceis generalizações, naturalmente acrescidas com colorações potenciadoras, dos forasteiros. P. Carrere (1798, pp. 81 e 233 e segs), por exemplo, escreve que as mulheres portuguesas passavam a vida à janela sem nada lerem, que os intelectuais nada criavam, que a filosofia nada avançava dados os entraves do poder que oprimia o génio, comprimia a opinião e retraía as ideias, dando-se a lume meras traduções; por sua vez, Ph. Stevens (1780) traçava um quadro pungente da nossa universidade, verberando a inquisição e o peso dos conventos e do clero em geral que instigava ao fanatismo e à superstição, enaltecendo, todavia, o esforço das reformas pombalinas; J. B. F. Carrere pintava em 1797 a mesma situação com cores ainda mais negras e generalizantes; Murphy fazia paradigma da situação geral com o Colégio dos Nobres que, embora a sobriedade e os costumes moralizantes fossem um seu apanágio, negligenciou as belas artes e dispensou a cultura das ciências; enfim, a fórmula simples que Dumouriez (1775, p. 212) consagrou cedo, tem aqui sentido: "... nada infelizmente está mais limitado em Portugal que as letras e as artes e os meios de nelas fazer progresso".

Nesta confrangedora panorâmica, não deixaram, todavia, de ser notadas algumas bibliotecas, quantitativa e por vezes qualitativamente recheadas, de alguns conventos. Ruders e Link, por exemplo, referem-nos várias. Encontramos, inclusivamente, referências a importantes alfores de livros particulares de nobres, clérigos ou outros, ainda que nalgumas nem sempre os livros cumprissem o seu fim. Jácome Ratton (1813, p. 166) ironizou com os 11.000 volumes que compunham a luxuosa biblioteca do Cardeal da Cunha,

através da expressão com que os costumava denominar o ilustrado Conde da Ponte, por aquele Cardeal os conservar intactos: as 11.000 virgens. Bourgoing fará o mesmo reconhecimento daquelas exceções positivas com indicação de diversos casos e Caraccioli (1772) reconheceu também sinais de mudança por cá a favor da ilustração, embora depois de lastimar o generalizado espírito escolástico e conseqüente desprezo pelo novo. No mesmo sentido, H. Ranque, além de se congratular com a diminuição de conventos, dilui a indignação geral, que claramente reconhece, com alguns nomes sonantes ligados à Academia das Ciências. Enfim, exceções sobretudo para sustentação de esperança! Este déficit generalizado das letras, das artes e das ciências, os contrapostos excessos da literatura sacra, as decorrentes situações civilizacionais, foi o que sobretudo deu substância às memórias destes verdadeiros e/ou falsos viajantes. Afinal, foi um quadro que se repetiu na pena de quase todos, sem grandes modificações, até ao vintismo, sendo fácil de adivinhar as marcas profundas que deixaram de nós na opinião europeia. Outros vetores descritos, no entanto, potenciaram a degradante imagem. Das muitas páginas escritas, aludiremos apenas às que deram mais repetido eco, ou cuja intensidade e pertinência temática o justifique.

Teve eco bem notado o contraste entre o aparato religioso, material e ritual, e a indignação e falta de piedade e moral do povo. As festas religiosas e procissões foram lidas normalmente como divertimento, alguns chamaram-lhes mesmo profanação, e, como outros atos de culto, desempenhavam a função de meros apaziguadores de consciências ou estratégia de esquecimento e diluição das agruras da vida e dos deveres sociais. É em Portugal que se veem os criminosos ir à igreja antes de perpetrarem o crime para receber sacramentos e pedir coragem para prática do ato, conta Bourgoing através do duque de Chatelet. Por outro lado, o indigente povo, tão carregado de impostos para pagar faustos reais, da nobreza e episcopais⁵⁶, pagava ainda outras taxas com o falso carácter de voluntariado, para estas manifestações exteriores da sua fé⁵⁷.

Uma das imagens mais profundamente gravadas na memória dos visitantes de Portugal, foi a da insegurança. Ladroagem e assassinatos aparecem como coisa vulgar em Lisboa, o que faz denotar a falta de policiamento

56 P. Carrere (1798, pp. 290-292) chama à sede patriarcal, o *papado de Lisboa*, tal era a opulência material e humana que o enquadrava. Outros o referem, aliás, por tanto dar nas vistas.

57 Ruders (1981, p. 53) estabelece o contraste entre a grandeza das procissões e a pequenez do respeito e da fé, bem como com a intensidade dos gastos suportados por quem tem dificuldade em arranjar de comer.

existente. A diferença de perigo que existe nos caminhos entre Espanha e Portugal, conclui Ranque com benefício para o nosso país, deve-se à concentração em Lisboa dos gatunos que podem aí andar à vontade. Empoando a situação, alguns avançam com a quase total impunidade existente, além da demora na aplicação da justiça, sobretudo nos grandes crimes, o que causava enorme perplexidade em Pierre Carrere (1798, p. 197) que apontou várias graves consequências do facto. Este ambiente generalizado de criminalidade fez até com que Ruders (1781, p. 245) começasse a descobrir algum sentido nas execuções sumárias de criminosos, como solução a tal flagelo.

Prendem-se a esta última, duas questões também generalizadamente anotadas: a das prisões e a da mendicidade. Quanto às primeiras, a desumanidade é retratada como chocante, pelas condições que chegam a ser descritas como inferiores às dos currais do gado; quanto à mendicidade, a indignância verdadeira expõe-se lado a lado com a preguiça dos sadios e aptos ao trabalho. Daqui resulta que os mendigos são como formigas, sendo originários de situações e profissões variadas, como é o caso dos militares que, soldados ou oficiais, não se inibem a exercer muitas vezes violência, dos fidalgos, dos negros⁵⁸ e dos padres que, como Ruders pessoalmente testemunhou (ibidem, p. 111), chegam ao requinte de exercitarem a língua profissional pedindo em latim!

Vários outros vetores mereceriam destaque, como a prostituição de rua, que incluía mulheres casadas, potenciadora de doenças bem incómodas; a praga dos cães pelas ruas da capital e a imundície geral bem patente nas sobejamente conhecidas «água-vai»!

Que na Espanha não se estaria melhor, como atesta Caraccioli (1772, p. 61) quando atesta serem cá os nobres menos ignorantes, ou Dumouriez (1775, pp. 170 e 214) que perspetivou para o nosso país uma saída deste atraso geral mais cedo do que os nossos vizinhos, dava algum alento, mas resolvia pouco a questão. Balbi, que também nos dá esse favorecimento relativamente aos espanhóis e que conheceu bem e referiu algumas das fontes que temos vindo a utilizar, considerará mesmo que nenhum país como Portugal teve tão inexatas e falsas descrições sobre o seu estado. E embora não assuma abertamente a contradição dos autores em causa, contorna a questão dizendo que na altura – 1822 – estávamos mais avançados do que

58 Bourgoing dá muito realce a este estrato social e adianta a existência, por Lisboa, de 15.000 negros e mestiços.

há quarenta anos. Apesar disso, não deixará de concordar que era de veras grande a nossa distância relativamente a outros países civilizados da Europa – França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Dinamarca, Suécia – quer na indústria, manufaturas, comércio, navegação, agricultura, diferentes ramos de administração... quer nas ciências, nas artes e na cultura em geral (1822, t. I, p. XIX). São comprovativos os números que apresenta e as causas dos diferentes atrasos que subsistiam. Aponte-se, como exemplo, a diminuição da população⁵⁹, vetor importante e pertinente para a formação de opinião, e as causas que subjazem a esse fenómeno: mau estado da agricultura, miséria do campesinato, emigração, desprezo dos campos, primogenituras, luxo dos lavradores, número de mendigos, miséria dos pescadores, número de celibatários (ibidem, pp. 236-240). Mas mesmo no campo estritamente cultural, o descompasso que Balbi se esforça por atenuar, revela-se, na verdade, abismal, tendo em conta os números que avança. De facto, que significado têm, por exemplo, as nossas 100 publicações em média por ano, entre 1800 e 1820, onde estão incluídas as traduções e os jornais, face à cerca de 250 da Noruega, ou à cerca de 3500 francesas? Que valiam 16 casas de impressão em 1821, já depois da revolução, com a liberdade a funcionar, comparativamente às 45 da Suécia ou às 71 do pequeno reino de Milão (ibidem, p. 93)?

Como se vê, os atrasos arrastam-se e prolongam-se. É muito curiosa a evocação de modelo biológico feita por Dumouriez (1775, p. 220) para explicar a pouca saúde do nosso corpo social em 1766. Todas as partes da sociedade, explica ele, interdependem como as do corpo: um povo supersticioso que cultive pouco letras e artes, não pode ter governo bem regulado. Borgoing (1798, t. II, p. 227), a caminho do fim do século, caracterizava também, em forma de círculo vicioso e em jeito de conclusão, a nossa condição: “Vê-se por este resumo quantos obstáculos se opõem ainda à prosperidade de Portugal. Para os ultrapassar, seria necessário um governo com um vigor superior ao vulgar, e o que existe é fraco. Seriam precisas luzes, e os que o cercam e dominam têm grande cuidado em afastá-las dele”. Os tempos áureos, realmente, já lá iam há muito. Na excursão que faz sobre o nosso país, o Comte d’Albon (1779-1785, t. III, p. 203) não esquece essa grandeza, mas não ilude também, na análise em que se reporta à década da Revolução Francesa, o quase descalabro que nos toca no campo das letras, augurando que muitas mudanças terão ainda que acontecer para fazer reluzir de novo a capacidade literária antiga.

59 Veja-se o caso desta zona minhota: entre 1801 e 1820, o conjunto dos distritos de Barcelos, Braga e Guimarães sofriam uma quebra de mais de 20.000 habitantes (Balbi, ib:192/193).

O pressuposto cautelar dos exageros que tempera o ponto de situação que sobre nós desenvolve o criterioso Link, a que já aludimos, tem razão de ser; mas não o tem menos o reconhecimento do triste estado das ciências do nosso reino e da ignorância em que, por circunstâncias várias, nos tinha a Europa. E pouco crescemos neste campo, como é sabido, durante as alternâncias entre liberdade e opressão do período pós-vintista até 1830, data do aparecimento do *Portugal na Balança da Europa*. Assim foi, também, noutra área que constituiu critério forte na medida daquela balança: a área militar.

*

Se as representações da nossa situação no campo das letras, das ciências, da educação, da instrução e do nível cultural geral eram confrangedoras, as representações e a realidade da nossa capacidade militar não eram menos calamitosas. Faremos um breve quadro destes dois níveis.

Dois dos momentos militares mais agudos que nos apoquentou antes da Guerra Peninsular foram o da invasão espanhola de 1762, que acabou por se resolver no próprio ano, e o das incursões que os mesmos perpetraram no nosso território em 1801, a famosa *guerra das laranjas*, que redundaria na perda de Olivença. É, sobretudo, a propósito destes dois momentos que surgem as observações neste campo, e que poderemos assim sintetizar: impreparação militar abismal e sem melhoria evolutiva.

No primeiro caso, a desorganização e falta de homens tornou imprescindível o recurso aos estrangeiros. Entre estes, como facilmente se pode imaginar, os de mais fácil e imediato recrutamento eram os preteridos nos seus países, sendo-lhes, assim, proporcionada, ocasião oportuna de emprego e exercício. Sobretudo os quadros do oficialato encontraram aqui campo fértil, o que originou consequências a vários níveis: por um lado, o seu pagamento acrescido relativamente aos nacionais, além de contribuir para delapidar as nossas finanças, gerou invejas e controvérsia que proporcionaram nas tropas um contínuo mal-estar. Por outro, este ambiente, além de militarmente prejudicial, dificultou aproximações e impediu aprendizagens aos nossos graduados.

Paralelamente, a mesma carestia impôs que se decretasse perdão de pena a todos os criminosos fugidos do reino que se quisessem alistar. A composição final e a perspectiva de eficácia duma força assim composta, não é difícil de prever! Por isso, vocabulário e expressões como: miseráveis,

maltrapilhos, vagabundos buscando meios de subsistência e trabalho, sempre disponíveis para a execução de trabalhos ilícitos a troco de dinheiro, é a linguagem que emana das fontes que temos vindo a utilizar, para caracterizar as nossas tropas. Repare-se, entretanto, nesta situação de contraste inimaginável: o governo sentiu necessidade de publicar um decreto impeditivo de uso luxuoso de mesa aos generais em campanha. Neste quadro degradado, referimos a exceção que constituiu o Conde de Lippe que conseguiu impor alguma ordem e ação estratégica às tropas portuguesas.

Quanto à artilharia e cavalaria, o retrato não se modifica, e podemos, sem receio de grande deturpação, recorrer a Pierre Carrere (1798, p. 268): a primeira é pesada e está ultrapassada; a segunda é a mais mal montada da Europa e os cavalos andam esfomeados. O mesmo autor ironizaria ao fazer contrastar a miserabilidade militar que nos caracterizava, com a autoimagem que possuíamos nessa área, ao afirmarmos serem as nossas tropas as melhores e mais belas do universo (ibidem, p. 262)!

Portugal parecia viver, de facto, num outro mundo. A preocupação com as questões internas, e a obsessão pelo resguardo e preservação do exterior e do novo, esgotavam a sua capacidade de atuação na Intendência policial e nas velhas instituições censórias e repressivas. E nem as contínuas guerras que assolavam a Europa, nem a constante situação de perigo iminente resultante de uma sensível posição no quadro geográfico-político, nem o divergente posicionamento que a Espanha e a França iam ocupando na *balança da Europa* relativamente à velha aliada Inglaterra, pareciam preocupar o nosso poder. Na verdade, o quadro que Ruders veicula como resultante de observação direta, relativo ao recrutamento de pessoal para enfrentar a Espanha invasora em 1801, dá bem ideia do nosso descalabro imprevidente. As recusas gerais para incorporação determinavam que tivessem de ser levados à força ao comissário de Bairro grupos de 20, 30 e 40 homens “atados com cordas uns aos outros” (Ruders, 1981, p. 138).

Esta visão, à primeira vista risível, confunde-se com o que transparece das informações fornecidas por outros autores fiáveis e sem preconceitos, como é o caso de Balbi. Com efeito, a irracionalidade, pois também disso se trata, da nossa política militar, torna-se de flagrante patência na observação de alguns dados referentes ao perturbado início do nosso século XIX. Vejamos: a nossa dívida pública evoluía com grandes perdas acumuladas principalmente a partir de 1809. Sabemos uma das razões principais: as invasões. Entretanto, em 1821 verifica-se no orçamento um acentuado crescimento daquela, devendo-se muito, tal facto, a gastos projetados para o ramo da

marinha. Atente-se, então: em 1793, a nossa frota militar era composta por 34 vasos armados com uma potência de 1556 canhões; em 1821 tínhamos apenas 28, tornados, entretanto, alguns dos mais potentes, ineficazes por deterioração, restando uma potência de 992 canhões. Pois bem, no primeiro momento, dispunha a frota de 143 oficiais de todas as patentes; no segundo, dispunha, imagine-se! de 585 (Balbi, 1822, t. I, p. 387). Ou seja, todo o investimento se destinava a pessoal que ficava desarmado! Como se vê, continua aqui a caber o que Bourgoing (1798, t. I, p. 26) escrevera já, certamente de forma interesseira, no século anterior: “Se Portugal não é um inimigo que se deva desdenhar, falta-lhe muito para se tornar um aliado útil”.

Aquela espécie de excentricidade delirante ironizada por Pierre Carrere que há pouco evocámos é hoje bem retratada por Eduardo Lourenço (1999, pp. 15-16):

Quando, nas primeiras décadas do século XIX, Portugal, pela pena dos primeiros representantes de um *novo Portugal* – saído da revolução liberal –, faz o balanço da sua situação no mundo, isto é, na Europa, e, ao mesmo tempo, se volta para o passado para saber se ainda terá futuro, fá-lo já como se não fosse Europa, ou então como se fosse uma outra espécie de Europa. É então que se dá conta de até que ponto a sua situação é singular.

Deste lote de consciências críticas do novo Portugal, consideramos que uma das percepções mais lúcidas da nação se espelhou nas palavras, tão meditadas quanto arrojadas, desse inteligente, notável e culto Fr. Francisco de S. Luís, o Cardeal Saraiva. Temos em mente o *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos, e Povos da Europa*. Nele haveria de ter um importante esteio o eminente e combativo Garrett, sobretudo nos escritos vintistas. Façamos um curto contexto e alguma análise que nos conduzam à estratégica leitura do autor de *Portugal na Balança da Europa*.

*

A derrota de Napoleão oferecia à Europa uma ocasião sem par, que as contínuas guerras faziam apetecer, para a construção de um equilíbrio europeu que garantisse os direitos e o lugar próprio de cada nação no velho continente. Mas a voracidade dos mais poderosos vencedores, porque outros houvera, gorou à nascença tal oportunidade sob o cenário de uma frenética dança de tratados e convenções seletivos que tiveram oficialização e consagração definitivas no *Ato Final* do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815,

e no famoso tratado da *Santa Aliança* de 28 de setembro do mesmo ano. Como deste último se nota, mais uma vez, estratégias e ações diabólicas se acoitariam antiteticamente na capa feita de ignorância, superstição e ingénuo fé pintada de *Santa*.

Os Estados secundários foram aí joguete do poderoso grupo, quer pela estratégia da ameaça incontornável, quer pela das promessas mentirosas e aliciadoras. Frederic de Gentz, «alma danada» de Metternich, na expressão de Debidour, e Secretário do Congresso, assim se exprime nas *Mémoires de Metternich*, em relatório do mês de fevereiro:

Os que, na época da reunião do Congresso de Viena, tinham discernido bem a natureza e os objetos do congresso, não se poderiam mais arrepende da sua marcha, fosse qual fosse a sua opinião e os seus resultados. As grandes frases de reconstrução da ordem social, de regeneração do sistema político da Europa, de paz durável fundada numa justa repartição de forças, etc., etc., etc., consumiam-se para tranquilizar os povos e para dar a esta reunião solene um ar de dignidade e grandeza; mas o verdadeiro fim do congresso era a partilha entre os vencedores dos despojos do vencido (Debidour, 1931, p. 2).

O Congresso de Viena afrontava, então, quer povos quer reis, para esconjurar o revolucionarismo, mostrando desde logo à saciedade como a tirania oligárquica não era menos feroz e deprimente que a tirania de um só! Com efeito, apenas a partir de 1848 a Europa se verá definitivamente livre dessa tutoria de sistemática vigilância e fantástico poderio. Até aí, as palavras *paz, independência e liberdade*, acenadas sob a tutela da *legitimidade* e oficialmente garantidas, fizeram parte do *Index* político, expressão de Debidour (*ibidem*, p. VIII), da odiosa instituição.

Pois bem, da influência dos ventos, gerados em contracorrente ao carregado contexto, que rodopiavam por terras da Alemanha, brotavam de novo em França, e teimavam fazer-se sentir outra vez em Espanha, não ficou arredado o nosso país. O 24 de agosto de 1820 proporcionou-nos o privilégio de uma nova marginalidade, mas esta de sentido bem positivo. Portugal reencontrava-se consigo próprio fora de tutorias, únicas ou oligárquicas. Livre e independente, desfazia-se do duplo despotismo, o nacional e o estrangeiro. Neste novo contexto, reivindicava um lugar na Europa em sítio certo e autonomamente escolhido, contra uma poderosa corrente de subjugação que a Santa Aliança personificava. O *Manifesto aos Soberanos e Povos da Europa* (15 de dez. de 1820) da autoria de Fr. Francisco de S. Luís, conhecido como o

Cardeal Saraiva, enquanto membro da *Junta Provisional do Supremo Governo do Reino*, marcou oficialmente esse momento. No horizonte externo perfilava-se a ameaça centrada nos aliançados gabinetes; cá dentro alimentava-se o desejo e a esperança de sermos nós, ao mesmo tempo que agoirentos nostálgicos internos do passado espreitavam ocasião de regresso. Difícil se tornava cruzar estas situações numa linguagem de conveniência oposta. Por isso, entre a sujeição e a liberdade, este documento serviria inquestionavelmente a segunda opção, afrontando, em última análise, aqueles a quem intencionava apaziguar. Vejamos:

Evocando como outros, o nosso passado de glória e, por afinidade, os benefícios que patenteámos ao velho continente, assume-se aí, sem subterfúgios, a nossa decadência e degradação geral da época, desfazendo equívocos de grandeza imaginária, e retrata-se, com realismo, a miséria e a dor de um país sofrido, mas alega-se, também, o esgotamento de paciência de uma nação briosa e ciente dos meios de remediar os seus males; anuncia-se o desejo de manter as relações políticas e comerciais com todos os governos e povos da Europa, mas insere-se o ato revolucionário na pretensão de merecer a estima e consideração destes, pela via e opinião dos seus homens ilustrados; reafirma-se o respeito e obediência ao nosso monarca, mas desfia-se um rosário de males decorrentes da sua humilhante fuga; faz-se demarcação do filosofismo absurdo e desorganizador das sociedades, mas repõe-se o conceito de governo como garantia de busca e construção da felicidade dos povos, independentemente da forma que assumam; desmistificam-se os ferretes linguísticos de *inovação* perigosa, *rebelião*, *ilegitimidade* aplicados à nossa revolução, mas pede-se a compreensão da opinião pública das nações ilustradas e dos gabinetes dos soberanos para a nossa mudança a caminho da dignidade; finalmente, afirma-se ter sempre e querer continuar a respeitar os negócios das outras nações, mas afiança-se que, seja qual for o sentimento e ações exteriores, «O Povo Português terá uma justa liberdade, porque a quer ter», uma vez que “Jamais deixa de ser livre um povo que o quer ser” (Saraiva, 1820, pp. 337-338).

*

Garrett daria superior sequência e intensa fundamentação a estes enunciados, incarnando, noutra época decisiva – 1830 – que a primeira não bastara, a mesma ânsia de independência e de liberdade, condições imprescindíveis à grandeza de uma nação. Mas não foi só ele. Com efeito, a par de persistências laudatórias e incentivadoras de compromissos e ações mais descomplexadas com a *Santa Aliança* para apoio a D. Miguel usurpador, como

foi com o caso de J. J. Pedro Lopes⁶⁰, outros houve que trilharam caminho no sentido de desacreditar tratados secretos e “criminosas coalizões” contra a liberdade dos povos a quem tratavam como rebanhos de gado (Carneiro, 1821), ou de engrossar o eco da impaciência da nação (cf. *Considerações sobre a causa...*). Neste caso, dadas as dificuldades de criação interna, que algumas houve, buscavam-se no exterior argumentações adjuvantes, traduzindo e divulgando, quando os objetivos coincidiam, como foi com o caso da *Revista Política da Europa* que, em 1825, denunciava com veemência as falsidades da *Santa Aliança* e as bases aleivasas dos seus tratados, transformando o chamado *direito de intervenção em força de invasão*.

O sonho de paz e de felicidade das nações protagonizado pelo abade de S. Pierre gerou-se, sobretudo, pela ambiência do seu contrário. Como todos os sonhos, mesmo que encarados como irrealizáveis no plano político, não deixou de ser projeto no plano intelectual, situação que normalmente acaba por predispor opções generalizáveis e criar necessidades alternativas que têm que ver com a ordem social concreta. Foi assim que aconteceu com as obras deste abade académico, nomeadamente com o *Projet pour rendre la paix perpétuel en Europe* (1713) e o *Traité pour rendre la paix perpétuel entre les Souverains Chrétiens* (1717). Tido mais como pregador do que político, poucos o levaram a sério. Rousseau não foi desses, e considerá-lo-ia nas suas *Confessions* como “homem raro, o homem do seu século e da sua espécie e talvez o único desde a existência do género humano que não teve outra paixão para além da da razão” (Rousseau, 1959-1995, t. I, p. 422). Leu durante dois anos os seus escritos e trabalhou-os, repensando-os, fundamentando-os e criando, nessa base, projetos de feição substancialmente diferente, devido à projeção que para eles fez das bases do seu pensamento político-social. Foi nesta base que elaborou o esboço de uma associação federativa das pequenas nações como forma de defesa, com base no princípio que é nas grandes diferenças sociais que se funda a anarquia e as revoluções. Mas é sobretudo a outros dois níveis que as diferenças se vão notar:

a) O abade dirigia a sua mensagem aos *reis* no sentido de constituírem uma liga contra toda a guerra e na defesa do *status* territorial; Rousseau

60 Temos em mira, para exemplo, o opúsculo de autor identificado como “hum amigo da verdade e da paz” e traduzido do francês por Pedro Lopes, *Verdadeiros interesses das potências da Europa e do Império do Brazil relativamente aos actuaes negocios de Portugal* (1829). A posição referida é veiculada pelo tradutor na “Prefação”. Quanto ao anónimo opúsculo, inclui preciosismos interessantes, como o de entusiasmar D. Miguel a que, com urgência, faça um filho sucessor!... Como se vê, a esperança da feição não era fictícia.

projetou-a em termos de *povos*. Desta forma, à maneira do seu *Contrato social*, uma confederação europeia não poderia estabelecer-se senão entre nações soberanas e donas dos seus destinos. A guerra deixava, assim, de ser função de caprichos de um qualquer monarca, governo ou cortesão.

b) O abade concebia uma união europeia sob a égide da razão; Rousseau ultrapassou este abstratismo, buscando elementos concretos estruturantes da sua unidade histórica e moral. Intuíva, então, a Europa como um sistema que une as potências por uma religião, um direito das gentes, costumes, letras, comércio, etc. e por uma espécie de *equilíbrio* que era o efeito necessário de tudo isto. Este *equilíbrio* tornava-se, então, o regulador natural no conjunto das nações. O princípio de um melhor governo tornava-se, desta forma, na ideia de uma melhor Europa, na base de uma felicidade geral das nações.

Esta curta excursão tem objetivos de contextualização compreensiva. É que o pensamento de Almeida Garrett nesta matéria, como em várias outras, está cheio da presença de Rousseau, e é na leitura advertida, hábil e prospectiva do nosso literato e político que nos vamos concentrar agora, dando primazia de pertinência à marcante obra *Portugal na balança da Europa – Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*.

Duas circunstâncias importantes envolvem o tempo da edição do *Portugal na balança da Europa* (1830): internamente, o absolutismo miguelista está no seu auge e executa uma extensíssima e brutal repressão contra os liberais; externamente, o mando europeu continuava a passar pela *Santa Aliança*. Entretanto, surge o glorioso *Julho Francês* que desferiu um profundo golpe nesta coligação, incendiou a Europa liberal e fez crer numa espécie de *Santa Aliança dos Povos*.

No que nos diz respeito, esta revolução predispsó sentimentos e ações no sentido de reconquista da liberdade perdida. Este facto histórico acabou por se projetar de forma bem visível na obra em referência do nosso autor. Diga-se, desde já, que ela constitui o *terminus* de uma longa maturação de trabalhos anteriores que já continham os núcleos fundamentais, como eram alguns artigos nos jornais *O Português* e *O Cronista*, e sobretudo o ensaio *Da Europa e da América* (cf. G., 1991, pp. 67-122), publicado no jornal londrino *O Popular*, em 1826, se bem que possivelmente já escrito em 1824. A edição da obra definitiva é também de Londres, em situação de exílio. Percorramos alguns núcleos:

Logo na dedicatória *À Nação Portuguesa* com que abre o escrito, Garrett adota e adapta o pressuposto com que começa o *Emílio* e que abre o primeiro capítulo do *Contrato social* de Rousseau. Somos, por essência, livres, por isso nos repugna a servidão, sendo a indiferença, neste último estado, o pior dos males. Bênção providencialista contra a indiferença, é como Garrett lerá a violência miguélista.

Por posicionamento intelectual bem ao sabor das Luzes, mais que pela experiência sofrida da própria vida e da Pátria, que uma foi, o *otimismo* desempenhou papel fundamental na estruturação do pensamento garrettiano, mais notado na escrita de pendor político. Fundamenta o autor este posicionamento na dinâmica de um poderoso movimento dialético que mobiliza a humanidade, e que se desenvolve segundo o critério, com força de lei natural, do *progresso*. Condorcet, indefetível discípulo do genebrino, mostra-se constantemente ao longo das diversas tematizações que faz deste princípio. Em *O Cronista* (n.º 12, 20-26 maio 1827), por exemplo, questionava-se: “Será possível que a verdade política haja de ser sempre uma quimera e a ciência política um sonho” (G., 1992, p. 139)? Três anos mais tarde assumiria a inquestionabilidade desta ciência e suas leis no enunciado de uma certeza fundamental, relativa ao destino das nações: a da vitória final do Povo (idem, 1966, vol. I, p. 804)⁶¹. Aliás, o sentido positivo da evolução histórica é nele presença recorrente, e gere-se, também, segundo o princípio da necessidade, conforme o modelo de um mecanismo natural aplicado à ordem social. Veja-se como enuncia a fórmula em *O Português* (n.º 96, 22 Fev 1827): “Existem em a natureza duas forças opostas (a centrípeta e a centrífuga) cujas leis, descobertas por Huygens, e aplicadas por Newton, governam o mundo físico. [...] À organização do mundo social podemos aplicar a mesma teoria (idem, 1991, p. 307). No mesmo periódico (n.º 222 de 23 de Jul 1827) havia de comparar a marcha do espírito humano ao rio que inexoravelmente e sem parar desaguará no mar independentemente dos estorvos do caminho (ibidem, p. 451).

Nesta imparável dialética em que se move a humanidade, constitui matéria estruturante dos polos em confronto, a *tiranía* e a *liberdade*, independentemente dos nomes ou especificações que tal dualidade vai adquirindo no discurso: *luz/trevas, igualdade/privilégios, civilização/barbárie, legitimidade/*

⁶¹ A mesma convicção com força de lei era já exprimida no ensaio publicado em 1826 *Da Europa e da América*, aplicada ao desenlace da luta das nações Ibéricas contra o invasor francês Napoleão. Transitará para o *Portugal na balança da Europa* sem qualquer alteração: “Triunfaram os povos, porque sempre a civilização e as luzes triunfarão, mais hora menos hora, da opressão e do engano” (G., 1991, p. 77 e G., 1966, vol. I, p. 820, respetivamente).

usurpação...; quanto aos protagonistas e beneficiários da vitória final, é incontornável, como já referimos, que seja o *Povo* na nação ou os *Povos* na comunidade das nações. Entretanto, a natureza do próprio movimento e a inconstância das leis decorrente da complexidade das sociedades modernas, permitem variações de ritmos evolutivos em função de *aceleradores* (reformas, desenvolvimento das ciências e artes, educação, imprensa livre etc.), ou *obstáculos* (gabinetes áulicos, exércitos permanentes, espionagem, censura, polícia, inação... (ibidem, p. 39). Eis a responsabilidade que Garrett acomete à sua classe, a burguesia, nas suas diversas roupagens, nomeadamente a da intelectualidade: potenciar aceleradores e inibir obstáculos, criando e organizando condições e orientando o povo para que bem peleje, bem vença, e bem saiba usar da vitória.

Garrett, como sabemos, não cumpriria apenas, e esmeradamente o fez, este imperativo. Desenvolveria frequentes ações pedagógicas junto dos seus correligionários para que eles o cumprissem. As circunstâncias de deputado e par do Reino representam momentos muito vivos dessa pedagogia. Por isso, sentia-se à vontade para propor sanções contra medos, desmazelos, ações perversas, omissões. Afinal a história ensina que o povo se vinga sempre de quem o despreza, o engana e o oprime, responsabilidade compartilhada por opressores diretos ou seus adjuvantes⁶².

Esta responsabilização da burguesia na organização e orientação do povo, tem momento especial nesta obra. A análise situa-se no que considera o *erro capital do sistema político de 1820* e transporta consigo uma dura recriminação da sua classe. Não lhe dispensa a fundamentação teórica da radicalidade humana de ser livre. O Cardeal Saraiva seguira a mesma via no *recado* aos soberanos da Europa: “Um povo que não quer ser conquistado” – diz aqui Garrett – “jamais o é; um povo que determinadamente quer ser livre sempre o será” (G., 1966, vol. I, p. 834). O pecado da burguesia era, sobretudo, de desleixo e de omissão. O principal sustentáculo das revoluções, o Povo, não fora ativado na sua vontade nem pela compreensão da mudança nem pelos seus benefícios. Por isso, e de novo, “A massa da população, inerte, impassível, indiferente, estava à disposição do primeiro que dela se quisesse valer dando-lhe movimento em qualquer sentido: a revolução não se aproveitou dela, fê-lo a contrarrevolução” (ibidem).

⁶² Vejam-se os duros discursos que neste âmbito desenvolveu como deputado em sessão de 9 de outubro de 1837 e na de 1841 da discussão da Lei da Décima (idem, 1966, vol. I, pp. 1261 e segs e 1310 e segs).

Garrett admite a *revolução* e a *guerra* como ingredientes da evolução das sociedades. É um impulso natural que leva o povo a sair dos seus justos limites na rejeição da injustiça, da ilegalidade e da opressão. O seu *O dia vinte e quatro de Agosto* serviu para justificar o cumprimento desse impulso em Portugal, não sendo outra coisa a guerra da independência da América que, por isso, não deixou remorsos, nem tinha que deixar, aos seus executantes. Aliás, à verdadeira revolução, a feita pelo povo, é inerente a violência, já que revoluções pacíficas só o poder as pode realizar, o que é raro, como a história mostra. Não significa isto que não se deva desejar a paz, sempre apreciada por Garrett, mas não se pode ficar cegos por esse desejo. A hierarquia de valores é clara: primeiro a liberdade, depois a paz, sendo esta última sempre desejável na vivência e na convivência dos povos.

De qualquer forma, e independentemente dos processos de marcha dos povos para a liberdade, Garrett releva sistematicamente como projeto político futuro de cada nação e da humanidade, uma forma moderada de organização e governação onde se pratique a liberdade sem sangue, a igualdade sem desavenças, a religião sem fanatismos, a realeza sem tirania, a monarquia sem despotismo, o governo popular sem demagogos. O modelo do parlamentarismo inglês exerce nele primazia de apetência, por vezes mesmo de fascinação, o que não deixa de parecer surpreendente face ao modo como noutras ocasiões maltrata os ingleses. De facto, os jornais *O Português* e *O Cronista* incluem até artigos que, a não serem lidos como peças de estratégia ideológica, são bajuladores daquele país, pelo incentivo à imitação da sua moral superior. Seja como for, Garrett não conseguirá esconder ao longo desta sua mais acabada obra política, a sedução pela França, sede paradigmática, esta sim, das revoluções pela liberdade, e histórica aliada natural dos oprimidos. As suas palavras são inequívocas e entusiastas:

Ponde os olhos no povo francês, no grande povo, no povo modelo dos outros povos, e vereis quanto pode a só, desajudada e desarmada força de uma nação que ousa querer, e fortemente sabe querer ser livre. Imitai-a nessa deliberada e resoluta vontade; imitai-a em seu valor na peleja, em sua constância quando vencida, na moderação quando vencedora (ibidem, p. 196).

Em 1789, lembra o autor, já ela fora centro de luta da civilização contra o gótico, tendo-se tornado faísca de explosão dos acumulados combustíveis gerados por regimes tirânicos. Com máculas? Certamente, mas não perdendo o sentido correto. Consumindo as labaredas coisas indevidas? Sem dúvida, mas esses excessos traduzidos em desmandos, decorreram da

intensidade do fogo, potenciada pela demasiada acumulação de combustíveis (ibidem, p. 816). Em 1830, voltava a ser o palco central dos figurantes, o peso regulador da balança, a bandeira da esperança dos oprimidos, a protagonista de um *Waterloo dos povos* contra o sistema do secretismo áulico, enfim, ocasião privilegiada para assestar passos decisivos conducentes à libertação, concretamente à nossa.

A compreensão destes sentimentos cruzados, em matéria de valorações dos intervenientes externos no tabuleiro político, será indispensável à perceção correta de aparentes tergiversações nos julgamentos, arranjos e projeções dos figurinos de equilíbrio da balança política europeia ou mundial.

O lugar fundamental que a imagem de «balança da Europa», de equilíbrio nas relações de poder entre as diferentes nações, ocupa no modelo garrettiano, determina que os processos e opções de cada país, se projetem necessariamente para a globalidade. Já em *O Cronista* (n.º 9, 29 abril-5 maio 1827) Garrett enunciava esta lei de reciprocidade, chegando a esboçar uma fórmula interativa de teor quantitativo. Retoma mais uma vez o modelo físico aplicado ao concreto:

... os corpos políticos estão ligados por uma força de atração recíproca, semelhante à que mantém no equilíbrio os grandes corpos físicos; e a variação da política inglesa há de afetar todo o mundo conhecido em razão composta do poder imenso daquela nação, de suas relações com as outras e do estado interior de cada uma delas (idem, 1992, p. 109).

Nestas bases refletirá a *balança da Europa*, e nela, o lugar de Portugal. Analisará o passado, lerá o presente e perscrutará o futuro. Concederá lugar privilegiado nessa análise à França, à Inglaterra, e à Espanha, servindo a última, sobretudo, a estratégia de alternativa que engendrará para o nosso caso. Mas vejamos, antes de mais, a leitura que o autor faz deste Portugal passado e presente no quadro da sua pertença ao conjunto europeu.

É inquestionável para Garrett o que a história consagrou: Portugal foi, nos séculos XV e XVI, país marcante da civilização universal e exerceu influência determinante na organização global da balança europeia, permanecendo como contrapeso equilibrador nas relações entre as três grandes potências: França, Inglaterra e Espanha. Entretanto, a Europa entra em crise, em função, sobretudo, de acontecimentos de grande lastro com força estruturante: independência da América, Revolução Francesa e

engrandecimento da Rússia. Nesta base, necessários se tornariam novos reequilíbrios. No xadrez desta recomposição de uma nova ordem, torna-se, então, indispensável, medir o peso de cada qual com vista a que esse reequilíbrio seja consistente e durável. Ora, na percepção deste jogo, reconhecerá o ilustre ensaísta a saída de Portugal da sua antiga posição e a quase nulidade do seu peso no mundo político europeu coevo. Neste campo, pouco diferirá da generalidade das representações que a literatura anterior dos viajeros e outras formas de difusão veicularam a nosso respeito. Aliás, os critérios de julgamento manter-se-ão, *luzes* e *armas*, e aplicá-los-á não só à valoração do nosso país no panorama europeu, como à própria hierarquização da grandeza dos continentes numa situação de passado, de presente e até de futuro. Primeiro falará apenas em estado civilizacional; depois concretizará os critérios das luzes e das armas (ibidem, pp. 805-806).

No capítulo XXIV da Primeira Secção da obra exporá o negro quadro das representações que outros teceram sobre nós, bem como o das nossas realidades, reconhecendo a força daquelas, e a fatalidade destas. Lastimará, com repulsa, como nos fizeram crer que éramos um “rebanho miserável de escravos semibárbaros e comprazidos escravos incapazes de apreciar a liberdade e a independência e indignos de a gozar” (ibidem, p. 830), para impedir ou retardar o impulso natural da conquista da liberdade. Mas não esconderá o estado das desgraças. É Garrett que escreve:

Porém outros padecimentos e afrontas os emparelhavam na miséria e agravos: porque reduzido, como já disse, a colónia de suas colónias, governado por um despotismo delegado (o pior e mais insustentável de todos os despotismos), corrupto e impotente; Portugal sem comércio, porque lho tolhera e arruinara o gabinete do Rio⁶³; sem indústria, porque lha empeciam; sem agricultura, porque lha vedavam; sem administração, porque não é administração o peculato desfaçado e público, o roubo e a venalidade patente, – descera ao mais abjeto, mais vilipendioso estado, a que jamais se viu baixar nação sem haver perdido sua independência; conquanto pouco era a independência de um Estado na máxima parte governado por estrangeiros⁶⁴ delegados de um chefe ausente (ibidem).

63 **Nota do autor:** “Nem uma só provisão se fez a benefício do comércio de Portugal quando se abriram os portos do Brasil a todas as nações”.

64 **Nota do autor:** “Um inglês comandava o exército; outro, (o ministro residente em Lisboa) era membro nato da regência do Reino”.

É apenas uma ocasião deste reconhecimento. O opúsculo *O dia vinte e quatro de Agosto* já o fizera em 1821, e repeti-lo-ia noutros escritos, discursos, jornais... No tabuleiro europeu, desde há muito que Portugal bailava entre a ordem natural do mundo, com assomos e algumas vitórias no encaço da liberdade, e os caprichos, interesses e compressões da Europa mandante. Ora, será entre a oportunidade da crise europeia que se vinha arrastando e que adquirira novos e mais promissores contornos com o *Waterloo dos Povos* e a perspectiva de consecução de uma possível *Santa Aliança* destes, e a necessária ordem interna da dialética internacional que, em última análise, terá de ser de civilização, de progresso e de liberdade, que Garrett irá construir o figurino das condições e alternativas para reposição da pátria na Europa a que por direito geográfico e ação civilizacional pertence, *tal como lhe convém ser na nova ordem do mundo político civilizado*⁶⁵.

O tempo não era de esperas, portanto, face ao contexto favorável. Os acontecimentos de Paris de 1830, ano da publicação deste escrito, terão feito atribuir outra pertinência e outra urgência à obra. Não ilude o tema:

As consequências da grande vitória da civilização, ganha em Paris, serão proporcionalmente mais ou menos prontas e eficazes nos diversos pontos do orbe que estão em circunstâncias de as sentir, segundo a variada natureza dessas circunstâncias. Não precisa demonstração (ibidem, p. 923).

A aplicação do pressuposto ao país desenvolve-se de seguida. A perspectiva de Portugal reaver um lugar que, pelo menos, fizesse recordar o distante passado, afigurava-se a Garrett como real ou, pelo menos, mais possível. Criassem-se as circunstâncias. Em torno delas se estabeleceria o seu círculo de movimentação.

Numa hora em que valem de novo os extremos, traz aqui Rousseau à liça, como fizera no início da obra⁶⁶: “Parece-me não carecer de demonstração que o mesmo Portugal que até aqui era, já ele não pode ser” (ibidem, p. 926). A exigência de um homem novo, na ótica de Rousseau, de um *homem-natural-da-cidade* com padrões de naturalidade, para uma existência socializada, transferia-a Garrett para a exigência de um novo país para uma *Europa dos*

65 Como se repara, são palavras do subtítulo do *Portugal na balança da Europa*. Veja-se, também, o capítulo III da Primeira Secção.

66 Já em *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821), na Introdução, «ameaçara» recorrer ao genebrino, se necessário, para tecer argumentos e provar aos portugueses a legitimidade da nossa Revolução.

povos que se erguia equilibrada segundo um novo princípio europeu ditado, mais uma vez, pela França das revoluções⁶⁷. A Europa adquiria, assim, no imaginário de Garrett, estatuto paralelo ao da sociedade rousseauiana do *contrato*; Portugal, ao do homem apropriado a essa sociedade.

O sentido de realidade foi sempre apurado neste combatente da liberdade. Bastará comparar a evolução do seu sentido de luta com a evolução da história das lutas da pátria. O entusiasmo de cariz revolucionário com que viverá nos verdes anos da sua mocidade a revolução de 24 de agosto, não obliterará o sentido de oportunidade com que analisará a perfídia europeia contra ela (ibidem, p. 907), com que delineará a estratégia de leitura do papel da religião nas boas e más causas da humanidade (ibidem, pp. 812 e segs), com que fará a identificação do erro principal do nosso sistema político do vintismo (ibidem, pp. 832 e segs). Nesta base desenvolverá com clarividência o exame comparativo entre a *Constituição* de 1822 e a *Carta Constitucional*, demonstrando aí a negação da essência da *Santa Aliança* na forma como esta encarou o fenómeno político e jurídico da legitimidade aplicado à nação portuguesa, e profetizando a certeza da derrota, para breve, do miguelismo: “Cegos, loucos! O castigo vem perto, e corre presto” (ibidem, p. 918).

Pois bem, consideramos o final deste *Portugal na balança da Europa*, como um dos momentos mais altos de afirmação deste realismo e sentido de oportunidade do poeta e político. Atentemos:

O teatro, bem o sabia quem melhor que ninguém o escreveu e usou, foi sempre um dos instrumentos mais poderosos de influência e construção de mentalidades. Não o desprezará, por isso, o autor, neste momento histórico de definição dos destinos da pátria. Quem o texto lesse, não poderia descentrar a sua participação na cena. Nada faltará, na circunstância: palco, atores, cenário, enredo, suspensão, envolvimento do público... O escritor não porá nas instituições que convêm a esse novo Portugal o clímax da peça, mas no figurino opcional que tece, para que todos se sintam participantes dessa *vontade geral*. Aquelas serão apenas decorrências deste.

Abra-se, então, o pano:

⁶⁷ O homem do *Contrato social*, como sabemos, resulta, por um lado, da impossibilidade em manter como tal o *homem-natural-da-natureza* que, por imperativos de perfectibilidade, se socializava; por outro, da necessidade de libertar o homem atual, completamente conspurcado pelos vícios que a porta da sociabilidade possibilitava. São dois momentos que Rousseau desenvolve no *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens* e no *Contrato social*, respetivamente.

Dois cenários fixos enquadrarão esta metáfora de palco:

1) O de um Portugal rico e poderoso no passado cuja má administração o deixou mais pobre e mais fraco do que nenhuma outra potência na Europa. É um pressuposto de constatação que trespassa toda a análise da obra. Dito de outra forma, ainda que mantendo-se independente, se bem que quase apenas formalmente, não exhibe qualquer peso na balança europeia. Não joga! Apenas é brinquedo! Esta situação interage com a que se segue.

2) “Portugal tem um único fim e objeto, sem o qual estar conseguido, jamais se aquietará por tempo considerável; é o ser livre” (ibidem, p. 927). Que não há verdadeira independência sem liberdade é mais um ditame que o coloca no esteio do autor do *Contrato social* e a que concede relevância de título no V artigo da sexta e última Secção: “Reduzem-se a uma as condições da independência de Portugal: Liberdade” (ibidem, p. 930).

Ora, por um lado, sob o jugo da tutela inglesa permaneceremos sem ser nós próprios, ou seja, faremos parte do grupo das nações bárbaras e estacionárias; por outro, continuando a intriga estrangeira e a traição interna que a suporta e incentiva, a política europeia arteira é quem vai continuar a decidir, em última instância, o nosso destino futuro, sorte de todos os pequenos e enfraquecidos Estados, como o nosso. Eis a pior das alternativas, que ninguém terá coragem de publicamente partilhar. Vejamos, então, as duas que admitem cabimento:

1. Ou Portugal consegue criar por esforço próprio e deliberação sua, melhor seria se com auxílio e com acordo dos seus aliados, novas bases de independência, de verdadeira independência, diga-se, independência com liberdade;
2. Ou se abre à negociação para estabelecer condições honrosas e fazer uma união com o seu inimigo tradicional: a Espanha, movido pela certeza de que nesta condição poderá cumprir melhor a essência de um povo, a *liberdade*, e melhor poderá, em conjunto, opor-se às arteirices europeias e deixar de ser brinquedo destas.

A pedagógica e conseqüente tessitura argumentativa desenvolve-a com fluência nas páginas finais do livro. Mas o autor dos corajosos manifestos acadêmicos e Alceu da liberdade não acabava aqui o arduo artifício teatral. Recorrendo à figura de um dilema seco e rigorosamente dual, sentencia:

... uma só alternativa lhe resta para poder existir em harmonia com o novo princípio europeu; mais simplesmente e mais absolutamente, – para poder existir. Esta alternativa é igualmente simples e clara: «ou continuar a ser potência independente, mas independente deveras, – ou voltar a ser província de Espanha» (ibidem, p. 926).

Finalmente, e seguindo uma estratégia que a ninguém poderia deixar indiferente, desfila no palco a contabilidade dos *teres* e dos *haveres* e do que a cada um caberá segundo as alternativas em confronto! Declama, então:

“Sem dúvida, todas as inclinações e desejos e vontades dos Portugueses, de preferência tendem a escolher a primeira parte da alternativa. Fosse como fosse arranjada a união, por mais vantajosas, e da parte da Espanha condescendentes, as condições de nossa renúncia à independência, absolutamente falando, Portugal será o lesado no contrato. A massa do povo, a plebe propriamente dita, as classes menos influentes do Estado pouco perdem, e porventura muito podem ganhar, na fusão de uma potência pequena em uma grande, se a fusão for voluntária, se, não por conquista mas por cessão, o país menor abdicar a soberania em favor do maior. Mas todos quantos por nascimento, por cabedais, por mérito pessoal, sobrepujam em consideração, e se elevaram da massa geral a toda e qualquer espécie de preeminência social, esses perderão tudo com a união, e serão obrigados a entrar na nulidade política e social de que por seu talento ou valor, ou importância adquirida ou herdada, tinham saído. Não se enganem, não se iludam os Portugueses neste ponto: pesem bem todos os prós e contras de uma resolução que, apenas tomada, será irrevogável; ou, quando o não seja, só à custa de muito sangue, de um monte de calamidades, que sem horror não é possível calcular, poderá ser, e talvez nem assim, revogada (ibidem, p. 929).

Como é notório, o alvo aparece luminosamente determinado, pois quem mais perde mais cautelas terá que ter! Por coincidência... são aqueles que, pelo seu indiferentismo ou traição, mais têm sido responsáveis pelo estado do país e, conseqüentemente, aqueles por quem sobretudo passa a indispensável mudança de sentido de atuação.

Posta, então, assim, tragicamente a questão, dita Garrett os meios que restam para podermos preservar a *independência com liberdade* e tudo se ganhar, ganhando todos. São meios conhecidos: instituições que convenham,

constituição praticável, liberdade de imprensa... Tudo convergindo para um só método e um só fim: *liberdade*.

Garrett escreve 17 páginas neste exercício. Não deixará, contudo, de voltar à carga com a alternativa polêmica da união com Espanha. Fá-lo no fim, antes de uma breve conclusão, como clímax da peça. Dos 7 parágrafos que lhe dedica, 6 são novos apelos, diretos ou dissimulados, para a evitar. O último, sem qualquer aparente a-propósito, falará da eventual estruturação conveniente à pior alternativa, a da união, para manter alguma dignidade, embora sem independência: “Talvez uma Federação... Mas suspendamos por ora todas as reflexões sobre este objeto”.

O recado verdadeiro tinha sido dado no parágrafo anterior. O autor de *Catão* reeditava aqui a parte final desta tragédia, de vários poemas revolucionários e de alguns comunicados acadêmicos, evocando, de forma adaptada, o *Vivamos livres ou morramos homens!* transformando o imperativo em convicta afirmação: “*Todos daremos o derradeiro sangue pela independência nacional*”, mas independência com *liberdade verdadeira e real* (ibidem, p. 941).

Não houve palmas, obviamente, mas havê-las-ia se a representação fosse real. De qualquer forma, ter-se-ão gerado, certamente, alguns efeitos, alguns bons efeitos. Pelo menos se atendermos à história do futuro imediato com a vitória do liberalismo sobre o absolutismo miguelista, da *liberdade* sobre a *opressão*.

Assim, a *liberdade* aconteceu com *independência*, e o caminho para a outra Europa do *Waterloo dos Povos* ficou aberto.

Sobre os intermitentes e nebulosos resultados futuros são outro caso que agora e aqui não cabe!

Da educação

Ideário educacional em Almeida Garrett: em torno do tratado *Da Educação**

1. Garrett e a educação

Quase no início do preâmbulo com que abre o tratado *Da Educação*, escreve Garrett:

Ainda que fugi quanto pude a toda a alusão política, devo todavia observar aqui que nas mui particulares circunstâncias em que se acha Portugal, era impossível a qualquer português que de educação escrevesse, não se lembrar de que o maior e o mais importante negócio de sua pátria era hoje essa mesma educação... (G., 2009, p. 89).

As “mui particulares circunstâncias” aqui evocadas eram, como é sabido, a profunda crise do percurso liberal que se iniciara com a revolução de 24 de agosto de 1820 e que então, em 1829, data da publicação do tratado *Da educação*, depois de sentida mas curta festa e de percalços vários, se confrontava com a recuperação absolutista levada a cabo pelo falsídico e usurpador D. Miguel. Mas estas mesmas circunstâncias aparecem, no excerto, como elemento potenciador do pressuposto já muito antes nele firmado de que na educação reside o mais importante empreendimento que se pode levar a cabo em qualquer nação. O nosso pedagogo assumia assim, expressivamente, o ditame do iluminismo europeu.

Não é preciso fazer fé na conhecida afirmação de Garrett no “Prólogo” da segunda edição de *Dona Branca* sobre o seu flagrante envolvimento por enciclopedistas, Rousseaus e Voltaires em que a revolução de 1820 o surpreendeu, para aquilatar a patente e sistemática influência da “valiosa tradição iluminista”, expressão de Alberto Ferreira (1980, p. 72), no escritor, no político e no pedagogo. Com efeito, o *naturalismo* físico, antropológico, social e até religioso trespassa e inspira a sua escrita, desde o lucreciano *Retrato de Venus* à lírica das *Folhas Caídas* ou às celebradas *Viagens na Minha Terra*

* Uma parte importante deste texto figura na “Introdução” feita à edição crítica do tratado *Da Edu-*

(cf. Monteiro, 1971, vol. I, cap. V); a *razão* e o espírito de modernidade penetram e dão sentido ao seu romantismo, como as obras que deram início a este movimento e outras mais tardias patenteiam⁶⁸; o novo *método* orienta as leituras que faz das diversas realidades e das construções e pedagogias do saber, aliando a razão ao concreto e à experiência numa via de análise contra as trevas do abstratismo, do dogma e da síntese, segundo as lições de Locke, Condillac e Rousseau, método a que concede teorização no tratado *Da educação*⁶⁹ e no *Curso de Leituras Públicas de História* (cf. Machado, 1993, pp. 169-170) e de que faz corrente aplicação nos textos de intervenção parlamentar, jornalística ou de ensaísmo, mas também nos de criação literária, em que o esteio da história e do humano suplantam a fatalidade e o decreto divino; a sua visão da *história* quebra o estático e é envolvida numa dialética positiva de otimismo e progresso ou negativa de desilusão e revolta, dialética que continuamente se desvela nos cruzamentos dinâmicos da visão do passado, da análise do presente e da prospecção do futuro, como frequentemente se vislumbra nos seus diferentes géneros de escrita⁷⁰.

Foi, também, no abundante lastro que a família (cf. Monteiro, 1974) e a Europa do exílio lhe proporcionaram, que Almeida Garrett colheu e cimentou essa inabalável convicção da radical proeminência dos valores *ilustração* e *educação* no destino dos indivíduos e dos povos. Foi uma convicção enormemente potenciada pela quase estreme conexão entre a vida do autor e a da pátria, circunstância frequentemente assinalada por autores como Gomes de Amorim, Teófilo Braga, João Gaspar Simões, Hernani Cidade, Augusto de Castro, Alberto Ferreira, Ofélia Monteiro, Eduardo Lourenço e outros mais e que o próprio Garrett assumiu em variadas ocasiões. Nesses valores, sobretudo, faria assentar as mudanças para o novo e a garantia da sua sustentação. Por isso, depressa se tornariam nele, como há muito haviam sido na Europa, valores-charneira, garantes de um desenvolvimento civilizacional positivo dos povos e da concomitante emergência e exercício dos restantes, desde a *liberdade* e a *igualdade*, ao *progresso*, à *humanidade*,

68 Neste espírito de modernidade cabem, também, os propósitos cívicos e pedagógicos que o moveram. Entre nós, este movimento literário desenvolveu-se numa estreita ligação com a revolução e o liberalismo.

69 A adesão incondicional e sistemática a estes princípios metodológicos tem fórmula plena neste tratado. Veja-se, por exemplo, G., 2009, p. 109, nota 2 e p. 105.

70 É paradigmático nesta matéria o *Portugal na balança da Europa*, mas as *Viagens na minha terra* são também um excelente exemplo. O assunto tem tido vasta tematização. Para ilustrar, indicamos apenas dois nomes: Jacinto do Prado Coelho (1972, pp. 77-80), com "A Dialética da História em Garrett" e Augusto da Costa Dias com vários títulos de que destacamos: "Estilística e Dialética" (1963), "O Jovem Garrett e o «Portugal na Balança da Europa»" (1971) e "Garrett Republicano" (1971.a).

à *utilidade*, à *felicidade*, ao *cosmopolitismo*, etc. Neste contexto, e face às circunstâncias da história nacional, *educação* e *liberdade* foram por ele entendidas, nos planos individual ou coletivo, como binómio de convergência apodítica, transformando-se o indivíduo, na ausência de qualquer deles, em escravo, e um qualquer povo, em rebanho de escravos. A *instrução* tornava-se, assim, condição indispensável de liberdade, de progresso e de felicidade, como a *ignorância* se tornaria condição de tirania, de estagnação ou retrocesso e de desventura.

No século anterior, havia sido, precisamente, a teorização destas conexões que colocara o pai da educação moderna, J.-J. Rousseau, no olimpo dos mais conceituados pensadores europeus. Pai da *antropologia*, propusera-se criar o homem novo pela *educação*; construtor de uma das mais reconhecidas plataformas da *política moderna*, intentara preparar através dela os cidadãos para essa nova sociedade do *contrato*; amante da paz e perscrutando no horizonte dos tempos um projeto europeu de unidade dos povos, opusera *educação* e *revolução* e indicara a primeira como via preferencial para a regeneração da sociedade conspurcada e decaída, sem contudo rejeitar a segunda. Pois bem, opções paralelas marcariam a vida e forneceriam estrutura e conteúdos à obra e à ação deste que foi o introdutor do pensamento educacional do genebrino em Portugal (cf. Machado, 1993), um preocupado, incansável e sistemático educador, um dos mais importantes doutrinadores do liberalismo no nosso país e o seu mais eminente teorizador pedagógico do século XIX. Todavia, estas facetas permanecem ainda em relativa penumbra, o que, por um lado, interfere na objetividade do real garrettiano, desfigurando-o de vários modos; por outro, prejudica a própria apreciação e a hermenêutica do seu vetor estético-literário. Compreender isto é condição essencial à compreensão da importância e do alcance da matéria que nos vai ocupar.

*

Dos inúmeros estudos e análises devotados a Garrett, muito raros são os que não conduzem a esta incontornável constatação: a alta representação que o autor cedo atingiu e que permanece com foros de símbolo no imaginário nacional, assenta quase em absoluto a sua construção, e pensamos que mais ainda a sua sustentação, na vertente estética de feição linguístico-literária e no culto da língua⁷¹. Verdelho (1999, p. 123) chama-lhe

71 Fazemos esta distinção de construção e sustentação para realçar as intencionalidades recetivas com que, em tempos vários, pessoas, grupos ou poderes políticos têm lido ou usado ideologicamen-

«aristocrata da língua», e verá nesta a questão central da sua vida e obra. E, na realidade, sobram razões para que esta vertente se enalteça, pois é certo que estamos perante um dos maiores génios da nossa literatura e um dos mais exímios e marcantes cultores e construtores da língua portuguesa. Todos o reconhecem, desde o seu tempo à atualidade, e ele próprio assinala profusamente essa proeminência. Nem este escrito que analisaremos sobre matéria especificamente educativa ficaria incólume a esta espécie de obsessão. Escreve: “Antes de dar uma ideia sucinta do meu sistema e do método que segui na redação desta obra, pareceu-me necessário dizer alguma coisa sobre a forma, estilo e outras circunstâncias...” (G. 2009, p. 89). É assim que inicia, em moldes que parecem feridos de algum despropósito, este *Da Educação*. Em seguida, concederá várias páginas a matéria de índole metalinguística cujo corpo semântico nuclear constitui um autêntico manifesto, com forma de lição, em prol da maturação identitária e da elevação e pureza da língua, discorrendo sobre o estilo e a frase e teorizando a ortografia. Garrett retomava aqui, com os mesmos propósitos, caminhos já diligenciados no *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* que serviu de introdução ao *Parnaso Lusitano* (1826).

Correntemente, estes e textos afins são encarados através de uma leitura unívoca que se move nos espaços da analítica estética e do culto da língua. Permita-se-nos, contudo, o exercício de uma hermenêutica de pendor ideológico⁷² encarando-os como estratégia de doutrinação no âmbito do *Garrett educador*.

O ponto de partida da nossa proposta é consensual entre os estudiosos do Autor: na palavra e na ação, em Almeida Garrett raramente os casos são ditame. Ora, os caminhos de afirmação das *línguas nacionais* eram trilhados há muito, além-Pirenéus, como condição fundamental de afirmação da identidade nacional e, no esteio das Luzes, de afirmação, amplificação e participação na cidadania. Por isso essas línguas se haviam de tornar numa

te o autor, suprimindo, velando, branqueando ou diluindo vertentes como a política, a educacional ou até a sentimental. Além de muitos exemplos isolados que poderíamos apontar, desde António Sardinha a Júlio Dantas, damos o exemplo flagrante das Comemorações do primeiro centenário do visconde de Almeida Garrett (1954) promovidas pelo poder da época, em que a parte maior das muitas alocações proferidas serviram esta intencionalidade ideológica (*Comemorações do primeiro...*, 1954). Joel Serrão (n.d., p. 10), entre outros, chama a atenção para este problema da obliteração do Garrett ideólogo.

72 Entendemos aqui o conceito de *ideologia* tal como originariamente foi apresentado, em finais do século XVIII e princípios do século XIX, por Destutt de Tracy (1754-1836), ou seja, como ciência das ideias enquanto instrumento justificador e fundamentador de projetos e programas de ação que uma nova situação requer (cf, Machado (2004, pp. 111-113).

das reivindicações dos revolucionários em França, já por ecos da *Encyclopédie* e de filósofos educadores, como Diderot e Rousseau⁷³, tornando-se depois numa sentida preocupação dos pedagogos na Alemanha, na Inglaterra e noutros países. Mesmo por cá, a necessidade do incremento da autonomia e da afirmação da língua portuguesa tornou-se notada com oficialidade já desde o século XVIII e continuaria no XIX, tempos que viram surgir várias gramáticas e dicionários⁷⁴. Nesta base, seria difícil que Garrett, sempre atento e cidadão da Europa, ficasse incólume a este movimento que o próprio romantismo absorveu. Não é vazio de significado ele próprio encetar caminho de organização de um dicionário de língua portuguesa (cf. Lima, 1948, pp. 20-22), na convicção expressa de ser instrumento indispensável à consecução de “uma língua perfeita e de nação civilizada” (G., 1966, vol. II, p. 429). Nesta base, podemos afirmar que a relação que estabeleceu com a língua bebeu muita seiva e incorporou o sentido das motivações europeias e nacionais que acabámos de referir, ou seja: incrementar a definição, a maturação, a autonomia e a estabilidade da língua nacional, equivalia a prerrogativas paralelas atinentes à pátria. Prado Coelho (n.d.), ao evidenciar os propósitos cívicos e pedagógicos da corrente romântica portuguesa mais comprometida com a revolução liberal e seus ideais, concederá a Garrett incontestável protagonismo neste campo. Assim sendo, a língua serviu também, em Garrett, uma estratégia ideológica com claros objetivos sociais, políticos e civilizacionais.

Poderíamos multiplicar outros exemplos abonadores desta postura, mas atemo-nos ao do *Bosquejo*. Aí se agastará Garrett com as *galomanias*, com a linguagem mascavada e furta-cores, com as frases bárbaras e os termos híbridos, com a algaravia invasora da moda, com as exageradas apetências pelas traduções das quais “estamos nós gafos” e que são a “estocada de

73 Os diferentes *rappports* e leis de instrução pública dos períodos das assembleias revolucionárias constituinte e legislativa francesas, com destaque para os nomes de Talleyrand e Condorcet, e os da Convenção (Lanthenas, Romme, Lakanal, Lepeletier, Romme, Daunou, etc.), sempre muito inspirados diretamente em Rousseau ou por mediação de Condorcet, consagram esta importância. O genebrino, além de se opor ao ensino precoce das línguas mortas, cataloga a aprendizagem das vivas não nacionais, até à idade de 12 a 15 anos, como “inutilidades da educação”, já que perturba a aprendizagem da língua materna e o desenvolvimento do ser em núcleos fundamentais. Diz Rousseau (1959-1995, IV, pp. 346/347): “Les têtes se forment sur les langages, les pensées prennent la teinte des idiomes, [...] l'esprit en chaque langue a sa forme particulière”.

74 No campo dos dicionários, o século XVIII viu nascer o monumental *Vocabulário Português e Latino* (1712-1721) de Rafael Bluteau em 8 volumes, mais 2 suplementares em 1727, e, na sequência, o *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Morais Silva. Lembremos, também, que o fracassado dicionário da Academia (1793) nunca viu fim, fracasso que Garrett satirizou no poema “Pelo zurro o burro” Garrett, 1966, vol. I, pp. 1672-1675), datado de Coimbra, 1818. Quanto às gramáticas de língua portuguesa, cuja oficialização no ensino encontrou época no pombalismo, temos nomes de referência como o de António de Morais Silva (cf. Balbi, 1822, t. II, pp. CCXLI-CCCXXV).

morte que nos jogaram os estrangeiros”. Tudo porque se altera o sabor, se modifica a índole, se faz perder a já combalida linguagem; mas sobretudo, porque faz “perverter o caráter da nação” (idem, vol. I, pp. 505 e segs). A nosso ver, é o mesmo desígnio que suporta o sentido da lição sobre a língua com que abre, dirigindo-se “Ao leitor”, o tratado *Da educação*. O queixume com que introduz os enunciados normativos da ortografia desvela tal intenção no confronto que estabelece entre nós e os outros, entre o que devera já ser a língua portuguesa e o que, lastimavelmente, ainda é, sendo já formada há séculos.

A questão da língua não se esgota, então, em Garrett, no plano formal da estética: “Não fiz servir a ideia à frase...” (idem, 2009, p. 90), diz, retomando mais à frente (pp. 117-118) a teoria nos quadros da moderna concepção e da nova metodologia de estudo e de ensino da gramática, no esteio da lição de Condillac. Longe disso. Ela serve, claramente, uma estratégia de ressurgimento, de reencontro, de reorientação e de ancoração da pátria. A língua, em Garrett, foi também um combate, uma *paideia* que, por esta via e através da sua vertente semântica, critério relevante de modernidade na arte literária, o escritor utilizou na formação de mentalidades, na criação de opinião e na construção de cidadania ou, dito de outro modo, que tornou símbolo e instrumento educativo da nação.

*

Uma das expressões com maior teor de radicalismo com que Garrett se auto qualificou foi proferida, precisamente, num campo de referência educacional. Usou-a perante o escol político da nação, em discurso parlamentar de 9 de julho de 1841, visando propostas do Ministro da Fazenda António Ávila⁷⁵ contra estabelecimentos de instrução e de civilização, nos quais se incluía o *seu* Conservatório. Disse ele: “Sou, confesso que sou *fanático* pela instrução, pela ilustração do meu país”. E um pouco à frente: “Peço perdão à câmara de entrar nestas miudezas agora. Mas confesso a verdade, neste ponto sou *fanático*; posso ter força sobre mim para discutir tranquilamente em todos os outros pontos, mas neste escalda-se-me o sangue, e a indignação é veemente” (*apud* Amorim, 1881-1884, vol. II, p. 334). A circunstância de tal prédica poderia remeter-nos para uma hipótese de estratégia retórica, mas verificaremos que não. O vetor educativo sulca de forma indelével e

75 Lembremos que ao mesmo Ávila se deverá, enquanto Presidente do Ministério e já Marquês de Ávila e Bolama, a responsabilidade do encerramento das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871, justificado por veiculação de ideias contra a religião e as instituições políticas do Estado.

estruturante o perfil do homem, do político e do escritor, ao tornar uma grande parte da sua literatura numa literatura de missão.

É a trajetória do uso e dos efeitos desta "fanática" convicção impulsionadora de ação e geradora de sentido que vamos percorrer, visando esbater essa espécie de «imperialismo» literário que envolve este Alceu da liberdade. Colheremos, para isso, elementos salpicados pelo tempo e pelos géneros de escrita do Autor.

É eminente a valorização que Garrett consagra à educação. Desde logo, afirma-a no *Da educação como o maior e o mais importante negócio da pátria*, não apenas por ser garante de felicidade, mas também por ser condição de existência das próprias nações (G., 2009, p. 89 e 106). Vista como "o mais natural e ingénito cuidado do homem" no quadro da conservação da espécie (ibidem, p. 107), lê-a como a arte mais sublime e útil e a que mais diviniza a ação do homem pela afinidade que estabelece entre a criatura e o criador (ibidem, p. 106). É com base nestes pressupostos que afirma a constância, a predileção e o deleite com que se ocupou dela, servindo a convicção um dia confessada a Agostinho José Freire de que era a instrução "...o único meio de assegurar a liberdade da geração futura portuguesa" (idem, 1966, vol. I, p. 1139). E assim sendo, necessário seria reconhecer que o desvelo que lhe dedicasse e o investimento que nela fizesse se haviam de tornar no critério mais eficaz, em nome da valiosa *utilidade*, para pela história ser julgado como fiel e devoto servidor da causa da civilização e do país. Do mesmo fará eco em muitos outros textos, cruzando literatura com paideia, língua com cidadania, criação com doutrinação, como se de faces de Jano se tratasse.

Começou cedo a sua devoção a este vetor. Ainda antes da revolução de 1820, verde nos anos que não nos saberes nem nas ideias, fazia Garrett transparecer uma sólida apropriação da matriz axiológica do iluminismo, lendo as desgraças do país pelo prisma educacional através dos ferros da ignorância e do despotismo que nunca deixa florescer a liberdade. Com a educação fecundou esses *sonhos proféticos* guiados pelo ódio implacável aos tiranos, sonhos exequíveis pela via revolucionária ou pela erradicação do espesso nevoeiro que a "sórdida ignorância" compunha e estranhos ingleses e nacionais fidalgos, conventos e frades corporizavam (cf. cap. II *infra*). Depois, já no entusiasmo vintista, continuaria a erguer a voz lírica, já livre, frente ao corpo académico ou nas loas à liberdade de imprensa contra a fanática e a opressora ignorância "Que os insofridos lábios nos tapava" e que derramara o crime, a cobiça e a maldade (G., 1966, vol. I,

pp. 1570 e 1589). Os mesmos refrões percorrem, com insistência, várias composições da *Lírica de João Mínimo*, como “A Liberdade”, “Madrugada”, “A Liberdade em Vinte e Quatro de Agosto”, “Ao Corpo Académico”, etc., em que constrói, com vínculo de necessidade, uma sinonímia interativa de ignorância com opressão e de ilustração com liberdade, sinonímia que manteve e foi lugar-comum até ao fim da sua vida. Claro que nestes frescos anos de radicalismo juvenil que ditou os comunicados académicos e muita desta poesia que a *Lírica* acolheu ou, mais tarde, em épocas incendiárias de crise ou de acorrentamento da liberdade, a *revolução* – outro valor a que as Luzes deram patrocínio – chegou a ser advogada como via de recurso à mudança; mas o ensinamento do filósofo de Genebra, seu mestre, que também a equacionara e previra (cf. Machado, 2000, pp. 117-123) mas que privilegiara a via educacional, vingou no cidadão da *Invicta* que a fez sempre prevalecer, a não ser em situações limite:

Pode mais do que a espada a voz e a pena;
Mas, se a espada cumprir, cinja-se a espada... (ibidem, p. 1570).

Foi privilegiando esta opção que, ainda em tempo de fulgor juvenil, fixou, poética ou oratoriamente, ensinamentos de Newton e de Darwin; que indicou, à luz da matriz lucreciana, novas e ousadas vias para a compreensão do universo, do homem e das sociedades; que exercitou lições de veemente pedagogia política nesse polémico escrito *O Retrato de Vénus* (1821) e nas peças em que teceu a sua defesa. É sintomático como na *Declaração que faz sobre a sua obra – O Retrato de Vénus – e censuras a ela feitas*, classificou a primeira versão do poema como “pequeno e fraco ensaio da Poesia didática” (idem, 1985, p. 225)⁷⁶, e não descuraria o exercício desta mesma didática bem urdida na prosa da *Oração* (ibidem, pp. 247-254) de autodefesa que na circunstância do julgamento fez ouvir no tribunal em outubro de 1822. Estas duas peças que enquadram o primeiro processo contra a imprensa livre a que o livre Portugal assistiu, contêm, de facto, lições de uma veemente pedagogia política. A adesão aos novos caminhos do saber, os perfis da cidadania liberal e a própria lição da postura corporizam doutrinação que não passou despercebida à seleta assistência que presenciou o julgamento, como os efusivos cumprimentos e abraços que a absolvição motivou fazem desde logo adivinhar. Mas Garrett ensaiava também aqui, se bem que de forma ainda rudimentar, o que já se vinha vislumbrando na escrita poética anterior e se tornaria numa peculiaridade do seu pensamento, nomeadamente nas frequentes incursões históricas a que recorria:

⁷⁶ O sublinhado é nosso.

uma visão dialética do mundo e das sociedades⁷⁷. Muitos textos versarão a matéria, desde a imprensa periódica às *Viagens*, mas será o *Portugal na Balança da Europa* (1830) que sobre ela fixará lição de rara mestria, atualidade e fecundidade. Em oposição a uma concepção tradicionalista de história cristalizada, tal visão serve aqui uma estratégia de persistência na luta pela liberdade e de esperança no futuro do país que gemia então sob os ferros, enquadrando o processo evolutivo da humanidade, das nações e da sua pátria numa perspetiva otimista de progresso e de inevitável vitória final das forças do bem que a liberdade simbolizava, que o povo protagonizava e que a educação e a instrução tornavam viável e sustentável. A feição pedagógica deste importante ensaio que nasceu no exílio londrino e as circunstâncias do seu país ditaram as finalidades da obra logo enunciadas na primeira frase do livro: “Quero dirigir e encomendar à minha nação um livro que de puro amor seu foi escrito, para seu desengano e ilustração é publicado”. O mesmo propósito é retomado no prólogo – “Neste quadro, pois [da luta contínua entre oprimidos e opressores], tentei mostrar sensivelmente tão importante verdade, e abrir os olhos portugueses ao desengano, que até aqui parece que para eles não fora feito. Tenho que em nenhuma ocasião foi mais necessário” (idem, 1966, p 802); é repetido na introdução: “Em tal crise é dever de todo o cidadão, de todo o homem verdadeiro amigo da sua pátria, juntar quanto cabedal de luzes lhe deu Deus, quanto ganhou em estudo e experiência, e acender seu pequeno farol para o grande lumiar da instrução do povo” (ibidem, p. 804); e é lembrado persistentemente ao longo do texto. É nesta base que, conjugando a força da inevitável marcha dialética da história, que incessantemente opõe tirania e liberdade, com o poder da ilustração que orienta sentidos de luta e sustenta vitórias contra o despotismo, convictamente vaticina e incita uma incontornável e rápida vitória do Povo e a um bom uso desta liberdade (ibidem).

Mais uma vez, Garrett seguia aqui esteios que a Europa das Luzes fornecera, polarizados na convicção de que nada aterra mais os déspotas do que a iluminação do povo, ensinamento que já Roma fizera contra a aristocracia republicana, como lembra no seu *Catão* (ibidem, vol. II, p. 1753, nota A). Nesta sequência, é muito curiosa, perspicaz e estratégica a leitura que Garrett faz, neste ensaio, da «balança da Europa» e do posicionamento que nela tem e se pode reservar, no futuro, a Portugal. Nele, o autor define como critérios de grandeza e ordenação dos continentes e nações, o grau de ilustração e o estado civilizacional destes. À mesma luz analisará noutras ocasiões essa balança e o peso de Portugal nela, lendo o nosso passado e analisando o

77 Ver infra, nota 70.

presente como pedagogias de futuro. Em qualquer circunstância, através da instrução do povo e do grande cabedal de luzes da nação se resolverá sempre tal futuro, no abrigo da sagrada liberdade.

O exercício de semear educação e formar homens encontrará no *dramaturgo* também um campo muito fértil⁷⁸. Desde os fogosos e militantes tempos do imberbe “inimigo dos déspotas”, era visível no público assistente às representações de *Lucrecia*, *Xerxes*, *Mélope*, *Catão* e outras peças a faísca da liberdade (Amorim, 1885, pp. 1094-1095). Teófilo Braga sublinha esta realidade quando evoca a convicção do autor de *Frei Luís de Sousa* sobre ser a obra dramática “a que mais diretamente atua no espírito e domina a multidão” (Braga, n.d., 1068), o mesmo acontecendo com Luís Augusto Rebelo da Silva (1904, vol. I, pp. 802a-802b) e Aníbal Pinto de Castro (1999, p. 44) que relevam a função pedagógica e social que no dramaturgo desempenhou este género literário, lendo-o como retratação, a cores fiéis, das ficções morais de uma nação e como espelho social que a todos pinta, e considerando Garrett, através deste género, como mestre da nossa cidadania, à semelhança dos dramaturgos gregos na sua polis. E assim foi, de facto, como nos ensinam os contextos sociais e políticos, as motivações e as intencionalidades das suas criações e representações. O *Alfageme*, por exemplo, como se sabe e ele o diz (G., 1966, vol. I, p. 1161), foi peça de denúncia das torpezas palacianas e cabralistas que conspiravam contra a recuperação de vetores políticos importantes do primeiro constitucionalismo que a lei fundamental de 1838 repunha e de enaltecimento da resistência popular. Quanto ao *Frei Luís de Sousa*, alvitra-o Teófilo como o escrito “em que a pátria se encarna no verbo do mais poderoso génio depois de Camões” e onde paira, “acima da obra estética, o ambiente social e político em que o concebeu Garrett” (Braga, n.d., p. 1071). Mas di-lo melhor o próprio dramaturgo na *Memória ao Conservatório Real*, em contexto de análise desta peça e sob o pretexto da sua oferta a esta instituição:

[...] O estudo do homem é o estudo deste século, a sua anatomia e fisiologia moral as ciências mais buscadas pelas nossas necessidades atuais. Coligir os factos do homem, emprego para o sábio; compará-los, achar a lei de suas séries, ocupação para o filósofo, o político; revesti-los das formas mais populares e derramar assim pelas nações um ensino fácil, uma instrução intelectual e moral que, sem aparato de sermão ou preleção, surpreenda os ânimos e os corações

78 Vejam-se, a propósito, F.J.Vieira Pimentel (1997), Fernando M.Oliveira (1999) e Maria J. Brilhante (2002). Todos valorizam a dimensão pedagógica e cívica do teatro.

da multidão, no meio de seus próprios passatempos – a missão do literato, do poeta. Eis aqui porque esta época literária é a época do drama e do romance, porque o romance e o drama são, ou devem ser, isto (G., 1966, vol. II, p. 1086).

A mesma crença o moverá noutras peças, como em *Um auto de Gil Vicente*, afirmada por ele na *Autobiografia* como de origem política e logo transformada em intenção pedagógica (idem, 1904, vol. I, p. XLVI), e inspirará os fins da criação e da organização do teatro nacional⁷⁹, bem como das escolas com que munuiu o Conservatório⁸⁰.

A *oratória* e os *jornais* foram dos meios que mais imediata e intensamente cumpriram a dimensão pedagógica da vida e da escrita de Garrett. Por um lado, ambos exerceram uma quase sistemática e muito oportuna paideia de doutrinação liberal e cívica; por outro, ambos concederam espaço significativo à análise, à teorização e à elaboração de propostas de natureza educacional. Se bem que disperso, o ideário educativo veiculado por estes dois meios oferece-nos uma fecundidade notável. Façamos um curto périplo pelos periódicos:

Logo em 1822 (fevereiro e março), em colaboração com Luís Francisco Midosi, publicou o autor de *Folhas Caídas* o curioso e inovador periódico sem política *O Toucador*, «Dedicado às Senhoras Portuguesas» e anunciado como “[...] de utilidade e instrução para o belo sexo”. Visando em primeira instância a instrução da sua tão bela quanto néscia Luísa Midosi com quem havia de casar em novembro desse ano, o jornal teve vida curta e ação limitada. Não foi assim com um importante artigo publicado no *Jornal da Sociedade Literária Patriótica* (N.º 8 de 9 de agosto de 1822) correspondente a um discurso que nela proferiu em 19 de julho. É uma peça memorável em incisão e doutrina. Sob clara influência da matriz materialista helveciana e evocando Rousseau nas vertentes política e educacional, o discurso move-se entre o vitupério da ignorância escravizante, do ranço, da estúpida presunção e catedrático orgulho da padresca universidade de Coimbra... e a apologia da ilustração que conduz e sustenta a liberdade que é essência do homem e dos povos, que faz com que estes conheçam e lutem pelos seus direitos e que os conduz à felicidade e à glória. A linguagem que usa é tão chã quanto vibrante e contundente. Ilustremos:

⁷⁹ Consagrados na *Portaria* de 28 de setembro de 1836, de Passos Manuel.

⁸⁰ O *Regimento* do Conservatório foi também redigido por ele saindo no *Decreto* de 27 de março de 1838.

A grande classe última do povo Português, e grande parte da média está perfeitamente ignorante. Eu pergunto agora: Quem tem liberdade os povos? O conhecimento de seus direitos. Quem os tem escravizado? O desconhecimento deles. Como se provam os dois termos desta proposição? Pela história constante do mundo. Ela, e não teorias abstratas, em cada página de seus fastos tem um pregão desta verdade. [...]

Apliquemos à matéria sujeita. No conhecimento ou desconhecimento dos direitos próprios, ou por outra, na ignorância ou nas luzes, está ou deixa de estar a liberdade das nações. O povo perfeitamente ignorante será sempre escravo. [...] Dai luzes ao povo, e o povo quererá ser livre; dai-lhe costumes sãos, e o povo se sustentará na liberdade; tapai-lhe as luzes e ele dormirá nos ferros, nem mesmo verá a enormidade dos grilhões que arrasta. Quem negar estes princípios de simples intuição, ou mente, ou é estúpido (G., 1985, pp. 258-260).

A situação degradada em que o seu Portugal libertado permanecia nesta área, o irritante desleixo a que a educação era votada no órgão que representava a vontade da nação, o ferrete incriminatório com que as gerações futuras haviam de julgar a presente, tudo passou nesta violenta catilinária que incomodou e fez reagir com violência a maioria dos sócios presentes. Mas a razão estava com Garrett, como provaria o Relatório sobre o estado da administração do país desse ano de 1822, onde o Ministro do Reino Araújo e Castro reconhecia pouco ter mudado o país nessa matéria, permanecendo muito aquém das suas necessidades.

Com outros dizeres e com maior saber e maturidade que muitas leituras, observações e experiência lhe foram proporcionando, estes princípios, convicções e empenhamento manter-se-ão na sempre presente filosofia de doutrinação e no muito espaço dedicado à matéria nos vários periódicos que fundou e noutros em que colaborou. É enorme a profusão de casos e de dados, mas impõe-se-nos uma estratégia casuística de mera ilustração e de simples enunciação temática.

Sigamos, por exemplo, *O Cronista* (1827)⁸¹, cuja escrita é da sua quase exclusiva responsabilidade. Logo no prospeito, Garrett lastimará o nosso isolamento civilizacional e indicará, na sequência, a finalidade pedagógica do jornal. Preencherá esta com muitas e variadas lições que versarão o teocra-

81 Este jornal encontra-se no volume da *Obra política - Doutrinação da sociedade liberal* (1827), (G. 1992).

tismo jesuítico (N.º 6, 8-14 de abr, de 1827), as teorias político-económicas de Smith, Say e outros (N.º 7, 15-21 de Abr.), o novo sistema de Hamilton para ensinar línguas (N.º 13, 27 mai-2 Jun.), o poder dos livros e da intelectualidade e os diferentes perfis dos sistemas educativos que servem os regimes absolutistas e os liberais (N.º 17, 24-30 de jun.), a liberdade de imprensa (N.º 20, 15-21 jul), etc., etc. O *Chaveco Liberal*, por sua vez, que cobre a época da edição do tratado *Da educação*, entre doutrinações e ensinamentos vários não deixará de futurar a regeneração política do género humano “quando duas terças partes dos Povos souberem escrever, e entenderem o que lerem” (N.º 17, 30 de Dez. de 1829). Enfim, *O Português* (1826), *O Precursor* (1831), *O Português Constitucional* (1836) e outros, todos cumprirão um projeto carregado de estratégias, intencionalidades e matérias pedagógicas. Transformados em farpas violentas contra o absolutismo ou em olhares de seta contra a inação e desvarios dos liberais, eles foram, no seu tempo, acicates de liberdade, instrumentos de formação de opinião e fontes de instrução.

Os discursos parlamentares do nosso ilustre tribuno veiculam, igualmente, um enorme e variado manancial educativo e pedagógico acumulado desde as intervenções do primeiro ano da sua tão sonhada eleição, em 1837, até aos últimos discursos como Par do Reino. Por esta via, Garrett cumpriu intensamente não só as vertentes de luta e de doutrinação liberais, mas também as de teorizador e participante direto e ativo nas reformas educativas do país. Sabemos como o poder persuasivo da sua linguagem e a sua capacidade argumentativa entusiasmavam os seus companheiros e atemorizavam adversários e governantes nas câmaras. Lembremos que a própria intendência policial fora sensível a esta força pedagógica nos despachos aos pedidos do seu regresso de exílio de que, por vias disso, foi o último a ser readmitido no país. Pois bem, nesta sede parlamentar, recorrentemente coadunará instrução e luzes com civilização e liberdade, e ignorância com tirania; muitas vezes se agastará, admoestará e fanatizará contra o vergonhoso e crítico estado da educação e da instrução nacionais; insistentemente advogará ser a instrução da mocidade o ponto capital e a matéria mais importante a ser tratada na câmara parlamentar; encarará o ensino público como obrigação social ordenada pelo evangelho e garantida pela constituição; discutirá, opinará, argumentará e apresentará propostas concretas sobre matérias tão díspares como a anarquia e a absurda incongruência legal e organizacional dos diferentes graus de ensino, a separação entre o ensino dos eclesiásticos e o civil, a organização do ensino clerical e dos conventos de freiras, as escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, os parques e inoperantes serviços de inspeção, as inexistentes quanto imprescindíveis

Escolas Normais, a lei de habilitação e suas implicações com os empregos e muitas outras. A sua última participação oratória de grande estilo foi em contexto da resposta ao discurso da coroa sobre a administração pública e a questão do padroado, em março de 1854, ano da morte que chegaria a 9 de dezembro. Na circunstância, não ficou o tema da educação em branco, dando-lhe matéria o ensino primário, a propósito da polémica proposta que havia feito em sessão de 21 de janeiro desse ano sobre os conventos de freiras. Mas, seguindo o atento biógrafo Amorim (1981-1984, vol. III, p. 457), dos discursos menores que a este se seguiram, terminaria o último da sua vida no dia do encerramento das câmaras, lançando um grito de protesto contra o degradante estado da Casa Pia a que indignadamente chamou «matadouro de crianças».

Entre os escritos considerados menores, vários ultrapassam o mero caráter formativo e doutrinário, já amplamente ilustrado, e discorrem sobre temáticas e matérias especificamente educativas e pedagógicas. É o caso do *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (1826) onde invetiva a nossa teimosa persistência em estudar as *categorias* e as *sumas*, o afastamento da iluminação europeia e a adulteração da razão pelo pensamento (G., 1966, vol. I, p. 500); do *Curso de Leituras Públicas de História* (1840), onde teoriza os diferentes métodos que podem servir este saber relevando as claras vantagens do que denomina de «moderníssimo», na peugada dos grandes nomes europeus, como Augustin Thierry, François Guizot e outros que também indicariam caminho a Herculano para inaugurar entre nós a conceção científica e crítica da história; dos *Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico-Representativo em Portugal* (1840), onde elegerá como uma das finalidades da Sociedade a instrução pública, vetor cujo porfiado desleixo considerará a maior ignomínia da nossa revolução⁸²; da *Carta de Guia para Eleitores* (1826), já por si um tratado pedagógico-didático na globalidade das intenções e conteúdos, onde exprimirá a antevisão angustante da triste sorte da constituição e do povo sem a instrução deste (ibidem. P. 1804; ou do tão odiado mas programático *O Dia Vinte e Quatro de Agosto* onde fará assentar na fraqueza e na ignorância a perda da nossa liberdade e cidadania, e na instrução o bem comum e as felicidades individual e coletiva.

82 Aqui a sentença é muito dura mas realista: "A corrupção e a ignorância é a herança de um povo servo por muitos anos. Portugal está nesse caso" (idem, 1966, vol. I, p.1228).

Omitiremos nesta secção outros géneros também férteis nesta matéria, como as memórias biográficas, a epistolografia, etc., mas abordaremos um último segmento deste percurso: as obras literárias.

É generalizadamente reconhecido o cariz pedagógico e doutrinador que envolve muitas das obras mais notadas de cariz literário do nosso escritor. É assim com o *Romanceiro*, homenagem à voz do povo onde melhor se descobre a verdadeira identidade da nação, obra de clara feição programática guiada pela utilidade e servindo a intenção de popularizar o estudo da nossa literatura mais primitiva, “contingente não desprezível para a ilustração da história das línguas e das literaturas da Europa” (ibidem, pp. 679 e 684); com a lição “absolutamente nova” do *Camões*; com o aguerrido, preventivo e antioligárquico *Arco de Santana*; com as modernas *Viagens na Minha Terra*. Fixemo-nos apenas e brevemente nesta última pérola literária, nesse “flirt do «divino» Garrett com Portugal e a Poesia”, na expressão de Vitorino Nemésio (1946, p. XXVI) que encontra, também, neste só livro, o ensaio, o jornalismo, a novela e a poesia.

A pedagogia de doutrinação que emana globalmente desta obra é possuída de uma rara acutilância e destila uma assombrosa eficácia pedagógica. Para compreender a qualidade e intensidade de tal pedagogia basta medir o sistemático ensinamento crítico que colhe do passado para juízo do presente e prospeção do futuro, analisar a vertente do imaginário e sentir ou vaticinar os respetivos efeitos nos leitores. Para isso, percorra-se, por exemplo, o trajeto profundamente doutrinador e formador de opinião que medeia entre o início do capítulo XIII – “Frades... Frades... Eu não gosto de frades” – e os classificativos ao “barão usurariamente revolucionário, e revolucionariamente usurário” [...] “zebrado de riscas monárquico-democráticas por todo o pelo”; acompanhe-se a magnífica aula viva do capítulo XIV sobre história e arte partindo das coisas, dos “*livros de pedra* que são os livros da memória dos povos”⁸³; percorra-se o capítulo XXXIX e aprendam-se as diferenças entre a lógica e a poesia, atente-se no olhar comparativo entre as antigas aulas do antigo Colégio dos jesuítas de Santarém e as modernas “lições” de cátedra administrativa que aí ocorrem protagonizadas pelo ocupante Governo Civil contra a moral do povo e o sistema representativo, ou acompanhe-se o autor quando discorre sobre o atualíssimo problema da descentralização do sistema educativo e de como Lisboa rouba tudo ao interior, mesmo a possibilidade de instrução; retome-se, no capítulo seguinte, o polémico problema dos conventos de freiras e do apetite que despertam

83 A fórmula é do *Curso de Leituras Públicas de História* (ibidem, p. 597).

aos insaciáveis barões para concluir sobre a sua utilidade na superação da fatídica lacuna da instrução do país; revivam-se também aqui ecos de queixumes passados sobre a nossa descaracterizada universidade e sobre as incapacidades de entendimento do que se diz ou lê devido ao mau ensino que se teve sobre os métodos; acompanhem-se as interessantes e instrutivas explicações que desenvolve sobre a marcha da civilização, sobre os sofismas de Bentham, sobre a acumulação e os efeitos das *mais-valias*, etc., etc. Enfim, de forma literariamente superior, as *Viagens* retratam a constância das lições, algumas de problemática expressamente educativa, que povoam a generalidade da obra.

O quadro que acabámos de delinear evidencia, por um lado, como o autor de *Camões* e *Dona Branca* cumpre o novo espírito romântico da tradição iluminista que faz sobressair o discurso da dignidade do indivíduo e das nações assente na liberdade, na inovação e no progresso civilizacional que, por sua vez, radicam no pressuposto do derramamento das luzes e reclamam uma educação e instrução universais; por outro, como Garrett encarna nos escritos e na ação o imperativo ideológico do liberalismo oitocentista que mescla, em retornos recíprocos, educação e política. Aquela, construindo cidadania; a política requerendo educação.

Mas este que Ávila de Azevedo (1972, p. 72) considera ser “um dos mais clarividentes doutrinários da educação liberal em Portugal”, não se limitará a considerações dispersas, se bem que sempre de grande pertinência e oportunidade. Ele escreverá duas das mais importantes páginas da história da pedagogia portuguesa. Uma, de natureza teórica: o tratado *Da Educação*; a outra de feição organizacional: o *Plano de Reforma Geral dos Estudos*. São principalmente estes dois projetos que nos mostram a estrutura substantiva do seu pensamento educacional. É sobretudo do primeiro que nos iremos agora ocupar.

2. Tratado *Da Educação*

2.1. Génese e natureza

Em novembro de 1829 era publicado em Londres, onde se encontrava Garrett em situação de exílio, o primeiro volume do seu tratado *Da Educação*. Condições várias haviam de determinar que fosse único, ficando, por isso, a obra inacabada. O autor passara sete anos na recolha, estudo e reflexão de dados que iniciara no seu trabalho profissional como chefe

da repartição de instrução pública (1822) mas que continuara durante as ausências forçadas do país que lhe foram proporcionando bibliografia abundante e atualizada e observações de práticas variadas. Delineara o projeto e começara a organização de materiais nos cerca de seis meses que permaneceu no belo e sossegado condado de Warwick que o acolhera no seu segundo exílio a partir de meados de setembro de 1823. Curiosamente, havia de ser nesse mesmo refúgio durante o seu terceiro exílio onde se resguardou dos bulícios e excessivos dispêndios londrinos, em finais de 1828, que iniciaria a redação da obra que, segundo o que diz e os factos não negam, terminou em “seis meses de contínua aplicação e trabalho” (G, 2009, p. 101). De facto, em data anterior a 21 de junho de 1829, comunicava ele a Duarte Lessa a consagração do seu tempo a tal tarefa, ao que este respondeu na data referida: “Muito gostei da notícia que manda de se ter ocupado na composição dum Tratado completo d’Educação” (Lessa, 1829, 21 junho, cx 19, ms. 32-2). Nessa altura, a tarefa ainda não estaria acabada, já que o ilustrado amigo lhe enviava alguns conselhos, lhe dava orientações metodológicas e lhe fornecia numerosa informação bibliográfica atualizada na área educacional. Chegava mesmo a propor-lhe uma epígrafe para a obra (ibidem)⁸⁴.

Garrett ancora o projeto da obra total em dois pressupostos: o de que *o fim geral da educação é fazer membros úteis e felizes da sociedade* (G., 2009, p. 108) e o de que *nenhuma educação poderá ser boa se não for eminentemente nacional* (ibidem, p. 95). A partir daqui, desenvolve o volume em doze cartas que percorrem o objeto da educação segundo a habitual divisão em *física, moral e intelectual*, se bem que acautelando reiteradamente o leitor do carácter fictício de tais divisões que nem a natureza do educando nem a

84 Eis a proposta da epígrafe:

*Children and youth engage my pen
'Tis labour lost to write for men.*

Lessa confessa desconhecer o autor, mas trata-se de dois versos que iniciam a segunda estrofe de um poema inscrito na primeira de um conjunto de oito visões didáticas da autoria de Nathaniel Cotton (1705-1788), publicadas em *Visions in Verse, for the Entertainment and Instruction of Younger* (1751). O título desta é: “Vision I. Slander. Inscrib'd to Miss*****”. Todavia, Lessa introduz algumas mudanças, pois o original é:

*Childhood and Youth engage my Pen
'Tis labour lost to talk to Men.*

Entretanto, Lessa não deixa de fundamentar aquela proposta dizendo: “De facto, para homens já enterrados em vício, corrupção, e preocupações é vão gastar azeite – a mocidade essa sim – essa é o campo onde as sementes do bem podem prosperar” (Lessa, 1829, ms.).

prática educacional comportam, figurando-as como conveniências de método e de mais fácil compreensão.

O percurso desenvolvido neste volume corresponde ao primeiro dos quatro livros projetados. Depois de fazer a apresentação dos princípios gerais do sistema, trata da *educação doméstica ou paternal*, comum aos dois sexos até à *adolescência* que o autor situa por volta dos dez anos de idade. *Infância* (até aos 2/3 anos) e *puerícia* são as fases aqui em análise, ocupando a segunda a maior porção, já que lhe dedica as dez últimas cartas. Quanto à restante matéria do tratado, nada mais conhecemos senão o plano previsto. Os Livros II e III aplicar-se-iam a uma educação diferenciada por sexos: pública ou de ginásio para os rapazes (adolescência, puberdade e virilidade) e maternal ou de gineceu para as meninas (adolescência, nubidade e maturidade), respetivamente; um Livro IV seria destinado ao tratamento da *educação pública* propriamente dita, nela compreendendo um sistema académico e profissional geral e um sistema diferenciado que englobaria os extremos sociais. Do plano global e do desenvolvimento que faz neste volume, verifica-se uma clara proeminência da *educação moral*, na pegada e segundo o sentido que ao termo *moral* é outorgado pelo pensamento iluminista, sobretudo através da matriz do tutor que segue, Jean-Jacques Rousseau⁸⁵. Este lhe ensinará, também, a importância que no ciclo infantil tem de se conceder à *educação física* e a subvalorização da *educação intelectual* até à idade que a comporte, no caso a da adolescência, período em que o último vetor ocupará o primeiro lugar no conjunto de prevalências que equaciona para cada uma das idades (cf. Machado, 1993, p. 167).

A clareza do texto garrettiano dispensa aqui apresentação e análise prévia de conteúdos⁸⁶, além de que ainda teremos oportunidade de percorrer as pertinências mais notadas no quadro de análise da sua modernidade. Sigamos, por isso, outras direções.

Projeto de cavadas raízes, este escrito emerge numa situação muito precisa. Digamos que há razões de fundo e circunstâncias, flagrantemente interativas, que determinaram o empreendimento e o tempo da sua feita.

85 O padrão iluminista identificava moral com política, desviando-se da matriz religiosa tradicional daquele conceito. Rousseau (1959-1995, t. IV, p. 524) é incisivo neste ponto: "Il faut étudier la société par les hommes, et les hommes par la société : ceux qui voudront traiter séparément la politique et la morale, n'entendront jamais rien". Porém, Garrett vai desviar-se do genebrino ao conceder a esta dimensão lugar de realce logo na infância, sendo que o *Emile* só a consagra como sistema a partir da idade da razão, pelos quinze anos. Sobre a visão do cidadão de Genebra, cf. Machado (2000, Parte I, cap. IV).

86 De qualquer forma, remetemos para o estudo indicado na nota anterior, capítulo XI.

As primeiras prendem-se com o explanado na parte anterior e cumprem imperativos de ação cívica nos trâmites das exigências de vanguarda da época e das profundas convicções pessoais em torno de entranhadas devoções à pátria e à liberdade. Formulemos o quesito: ao considerar a educação como condição e sustentáculo da liberdade que é essência dos indivíduos e da pátria, nessa educação se impunha concentrar a grande tarefa da nação e a sua própria, tornando-se este projeto uma preciosa contribuição nesse âmbito.

Sigamos as razões circunstanciais de maior significado:

Não reputamos como muito sério um dos motivos que o autor invoca de forma recorrente: o da inexistência de trabalhos portugueses em matéria educacional. Di-lo de forma leviana e até um pouco despiciente, somente explicável, a nosso ver, pelo pertinaz pecadilho da ostentação, que não por desconhecimento. Com efeito, apenas colige do panorama nacional, nesse capítulo, os nomes do grande humanista do quinhentismo, Diogo de Teive, através da sua célebre *Institutio* que ele afinal minora por limitada abrangência, pois que se destinava à instituição de príncipes; na vertente da educação física, os de Francisco de Melo Franco e Francisco José de Almeida pelos seus “breves, simples e excelentes tratados” (G., 2009, p. 67)⁸⁷. «Esquece», então, obras e autores de grande nomeada, como sejam Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Luís António Vernei, Ribeiro Sanches, Garção Stockler, os *Estatutos da Universidade de Coimbra* e, já depois da revolução de 1820, Luís Mouzinho de Albuquerque e muitos outros que elaboraram interessantes e avançados planos de educação e ensino, alguns dirigidos às cortes. Prendamo-nos, por isso, a circunstâncias mais reais.

Já fizemos referência à que se prende com o enorme lastro de competências teórico-práticas que o exercício do cargo de chefe da repartição de Instrução Pública e Estabelecimentos Pios lhe propiciou. A necessidade de trabalho foi o que conduziu o nosso bacharel a essas funções. Terminada a sua formatura em leis em 1822, viu-se impossibilitado de seguir a carreira da magistratura judiciária, pois esta exigia uma idade mínima de vinte e cinco anos, pelo que aproveitou uma oportunidade para ser oponente a um concurso aberto para o cargo de oficial ordinário da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Vencido este, foi provido no lugar por decreto de 12 de agosto de 1822, tendo passado, decorrido pouco tempo, a exercer o

⁸⁷ Trata-se de duas obras com títulos rigorosamente iguais: *Tratado de Educação Física dos Meninos, para Uso da Nação Portuguesa*. Foram publicados em 1790 e 1791, respetivamente, ambos pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

cargo de chefe da repartição de instrução. Gomes de Amorim (1881-1884, vol. I, pp.260-261) alicerça esta promoção no brilhantismo do concurso.

A história do exercício do cargo reflete o tempo. Exerceu-o até à fuga para o primeiro exílio, em 9 de junho de 1823. Demitido oficialmente por decreto assinado em 30 de agosto desse ano com a perversa justificação de *indignidade* por abandono do serviço sem licença, haveria de ser reintegrado a 26 de agosto de 1826, já vigente a *Carta Constitucional* desde 31 de julho. Ainda havia de sofrer mais uma destituição em 18 de agosto de 1828, agora por decreto do intruso governo miguelista e devido à adesão à causa da rainha, depois de mais uma vez ter fugido para Londres em junho, forçado pelo ambiente hostil e persecutório a todos os liberais. *Honrosíssima e gloriosa* demissão é como classifica o ato na *Carta Autobiográfica a Joaquim António de Aguiar* em 1833 (G., 1966, vol. I, pp. 1118-1119). Só em finais de julho de 1833, com a vitória liberal à vista, haveria de retomar as funções. Pois bem, pesem embora as vicissitudes que perturbaram esta prática, é fácil admitir como tal tirocínio de cerca de três anos, exercido com seriedade, afincado e um fascínio quase quimérico (idem, 1904, vol. I, p. XLI), terá potenciado apetências e fornecido importantes elementos facilitadores da elaboração da obra.

Passemos a uma outra circunstância de teor estratégico e imediatamente decisiva. A história conta-nos:

D. Pedro abdicara da coroa de Portugal a favor da filha D. Maria da Glória, em 1826, sob a condição de ela casar com seu tio D. Miguel. Tinha ela, na altura, 7 anos, e com esta idade haveria de celebrar esponsais aprezados em outubro desse ano. Por força deste ato, embarcou no Rio de Janeiro para Viena de Áustria em julho de 1828 para se aproximar do tio e projetado marido e, concomitantemente, para aprimorar junto da subida corte do avô Francisco I a sua educação. Em má hora, porém, o fez, pois em junho já D. Miguel, que com tudo se havia comprometido, quebrara as suas promessas e «usurpara» o trono, proclamando-se rei absoluto de Portugal e anulando, por via disso, todas as bases do condicionado casamento. Nestas condições, o destino de Viena perdia todo o sentido, tendo D. Maria rumado para Inglaterra, onde Garrett cumpria o seu terceiro exílio. Chegada a Falmouth, dirigiu-se, poucos dias depois, para Londres onde chegaria em inícios de outubro.

Também parece não ter sido muito ditosa a estadia da rainha nas terras do país aliado em cujo governo pontificava o duque de Wellington, descarado

simpatizante de D. Miguel. Basta dizer que, por doença do rei mas também por ofícios do duque, a régia visitante só seria recebida em Windsor por Jorge IV quase três meses depois da sua chegada à Inglaterra. É sintomática a forma como alguma imprensa da época satirizou com comentários críticos e depreciativos e com caricaturas humorísticas a visita da “liliputiana” rainha dos “Porto-Gansos” (cf. Gomes, 2000, p. 92, estampas 81-83).

Fosse como fosse, a condição presencial de quem representava a esperança de mudança, além de dar ânimo às vontades inconformadas dos exilados nessas terras, não podia deixar de ativar o agudo sentido de oportunidade do nosso liberal e militante da liberdade. Escolheu, para lhe dar corpo, uma estratégia forte e de efeito perdurável, compatível com as exigências das necessidades pátrias e, pressupostamente, adequada ao momento: influenciar os rumos educacionais da “infantil soberana” que, em 9 de abril de 1829, completava dez anos de idade.

Como já fizemos notar, Garrett tinha plena consciência do atraso e da inadequação da educação e da instrução nacionais, bem como das implicações e consequências que de tal estado advinham ao país. Entretanto, nestas lonjuras continuava o poeta a assistir a uma sôfrega delapidação do já tão debilitado sistema de ensino público levada a cabo pelo absolutismo⁸⁸, o que aviltava ainda mais a situação. De igual modo, compreendia a iniludível influência que qualquer soberano projetava para os negócios da nação⁸⁹. No caso, resultava essa influência de dois vetores de implicada convergência: o que decorria do simples exercício de autoridade que a posição outorgava; e o do perfil adquirido na formação, tendo em vista a idade em causa: “da educação de nossa augusta Soberana pendem em grande parte os destinos futuros da nação” (G., 2009, pp. 89-90). Por isso, não podia deixar passar esta excelente ocasião para dar cumprimento a imperativos, tão do sabor das Luzes mediadas pelo cidadão de Genebra, que sempre nortearam a sua vida e a sua pena e dele fizeram o cidadão obreiro de uma pátria em construção que porfiava ser e/ou manter-se livre: por um lado, o de que a política não

88 A evolução desta delapidação pode verificar-se, por exemplo, em António Costa (1900, pp. 260 e segs), Luís de Albuquerque (1978, caps VI e IX) e em Rómulo de Carvalho (1986, cap. XV). A supressão de cadeiras, incluindo as das primeiras letras, deu-se a um ritmo apressado, bem como a deterioração das condições dos professores. Saiba-se que só em 20 de março de 1829 mandava Sua Majestade suprimir cerca de 300 cadeiras de primeiras letras, com aviso de discricção da medida para evitar protestos, o que muitas vezes não foi conseguido, como se prova por ofícios enviados por representações de câmaras (Cf. Albuquerque, 1978, pp. 136-137 e 301-305).

89 Eis a fórmula usada, tempos antes, em *O Português* (n.º 222, 23 de jul. de 1827): “Aos monarcas cumpre quebrar, e abater estes impeços da civilização e da prosperidade geral, antes que eles na sua ruína envolvam a dos Estados e dos tronos (G., 1991, pp. 451-452).

era ciência abstrata (cf. Amorim, 1881–1884, vol. II, pp. 297–298); por outro, o de que educação e política eram realidades inseparáveis no quadro da modernidade civilizacional e, portanto, da praxis liberal.

Reconhecido que fora como embaixador português em Londres, o marquês de Palmela terá chamado o já então famoso escritor português para adido da embaixada (ibidem, vol. I, pp. 481-482 e G., 1904, vol. I, p. XLIII). A importância do facto para o caso tem que ver com a fixação do nosso emigrado em Londres e o conseqüente acesso às convivências familiares do embaixador e da própria rainha, situação que o exilado haveria de evocar depois, com ternura e com saudade na *Memória Histórica da Excelentíssima Duquesa de Palmela* de 1848 (G., 1966, vol. I, pp. 965-967). Tal envolvimento terá tido algum eco de empatia na própria visitante, se tivermos em conta a forma como o marquês de Palmela decretou a permanência em Londres do exilado, fazendo-a assentar na expressa ordenação da infantil monarca:

Sua Majestade a Rainha Minha Senhora Se Digna Ordenar que Vossa Mercê continue a permanecer nesta cidade, aonde o seu zelo, e préstimo podem tornar-se necessários ao serviço da mesma Senhora, que o empregará em toda a ocasião, que para isso se ofereça, mui certa do seu desempenho. – Deus Guarde a Vossa Mercê. Londres em 16 de Abril de 1829 (Amorim, 1881-1884, vol. I, p. 481)⁹⁰.

Assim sendo, a esperança de poder influenciar a educação da pré-adolescente tornava-se-lhe claramente mais credível.

Ora, nesta altura já D. Leonor da Câmara, filha do 6.º conde da Ribeira Grande e futura Marquesa de Ponta Delgada, entrara ao serviço efetivo de D. Maria da Glória como encarregada da educação e orientadora dos estudos, cargo que haveria de manter até à muito comentada destituição decidida por D. Pedro, em novembro de 1833. Dama da rainha D. Carlota Joaquina, Leonor da Câmara fora considerada pelo próprio futuro duque de Palmela, estribado também em sugestão do marquês de Barbacena, como a pessoa indicada para tão alto e sensível cargo. Neste contexto, é fácil entender a

90 Terá sido, eventualmente, a evocação deste ambiente de aproximação, de intimidade e de naturais conversas com a soberana que inspirou a afirmação do III Visconde de Almeida Garrett (1954, p. 12): “A seu pedido, escreve o tratado «Da Educação». Nascera um educador”. Não encontramos referências do visado a esta ocorrência nem ao pedido expresso da jovem rainha para que ele dirigisse a sua educação, como nos mesmos *Apontamentos* também consta. A serem reais estas informações, dificilmente Garrett as teria deixado passar em claro!

escolha de Leonor da Câmara como principal destinatária do escrito⁹¹, bem como a opção pelo género epistolar, se bem que esta última justificada por Garrett, logo no segundo parágrafo do livro, por exigências estilísticas e convicções de epistemologia metodológica, o que não deixa, também, de ter razão de ser.

*

Várias questões têm envolvido o historial deste livro e marcado o seu destino. Decorrem principalmente das circunstâncias conjunturais da sua génese, da sua incompletude, do exercício comparativo a que tem sido sujeito com o *Plano de Reforma Geral dos Estudos* e das análises mais comuns. Percorreremos as que têm concitado maior atenção e que mais têm influenciado a sua sorte: *número de volumes, incompletude, natureza funcional, e modernidade*.

Por curiosas e estranhas coincidências, desditosas fatalidades envolveram os dois escritos mais significativos e sistemáticos de Almeida Garrett sobre a temática educacional: este *Da Educação* e o *Plano de Reforma Geral de Estudos*, de 1834 (cf. G., 2009, Anexo I, pp 259-264). Começemos pelas do último:

Em 2 de novembro de 1833, com a vitória das forças liberais à vista, Garrett é nomeado secretário de uma comissão de nomes ilustres⁹², para elaborar um plano de reforma e reorganização da instrução pública nacional que servisse os desígnios políticos dos vencedores. Versado como era na matéria (G., 1904, vol. I, p. XLV e Braga, 1904, vol. I, p. 25) fê-lo sozinho e em tempo curto. Entregou o projeto completo em junho de 1834, valorando-o com grande apreço e orgulho como “código completo de instrução” e “a mais ampla organização de estudos que em língua nenhuma existe”, como refere em carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Agostinho José Freire, em

91 Como a história haveria de mostrar, a estratégia desta opção de Garrett ficou longe de ser ditosa. As críticas representações e as difíceis e antipáticas relações futuras da rainha com Garrett, frequentemente lastimadas por Amorim, não terão apenas passado pelas impressões negativas que a vida familiar pouco ortodoxa ou as posições políticas mais radicais do poeta terão causado à conservadora soberana. A influência da marquesa nesse campo não foi, certamente, despicienda (cf. Machado, 1993, pp. 59, nota 2, e 135, nota 13). Por outro lado, os resultados da educação da jovem soberana deixaram muito a desejar (Bonifácio, 2005), como repetidamente é comprovado por Maria de Fátima Bonifácio (2005) ao longo da obra biográfica *D. Maria II*.

92 Alguns são nomes bem conhecidos nesta área. Veja-se a composição, para além de Garrett: Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Joaquim António de Magalhães, Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Francisco Soares Franco, José de Sá Ferreira dos Santos Vale e Mateus Valente do Couto.

8 de agosto de 1834 e em carta ao mesmo ministério em 21 de outubro do mesmo ano, respetivamente (G., 1966, vol. I, pp. 1139 e 1150).

Quisera muito o competente secretário da comissão, conforme pedia em missivas datadas de 17 de abril a D. Pedro IV e ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Joaquim António de Aguiar, que o plano nunca sofresse mutilação ou alteração sem o ouvirem, dada a homogeneidade da sua filosofia global. Mas não havia de acontecer assim. Casualidades diversas, entre as quais avultaria a dos “diversos interesses que as reformas sempre ferem, e que fortemente se agitaram” (idem., 1904, vol. I, p. XLV), impediram que o projeto fosse sancionado e implementado pelo poder reinante. E tendo ficado depositado na secretaria do Reino, foi-lhe acontecendo o que mais temera, disso continuando o queixume: “... aí tem servido para dele se copiarem, aos pedaços e sem a unidade do sistema com que fora concebido, todos esses planos de reforma que sucessivamente se têm adoptado” (ibidem). Não imaginou, contudo, que algo de muito pior haveria de ocorrer. É que de todo o importante, inovador e vasto trabalho – “trabalhos de Hércules” é a expressão de Amorim (1881-1884, vol. II, p. 26, nota) – acabaria por se perder todo o rasto. Da sua prática, sobrou principalmente o aproveitamento que dele foi feito no governo de Passos Manuel, com Garrett à vista, nas importantes reformas pedagógicas que se levaram a cabo aquando da Revolução de setembro de 1836. Da sua letra, preservou-se o esquema ordenado das matérias que o próprio fez publicar no n.º 77 do periódico *Crónica Constitucional de Lisboa*, em 2 de abril de 1834. Havia-o movido nesta venturosa iniciativa a necessidade de um último apelo – outros haviam sido já feitos no início dos trabalhos – inscrito na curta introdução: o da participação pública de sábios e letrados na melhoria do documento, antes da entrega.

Tratando-se de um projeto que abrangia a totalidade do sistema educativo do país, o primeiro de cunho moderno que se planeou em Portugal, segundo dizer de Delfim Santos (1987, vol. III, p. 132)⁹³, e que reflete sem complexos o espírito das reformas da Convenção⁹⁴, as ideias avançadas que veicula

93 Escreve aí o autor: “O primeiro plano de estudos de cunho moderno que se planeou em Portugal e que se deve a Almeida Garrett, que o elaborou por sugestão do senhor D. Pedro IV, em 1834, é ainda nas suas linhas gerais o que subsiste como plano, embora desfigurado, retorcido e quase inoperante. Os nossos graus de ensino estavam previstos nesse plano; as alterações posteriores limitaram-se à criação de escolas deste ou daquele tipo, depois à sua extinção e, o que é mais grave, parece que foram as extintas as que contribuíram para dar à Nação a melhor consciência de sua organização pedagógica e finalidade formativa”.

94 Pode ver-se esta análise em Teófilo Braga (1902, vol. IV, pp. 109 e segs.).

e que claramente se percebem nesse simples índice fazem adivinhar no pouco que resta o muito de bom que se perdeu.

Pois bem, fatalidade semelhante envolveu o tratado *Da Educação*. Acompanhemos sumariamente o trajeto:

Em 15 de abril de 1830 escrevia o pedagogo ao seu amigo José Gomes Monteiro, também forasteiro por essas terras do velho aliado, pedindo-lhe uma lista de endereços de pessoas estabelecidas por lá a fim de ele próprio diligenciar “alguma assinatura mais para o meu *Tratado de Educação*, pois quero entrar com a impressão do segundo volume e desejava aliviar-me do peso das minhas despesas que às costas ainda tenho” (G., 1966, vol. I, pp. 1392-1393).

Esta situação de indigência pessoal e familiar que já se arrastava e haveria de prolongar-se, conjugada com outras desditas, haviam de impedir que esse segundo volume fosse impresso na altura. Não foi caso único, pois o mesmo sucederia com o *Dom Magriço* cuja impressão mandou suspender em fevereiro do ano seguinte, aguardando melhor ocasião (ibidem, pp. 1396-1397). Entretanto, tendo-se alistado na expedição militar que almejava libertar Portugal do usurpador Dom Miguel, havia de rumar a França e sair de Belle-Isle, com outros liberais ilustres, em 29 de fevereiro de 1832. Chegava à Terceira em março desse ano, partindo finalmente dos Açores a 27 de junho, depois de uma estadia nas ilhas muito útil para si e para a pátria⁹⁵, na frota da liberdade que desembarcaria no Mindelo com fito do Porto. Um outro barco, mais tardio e carregado com as bagagens dos militares – com as suas também – havia de ter sorte trágica à entrada na barra do Douro, ao ser afundado pela artilharia miguelista. Com ele arrastou preciosidades manuscritas, literárias e ensaísticas de Garrett. Entre elas, o poema romântico *Ilva*, o já muito avançado e prometedor *Magriço*, o escrito satírico e picaresco *Memórias de João Coradinho*, trabalhos de história e de direito, a tragédia *Infante Santo*, e... a parte não impressa do tratado *Da Educação*. Enfim, “[...]a perda mais irreparável que causaram a Portugal as balas de D. Miguel”, como regista Gomes de Amorim (1881-1884, vol. I, p. 511) de apontamentos colhidos junto do também seu amigo e entendido filólogo José Gomes Monteiro.

⁹⁵ Para além de ter adiantado o seu *Romanceiro* e de o ter resguardado da sepultura no rio Douro ao deixá-lo em Angra com sua mãe – conjugação milagrosa de acasos, como dirá Garrett –, aí trabalhou com Mouzinho da Silveira na elaboração e redação das leis que inaugurariam o Portugal novo (G., 1966, vol. I, p. 994).

As emoções e o entusiasmo da luta e as inúmeras instâncias da pátria terão diluído um pouco a angústia imediata da perda, mas mais tarde, em 1843, fixaria assim, em jeito de desabafo compensatório, o sentimento do seu profundo desgosto:

Descansem em paz, no amigo lodo do meu pátrio rio! Noutros lodaçais piores teriam de cair talvez se escapassem: o da indiferença pública que porventura mereciam, o de muitos odiosinhos e invejzinhas tolas que não mereciam decerto, porque eram filhos de bom e inocente ânimo, como sempre têm sido os meus. Assim fossem todos (G., 1966, vol. I, p. 1742)!

Desejos e promessas que foram sendo exprimidos pelo tempo no sentido de reconstituir a parte perdida do tratado, nunca chegaram a ter execução, realidade que fez permanecer duas interrogações: a do número de volumes que o autor projetou e escreveu; e a das verdadeiras razões de nunca ter completado a obra. Fixemo-nos nelas:

Excetuando uma vez, sempre que Garrett se referiu ao *Da Educação*, fê-lo no pressuposto de dois volumes. Foi assim, por exemplo, na carta atrás referida a Gomes Monteiro, em 1830; no plano para publicação das obras completas, em 1839; no prefácio à segunda edição de *Adosinda*, em 1843. Ora, foi precisamente neste ano que veio a público, no tomo III do *Universo Pitoresco*, a sua “Autobiografia”. Aqui aparece o elemento da controvérsia, ao afirmar que o tratado “devia constar de três volumes”, e que “estavam escritos os outros dois e que igualmente se afundaram no Douro na ocasião do cerco” (idem, 1904, vol. I, p. XLIV).

São díspares os juízos dos estudiosos sobre esta matéria (cf. Machado, 1993, pp. 160-161). Inclina-se uns, como Ávila de Azevedo, para a hipótese de mais de dois volumes para o plano, se bem que só os dois primeiros tenham sido escritos e o segundo perdido; a maioria adere à hipótese dos dois volumes, entre eles, Pires de Lima; alguns, como Teixeira Bastos, referem as discordâncias sem tomarem partido; um tal Domingos Manuel Fernandes (1873, p. 128) segue levemente a lição da “Autobiografia”, introduzida com um acrítico “Ouvi dizer ou li algures – não me posso agora recordar onde...”; outros ainda, como Luís de Albuquerque, questionam a própria existência ou, pelo menos, conclusão do segundo volume, opinando, porém, sobre um eventual plano de dois. Enfim, são discrepâncias que resultam de uma afirmação para a qual nem o cuidadoso biógrafo Amorim (1881-1884, vol. I, pp. 386-387) conseguiu explicação.

Anotamos dois aspetos da questão:

Das alusões que Garrett faz aos dois volumes do tratado nunca se pode absolutamente inferir a impossibilidade de poder ter havido um horizonte de três. De facto, atendendo ao plano global do projeto e tendo como referência o volume existente, a hipótese dos três volumes poderia ter, em teoria, alguma consistência, dada a enorme amplitude da parte não tratada. Na verdade, só o Livro IV, sobre a educação pública, mormente a última secção relativa à educação académica e profissional, poderia dar um bom volume. Não nos parece, contudo, que assim fosse. Quanto aos dois volumes que terão ido a pique é possibilidade que se nos afigura como praticamente inverosímil. Antes de mais, além de nunca ter referido isto noutras ocasiões, a afirmação do prefácio da segunda edição de *Adosinda*, proferida no mesmo ano da autobiográfica, refere expressamente que foi o segundo volume que se afundou! Para além disso, a outra hipótese não se coadunaria com o apontamento já referido que Amorim encontrou nos papéis de Gomes Monteiro sobre os haveres da perda, onde consta também um só volume, situação que Amorim não contraria ao mesmo tempo que exprime dúvidas sobre a veracidade daquele pormenor autobiográfico (ibidem, 493-494, nota 2). Nesta base, parece-nos tratar-se de mais um assomo de pedacinho da por vezes incontida vaidade que rege, afinal, a própria feitura e publicação jornalística da “Autobiografia”.

Quanto a um segundo volume pronto a entrar no prelo e sepultado no Douro, a tese da sua existência parece-nos inquestionável. Na verdade, não encontramos razões que nos façam pôr em causa o afirmado ao seu amigo do coração e benemérito, o seu «rico e santo» Gomes Monteiro, como o costumava tratar, sempre tão solícito a ajudá-lo, a emprestar-lhe dinheiro e a angariar assinantes para os seus livros. Mas outros elementos convergem nesse sentido: primeiro, é significativo que obras posteriores do autor veiculem o anúncio, para breve, do segundo volume⁹⁶; depois, o intervalo de tempo que teve para escrever este, contado desde o aparecimento do primeiro volume, foi equivalente ao que este demorou a redigir, sobrando cerca de mais dois anos até ao desembarque na praia do Mindelo para eventuais revisões ou finalização; por outro lado, a falta de dinheiro e os débitos contraídos que alega terem impossibilitado a impressão, agravados por doenças suas e da mulher, correspondem à realidade. Basta recordar as

⁹⁶ Veja-se o caso de *Portugal na Balança da Europa* (1830). Na contracapa, a editora londrina S. W. Sus-tenance inseria já na publicidade de várias obras de Garrett modalidades de preços com e sem o segundo volume do tratado. Depois, em destacado, faz o seguinte “AVISO AOS ASSINANTES: Está no prelo e a publicar-se brevemente o segundo vol. do TRATADO DE EDUCAÇÃO, por J.-B. da S. L. de Almeida Garrett”.

aflitas insistências que povoam cartas do tempo para venda de exemplares deste primeiro volume, do *Catão* e da *Lírica de João Mínimo*, e os pedidos que nas mesmas faz ao sempre generoso Monteiro para empréstimo de cinco libras (junho de 1830) e adiantamento da importância de dois recibos correspondentes a dois meses do seu subsídio de emigrado (2 de dezembro de 1830), dados o “aperto” e a “literal precisão” em que se encontrava (G., 1966, vol. I, pp.1394-1395); ou então o quase escandaloso episódio da diligência de cobrança da dívida da rainha sobre seis exemplares do tratado adquirido por assinatura, diligência feita por carta enviada ao ministro de Portugal em Londres, Luís António de Abreu e Lima, visconde e futuro conde da Carreira⁹⁷. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa por força maior, já que antes (anúncio das obras do autor, colado no t. 1 do *Correio dos Açores*, 1830) usara o nome dela, precisamente no quadro dessa circunstância de assinante, para publicidade da obra! Finalmente voltamos a lembrar o idêntico e simultâneo adiamento de impressão do *Dom Magriço* por persistência e agravamento dos problemas financeiros referidos.

Mais complexa é a questão de elencar razões que façam compreender o não cumprimento da repetida intenção de acabar a obra. Fixemo-nos na fórmula da “Autobiografia”: “Sabemos também que o autor tem reproduzido o seu trabalho perdido, refundindo-o por novo método e forma, e que virá a ficar obra muito mais perfeita do que nos promete esse primeiro volume, apesar de suas conhecidas excelências” (idem., 1904, vol. I, p. XLIV).

Tal como na questão dos pretensos dois volumes afundados, afirmamos como altamente improvável este exercício de recuperação. Gomes de Amorim testemunha, no contexto de tal afirmação, nunca ter encontrado sinal dessa realização. Aliás, o próprio sentimento coetâneo de resignação da perda que exprime no atrás transcrito prefácio de *Adosinda* deixa pouca margem a essa hipótese. Nesta base, alvitremos algumas explicações hipotéticas sobre esta inação e consequente incompletude da obra.

Na sua *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, enuncia e teoriza o conhecido estudioso Alberto Ferreira (1973, vol. II, pp. 42-422) o

97 Em 8 de março de 1831, respondia Abreu e Lima (1831, ms.): “Tive a honra de receber a carta de V. E. em data de hoje, em a qual me diz haver entregado, haverá três anos [é uma imprecisão de tempo, como é habitual em Garrett, pois o volume saíra em novembro de 1829!], pela Secretaria desta Legação, para serem presentes a S. M. a Rainha, seis exemplares de um Tratado de Educação que publicara, e para o qual a mesma Augusta Senhora fora servida mandar assinar em Seu Nome, acrescentando V. S. que a não ser nas presentes circunstâncias em que nos achamos a maior parte dos emigrados, em nenhuma outras V. S. se lembraria de ir recordar aos Ministros ou Agentes quaisquer de S. M. uma dívida que lhes esquecesse”.

“enigma garrettiano” do descompasso entre os avançados ideais do pertinaz combatente da liberdade e o que considera ser a relativa moderação do autor do tratado. Problematiza, então, e conjectura eventuais razões: tratar-se-á de um intencional compromisso estratégico, ditado pelo tempo, com as forças políticas do centro para evitar confrontos entre extremos opostos? Estaremos perante um esboço imaturo e por isso desviado do verdadeiro pensamento social, pedagógico e político do autor? Finalmente presume: não decorrerá daqui o facto de o autor nunca ter terminado o livro?

Esta leitura está muito próxima da de Luís de Albuquerque (1978, p. 287) quando compara este escrito com o *Plano de Reforma Geral dos Estudos*. Diz ele: “Quis Garrett arrepiar o caminho que trilhara em *Da Educação*, «esquecendo-se» do segundo volume prometido, e emendando a mão no plano de reforma”?

Reconhecemos lógica e alguma sustentação nestas interpretações. Aliás, trata-se de hipóteses que já haviam tocado autores como o próprio biógrafo Amorim (1881-1884, vol. III, p. 693) que dá mais ênfase ao *Plano* do que ao tratado e o erudito Teófilo Braga (1902, vol. IV, pp. 105-111). Não obstante, consideramos que houve razões de mais aguda pertinência que impediram o autor de completar a obra.

Como sabemos, o nosso soldado liberal do batalhão académico desembarcou no Mindelo em 8 de julho de 1832, dando-se o desastre da perda dos manuscritos pouco tempo depois. Desde este infeliz acontecimento até à sua nomeação para a comissão de reforma e organização da instrução pública nacional, em 2 de novembro de 1833, além da compreensível indisponibilidade psíquica resultante de tão grandes desgostos, não teve Garrett, devido a circunstâncias decorrentes do intenso cruzamento da sua vida com a história da pátria, tempo útil para dedicar à reconstituição do volume nem dos outros escritos sumidos⁹⁸. Entretanto, aquele plano de reforma foi acabado e entregue em abril de 1834, tinha a rainha quinze anos. Ora,

98 Dedicando-se a redigir o primeiro esboço do *Arco de Sant'Ana* que é datado, no manuscrito, de Agosto de 1832, em 18 do mesmo mês e ano foi nomeado vogal de uma outra comissão para redigir um código criminal e outro comercial. Entretanto, partiu logo em novembro numa missão extraordinária às cortes de Londres, Paris e Madrid, tendo cumprido nesse périplo um autêntico exílio – “exílio novo e de nova e desusada espécie!” –, como diz Amorim (1881-1884, vol. II, p.14), tal foi o abandono a que foi votado e a miséria em que viveu. Nesse percurso de má memória andou obcecado com um projeto de escrita de um livro de direito, pensa-se que o *Das Leis Penais* que também se teria afundado, e teria tentado, por pouco tempo, a recuperação do *Magriço*. Chegaria ao país em outubro de 1833. Note-se que terão sido estas mesmas faltas de tempo e de sossego de espírito que o terão impedido de acabar o *Arco de Sant'Ana* (cf. Santana, 2004, p.16).

nesta altura já a destinatária das cartas do primeiro volume, D. Leonor da Câmara, havia sido exonerada por D. Pedro das suas funções de preceptora, em finais de novembro de 1833. Recorde-se, também, que logo em janeiro de 1835, D. Maria desposava o malgrado príncipe Augusto de Leuchtenberg que morreria dois meses depois, consumando logo no início de 1836 um segundo casamento com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota. Ou seja, o tempo e o modo para a obra cumprir a intencionalidade da estratégia circunstancial da sua feitura, que era a de influenciar em tempo próprio a educação da infantil e adolescente soberana, haviam-se esgotado. Paralelamente, Garrett fora-se, naturalmente, inteirando da degradação da sua imagem junto da “triumfante camarilha”⁹⁹ da corte e da influenciável rainha, situação que atingiu o auge na sua afrontosa substituição de encarregado de negócios na Bélgica, em meados de novembro de 1835 (Lima, 1932, p. 19 e nota 1), precisamente por D. Luís da Câmara, sobrinho da ex preceptora, seguramente intrometida na decisão¹⁰⁰. Por isso, tal ambiente e já tão malpropício tempo tornavam a empresa de recuperação da obra, à luz da estratégia conjuntural que servia, desajustada e anacrónica. A sua eventual reconstituição obrigaria a um diferente figurino formal e à recomposição dos próprios conteúdos.

Assinale-se, porém, que a 20 de abril de 1839, Garrett divulgava o programa de publicação das suas obras completas. Prometia dezoito volumes entre os quais dois para o seu tratado *Da Educação!* A gravidade que a iniciativa envolve induz sinceridade na intenção programática. É de facto, ainda nesse ano o projeto começou a ser levado à prática por mediação da casa Bertrand e impressão na Morando, começando, como previsto no prospeto, pela publicação de *Camões*. Assim sendo, o autor ainda equacionaria, na altura, a possibilidade de completar a obra, movido, certamente, pela arreigada

99 Expressão de D. Maria Amália Vaz de Carvalho (1903, vol. III, p. 53) dita como de recorrente uso do duque de Palmela. Teófilo Braga (1905, p. 81) também salienta esta situação.

100 As razões próximas para a escolha recair em Garrett variam em função de quem faz o alvitre, sendo vulgar apontarem-se problemas de mal-estar e alcovitice que a questão dos seus comportamentos e da mulher suscitavam na corte e comentários que o poeta não fez sobre a rainha e a sua circunstância. É ilustrativo o conteúdo seco do bilhete que impôs ao ministro da tutela tal substituição: “Duque de Palmela. – Quero que mande passar o decreto nomeando Luís da Câmara ministro em Bruxelas, e ao Garrett (*sic*) pode-se arranjar em outra parte. = Maria. 11 de outubro de 1835” (Carvalho, 1903, p. 52). A propósito desta troca e da «camarilha» a que atrás se aludiu, recorde-se o retrato comparativo que o ministro belga em Lisboa, Charles Serruys, naturalmente da alta convivência da corte, traça ao seu superior hierárquico das duas pessoas em confronto: “D. Luís da Câmara, frère de l’ancienne gouvernante de la Reine et dont j’ai déjà eu l’honneur de parler est nommé Ministre Résident à Bruxelles. Il sera également accrédité à Cobourg. Vous n’aurez pas un poète, Monsieur le Ministre, il s’en faut même beaucoup, mais un homme sérieux, sage et considéré, comme il convient à la Diplomatie” (*apud* Lima, 1932, p.28). Amorim também costuma insinuar esta ambiência.

crença da educação como remédio dos males da nação e pela ideia que nos anos anteriores à redação deste volume fora acalentando, amadurecendo e trabalhando de deixar herança em tal matéria. Nesta perspetiva, ganha sentido, enquanto expressão tardia deste sentir e das promessas reiteradas mas não cumpridas, a intenção expressa em 1843 de *refundir* o trabalho perdido *por novo método e forma*. A nosso ver, a par da constante ocupação que a militância e a extrema versatilidade¹⁰¹ ditavam, é principalmente nessa refundição que se situa a grande dificuldade da tarefa. Tudo seria mais fácil se também o primeiro volume não estivesse aí. Com efeito, como compagnar, em condições tão díspares, o volume a fazer com o já publicado, de forma a salvaguardar a homogeneidade, a coerência e a unidade da obra em aspetos como os objetivos, o método, a forma e o próprio plano gizado em que ainda faltavam partes como a educação feminina da adolescência à maturidade (Livro Terceiro) e a educação pública dos privilegiados (Livro Quarto)? Claro que não eliminamos deste embaraço alguma eventual interferência da “sombra” do *Plano* de 1834. Há inegáveis diferenças entre os dois projetos, desde as finalidades que servem ao grau de desinibição que ostentam, visíveis na própria linguagem. Nem poderia ser de outro modo. São filhos de tempos pessoais e nacionais distintos. Talhado o *Plano* para servir a vitória já visível da liberdade da pátria, podendo, por isso, adotar a matriz dos avançados projetos e leis da revolucionária Convenção francesa, o tratado nascia no lastro do desencanto, do ceticismo, da revolta contida mas desabafada na *Carta de Múcio Cévola* (1830), de temores e de dificuldades políticas, e num ambiente de receio de “agravar as desconfianças dos tímidos” se nele se autoproclamasse “Alceu da Revolução de Vinte” – como lucidamente confessa em nota da *Lírica de João Mínimo* em 1829 (G., 1966, vol. I, p. 1652) –, na sequência, aliás, da dolorosa crise que antes estilhaçara o otimismo iluminista e que já os poemas *Camões* e *D. Branca* refletiam (cf. Monteiro, 1971, vol. II, p. 246)¹⁰². De qualquer forma, trata-se de uma razão que tem sido claramente empolada, a par do apregoadado descompasso entre o avançado pensamento político e social do autor e a feição pretensamente moderada que teria emprestado ao tratado. O que se segue prende-se com esta problemática.

Tanto ou mais que o estigma de obra inacabada, a ideia que foi sendo construída e difundida de estarmos perante um projeto de cariz menos inovador

101 «Superdotado dispersivo» é expressão que usa Duarte Ivo Cruz (1995, p. 5) na “Nota Explicativa” de Almeida Garrett. Amorim (188-1884, vol. III, p. 319) sublinha muito esta capacidade e há de considerá-lo como o “homem que pertenceu ao maior número de comissões de serviço público”.

102 Cf. Ofélia Monteiro (1971, vol. II, p. 246).

do que seria de esperar do autor e do tempo, tem seguramente feito diminuir as representações valorativas deste livro e quase obliterado a sua existência. Enquadram-se aqui as outras duas questões que nos propusemos analisar: a de saber se estamos perante um tratado de educação de príncipes; e a de analisar a representação que lhe é frequentemente conferida de uma frouxa modernidade.

A perspetiva que lê a obra como projeto de educação de príncipes é a que tem sido mais ativamente difundida e a que tem repercutido mais efeitos nefastos à sua fortuna. Mostraremos como tal perspetiva se situa à margem das suas finalidades, do seu objeto e dos seus conteúdos e porque deve ser considerada como um *tratado de educação geral*.

As circunstâncias genéticas e formais deste projeto de Garrett conduzem, na verdade, a um fácil paralelismo com muitas obras pedagógicas que se orientaram para a educação de príncipes ou da fidalguia. E o certo é que esta configuração se lhe aplicou desde muito cedo, facilitada por uma estranha ocorrência que não tem sido assinalada mas que consideramos muito importante para o caso: confrontando o título da primeira edição, única da vida do autor, com o da segunda, de 1867, ressalta uma diferença: da edição originária, não consta qualquer subtítulo; na segunda, aparece a especificação: *Cartas Dirigidas a uma Senhora Ilustre Encarregada da Instituição de uma Jovem Princesa*. Este elemento novo é arrastado da página em que se dá início às cartas, depois do preâmbulo e da introdução, donde, curiosamente, desaparece.

Se bem que pareça um simples detalhe de arrumação, o certo é que a iniciativa de tal transferência, intencional ou não mas claramente indevida, presta-se a gerar sentidos e a induzir leituras que conduzem àquela configuração, como é fácil perceber. Para cúmulo, todas as edições posteriores adotaram o novo e errado perfil tornando-o regra, difundindo-o e condicionando, naturalmente, juízos e teorizações em conformidade, como foram as do influente polígrafo Teófilo Braga (1984, p. 206). Por isso não podemos deixar de realçar a importância do regresso à matriz originária do título que foi consagrada na edição crítica da obra, em 2009.

É também muito relevante para o esclarecimento da questão ter em conta que estamos perante um tomo que é apenas uma parte de um todo inacabado. Assim sendo, a apreciação desta parte tem que ser feita à luz quer dos fins que globalmente serve, quer dos desenvolvimentos que apresenta e sua conjugação com o plano global. Ora, nem este plano, nem

os fins gerais, nem os desenvolvimentos sustentam interpretações que vaticinem a obra como de educação de príncipes. Vejamos:

Não se pode deturpar a relação da lógica processual de *compreensão* e *extensão*¹⁰³ do livro. Este encara a educação do príncipe como mero segmento que integra a educação geral e como complemento estrategicamente apropriado à circunstância e à situação histórico-política da pátria. E que assim é, prova-o a advertência do próprio autor que até parece prever leituras ínvias: “O meu livro não é um tratado de educação de príncipes, é um tratado de educação geral, que em sua generalidade até essa espécie compreende” (G., 2009, p. 90), advertência que reafirma depois – “A educação é uma só...” – ilustrada com metáforas de zoologia e botânica que percorrem caminhos de uma lógica naturalista de classe, género, espécie e variedade (ibidem, p. 108). Se assim não fosse, como se poderia entender o objetivo da obra como forma de colmatar o vazio da inexistência de um *Tratado Completo de Educação* (ibidem, p. 95) que suprisse lacunas como aquela de que enfermava o livro de Diogo de Teive, que ele evoca, e que se limitava a versejar sobre instituição de príncipes? Ou o resultado que elege para a longa ruminação e ordenação de dados, experiências e estudos que o vivido tempo e profissão lhe haviam proporcionado e que era o da construção do *seu* “tratado geral de educação” (ibidem, p. 101)? Para além do mais, como se aplicaria à simples educação de príncipes o que define como fim geral da educação: “fazer um membro útil e feliz da sociedade” (ibidem, p. 108)? E como interpretar as formulações de *tratado geral* ou *tratado completo* que Garrett usa noutros escritos e em tempos vários quando se refere a esta obra (idem, vol. I, p. 1740 ou Lessa, 1829, 29 de junho, cx 19, ms. 32-2)? E o anúncio da obra como *Tratado Geral de Educação*, por exemplo na contracapa do *Portugal na balança da Europa* (1830)?

Introduzamos um outro elemento de categoria diferente: das doze cartas que compõem este volume, só a última, a mais curta de todas, elege como objeto exclusivo a educação da princesa: “Condições especialíssimas da educação de uma jovem Soberana...”, escreve no sumário. A quinta e a sétima fazem aplicações aos soberanos em geral no que respeita às educações religiosa e moral, respetivamente. Mas estas aplicações perseguem objetivos de um outro alcance. A primeira é, sobretudo, um intencionado e feroz libelo contra a intolerância. Ela cumpre principalmente uma estratégia ideológica de recados direcionados: por um lado, releva a desgraça que

103 Usamos os termos no sentido que lhes é atribuído pela lógica filosófica: conjunto de características e amplitude, respetivamente, de um termo ou conceito.

sempre transportam para o povo a intolerância e o fanatismo religiosos dos que reinam, ilustrando com as histórias estrangeira e nacional e focando nesta modelos a não imitar, como o de D. João III que se deixou subjugar por confessores arteiros e ergueu o vergonhoso “facho exterminador” da nossa inquisição; por outro, veicula uma pungente ameaça à destinatária direta das cartas: que sempre o povo estaria pronto a perdoar a qualquer rei tiranias e opressões, mas que nunca perdoaria aos seus conselheiros e pedagogos de infância: “Sobre vossas cabeças choverão as maldições das gentes se lhes derdes um mau príncipe e «devorador de povos», em vez do «pastor» e guarda que se prometiam” (ibidem, p. 158). Assim, o nosso liberal propunha nesta carta a inversão da nossa história dos últimos séculos (valha a exceção do pombalino D. José!), cometendo ao rei a responsabilidade de vigiar os sacerdotes invasores e usurpadores da jurisdição civil, e não o contrário. O fim da carta exhibe um recado a D. Leonor de uma ousadia temerária. Ultrapassando meros horizontes preventivos, alvitra um exercício de ação curativa a desvios do passado educacional da princesa: “Quanto por mim creio seguro que aos vigilantes olhos de V. Ex.^a não escaparão os defeitos se os houver, no passado, nem falecerá emenda deles no que de futuro resta para completar essa de todas mais importante parte da educação” (ibidem, p. 159).

A segunda aplicação é passageira e tem como ponto crucial a perspetivação da história como perfeição e complemento à educação moral. Porfiando no método moderno e relevando a finalidade que lhe deve presidir de formação de cidadania, introduz tão-só a relativização da escolha dos quadros históricos na educação de príncipes, concedendo-se a esta especificidade uma mera amplificação quantitativa, que não de qualidade.

Passemos à questão da *modernidade*¹⁰⁴:

São diversos os elementos que têm sustentado as leituras menos generosas desta dimensão do tratado. Alguns prendem-se com aspetos que antes percorremos e decorrem de representações por vezes construídas sobre posições não fundadas e análises comparativas despidas de contextos ou à margem da própria objetividade do escrito; outros, porém, ostentam de facto uma inesperada moderação ou até tradicionalismo, como é o caso da educação da mulher. De qualquer forma, seria perverso negar à globalidade da obra uma patente e até corajosa modernidade, temperada por um

104 Para análise mais global e detalhada da *modernidade educacional* em A. Garrett, cf. Machado, 1999.

apropriado realismo que a história também mede como atitude moderna. Aduzimos alguns elementos que dão fundamento a esta realidade.

No plano das fontes, o primeiro aspeto que transparece é o da espantosa erudição do autor¹⁰⁵, tão ao sabor do enciclopedismo iluminista. É certo que muitas das fontes a que recorre são meramente ilustrativas ou circunstanciais, mas não são poucas aquelas sobre as quais, pela frequência de uso e pelo expressivo contributo que abonam, revelam um apreciável conhecimento. Assim é com Plutarco, Locke, Condillac, Montesquieu, Chateaubriand, M.^{me} de Staël e muitos outros. Há dois nomes, porém, que se destacam: o de M.^{me} Campan e o de J.-J. Rousseau. O primeiro serve, principalmente, a problemática da educação feminina através do *De l'Éducation* (1824) e fornece base a vários percursos e citações atinentes a Madame de Genlis, Montaigne, Rollin, Fénelon, Bernardin de Saint-Pierre e Edgeworth; mas é o segundo, sobretudo pelo *Émile*, que proporciona as bases mais estruturantes à teoria educativa que desenvolve, desde os pressupostos, aos fins, ao objeto e aos pilares fundamentais do processo. Acresce que várias das contribuições de outros, incluindo aqui a própria Madame Campan, correspondem a mediações ao cidadão de Genebra. Aliás, algumas das críticas que o nosso pedagogo tece ao pai da educação moderna fazem facilmente adivinhar quanto dele depende. Nesta base reafirmamos hoje que Garrett é, de facto, quem verdadeiramente introduz o pensamento educacional de Rousseau em Portugal (cf. Machado, 1993), o que, só por si, lhe reserva, e a esta obra em particular, um lugar proeminente no panorama pedagógico português encarado sob o prisma da inovação e a categoria da modernidade.

Percorramos, entretanto, alguns vetores da *teoria educativa*.

Retomando caminhos já trilhados no campo da literatura, Garrett reafirma aqui a importância da educação nacional: “Eu tenho que *nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional*. Nem o próprio «cidadão de Genebra» era capaz de educar bem um cidadão estrangeiro” (ibidem, p. 95)¹⁰⁶.

É interessante constatar que este tem sido um dos aspetos mais deturpados e interesseiramente usados do seu ideário educacional. Ora, bastaria complementar tal princípio com o que enuncia no prefácio à segunda edição de *Adosinda* – “Nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular” (idem,

105 Com mais de cinco centenas de usos onomásticos, cerca de 330 são diferentes.

106 Esta é uma das considerações que Rousseau inclui no curto prefácio ao *Émile*. Certamente que Garrett a tem presente quando faz esta afirmação.

1966, vol. I, p. 1745) – e que repete, em fórmula mais desenvolvida, na introdução ao *Romanceiro*, ou então segui-lo no que foi a construção do seu ideal romântico, para verificar que não cabe neste pressuposto qualquer marca de nacionalismo retrógrado ou xenófobo, mas que nele segue apenas a doutrina que as Luzes há muito haviam ditado e que os périplos europeus do próprio haviam amadurecido. Com efeito, na perspectiva do cidadão português, a nacionalidade não anula a universalidade, nem a pátria a humanidade, nem a formação de cidadãos é incompatível com a formação de homens. Diga-se, em abono, que também esta relevância do nacional foi lição reconhecida do seu mestre Jean-Jacques que a explanou repetidamente pelo *Émile*, pelo *Discours sur l'Origine et les Fondemens de l'Inégalité* ou pelas *Considérations sur le Gouvernement de Pologne*¹⁰⁷. É sob este paradigma tão representativo da moderna realidade europeia que o nosso autor considera que educar portugueses com modelos estrangeiros não caberia em qualquer boa educação, da mesma forma que desprezar os ensinamentos das obras, das escolas e dos sistemas estrangeiros, apropriando-os aos nossos costumes e circunstâncias, seria igualmente insensato. Universal e nacional cruzam-se construtiva e abundantemente nos escritos e no pensamento de Garrett, como se cruzaram, também, na sua vida.

Que a criança é *ser em desenvolvimento*, é princípio nuclear da modernidade educativa e é uma das mais emblemáticas criações de Rousseau. Pois bem, é pressuposto que atravessa todo este tratado e que culmina na edificação da *autonomia* do ser, outro dos cânones mais inovadores da nova educação. Mas fixemo-nos na importante questão do *método*, alavanca determinante do paradigma iluminista. Aqui as lições vêm de muitos lados, mas principalmente de Montaigne, de Locke, de Rousseau e de Condillac. Verbera com persistência as inutilidades da abstração, a metafísica das ideias inatas, o dogmatismo da ciência certa, a dedução da síntese universalista, enfim, esses «métodos das trevas», expressão que recolhe do abade francês. A regra de ouro é assim dita neste livro: “A análise é o método da natureza; há de vir com a força da razão e da experiência” (idem, 2009, p. 115). Antes

107 No *Émile*, foca o tema logo no prefácio, onde releva os contextos nacionais na organização educativa; no *Discours*, fá-lo também desde o início da dedicatória do livro à sua saudosa República de Genebra; fazemos ilustração com o último escrito pela afinidade que apresenta com o quadro de Garrett. Diz o genebrino: “L'éducation nationale n'appartient qu'aux hommes libres; [...] A vingt ans un Polonois ne doit pas être un autre homme; il doit être un Polonois. Je veux qu'en apprenant à lire il lise des choses de son pays, qu'à dix ans il en connoisse toutes les productions, à douze toutes les provinces, tous les chemins, toutes les villes, qu'à quinze il en sache toute l'histoire, à seize toutes les lois, qu'il n'y ait pas eu dans toute la Pologne une belle action ni un homme illustre dont il n'ait la mémoire et le cœur pleins, et dont il ne puisse rendre compte à l'instant. [...] Ils ne doivent avoir pour instituteurs que des Polonois...” (Rousseau, 1959-1995, t. III, p. 966).

havia sido ainda mais radical, a propósito da depreciação feita aos incompreensíveis espiritualistas, com Kant em primeira fila: “No físico e no moral não há já hoje ciência verdadeira senão a experimental” (ibidem, p. 109, nota 2). Nestes enunciados purgados de qualquer peia de tradicionalismo e distanciados de qualquer moderação fará Garrett caber todos os saberes e todo o ensino, não concedendo exceção às artes (música, poesia, eloquência e outras) nem mesmo à religião que perfila como natural: “Das obras da criação se deve ir subindo até o Criador, dos benefícios da redenção ao Redentor” (ibidem, p. 115). Trata-se, afinal, de teorizações que o próprio exercitará em ações de pedagogia prática, como foi no *Curso de Leituras Públicas de História* ou até nas *Viagens na minha terra*.

Consideremos agora alguns elementos atinentes ao objeto:

Garrett concede uma enorme importância, na pegada do naturalismo e sob a tutela de Jean-Jacques, ao corpo e ao princípio da *educação negativa*, se bem que arvorando-se em corretor do próprio mestre sobre o que considera serem utopias ridículas e naturalismos perniciosos. No campo da educação moral, mantém e alarga esta tutela a outros enciclopedistas, veiculando ditames de construção de cidadania e moldando a educação religiosa ao quadro da religião natural servida por uma metodologia “que os sentidos sentem” e “que a razão fácil concebe” (ibidem, p. 150), conforme fé professada pelo Vigário de Saboia que tanto exasperou o arcebispo de Paris. No mesmo sentido lerá a história, “curso experimental da ciência da vida” (ibidem, p. 160), fazendo a todo o momento emergir o princípio tão caro às Luzes da inseparabilidade entre a moral e a política (ibidem, pp. 181-182)¹⁰⁸.

Não é vulgar encontrar controvérsia no reconhecimento do teor avançado destas ideias. O consenso esbate-se, porém, quando entramos no capítulo da educação intelectual. Aqui, o pecado mais aludido prende-se com a organização desta segundo pressupostos considerados como de diferenciação seletiva, o que arredaria o escrito, neste ponto, da galeria dos mais corajosos e inovadores.

Costumam aduzir-se, neste julgamento, algumas razões teóricas vigoradas com exercícios comparativos feitos por alguns estudiosos. Contudo, alguns dos julgamentos mais críticos apresentam-se claramente sob padrões de

108 Sobre a importância e consequências deste pressuposto em Rousseau, cf. Fernando Machado (2000, Parte I, cap. IV).

um pensamento idealista e eivados de radicalismo metafísico. Qualquer análise objetiva mostra que não é apoucada neste vetor a modernidade da obra. Vejamos:

Uma das sentenças que têm alimentado mais controvérsia é esta: “Em qualquer grau da sociedade que nos ponha a sorte, todos carecemos de educação intelectual, mas nem todos *igualmente*” (ibidem, p. 116). Repare-se, porém, que logo se desfazem dúvidas de leitura com a consagração do princípio da *educação universal*, o que, na época, não deixa de ser ousado: “A humilde cabana do pastor não se deve fechar mais às bênçãos da educação intelectual do que o palácio dos reis” (ibidem, p.39). Faz é variar a latitude. Tenha-se em conta que a progressista Constituição de 1822 não o consagra aquele princípio, que a *Carta* de 1826 apenas prescreve a gratuidade da instrução primária (art. 145, n.º 30), e que mesmo as legislações de Rodrigo da Fonseca (1835) e de Passos Manuel (1836) não o consagram senão como imperativo de obrigatoriedade moral. E se quisermos ler a segunda parte daquela sentença pelo prisma do realismo, bastará verificar que ainda hoje está longe de ser cumprido o desiderato consagrado na primeira! E não há dúvida que o nosso pedagogo encarava a sério aquele princípio de universalidade educativa, como se pode constatar pela nota aposta à primeira parte daquela sentença: “Até o «cidadão de Genebra» aristocratizou nesse ponto”.

Mas analisemos mais de perto o “nem todos *igualmente*”:

A partir do grau da instrução básica *universal* que se gere por imperativos de *necessidade*¹⁰⁹, Garrett perfila mais dois níveis de ensino a serem frequentados por destinatários que neles se enquadrarão segundo princípios de *necessidade*, de *utilidade* ou de *ornamento*, casuisticamente hierarquizados por critérios de *sexo*, de *aptidão*, de *estado social* e de *destino futuro*. Assim, cada matéria destes dois últimos ciclos funcionará para uns como absolutamente *necessária*, para outros como útil e para alguns como simples *ornamento*. As línguas vivas, por exemplo, enquadradas no segundo nível, mostram-se *necessárias* a quase todas as classes por imperativos do estado evoluído em que se acha o mundo, tornando-se úteis a progressões e a muitos desempenhos profissionais e sociais de outras, ou de simples

109 Tomemos o exemplo da aritmética que faz parte deste primeiro nível: “A aritmética é o rudimento imediato da educação elementar. [...] A extensão com que esta importante parte dos conhecimentos humanos deve ser ensinada depende das circunstâncias do educando. O que sobeja a um não bastará a outro, mas decerto a *nenhum* [é nosso o realce] pode dispensar absolutamente de aprender, nem sexo, nem posição social, nem aptidão” (G., 2009, pp. 32-33).

ornamento quando servem esmeros de erudição ou de cultura literária. Da mesma forma a história, a geografia, a astronomia, o direito ou a economia política, que quase sempre cumprem *necessidades* ou *utilidades*. Já áreas como as artes ou mesmo as ciências físicas descritivas (geologia, botânica, zoologia, anatomia...), analíticas (física, química, fisiologia...) ou aplicadas (medicina, agricultura, arquitetura...), que dão conteúdo ao terceiro ciclo, servem principalmente de *ornamento* a quem as não usa como profissão (*necessidade*) ou a quem, por estatuto ou exercício sociais ou funcionais, o seu desconhecimento é visto como *défice* (*utilidade*). Aqui está uma vertente onde o cidadão do Porto desmerece o já longínquo espírito da *Encyclopédie* que projeta para estes saberes um crédito mais compatível com o tempo.

Não temos dúvidas de que a ausência de critérios hierarquizantes eliminaria todos os prenúncios seletivos. Aliás, alguns dos indicados deixam, de facto, combalido o princípio da igualdade e refletem postura conservadora, como é o caso da discriminação sexual. Note-se, contudo, que Garrett não visa com tais critérios impedir acessos ou sugerir discriminação de públicos, mas tão-só classificar funcionalmente os conhecimentos por petição pragmática a que não era alheia, naturalmente, a realidade socioeconómica do país. Esta realidade compreende-se melhor se tivermos presente a globalidade do plano da obra. Com efeito, na *Educação Pública propriamente dita* que havia de dar objeto ao Livro IV, fazia figurar, ao lado da *Educação de privilegiados*, a *Educação de órfãos e desamparados* e a *Educação das classes inferiores*, esta última por conveniência e por justiça, já que se em favor do Estado se estabelecia a desigualdade de fortunas e de classes, ao Estado incumbiria, em retribuição, “melhorar a sorte dos menos favorecidos” (ibidem, p. 100), não se sugerindo limitações especiais. Ora, neste campo, estamos muito para além do iluminismo enciclopedista de Voltaire ou de La Chalotais que incluíam no princípio da conveniência social o desvio das classes baixas da instrução pública, ou de Kant que via esta como tarefa inoportável para o Estado¹¹⁰.

Clara é, também, a modernidade do plano curricular que apresenta. Não apenas pelo conjunto de saberes que o compõem, mas pela forma como os concebe, como lhes lê a utilidade social, como os expurga de formalismos e abstratismos, como metodologicamente encara a sua construção e ensino.

110 Voltaire exultou de contentamento quando viu que La Chalotais (1763, pp. 25-27) não previa no seu plano para a assembleia francesa a educação para todos; da mesma forma, Kant (1794, pp. 85-86) considerava como naturalmente impossível a educação pública para todos face às despesas inoportáveis que daí adviriam para o Estado.

Veja-se como ele define a quase sempre fastidiosa gramática, que passa a ser ciência das palavras em vez de alfobre de regras, entendidas aquelas como sinais de ideias que, por sua vez, mergulham na realidade do mundo e das coisas; ou então como encara a evolução criterial das línguas vivas, como vimos atrás.

No meio desta claridade com salpicos de contenção quase sempre ditada pelo pragmatismo, reconhecemos os teimosos labéus da educação e do papel da mulher. Na verdade, o autor de *Folhas Caídas* e de *Flores sem Fruto* preferiu aqui ater-se aos conservadores modelos de Rousseau e de Madame Campan em vez de aderir a outros bem mais modernos como o de Madame d'Épinay que há muito seduzira a Europa pela inovação nesta área. Mesmo na sua pátria, Garrett ficava muito aquém de projetos mais antigos. Até Verney (1959, pp. 123-149) já fixara, em tempos bem mais recuados, caminhos muito mais avançados e inovadores, o mesmo acontecendo com Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1823, p. 12)¹¹¹. Ambos franquearam a instrução pública às mulheres porque útil e *necessária*. No nosso enamorado poeta, a mulher do *Toucador* que faz as delícias, adoça a amargura e afaga a existência do homem; a de *Helena*, de feliz ignorância e inocência que quanto mais sabe mais erra; a da própria filha Maria Adelaide que ele não queria para doutora; a das *Viagens*, linda Joaquina sem boquinha gravezinha e espremidinha pela doutorice; a da *Memória Histórica* da Duquesa de Palmela que encontra a mais dourada auréola na encarnação da matrona romana e nas virtudes de filha, esposa ou mãe... dão, de certa forma, perfil a esta do tratado. No caso da pequena rainha vai até mais longe. Sobrepondo a situação de soberana à de filha, esposa e mãe, funde a fêmea no varão para ser educada e instruída como este. Assim o exigia, a seu ver, a lei e a nação. Enfim, nem nos poetas há perfeição sem mancha! Também não a houve em Rousseau que não deixou, por isso, de ser o grande construtor da educação moderna.

Sintetizando, podemos dizer que os reduzidos espaços que concede à educação específica da rainha e à de príncipes são segmentos circunstanciais de estratégia que não quebram o fio nem escondem o programa de *educação geral* que dá objeto à obra. Por outro lado, mesmo no espaço que dedica à educação de príncipes, Garrett cumpre, de forma expedita e com mestria, o seu projeto vital de intervenção doutrinária e de cidadania ativa e livre, acautelando histórias passadas inconciliáveis com uma governação liberal.

111 Falamos de *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*, Paris, A. Bobbé, 1823, p. 12.

2.2. Fortuna da obra

Não fossem os aziagos acasos que atingiram a obra e algumas circunstâncias e obstáculos que têm acompanhado o percurso do volume que restou e teria ganho muito a minguada história do pensamento pedagógico português. Não foi assim, todavia, e disso se tem ressentido o livro, como se pode constatar pelos diminutos níveis de difusão e divulgação conseguidos e pelos ecos repercutidos.

Tracemos um breve quadro desta realidade.

Garrett manifestou sempre um grande apreço por este tratado. Desde logo, no fim da introdução que lhe fez, onde mediu o seu merecimento pelo alongado tempo que lhe devotou e pelos avultados gastos que do seu magro orçamento nele consumiu. Depois continuou a conceder-lhe noutros espaços generosas qualificações, desde “fonte de instrução e de ciência, e modelo de linguagem”, na fórmula do *Prospeto*, em 1839 (G. 1966, vol. I, p. 601), onde arrola também para si, pelo artifício da pena alheia, os altos epítetos de *casto e profundo escritor, erudito, filósofo e mestre da nossa bela língua*, a “O longo e mais sério trabalho que por esse tempo empreendi”, na do prefácio da segunda edição de *Adosinda*, em 1843 (ibidem, p. 1740)¹¹². Neste mesmo ano, na “Autobiografia”, irmanará em subidas valorações este tratado e o *Magriço*, se bem que com plena consciência do alcance das respetivas incompletudes: “[...] duas notáveis obras, que talvez seriam, se chegasse a acabá-las, os seus mais distintos títulos literários” (idem, 1904, vol. I, p. XLI). Antes dera aí eco da sua importância e seriedade ao considerá-lo filho “de longos estudos e profundas meditações”, além de o munir de “estilo que todos admiram” (ibidem, p. XLIII-XLIV).

Este subido autorreconhecimento haveria de encontrar paralelo no esforço feito para difusão da obra, sobretudo no seu período inicial. Todavia, a longínqua e depauperada situação de exilado e o ambiente censório da pátria dificultaram, sobremaneira, esta tarefa.

A divulgação impressa foi escassa, mas terá sido a possível. Recordamos a do folheto de quatro páginas a cuja distribuição alguns periódicos, como o

¹¹² Atente-se que esta foi, de facto, uma época de férteis criações e produtividade. Além da edição de *Adosinda*, em 1828, Londres foi também, em 1829, sede da edição da *Lírica de João Mínimo*, do célebre poema *A Lealdade em Triunfo ou a Vitória da Terceira*, do trabalhoso periódico *O Chaveco Liberal*, de que saíram 17 números, do elogio fúnebre de Carlos Infante de Lacerda, barão de Sabroso e, em 1830, do *Portugal na Balança da Europa*, da *Carta de M. Cévola* e da segunda edição de *Catão*.

Correio dos Açores (1830), davam cobertura¹¹³, e a que figurava nos anúncios exibidos em obras do autor¹¹⁴. Por isso, recorreu-se sobretudo às velhas estratégias do trato direto e das redes pessoais. Terá sido através de trato direto, ainda em tempo de boas graças e afetiva relação, que o próprio conseguiu a assinatura da juvenil rainha para seis exemplares do livro, facto que daria origem ao melindroso episódio já referido do “calote” régio¹¹⁵. No que respeita às redes, o destaque das mediações cabe por inteiro ao indefetível amigo, também exilado, José Gomes Monteiro. Logo em 20 de novembro de 1829 lhe enviava doze exemplares do livro com recado de os tentar passar conforme pudesse, ao mesmo tempo que lhe pedia uma lista de subscritores; em 15 de abril do ano seguinte pedia-lhe que providenciasse uma lista de negociantes e pessoas portuguesas por ali estabelecidas para ele próprio diligenciar algumas assinaturas; pouco depois, rogava-lhe que se valesse dos conhecimentos que tinha para recomendar a obra a gente do Porto, sugerindo que o ricoço Stritt assinasse dois ou três exemplares: “Faça esse milagre, meu santo Monteiro, que pode” (ibidem, pp. 1393-1394). Os proventos desta azáfama que contemplava outras obras coevas visavam, tão só, garantir os gastos de impressão já que, como ele confessa e se sabe, “[...]muito é se em livros portugueses se não chega a perder” (ibidem, pp. 1391-1392). Todo este esforço decorria do minguado subsídio de 8 libras mensais que recebia como exilado já de si exíguo para doenças e sustento próprios e da mulher¹¹⁶.

Apesar de limitada, esta rede foi funcionando. Chegou a haver encomendas do Brasil (ibidem). O recurso à personalização, se bem que moroso e

113 Eis o texto referente ao tratado no folheto que acompanhava o jornal: É obra que foi honrada com a assinatura de *SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA*, e a primeira e única que apareceu até'gora na língua portuguesa sobre este assunto. O autor reuniu, como em quadro, o melhor que anda disperso pelos inumeráveis volumes que tratam de tão importante matéria, juntando-lhe suas próprias observações, e apropriando tudo aos costumes e hábitos portugueses. Dividiu a educação em suas três espécies, do corpo, do coração e do espírito; procurou assinalá-las bem; e desde a infância até à idade perfeita levou o educando por todas elas, passo a passo. Londres 1829. – Edição rica, em papel superfino, e elegantíssima – Preço £ 1.

114 A edição londrina do tratado divulga 4 livros - *Camões*, *D. Branca*, *Adosinda* e *Lírica de João Mínimo* – e um folheto, *A Vitória da Terceira*. Os volumes cotavam-se a 6 xelins e o panfleto a 1 xelim, sendo que a compra conjunta dos quatro ficaria por 1 libra. Se a estes se juntasse o *Da Educação*, o preço subiria para 1 libra e 10 xelins. O tratado era, então, mais caro que os outros.

115 Ver nota 97.

116 A dada altura pede ao amigo Monteiro a quantia de 16 libras como adiantamento contra dois recibos deste subsídio, como se confirma com o aviso da sua receção em 9 de junho de 1831 (G., 1966, vol. I, p. 1398). Aliás, este subsídio era muito menor no início, pondo Gomes de Amorim (1881-1884, vol. I, p. 522) a hipótese de o aumento ter decorrido das funções de adido à embaixada portuguesa que entretanto começou a desempenhar.

paulatino, proporcionava também algumas vantagens: garantia persistências¹¹⁷, potenciava eficácia e despertava empenhos¹¹⁸ e proporcionava novas e interessantes relações e contactos que, naturalmente, ampliavam a rede de difusão da obra e de divulgação do autor¹¹⁹. Mas isto não deve iludir a realidade: a disseminação do volume ficou muito aquém do desejável e, certamente, do previsto pelo próprio Garrett.

O mesmo se pode afirmar das representações que o livro gerou. Também aqui se havia de cumprir a justeza de análise que o autor fez quando, ao encontrar na nossa pequenez territorial, na pobreza do país, no despovoamento e no défice educacional as causas estruturantes do nosso desnivelado posicionamento europeu, leu a última situação como a mais difícil e a mais lenta de emendar. Outros analistas do século, como D. António da Costa (1871) ou Manuel de Medeiros Botelho (1872), haviam de confirmar tal leitura (cf. Machado, 1993, pp. 99-100). Mas, evoquemos a catalogação que já em 1881 o esforçado biógrafo de Garrett fez das reações à obra:

A aparição do livro despertou, como era de supor, a curiosidade de uns, o desdém de outros, e talvez que o ódio de não poucos. A obra, apesar de incompleta, continha excelentes princípios, ideias sãs, e lições proveitosas para todos que por ela se guiassem na educação da infância. Era, sobretudo, liberal, e feita por um patriota sincero. Mas estas duas circunstâncias foram as que logo adquiriram mais inimigos ao autor e ao livro (Amorim, 1881-1884, vol. I, pp. 492-493).

Parece-nos apropriada e realista esta tipificação, se bem que reformulando relevâncias. Além da curiosidade, não será descabido alargar o âmbito à

117 Lembramos o caso do amigo deputado e depois diplomata, visconde de Moura (1841, ms. 34-3), que lhe perguntava de Londres, em carta de 26 de junho de 1841, como havia de continuar a receber aí as suas obras de que era assinante em Lisboa.

118 Assim foi com o barão de Almeirim (1839, ms 2) em carta de 27 de maio de 1839. Ao mesmo tempo que agradecia ao autor a receção do *Prospeto* da edição das obras e garantia a sua assinatura, dispunha-se a angariar outras.

119 Damos o curioso exemplo do conde do Funchal (1831, ms 25-1), Domingos de Sousa Coutinho, então embaixador de Portugal em Roma. Escrevia a Garrett em 5 de janeiro de 1831 dizendo nunca ter tido a fortuna, que se lembrasse, de o ter conhecido sequer de nome "antes da carta que me escreveu e do interessante *Tratado Da Educação* cujo primeiro volume recebi". Louvava, então, o pedagogo por ter sido o primeiro a dar atenção ao documento *Instruções ao Núncio que foi a Portugal no tempo do Sr. Rei D. João III* (cf. G., 2009, pp. 235-236, nota Rr) e premiava-o, por isso, com a oferta de dois exemplares conformes com o manuscrito original italiano. Lastimava, também, o que ficara a saber pela obra recebida sobre já não se conseguir encontrar a edição portuguesa dos *Princípios Matemáticos* de José Anastácio da Cunha, ousando lançar a ideia de uma reimpressão do livro em França, onde os preços seriam mais em conta do que em Londres. Enfim, Sousa Coutinho só se esquecia de fazer referência à temática central da obra que acabara de ler!

simpatia, à admiração, ao reconhecimento e até ao louvor. Basta evocar alguns biógrafos ou tratadistas da educação do tempo até aos dias de hoje, como Domingos Fernandes que elogia o teor e a forma do tratado e que o valoriza como um monumento e como o primeiro no género em Portugal. Lastimando a perda da outra parte no naufrágio, atiza curiosidades e incita divulgação escrevendo: “É pena que obras destas não cheguem ao ponto que imaginam os homens ousados e talentosos como era Almeida Garrett, mas esse só volume, fornece-nos força para dizermos que já possuímos um tratado d'educação” (Fernandes, 1873, p. 128). Seguirão idênticas apreciações abonatórias autores como Ferreira Deusdado (1995, p. 363) que, no seu incontornável *Educadores Portugueses* (1909), encara o escrito como “[...] um dos mais preciosos exemplares da nossa literatura pedagógica” da qual fixou a nomenclatura com elevado rigor de conceitos e pureza de linguagem, tecendo-lhe outras loas; o professor e inspetor Alves dos Santos (1913, pp. 5, 56 e 57) que nomeia o livro como “monumento pedagógico”, “magistral tratado”, e “*a melhor obra pedagógica [...] e a mais genuinamente portuguesa [...] de quantas, até hoje, se têm elaborado e publicado em Portugal*”, ao mesmo tempo que lamenta ter apenas ficado construído o pórtico de tal monumento; ou, mais nos nossos dias, nomes como Feliciano Ramos (1962), Rafael Ávila de Azevedo (1968), Cruz Malpique, etc. São posturas episódicas portadoras de famas que a história da obra pouco confirma.

Quanto a ódios, sabe-se que foi *O Dia Vinte e Quatro de Agosto* aquele que lhe granjeou mais e mais duradouros por invejas e calúnias de muitos que “(...) rugiram atrás dele até à sepultura” (Amorim, 1881-1884, vol. III, p. 701) e depois¹²⁰. E embora este tratado também lhes não escape, não nos parece ser este o sentimento que mais o persegue. Não! Este escrito é dos que mais flagrante e estranhamente concitaram o *desdém* e a “indiferença pública”, como ele lhe chama e que considerou o pior mal que a uma obra sua poderia acontecer, pior ainda que a sepultura no lodo de um qualquer rio (G., 1966, vol. I, p. 1742).

Delineemos alguns percursos da sua fortuna:

Difusão e recepção são duas das formas mais fiáveis e evidentes para se poder apreciar a sorte de um livro. Uma das medidas usadas para estimar a primeira é a frequência e amplitude das suas edições. Sobre a amplitude,

120 O biógrafo relata: “Quarenta e tantos anos depois, quando Garrett estava já morto havia doze, e por ocasião de noticiarem os jornais que o autor destas memórias as tinha quase concluídas, foi-lhe enviada pelo correio uma carta anónima, insultando o biógrafo e a memória do biografado, e aludindo ao citado opúsculo com grande rancor” (Amorim, 1881-1884, vol. I, p. 211 e nota 2).

não é difícil descortiná-la. As circunstâncias de exílio e a relativa raridade de volumes que se encontram da primeira edição mostram a sua exiguidade. Fixemo-nos na frequência.

É elucidativo constatar que a única observação que consta no *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva (1859, vol. III, p. 314) sobre a obra seja: “O prometido tomo II nunca se publicou”. É já no parágrafo relativo ao *Portugal na Balança da Europa* que aparece uma segunda: “Tanto esta como a antecedente estão hoje sendo raras, e os exemplares vendem-se por subidos preços”. Inocêncio escrevia cinco anos depois da morte do nosso pedagogo. E se nesta altura o preço do livro já estava empolado, poderemos afirmar que o seu circuito normal de oferta foi inexistente pelo menos por cerca de uma dezena de anos, já que a segunda edição apenas apareceu em 1867, trinta e oito anos depois da primeira que saíra em Londres. A terceira esperaria menos tempo.

Eis como constam:

Da Educação / por / J.-B. da S. L. de Almeida Garrett. / Livro Primeiro, / Educação Doméstica ou Paternal. / Londres: / Em Casa de Sustenance e Stretch, /14, Percy Street, Rathbone Place, / MDCCCXXIX.

[Obras / do / V. de Almeida-Garrett. / XX / *Da Educação*]

Da Educação / *Cartas Dirigidas a uma Senhora Illustre Encarregada* / *Da Instituição de uma Jovem Princeza* / Pelo / Visconde d’Almeida Garrett. / 2.^a Edição / Porto / Em Casa da Viuva Moré – Editora / Praça de D. Pedro / 1867.

[Obras / do / V. de Almeida-Garrett. / XX / *Da Educação*]

Da Educação / *Cartas* / *Dirigidas a uma Senhora Illustre, Encarregada* / *Da Instituição* / *De uma Joven Princeza* / Pelo / Visconde de Almeida Garrett / 3.^a Edição / Porto / Ernesto Chardron, Editor / 1883.

Este quadro faz-nos facilmente entender que nem as apoquentações dos leitores foram acentuadas, nem as apetências dos editores pelo livro foram muito atiçadas, apesar do sonante nome do autor. Não foi assim com outros livros seus, como se sabe. E mesmo tendo em consideração que tudo evoluía muito lentamente em Portugal em matéria de interesse pelas coisas da educação, não pode considerar-se venturosa a história de um projeto filho

de tanto tempo de estudo e de trabalho. Nesta base, cabe aqui a observação que sobre esta realidade fez José Osório de Oliveira (1952, p. 66) quando afirma: “Apesar de conter a semente de muitas ideias novas em pedagogia, quem se importa com esse fruto”?

As edições seguintes respondem a contextos comemorativos: centenário do nascimento (1899) e quinquentenário da morte (1904), da responsabilidade de Teófilo Braga. Curiosamente, a Empresa da História de Portugal apresenta a de 1899 como terceira edição, esquecendo a de Ernesto Chardron, de 1883. O equívoco segue a omissão sistemática que as várias listas bibliográficas e séries cronológicas das edições das obras de Garrett, organizadas por Teófilo Braga, apresentam. A grande edição ilustrada, de Teófilo Braga, em dois volumes, desmultiplica-se em 28 volumes autónomos, correspondendo o XX ao *Da educação*. Entretanto, a última divulgação do escrito integra o volume *Escritos Diversos / Da Educação*, correspondente ao terceiro das *Obras Completas* da responsabilidade do Círculo de Leitores (Lisboa, 1983)¹²¹, quinze anos após a da Lello & Irmão, *Obras de...* (1966, vol. I). Assim, a edição crítica de 2009 foi a única, em volume autónomo, dos últimos 119 anos!

Esta acentuada míngua editorial repercute-se e tem paralelo na escassez dos ecos que o livro suscitou. Mesmo Gomes de Amorim foi poupado no espaço que lhe concedeu nas *Memórias Biográficas*. Não deixa de ser sintomático ter-se quase esquecido da dimensão educacional do biografado, quer na grandiosidade de perfil com que o apresentou no início da obra, quer no epílogo final em que fixa os maiores méritos do cidadão e do escritor. Assim será, também, com o importante divulgador Alberto Bessa (1903), secretário da *Sociedade Literária “Almeida Garrett”*. Na edição biográfica especial com que homenageia o homem por quem teve tanta admiração, apenas faz menção à data de aparecimento do “valioso” tratado, em novembro de 1829, e omitiu-lhe qualquer referência em, *Garrett Dia a Dia – Efemérides Garretianas*.

Este alheamento repete-se noutros nomes e em diferentes tempos, desde Mendes Leal a Anselmo Vieira ou até ao incondicional admirador, incansável estudioso e arquivista militante das coisas de e sobre Garrett, Henrique de Campos Ferreira Lima. Este militar e bibliófilo que criou possibilidades excepcionais à investigação e conhecimento do nosso autor não nos oferece qualquer eco relevante nesta matéria. Refere-se ao tratado algumas vezes, mas

121 O volume conhecerá reimpressões em tempo curto e com número significativo de exemplares. A primeira indica vinte mil e a terceira sete mil.

raramente ultrapassa o título e a datação, curiosamente com esta por vezes equivocada, fazendo-a constar como sendo de 1830 em vez de 1829. Uma das exceções mais notadas é a do registo que faz do enigma da substituição, pelo próprio Garrett, da primeira folha das Cartas (Lima, 1917, pp. 9-10), em retoma de problemática versada já por Teófilo Braga e Gomes de Amorim.

Neste sumido panorama, queremos realçar, todavia, pelo elucidativo significado que transmite, o caso do influente Teófilo Braga. Na importante *História do Romantismo em Portugal* (1880), entre subidas loas que tece ao literato, escreve o seguinte, em tirada única, sobre esta obra:

A jovem rainha D. Maria da Glória era como a dama dos pensamentos dos voluntários liberais, e na preocupação deste pensamento Garrett empreendeu e publicou em Inglaterra um livro ou Tratado de Educação, destinado a uma princesa. O livro é pueril, e sem ciência pedagógica; a falta de filosofia no critério do autor é suprida por muita religião e muita moral em frases vagas e com citações autoritárias. Tratando da educação científica, Garrett apresenta também uma classificação das ciências, base de uma metodologia, abaixo do que já então se conhecia de Bacon ou de d'Alembert (Braga, 1984, p. 206).

São patentes a ligeireza e as várias inverdades destas palavras. Delas e doutras levianas irreverências se penitenciará alguns anos mais tarde ao desdizê-las e considerá-las como efeito de receções inconscientes colhidas de outros (idem, 1905, pp. 665-666). O certo é que, mesmo desmentidas, afirmações destas deixam rasto fundo e induzem paradigmas de opinião.

Também não vinculará qualquer positividade à obra no artigo inserto na publicação da Associação da Imprensa Portuguesa que homenageou o “reformador” do jornalismo português. O tema prometia: “Garrett e a Instrução Pública”. Aí assinalou Teófilo o que mais conhecia e admirava no homenageado; mas não deixou de lastimar o que se desconhecia, concretamente a sua profunda capacidade pedagógica, propondo-se, então, percorrê-la. E fê-lo, de facto, patenteando a extensa e avançada modernidade que nessa área demonstrou e verberando aqueles reformadores que intencionalmente o espoliaram dessas suas ideias simulando desconhecê-las, ao mesmo tempo que o aclamavam como poeta! É um trecho de generoso reconhecimento do pedagogo. Só que do tratado nem uma palavra disse, articulando todo o discurso à luz do *Plano de Reforma Geral dos Estudos*. O mesmo rumo trilharia noutros escritos. Desta forma, um dos maiores construtores de opinião dos séculos XIX e XX e um dos mais relevantes difusores e

divulgadores de Garrett elidirá dos seus estudos e análises qualquer mérito desta obra.

Das muitas outras fontes que consultámos neste campo, concedemos algum privilégio aos periódicos por se nos afigurarem como passíveis de maior fecundidade. Nesse âmbito, percorremos uma parte significativa da impressionante base de dados de recortes que o meticoloso Ferreira Lima coligiu e que se apinham nas muitas caixas que têm sede na sala de seu nome na faculdade de letras de Coimbra; compilações de especificidade garrettiana, soltas ou em volume; e periódicos diversos. Diga-se, desde já, que os ecos do rastreio foram poucos e de pouca monta. Daremos conta de alguns como ilustração sintomatológica de frequência, de conteúdos e de sentido.

Das várias caixas que compulsámos da recolha de Ferreira Lima, apenas respigámos raros, curtos e pouco significativos extratos ou evocações da obra. Situámos casos sobre a educação da mulher (*O Liberal*, 7/1/1901); a importância da história enquanto complemento à educação moral e como curso experimental da ciência da vida (*O Popular*, 15/1/1901); sobre os banhos e a pertinência das perguntas das crianças (*O Provinciano*, 22/2/1901); uma série de citações escolhidas por um *Ignotus* atinentes à problemática dos professores estrangeiros sob a epígrafe da conhecida sentença: *nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional* (*Heraldo* (3/4/1911). Pouco mais merece menção. Tenha-se em conta que esta “Garrettiana” inclui recortes de imprensa local, regional, nacional e estrangeira.

A segunda categoria não foi muito mais fértil. A seleta *Garrettiana – Divagações e Transcrições* (Figueira da Foz, imprensa Lusitana, 1899) fornece-nos padrão do campo. Das *Transcrições*, numerosas e de variados periódicos, são poucas e de simples prescrição biobibliográfica as que fazem alusão ao livro. Quanto às *Divagações*, assinadas por A. Fernandes Tomás, apenas é evocado o *Da Educação* através da sua terceira nota de rodapé mas por razões pouco abonatórias do escritor e em matéria lateral à temática educativa.

Apresentamos, finalmente, uma amostra relativa ao conjunto geral dos periódicos que compulsámos. Agrupamos os resultados em três conjuntos correspondentes às três vias heurísticas que nos orientaram¹²²:

122 Podem encontrar-se especificações de datação e conteúdo dos periódicos a seguir enunciados em Machado, 2009, pp. 76-79, notas 213-226.

a) Os espécimes que dedicaram espaço considerável à educação e/ou à instrução mas que não concederam qualquer lugar ao tratado nem ao seu autor foram muito numerosos o que, só por si, constitui um sinal de flagrante secundarização ou até de desconhecimento da conexão da área a Garrett, lacuna potenciada pelo contraste com a grande projeção do autor. Caso exemplar é o da revista semanal *Arquivo Nacional* cujo primeiro número é de 3 de janeiro de 1859. Servida por ilustres colaboradores, muitos deles com grande sensibilidade e até produção na área educativa, como são António Costa, Castilho, Herculano, Oliveira Marreca, Latino Coelho, Gomes de Amorim, etc., insere secções continuadas, algumas prolongadas no tempo, sobre a temática, mas nada consta sobre o nosso autor ou o seu tratado. Encontramos situações paralelas em *Aurora Literária*, *O Artista*, *A Semana* e outros mais.

b) Das três categorias, a dos periódicos que consagram um assinalável espaço aos vetores cívico e literário do autor sem que o *Da Educação* colha qualquer menção ou referência de monta é a mais expressiva. São os casos de *Arquivo Pitoresco*, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, *Universo Ilustrado*, *O Civilizador e Ilustração Popular*, *A Instrução e o Povo*, *Revista Estrangeira* (n.º 11, de 1854), *Revista Peninsular* (n.º 1, de 1855), *Revista Contemporânea* (n.º 10, de 1856), do semanário *A Mosca* (n.º 36, de 14 de Out. de 1883), da quinzenal *Renascença* (n.º 1, de 8 de Fev. de 1896), de *A Aurora do Cávado* (Nova Série, n.º 1, de 5 de Fev. de 1899), para darmos exemplos heterogêneos entre outros que poderíamos acrescentar. Tal abundância majora o significado da ausência em foco.

c) Finalmente, anotamos alguns casos que registam a vertente educacional do autor.

Entre 1899 e 1904 viveu-se, como é sabido, um período intensamente garrettiano. Além das comemorações que as datas assinalam, deu-se a transladação dos restos mortais do poeta do cemitério dos Prazeres para os Jerónimos (3 de maio de 1903), também com amplos ecos nacionais. Tais circunstâncias fizeram com que o poeta e educador povoasse muitas páginas das publicações do tempo. Esta intensidade não deixou de se repercutir, se bem que também com exiguidade, neste segmento sob diversas formas, desde a de reprodução de excertos à de artigos de teor analítico e crítico. *A Nação* de 3 de maio de 1903, por exemplo, compõe a primeira página com transcrições de trechos do tratado em matérias como a educação enquanto arte de formar homens, a moral lida através do exercício da justiça e a educação religiosa. Quanto a artigos, selecionámos situações que padronizam

posturas diferenciadas, protagonizadas por nomes de projeção nacional. Têm todos em comum terem vindo a público no dia do primeiro centenário do nascimento do escritor, 4 de fevereiro de 1899:

No setubalense *O Distrito*, publicou a famosa feminista Mangualdense Ana de Castro Osório, também pioneira da literatura infantil em Portugal, um artigo de primeira página precisamente com o título “Garrett Educador”. Acabara de ser mãe, e o mote traduz essa circunstância. Falando nessa condição, agradece ao exilado e autor do tratado sobretudo pelos seus ensinamentos em matérias de educação física e moral, carpindo a obstinada surdez das mães portuguesas aos princípios do pedagogo portuense. O artigo não se excede em análises de conteúdo, mas no âmbito desta parcimoniosa secção de apreciações positivas, ele é um dos casos mais desinibidos que encontrámos de afirmação da validade da obra e de incentivo à sua leitura e divulgação.

Não foi tão generoso o companheiro de Teófilo Braga, Teixeira Bastos, mas o padrão da sua leitura retrata mais fielmente o sentir geral. No periódico *Educação Nacional*, do livreiro e paladino da instrução popular, António Figueirinhas, Bastos assina um artigo sobre “Garrett e a Educação”. Escreve na convicção expressa de tal temática constituir assunto menor e ser parcela abreviada da vida e obra do autor se comparada com a dimensão literária, razão de ser da sua vida: “Também dedicou algumas horas da sua preciosa existência aos assuntos da pedagogia”, diz! Quanto ao tratado, abona-o sem perfil refulgente: “Ninguém decerto colocará entre as suas obras-primas o livro a que Garrett deu o título de *Tratado de Educação*; mas todavia é um livro apreciável e por vários motivos digno de figurar em todas as bibliotecas pedagógicas portuguesas” (1899, n.º 123). O restante corpo do artigo reflete as ideias mais comuns e não deixa de cair no logro de veicular a habitual representação que coloca a educação de D. Maria como objeto central da obra.

Neste mesmo periódico, J. Augusto Coelho também aderiu ao simbolismo da data. No artigo “Garrett e o Estrangeirismo Pedagógico” valoriza vivamente o que é pátrio e decifra o descalabro do nosso ensino público através das “luminosas palavras” inscritas no tratado de que *nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional*.

Os indicadores que decorrem da pesquisa atinente a esta última problemática induzem este axioma: o tratado *Da Educação* não logrou, no seu percurso até aos dias de hoje, uma proeminente fortuna. O desconhecimento

e a indiferença têm suplantado largamente curiosidades, apetências e até ódios. De facto, um hiato editorial de mais de um século e os reduzidos ecos gerados são disso flagrante testemunho. Esta situação está longe de corresponder ao elevado merecimento do escrito e às ponderosas significações que reflete do pensamento, da vida, da obra e do ideário educacional do autor. Identificámos algumas causas e percorremos várias das circunstâncias que aclaram esta desconforme realidade.

O *Da educação* vale por si, no quadro dos limites que a sorte lhe ditou. Ignorá-lo ou subalternizá-lo equivale, por um lado, a eliminar ou subalternizar um documento único na espécie e um dos mais notáveis da apoucada história do pensamento educacional português; por outro, a sustentar a penumbra que tem envolvido uma das dimensões mais persistentes e acutilantes da vida e da obra de Almeida Garrett: a dimensão educativa.

Da religião

Garrett e a religião*

1. Padre nunca!

“Padre! Nunca!”. Eis o epílogo de um inesperado e sofrido solilóquio do adolescente Almeida Garrett, despoletado na partida dos Açores para o continente do seu amado irmão Alexandre que ia exercer ofício de selador da alfândega do Porto, antes exercido pelo pai. As súbitas recordações da intensa e feliz vida de menino nesta terra em que nascera e donde partira apressadamente com a família para resguardo cauteloso, por imperativo dos invasores napoleónicos que se aproximavam da capital do Norte – tinha na altura dez anos –, e o desabrochar da interrogação que pela primeira vez sentira necessidade de fazer sobre o equacionamento do seu destino – tinha agora quinze anos –, faziam eclodir esta inabalável decisão que muito tempo depois havia de relatar ao seu biógrafo Gomes de Amorim que lhe deu forma como segue:

Que futuro preparava eu para mim?! Padre! Eu, padre! Oh!... Como é possível que eu chegasse a esta idade, sem ter pensado nunca... Ah! Já sei! Inda não sou para mim essa voz misteriosa, que é como o cântico da natureza na primavera humana!... Padre! Nunca! O tio João Carlos diz bem. Irei para Coimbra. A minha organização precisa de ar e de espaço. A minha pátria é além deste mar, que me tem aqui encerrado como em prisão perpétua. Padre, nunca! (Amorim, 1881-1884, vol. I, p. 103).

João Baptista tivera, até esta altura, uma educação religiosa esmerada. A mãe, Ana de Almeida Leitão, pessoa de princípios e de grande religiosidade, foi meticulosa e de grande rigor educacional relativamente a todos os filhos, mormente na esfera religiosa. Atitude paralela tiveram o pai, homem honrado e austero, e o tio bispo, D. Frei Alexandre da Sagrada Família (1737-1818) que, além de ter assumido cedo a orientação intelectual do

* Este texto reproduz, com adaptações e algumas alterações, um outro de título “Garrett e os frades”, publicado em, *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo* (coord. de José Eduardo Franco e Luís Machado de Abreu, 2014, Prior Velho, Paulinas Editora, vol. II, pp. 327-354).

sobrinho, não descurou, naturalmente, as vertentes moral e religiosa. Foi principalmente nestes três pilares familiares que assentou a “boa fortuna” de uma “educação *portuguesa velha* sólida de bons princípios de religião, de moral, de são elementos de instrução” (G., 1966, vol. I, p. 686), como o próprio escreve no seu tratado *Da Educação*, paradigma de que sempre o poeta se orgulhou e que amiudadas vezes referiu ao longo da vida como modelar. Pois bem, neste contexto de intensa ambiência e sentir religiosos, havia de ser o pai, António Bernardo da Silva, o arquiteto do sonho de um destino para este filho, teria ele ainda quatro ou cinco anos de idade. A vida e carreira de bem-estar, sucesso e influência de três irmãos como dignitários eclesiásticos – Inácio como cônego, Manuel como arcebispo e o atrás referido frei Alexandre, coroa áurea do orgulho familiar pela sua condição de bispo eminente – desenharam o veredicto paterno em molde de uma espécie de mecanismo psicanalítico de projeção: o filho João tinha de ser padre. E sê-lo-ia por curto tempo, dada a sua inteligência e brilho, sendo sua convicção de que depressa atingiria o uso de mitra e báculo... Nesta sequência, o irmão bispo acarinhou e desenvolveu a ideia providenciando, em tempo próprio, que o sobrinho, para contento e também orgulho da mãe, recebesse ordens menores para um dia mais tarde professor (G. 1904, vol. I, p. XXXIX)!

Foi já nesta nova condição de uso de batina que o jovem se aventurou, numa visita que quis fazer ao tio João Carlos, na ilha Graciosa, a oferecer-se para pregar um sermão, em festa que aí decorria, à revelia do conhecimento do visitado tio. Argumentou à comissão, desconfiada da capacidade do minorista sobretudo devido à idade, com o benefício da gratuidade do ato e algumas inverdades sobre experiência já adquirida antes na matéria... Aceite que foi a oferta, pregou com grande êxito e, como seria de esperar, não conseguiu ocultar ao tio João Carlos, pessoa muito instruída e poeta parco da escola de Bocage, o atrevido ato... Os amigos puseram-no ao corrente felicitando-o pelo prodígio do sobrinho que logo foi vaticinado como bispo aos vinte anos e cardeal aos trinta! Curiosamente, o tio não ficou nada agradado com o retumbante feito, não tanto pelo atrevimento e tentativa de ocultação, mas porque a sorte que projetara para o sobrinho de quem gostava muito e de quem já perscrutara os dotes, era a de uma notável carreira jurídica e a de laureada fama de poeta. Amorim (1801-1804, t. I, p. 101) regista o desabafo de então deste familiar: “O maior desgosto é se mo fazem padre.” Ora, foi precisamente este desabafo que Garrett tomou como argumento e apoio psicológico e moral da firme decisão de não seguir a carreira eclesiástica. Em sua opinião, em nada feria, com tal decisão, a sua religiosidade e fé, apenas escolhia outro caminho de a viver.

O choque e a consternação iniciais da família que o imaginava já professo, sobretudo frei Alexandre, depressa viraram resignação e progressivamente adesão. A atitude conciliatória do pai foi determinante nesta viragem, pelo que não demorou muito que o estudante acabasse os preparatórios e partisse para se matricular em Direito, na universidade de Coimbra.

Evocámos com algum destaque este episódio porque achamos que prefigura muito bem o que foram, no campo em análise, a vida e o pensar do fogaço poeta e futuro doutrinário liberal. E embora admitamos com o seu biógrafo que no meio desta teia ponderativa para uma vida laica pudesse também haver argumentos de afetos juvenis entretanto experienciados, não há dúvida que é já aqui patente a procura de discernimento e a busca de equilíbrios entre razão e fé, entre autoridade e liberdade, entre religião essencial e institucional, radical e efémera, tradicionalista e inovadora, enfim, entre o paradigma de uma vivência sócio religiosa voltada para a transcendência e o de uma vivência religiosa com abertura para a imanência, para a cidade.

Tentaremos acompanhar o sentido e assinalar o significado desta dialética no pensamento, vida e obra do autor do *Retrato de Vénus* e das *Viagens*, bem como a base substantiva dessa dualidade polar.

2. Caminhos desviantes

Figura incontornável no panorama literário português – “o sr. Garrett não é só um poeta, é uma literatura inteira”, dissera Rebelo da Silva no jornal *A Época* (1848-1849) ainda em vida do autor das *Viagens na minha terra* (*apud* ibidem, t. III, p. 510) –, o nosso escritor foi também um dos mais importantes e avançados ideólogos do nosso liberalismo, um dos mais notados construtores da nossa modernidade em várias vertentes, e um inquebrantável lutador da liberdade. Tal perfil e tudo o que o fez desabrochar não poderiam deixar de se repercutir, a vários modos, nas suas concepções religiosas e nas representações e valorações que foi tecendo acerca dos frades e do mundo eclesiástico em geral¹²³.

Além do episódio atrás relatado, outras dissonâncias presenciadas, convívidas, educacionalmente transmitidas ou auscultadas em fontes escritas foram alargando horizontes e apurando o espírito crítico do jovem nestas

123 Como sabemos, esta foi uma temática que atravessou, com grande lastro e por circunstâncias próprias, todo o século XIX português, que o mesmo é dizer, a vida de Garrett, tendo-se tornado depois uma questão determinante quer no projeto quer na história da República.

matérias tão sensíveis. Desde logo, as criadas Brígida e a velha Rosa de Lima, que tanto afeto dispensaram ao *seu* menino e tanto lhe ensinaram, não o fizeram apenas poeta; cavaram também nele desde cedo o espírito da contradição, como foi nas mútuas dissensões entre ambas acerca da (in)utilidade do latim e do que tal aprendizagem e tempo nela perdido representavam, face ao acrisolamento de tão fértil veia poética que já na meninice demonstrava, ou dando-lhe ocasião para se questionar sobre as divergências valorativas entre os frades santos que a primeira pintava, e o “tão santos como o cachorro de Bonaparte” que a segunda clamava (ibidem, t. I, pp. 70-71).

Mas terá sido muito mais influente nestas dissonâncias, o tio bispo. Desde logo, através da dualidade que o próprio encarnava entre o que ele era, e como julgava criticamente os seus confrades. De facto, o bispo de Angra assentava a sua imagem em alicerces fundos e variados: primeiro, numa vasta cultura, reconhecido saber e grande abertura de espírito a muitos aspectos da modernidade iluminista europeia, vetores bem representados na recheada biblioteca que possuía e em posições veiculadas em dissertações e sermões; depois, numa ética que não se acantonava apenas na transcendência nem nos ditames da religião e muito menos no exclusivismo da sua religião; em terceiro lugar, numa moral e espiritualidade superiores¹²⁴. Por isso, Garrett teve sempre em grande apreço este seu familiar e mestre e considerou-o como um dos mais responsáveis da sua formação intelectual, religiosa e moral. Afinal, foi sobretudo ele que o ensinou a ser Homem, como afirma na *Autobiografia* que publicou em 1843 no *Universo Pitoresco*, onde reconhece também, depois de engrandecer o seu vigoroso entendimento “que se esclarecia de imensa e variada instrução”, ter sido ele que “começou de dirigir a sua educação, iniciando-o em todos os mistérios da literatura e da ciência” (G., 1904, vol. I, p XXXIX)¹²⁵. Mas para além disso, há um outro grande mérito que lhe reconhece e várias vezes testemunha: o da diferença entre ele e a maioria dos seus pares. Sigamos, por exemplo, o retrato que o já maduro dramaturgo dele traça na introdução a *Mélope* (1841), onde também considera que a ele devia quase tudo o que sabia: “Andava já dos oitenta

124 Para conhecer a biografia, personalidade e quadro axiológico do bispo de Angra, bem como para fazer o reconhecimento da influência deste sobre Almeida Garrett, é imprescindível o estudo da obra de Ofélia Monteiro, *D. Frei Alexandre da Sagrada Família – a sua espiritualidade e a sua poética* (1974).

125 No poema que lhe dedica na *Lírica de João Mínimo*, entronca também nele as sementes da virtude:

Tu não morreste ainda no meu peito:
Tu que em minha alma tenra
As primeiras sementes desparziste
Das letras, da virtude...” (G., 1966, 1º vol., p.1600).

por diante o honrado velho de meu tio; outras vaidades do mundo não lhas conheci, era *religioso verdadeiro, e digno sucessor dos apóstolos...*” (idem, 1966, vol. II, p. 1786). Nisto o distinguia da maioria dos outros clérigos e frades¹²⁶. Sem dúvida que esta havia de ser uma discrepância que profusamente observaria ao longo da vida, mas foi, tudo o indica, prematuramente bebida no convívio e através das apreciações deste sábio sobre a classe a que pertencia e que conhecia melhor que ninguém. Tais apreciações estão bem patentes em longo documento elaborado pelo prelado e passado a letra de imprensa por Ofélia Monteiro, de título *Religiões (sobre os frades)* (Monteiro, 1974, pp. 327-363). Trata-se de um escrito corajoso e realista em que Fr. Alexandre denuncia o Portugal fradesco, e analisa as consequências da profusão conventual e da corrupção dos seus locatários, frades e freiras. Embora reconhecendo a essas casas algumas utilidades, mormente de cariz social, desejava-as menos numerosas, e não teve qualquer reboço em denunciar as razões mais mundanas do que religiosas, espirituais e vocacionais que conduziam ao seu enchimento, bem como a sua relaxação geral, o seu prejuízo para a Igreja e o Estado, a relação entre a desenfreada multiplicação de conventos e a progressiva corrupção dos costumes do povo. Atente-se na forma desinibida e crítica como começa a reflexão:

As nossas histórias, que quase todas são escritas por frades, ou destes se copiaram as memórias, exaltam a fama dos nossos reis, que fundaram mosteiros de um ou de outro sexo, ou de ambos. Os sucessores da Coroa, deslumbrados com estes relâmpagos de glória, têm elevado estes estabelecimentos [sic] a um excesso, que talvez escurece a glória dos Príncipes, quando parece que lha ilustrava.

Nos primeiros tempos da Monarquia, talvez que fosse conveniente fazer algúas destas fundações, pelas razões que darei (?). Mas como o sal, a pimenta, ainda o açúcar e todos os irritantes do paladar em certas medidas são convenientes e em sendo demasiados enjoam e prejudicam a saúde do corpo, assim estas piedosas fundações dentro de justos limites seriam úteis, mas o seu excesso é nocivo à saúde do Estado e até à Igreja.

Que cousa mais nociva a um Reino que secar a fonte da população? [...] Tal é o nosso caso. A demasia dos mosteiros tem custado ao Reino sacrifício maior que as suas forças (ibidem, p. 327-328).

126 Sobre este assunto e a sua importância na educação de Garrett, diz Ofélia Monteiro (1971, vol. II, pp. 44, 45 e 46) nesta primorosa obra, depois de qualificar o bispo como “enérgico cristão, severamente atento à matriz evangélica”: “Através do Bispo de Angra, João Baptista não contactava assim com o relaxado Catolicismo, beato, ignorante, fanático ou devasso que tanto desacreditara a Igreja aos olhos dos que anelavam uma renovação do país”.

Perante dados destes, pode-se adivinhar como terá sido fácil ao perspicaz jovem captar tais discrepâncias. Refleti-las-á em muitos dos seus textos.

A importância da influência do tio foi potenciada pelo orgulho que o jovem tinha nele. De facto, Fr. Alexandre posicionou-se no grupo dos corajosos ilustrados que leram criticamente a realidade nacional e se posicionaram contra a política do sistema conventual e de promiscuidade entre a Igreja e o Estado. Concretamente no que toca a este monasticismo excessivo e altamente nocivo, ele esteve ao lado de alguns dos contemporâneos mais ilustres e mais trespassados pelo espírito da modernidade iluminista, como foram o político e diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749), Luís António Vernei (1713-1792), Ribeiro Sanches (1699-1793) e outros, não sendo por isso de estranhar a informação que Garrett nos transmite na nota correspondente à ode que lhe dedica, de ter pertencido “àquela brilhante constelação de sábios e homens de letras que iluminou o reinado da Sr^a D. Maria Isabel”, entre eles, Fr. José do Coração de Jesus, o arcebispo Cenáculo, o abade Correia da Serra, António Ribeiro dos Santos, Teodoro de Almeida e “outros bem conhecidos” (G., 1966, vol. I, p. 1654). Entende-se, então, face a tais companhias, o repasto que Garrett encontrou na fecunda e heterodoxa biblioteca do seu admirado preceptor.

Esta realidade conduz-nos a um outro aspeto importante.

É muito conhecida e citada a afirmação do próprio e já antes referida do seu envolvimento anterior à revolução e com a idade de vinte anos com os nomes mais cotados e polémicos do enciclopedismo. Não se trata de prosápia, como provam escritos poéticos, discursos, artigos de jornal e outros textos dessa época e mesmo da anterior¹²⁷. E tal caminho já não era muito curto, na altura. O biógrafo Gomes de Amorim assegura-nos que já a partir da idade de treze anos ele se atrevia a auscultar os sistemas filosóficos de Locke, Leibniz, Kant e Newton, autores que lia nas versões francesas. E este fecundo pecúlio não foi mediado apenas pelas obras da surtida biblioteca do bispo de Angra. Este mesmo providenciara para que o sobrinho pudesse frequentar no continente, quando veio para a universidade, as bibliotecas conventuais por lá existentes, algumas certamente não menos férteis em obras heterodoxas que a sua, dadas as condições excecionais que tinham para a sua compra e posse (cf. Marques, 1963, Bastos, 1926 e Machado,

127 Para além da incontornável obra de Ofélia Monteiro (1971), podem consultar-se também, para conhecimento mais alargado da sua impregnação das ideias enciclopedistas, entre muitos outros, Jacinto do Prado Coelho (1954 e 1969) e Fernando Machado (1993).

2000, Parte II). Por isso, não admira o à-vontade do jovem em recorrer às teorias argumentativas de Rousseau, Mably, Volney ou Condorcet para provar a tese de *O dia vinte e quatro de Agosto*, escrito a quente logo depois da revolução e editado em 1821, nem a demonstração que faz já antes disso, em estar impregnado dos ideais e das teorias iluministas, como é patente nos sonetos “O Campo de Santana”, de 1817, e em “Virtude sem prazer não é Virtude”, de 1818. Ora, esta realidade não podia deixar de se repercutir nos seus ideais e na sua ideologia religiosa.

Não vamos proceder a um inventário das repercussões das Luzes sobre a religião. Está mais que feito. Diremos apenas que este foi um dos campos em que o novo paradigma epistemológico que serviu este marcante movimento mais efeitos teve, atingindo profundamente o altar e os seus ministros e dando azo a uma enorme vaga secularizante e laicizante que se estendeu até hoje. O profundo culto da natureza, da razão, da experiência, da sensibilidade davam agora argumentos e substância à moral e à fé, diluindo e desvirtuando fundamentos e justificações tradicionais, rompendo com padrões ancestrais que radicavam na autoridade da Igreja e nos textos da Sagrada Escritura e corporizando uma religião natural, o deísmo, que serviu grande parte dos *filósofos* e que, para uns, preservava a fé e salvava a religião e o cristianismo da submersão nos tempos novos; para outros, não passava de heresia equivalente ou com efeitos ainda mais nefastos que o ateísmo. O certo é que os espíritos mais resplandecentes do século se situaram no primeiro grupo: Locke, o grande e decisivo Newton, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, a maioria dos enciclopedistas, Chateaubriand, Madame de Staël, Buffon e também um grande grupo de eclesiásticos católicos. Ora, dos enumerados nenhum renegou a sua fé. Rousseau, por exemplo, que fixou a peça fundamental do deísmo no seu *Emile* através da famosa declaração de fé do vigário católico de Saboia e que se rendera à nova vaga deísta em nome da salvação de uma religião essencial e evangélica a que todos podiam aderir com *razão*, sempre se afirmou e foi cristão sincero; o Deus de Newton sempre foi afirmado como o garante do universo que ele leu racional e experimentalmente; e já antes, Galileu, que apenas quis libertar o conhecimento da física, da palavra da mítica revelação bíblica, não foi bom cristão até ao fim da vida? E o autor de *Génie du Christianisme*, Chateaubriand?

Ora, foi muito semelhante o paradigma que guiou Garrett neste campo!

3. Importância pessoal e histórica da religião

O biógrafo, que conheceu Garrett melhor que ninguém, fala dos “amores” da vida do poeta e releva, entre eles, os da “trindade santa” – Deus, liberdade e pátria (Amorim 1881-1884, vol. III, p. 37). De facto, o autor das *Viagens na minha terra* nunca renegou, até ao fim da vida, os princípios da sã e evangélica religião em que foi educado na infância. A autoanálise que de si faz no prefácio da terceira edição de *Catão*, onde inclui a vertente religiosa, é real em relação ao passado e foi cumprida em relação ao futuro: “... as minhas opiniões, os meus sentimentos, as minhas simpatias como homem, como cidadão, como filósofo tal qual, *como cristão verdadeiro e sincero*¹²⁸, não variaram desde que me conheço, – espero amortilhar-me nelas” (G., 1966, vol. II, p. 1617). E amortalhou... Com efeito, algum tempo antes da morte, fixava definitivamente em testamento o seu sentir, o seu viver e o seu querer religiosos:

Declaro ter sempre vivido e querer morrer no seio da santa madre igreja católica apostólica romana. Entrego a minha alma a Deus, confio na sua misericórdia, e espero a bem-aventurança pelos infinitos merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo”. [...] Encomendando de novo a minha alma ao Deus Todo-Poderoso, que me criou, e a minha memória aos meus concidadãos...(ibidem, vol. I, p. 1478).

Mas o reconhecimento da importância que sempre atribuiu a esta dimensão foi patente quer na sua poesia, onde a temática comparece com frequência, quer em muitas obras ou documentos em que veiculou o seu pensamento político, social e educacional e onde tal dimensão ocupou lugar de grande relevo ou foi, até, elemento primordial. Leiam-se, do primeiro género, “O Natal de Cristo” e o hino “Redentor” com que remata as *Flores sem Fruto*, ou “A morte”, da *Lírica de João Mínimo*. São apenas exemplos pontuais de duas obras de natureza bem diversa. Mas tem outro significado, naturalmente, o suporte no segundo género, o de incidência primordial, pela feição mais sistemática que os escritos apresentam. Vejam-se alguns casos a título ilustrativo:

No importante opúsculo *O dia vinte e quatro de Agosto* (1821), escrito em ambiência ainda de festa da revolução e em furor de juventude, prova Garrett a “legalidade” do ato revolucionário de 1820 e analisa os pilares ou “sagrados foros” que fraquejaram na sustentação da nação e se requerem

¹²⁸ O destacado é nosso.

corretamente erguidos e fortes para susterem a nova situação de pátria livre e igual. Aqui estão eles: 1. Leis; 2. Execução delas; 3. Administração das finanças; 4. Religião; 5. Instrução pública. Abre desta forma o capítulo da religião:

A religião (disse Filangiéri)¹²⁹ é o suplemento ao código criminal de uma nação; é o vínculo mais sagrado que une os homens na sociedade, o juiz mais severo, que, sem tribunais, sem aparato forense, os acusa e castiga, e ao mesmo tempo, com a maior das penas, com o mais cruel dos tormentos – o remorso (ibidem, p. 1063).

E depois de iniciar uma análise sobre o passado irresponsável, escandaloso e de deturpação dos princípios originais e evangélicos do cristianismo pelos ministros regentes do poder até à revolução liberal, nomeadamente no que respeita à intolerância, interrompe-a abruptamente com este desabafo: “Não; eu não mancharei a minha pena com tais horrores! Prouvera aos Céus que até sua lembrança se apagasse da memória dos homens” (ibidem).

Mais tarde, em período de plena maturidade, são modelares desta convicção da importância individual e coletiva da religião, as obras *Da Educação* (1829) e *Portugal na Balança da Europa*. Eis como, na primeira, introduz a temática: “Venhamos enfim ao mais alto assunto de que podem falar homens: falemos de Deus e de nossos deveres para com Ele” (ibidem, p. 692). Integrando este segmento na educação moral ou do coração, fá-lo assentar todo no princípio da justiça:

“Como homens, isto é, criaturas, os nossos deveres religiosos são devidos ao Criador; como cristãos, ao Redentor. Estas duas coisas não se separam nem são separáveis, que assim o ensina a fé. [...] A homenagem de respeito, de gratidão, de amor e adoração que as criaturas devemos ao Criador, o que é senão justiça e retribuição? – Particularmente em nossa religião, os deveres do cristão para com o Redentor, o que são eles? Justiça em seu mais amplo, em seu mais sublime sentido e aceção”. (ibidem).

E continua depois em aconselhamento metodológico: “Firmemente creio que, assim reduzida a educação moral ao único princípio da justiça, o

129 Este publicista italiano, de Nápoles, é autor de várias e importantes obras de que destacamos *La scienza della legislazione* (1780-1785). É uma obra de grande influência que desenvolve as ideias que J.-J. Rousseau teorizou no *Contrato social*. Como sabemos, o genebrino está muito presente no pensamento e obras de Almeida Garrett por via direta ou mediada.

educador achará mais facilidade, e menos tropeços em a dirigir sem desvio, e o educando em a receber” (ibidem, p. 693). Nas cartas que se seguem, explanará como educar as crianças nessa matéria.

Quando à segunda obra, nela dará grande espaço à influência da religião nas causas e na história quer da humanidade, quer de Portugal. Anuncia o facto logo na primeira secção: “Quero falar da religião; e peço licença para não correr tão açodado por meu assunto como geralmente corro, porque o grave do assunto o requer, e a importância das considerações o exige” (ibidem, p. 812). E além de reconhecer a sua necessidade enquanto criaturas e enquanto cristãos, como no *Da educação*, justifica a importância da sua existência em termos de civilidade, projetando-a para uma espécie de religião civil que faz lembrar a que Rousseau instituiu no seu *Contrato social*:

Uma religião que declara e professa ser o Criador o único árbitro e senhor do universo, todos os homens iguais diante dele, que promete amparo ao fraco e desvalido, castigo ao soberbo e opressor, que declara uma comum origem, uma lei comum, um comum juiz de todos os homens, é a maior e mais certa e mais poderosa base de liberdade que pode entrar na moral pública dos povos. O espírito do Cristianismo quebra os ferros dos escravos, consola os oprimidos, conforta os fracos, promete justiça aos agravados; e a espada de seu Deus vingador está, como a de Dâmocles, suspensa por um fio sobre a cabeça dos reis, lembrando-lhes a todo o instante que há leis superiores às deles, leis que igualam os homens na presença do supremo Árbitro de tudo (ibidem, pp. 812-813).

Numa outra obra de carácter organizacional em cuja construção e redacção teve primeira responsabilidade, os *Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico-Representativo em Portugal* (1841), elege a religião como núcleo estruturante do país e, nesse sentido, núcleo básico dos fins da sociedade em questão na sua relação com a sociedade em geral: “Consignando todo o respeito devido à religiosidade do Povo português, [a Sociedade] favorecerá com energia as tendências cristãs do país, as quais desgraçadamente têm sido menoscabadas até hoje” (ibidem, p. 1231).

Embora pudéssemos apontar neste sentido outros textos e circunstâncias, queremos apenas e finalmente trazer à colação um contributo parlamentar. Entre as muitas e às vezes importantes intervenções sobre matéria religiosa, concretamente em 1 de julho de 1839 sobre a questão da liberdade religiosa, Garrett considerou a religião como objeto constitucional que toca

nos interesses de todos os portugueses e cuja liberdade se constitui como a base de todas as outras liberdades e direitos. Recordamos, também, o posicionamento expresso num célebre discurso em contexto de discussão da resposta ao discurso da coroa na Câmara dos Pares, em 10 de fevereiro de 1854, ano da sua morte. O tema geral era o do estado da administração pública, e entre os vários pontos escolhidos figurou também o da questão religiosa em dois quadrantes: o das relações sociais do culto com a cidade e a família e o do padroado do oriente, este com desenvolvimento noutra oração proferida em 4 de março desse mesmo ano. Eis como abre o assunto: “Falarei por fim do mais importante, do mais grave e mais delicado ponto de minhas observações. Trato do culto público”. E um pouco à frente: “A religião é para um país o princípio e o complemento do ensino; é segundo a bela frase, tão cansada já, mas tão bela sempre, e tão verdadeira de um jurisconsulto ilustre, o suplemento ao Código criminal da nação” (ibidem, pp. 1355-1356). Foi nesta altura que apresentou um projeto sobre conventos de freiras que levantou grande polémica e do qual ainda falaremos (cf. Machado, 1993, pp. 153-155).

Enfim, apesar das acusações de alguns espíritos militantes das fileiras do catolicismo mais ortodoxo de então, é pacífico considerar que, desde a meninice até à morte, a religião foi sempre elemento presente na vida de Almeida Garrett. É tempo agora de nos debruçarmos sobre o modelo religioso que professou, a eventual evolução que sofreu e quais as representações que povoaram a sua mente no que respeita à natureza, papel e consequências que a Igreja e respetivos agentes e guarnições tiveram quer na circunstância europeia, quer na nacional. Ver-se-á que o escritor liberal leu o fenómeno religioso e suas vicissitudes pelo crivo da modernidade que a época iluminista pedia.

4. Viva a religião natural: esteio do deísmo e crítica aos desmandos da Igreja

Embora orgulhando-se da «educação portuguesa velha» que recebera, sólida de bons princípios de religião e de moral, Garrett mostrava-se simultaneamente ufano, como antes referimos, do conhecimento e uso das ideias dos grandes pensadores das Luzes, nomeadamente na dimensão religiosa. O poeta não encarava esta dualidade como eivada de contradição essencial, já que se afirmou sempre como bom cristão e fiel católico. Dito de outra forma, nunca considerou o seu posicionamento crítico relativamente à Igreja nem a aferição do seu pensamento religioso pelo padrão iluminista

como sintomas de abdicação ou diminuição da sua fé nem desvio herético relativamente à religião cristã. Pelo contrário, considerará tal posicionamento, na pegada de muitos ilustrados, concretamente o seu mestre Rousseau, como via de melhoramento ou até de salvaguarda da mesma religião. Todavia, as críticas foram muitas, profundas e duras. É que o seu modelo de conceção era visto como muito afastado do tradicional, quase tão afastado em alguns aspetos quanto o estivera o modelo deísta do setecentismo, da ortodoxia católica, apostólica, romana.

Como é sabido, o abalo do poderoso edifício do catolicismo europeu penetrou facilmente no descontentamento e mal-estar geral da época e repercutiu-se profundamente no mundo religioso. Inverteram-se relações de prevalência, velhas de séculos, entre a teologia e a filosofia (*Philosophia ancilla Theologiae*), entre os critérios da autoridade (a Igreja decidira que tinha o direito de decidir...¹³⁰) e os da razão e da experiência, entre a verdade da Escritura e a da Natureza, entre o transcendente e o imanente, abrindo caminhos de civilização e progresso e a convicção ou pelo menos a esperança de que a felicidade eterna não devia obliterar a terrena. Os novos princípios, valores e convicções depressa tornaram a Igreja alvo de culpabilidade e recriminação sobre os males e as infelicidades individuais e coletivas existentes. Dizemos a Igreja, que não propriamente a religião. Esta preservava-se mesmo entre a maioria dos *philosophes*, se bem que com modelo próprio, principalmente livre das conspurcações que a vinham desacreditando por obnubilação dos fundamentos do cristianismo radical. A via racional de uma *religião natural* e o regresso à pureza evangélica original foi, então, opção primordial da crença das Luzes. Neste padrão *deísta*, a religião impunha-se pela razão e evidência e não pela força, construindo-se o seu *corpus* em torno de princípios gerais e comuns a todos os homens. Não bania, antes purificava o cristianismo que aparecia como aperfeiçoamento da lei natural, garantindo universalidade através de uma radicalidade comum a outros credos, sem intolerâncias de permeio e garantindo salvação a todos os homens, além de uma paz religiosa há tanto perseguida.

Neste quadro se moveu também, desde cedo, o autor da *Lírica de João Mínimo*, elegendo o cidadão de Genebra como patrono principal com alguns chamamentos de Chateaubriand, Montaigne, Madame Campan e alguns outros (Machado, 2000, pp. 129-144). Nesta base, *Natureza, razão, experiência, sensibilidade, consciência, liberdade, tolerância, educação, progresso, felicidade...* serão alguns dos referenciais que atravessam o seu paradigma,

¹³⁰ É fórmula do *Emile* de Rousseau (1966, p. 397), expressa na Profissão de Fé do Vigário de Saboia.

verberando não só a irracionalidade do sistema tradicional mas também os protagonistas teorizadores da sua sustentação. Como Rousseau, fechará todos os livros e servir-se-á do único aberto a todos os olhos, o da *Natureza* (Rousseau, 1966, p. 401), e contrastará os poucos, simples e claros princípios e conteúdos desta religião natural¹³¹, com os obscuros, misteriosos, incertos e geradores de desconfiança e até ofensivos ao Criador, da religião formada por Roma; relevará a evidência e a importância do recurso à regra natural, da primeira, e demarcar-se-á das profecias, dos dogmas e dos milagres, que são exceção a essa regra, da segunda. E seguindo ensinamentos do saboiano, não confundirá o essencial com o acessório, a cerimónia com a religião, e banirá o intolerantismo que, além de atentar contra o principal mandamento divino, desprezava “os dois terços do género humano [que] não são Judeus, nem Maometanos, nem Cristãos” (ibidem, p. 398).

Garrett não ficou incólume ao ambiente persecutório que tais ideias concitavam. O *Emile* e o seu autor haviam passado muitas agruras, com prisão e fogueiras, em tempos outros. Teólogos da universidade de Paris e o arcebispo da mesma cidade, Mons. de Beaumont, zurriram autor e obra, material e intelectualmente, propagando incêndios noutros ambientes. Também o nosso poeta sentiu a sanha da nossa ortodoxia mais militante. Logo no início da sua carreira de escritor teve dois inimigos de eleição em matéria deste foro religioso: o frade José Agostinho de Macedo e o Cardeal Patriarca de Lisboa, Joaquim José Pacheco e Sousa. Em causa esteve a lição do opúsculo *O Retrato de Vénus* (1821), como em breve se verá.

Basta passar os olhos pelos primeiros poemas insertos na *Lírica de João Mínimo*, alguns ainda feitos na ilha Terceira em idade imberbe, para adivinhar o furor naturalista do temporão poeta. E esta sua *Natureza* não era entelêquia abstrata nem engenho comandado por leis ou forças mecânicas de ordem fixa, mas um ser dinâmico e deificado que continha em si um poder incontornável, ser onde o sábio

...a quem razão limpou dos olhos
Do preconceito as névoas (G., 1966, vol. I, p. 1502)

perscruta como ela

¹³¹ Em Rousseau, os *conteúdos essenciais* da religião natural deísta eram a crença em Deus e na imaterialidade e imortalidade da alma, como o pede a razão da justiça face “ao triunfo do mau e à opressão do justo neste mundo” (ibidem, p. 368); os *fundamentos* eram a razão, a consciência e também a escritura naquilo que não ofendesse nem a razão nem o sentimento.

[N]os mistérios da vida, nos prodígios
Da criação se embebe (ibidem)

e nela descobre capacidade de restituir “O homem à essência de homem” (ibidem), como declara em poema de meninice¹³².

Este naturalismo que o Alceu da liberdade abraçou tão cedo impregna dezenas de poemas e outros escritos em prosa e denuncia, por vezes explicitamente, que desde muito jovem se colocou na senda de uma *religião natural*. Era vaga de fundo de origem transpirenaica que ele entusiasticamente acompanhou (cf. Monteiro, 1971, vol. I, cap. V). Os ortodoxos mais atentos e de maior militância, cá e fora, há muito que observavam o fenómeno. Por cá, os sinais anteriores não eram poucos. Quase todos os intelectuais que integraram o auto-de-fé de 26 de agosto de 1781, como Pereira Caldas, Melo Franco, Francisco de Almeida, bem como os perseguidos Anastácio da Cunha, Bocage, Filinto Elísio, etc., apresentavam no seu currículo acusatório o *naturalismo* e o *deísmo*. Por isso, não é de estranhar que, já antes da revolução vintista, o frenético frade e futuro censor José Agostinho de Macedo pregasse e escrevesse contra o espírito de seita e as toupeiras filosofantes que por aqui se vinham introduzindo sem ninguém as chamar, escavando e rodopiando em torno do malfadado e pestilento conceito de *Natureza*¹³³. E não foi, também, por acaso que o mesmo autor do *Motim Literário* investiu contra o *Retrato de Vénus* e seu autor conduzindo ao primeiro processo contra a liberdade de imprensa no Portugal vintista já livre. Sigamos esta obra e a respetiva polémica, já que nos fornecem elementos fundamentais na matéria em análise:

Não levando em conta o sagrado princípio da liberdade de imprensa e abstraído da condição do género literário em questão, podemos dizer que, à luz da ortodoxia mais rigorosa, muitas das acusações que Agostinho de Macedo cataloga em cartas que faz publicar na *Gazeta Universal*, sob assinatura de “Hum Catholico Romano”, censurando o opúsculo referido, têm consistência. Vejamos:

132 São versos do poema “A Primavera” que abre a obra referida e que aponta, em anotação final, o local e a data de composição: Ilha Terceira – abril 12, 1815.

133 Recordamos o célebre *Sermão contra o filosofismo do século XIX*, onde desabafou impropérios contra a pertinácia dos que em tudo viam a *Natureza*: “Sistema da Natureza; Filosofia da Natureza; a Natureza; Religião da Natureza; Código da Natureza; Moral da Natureza” (Macedo, 1811-a, p. 18). Anos antes, em 1804, no *Sermão Panegírico de S. Francisco Xavier*, elegera o *naturalismo* como um dos três maiores males do século, a par do *materialismo* e da *Revolução Francesa* que, afinal, decorriam daquele.

O *Retrato de Vénus*, primeira publicação poética do autor em formato de tomo, sai a lume, na Imprensa da Universidade, com data de 1821¹³⁴. De imediato começa o alvoroço daquele frade com uma primeira carta datada de 22-1-1822 que sai no beato e tradicional periódico antes dito, em 23-1-1822, sob a sintomática titulação: “Apressamo-nos a publicar a seguinte Carta, a fim de não demorarmos o antídoto contra o veneno do opúsculo que nela se refuta”. Trata-se de um antídoto que o aguerrido pregador vai servindo em cartas seguintes (30 de jan. e 6 de fev.) contra venenos que vai identificando¹³⁵. À cabeça, os de espalhar uma ideologia deísta, maçônica, materialista e ímpia e uma moral escandalosa pejada de erros, obscenidades e blasfêmias atentatórios aos costumes e ofensivos à Igreja.

Transformadas estas e outras denúncias em processo de tribunal sob acusação de abusos contra a liberdade de imprensa, o promotor fixa um libelo sintetizável nos seguintes pontos:

- 1) ser a *Natureza*, sob os nomes dos deuses fabulosos e gentios Vénus e Cupido, considerada a mãe do universo enquanto criadora, regente, propagadora e reprodutora do mundo, o que atenta contra a religião;
- 2) negar-se a crença de tudo o que é de fé e excede a razão;
- 3) acusarem-se de desbocados os teólogos católicos ao confundirem o Deus justo com um deus vingativo e ao qual atribuem também crimes e vícios que os próprios praticam e querem vender como virtudes.

Como se sabe, o poema tem uma clara presença, que nem sequer é camuflada, de Lucrécio, como as notas finais demonstram. Ora, este autor do célebre *De Rerum Natura* foi, como é sabido, um entusiasta discípulo de Epicuro, e encheu de argumentação materialista a constituição do universo, na senda de Demócrito, pelo que os Padres da Igreja o deslembrou em toda a Idade Média e o combateram depois, como foi com o *Anti-Lucrécio* do cardeal Polignac (1661-1742). Não seria preciso mais para explicar a sanha do nosso frade, mas a letra e o espírito do poema não terão sido causa menor. Transcrevam-se algumas passagens.

134 Sobre a questão da data do poema, pode ver-se, Maria Antonieta Salgado (1983, pp. 25-28). Este livro traz o escrito de Garrett e os textos fundamentais da polémica.

135 A polémica alarga-se logo a outros intervenientes, contrários ou apoiantes, e a outros periódicos, sendo um dos temas fortes, a questão da liberdade de imprensa.

Os primeiros versos

Doce mãe do universo, ó Natureza,
Alma origem do ser, germe da vida... (G., 1966, vol. II, p. 629)

remetem logo para uma nota final do canto em que o autor transcreve os versos do *De Rerum Natura* como inspiradores dos seus, posicionamento lido pelos guardadores da fé como clara provocação de heterodoxia religiosa. Entretanto, um pouco à frente, dá eco, na trama que incorpora no espaço da mansão etérea, a invejas, intrigas e vinganças e a uma mais que duvidosa moral da escandalosa sensualidade dos deuses que exibem as suas paixões, praticam amores clandestinos e vivem lânguidos prazeres que até à moral humana seriam ousados, mormente se em situação de adultério, como é o caso:

Enquanto nas lidadas oficinas,
Forjando o raio vingador dos numes,
Vive o coxo marido sem receios,
Já deslebrado da traidora rede;
Do Cireneu mancebo entre os abraços,
Jaz a esposa gentil enamorada.
Nas lânguidas pupilas lhe transluz
O prazer divinal, qua a oprime, e anseia;
Nos inflamados beijos, nas carícias,
No palpitar do seio voluptuoso,
No lascivo apertar dos braços níveos,
Nos olhos, em que a luz quase se extingue,
Na interrompida voz, que balbucia,
Nos derradeiros ais, que desfalecem...
Quem do prazer não reconhece a deusa
No excesso do prazer quase expirando?
Sorri-lhe ao lado o filho de travesso,
E de entre o mirto as cândidas pombinhas
Co estremecido arrulho a dona imitam (ibidem, p. 631).

Podem imaginar-se os trejeitos de face e a repulsiva gana do truculento autor da *Refutação dos Princípios Metafísicos e Morais dos pedreiros livres e iluminados* (1816) contra o escritor do opúsculo. Não seriam, contudo, menores tais trejeitos e repulsa quando leu os versos seguintes e, sobretudo, a nota para a qual remetem e onde vai situar argumentos recorrendo à autoridade do poeta quinhentista italiano Battista Guarini a que nem dispensou

de apor a correspondente versão portuguesa do tradutor para a nossa língua¹³⁶. A mensagem é clara. A uma moral assente em preceitos de teor religioso, Garrett prefere como mais limpa e apropriada uma moral ditada pela *Natureza*, transformando o velho pecado do prazer da carne, em virtude:

Ah! Se o gosto supremo a um deus não peja,
Porquê mesquinhas leis nos vedam bárbaras
Tão suave pecar, doce delito,
Antes virtude, que natura ensina (ibidem)!¹³⁷

Apesar dos provocantes desvios que versos como os citados encerram, não temos dúvida de que o que mais terá provocado a ira de Macedo e que mais terá convencido o Conselho de Juizes a considerar a obra passível de processo terá sido uma nota aposta a um verso do primeiro canto referido aos sentimentos de Vénus relativamente ao seu amante, quando ambos foram descobertos pelo traído marido e o despeitado Marte. Eis o verso:

Com o amante ficar, morrer com ele (ibidem, p. 632)?

A provocação da nota é extrema, pois nela cabem quer o modelo religioso do naturalismo racionalista ou deísmo, quer a denúncia da insensatez dos pregadores mais válidos e sabedores da instituição eclesiástica, os teólogos. Aí caberão, certamente, os clássicos mestres Bossuet, Bergier e outros combatentes da heresia e do filosofismo, mas cabem também os nossos, e certamente o pregador da Corte viu-se entre eles. Transcrevemos a nota na íntegra:

Uma deusa não pode morrer: me diz já algum crítico, muito contente do quinau. Assim é, Sr. Crítico; mas no delírio das paixões quem se lembra da sua natureza? – Uma deusa com paixões! – Os deuses da Mitologia, os nomes dos Gregos, e Romanos não são o mesmo que o deus do filósofo (digno de tal nome) que, satisfeito de reconhecer a existência de um ente supremo para, onde se lhe acabam as forças, nem prossegue em investigações, onde se lhe apaga a luz da própria

136 Trata-se de Tomé Joaquim Gonzaga que fez tradução que veio a público em 1789, pela Régia Oficina Tipográfica, com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Eis o título português: *O Pastor Fiel – Tragi-Comédia Pastoral do Cavalheiro Guarini*.

137 Eis a tradução de Tomé Gonzaga aos versos de Guarini:

Se este crime é tão doce,	Que fraca à lei repugna,
Se tanto fugir dele é necessário;	Ou lei muito severa,
Imperfeita parece a natureza,	Que a natureza ofende (ibidem, p. 663).

razão; nem empresta à desconhecida Causa das causas os hábitos, as paixões, a forma, e toda a natureza da frágil e apoucada humanidade. O orgulho de se ocultar a si próprio a sua fraqueza, e de abaixar até à sua mesquinhez a ideia de Deus, por não poder subir até à altura dela, nasce da nossa vaidade, da nossa ignorância e da nossa miséria. Por isso os teólogos desbocadamente nos pintam, e nos querem fazer crer em um deus vingativo, irado, e capaz enfim de todos os crimes e vícios, que eles em sua alma alimentam e nos querem vender por virtudes (ibidem, pp. 663-664).

À frente, no canto quarto, fará reflexão, no âmbito da perversão que tantas vezes resultou da ligação trono-altar, sobre a utilidade ou não para uma nação de conquistas e descobrimentos, nossa gesta suprema tão abençoada pela Igreja, da função de espalhar a fé. A aplicação é feita casualmente à Espanha, focando o gigantesco complexo do Escorial, onde se misturam palácio com convento e basílica, e que bem poderia ser, no nosso caso, o convento de Mafra: “Os monarcas espanhóis fundiram no Escorial, e noutras coisas desta ordem, as imensas riquezas das Índias Ocidentais, ganhas à custa de tantos crimes, barbaridades, irreligião, fanatismo e sacrilégios de Cortês e de mil outros” (ibidem, p. 647).

A contraofensiva garrettiana às várias acusações não se fez esperar e foi, como sempre nos habituou, tão brilhante quanto violenta. Destacam-se a *Declaração que faz J. B. da Silva Leitão de Almeida Garrett, sobre a sua obra – O Retrato de Vénus – e censuras a ela feitas*, publicada no *Português Constitucional Regenerado* (n.º 35 de 13 Fev 1822), e a *Oração de J. B. da Silva Leitão de Almeida Garret pelo seu poema – O Retrato de Vénus*, que constitui a sua defesa em tribunal feita em 11 de outubro de 1822 e foi peça fundamental para a sua absolvição.

Não interessa analisar com minúcia o tecido argumentativo do acusado. Diremos apenas que, afinal, Garrett declarou e orou defendendo e aprofundando os mesmos pontos de vista da doutrina do poema e, pasme-se, não abdicando sequer das autoridades dos filósofos ou de homens da Igreja, nomeadamente da portuguesa, que teorizaram ou defenderam tais pontos de vista lidos pelos acusadores como heréticos e moralmente perversos. De facto, na *Declaração* elaborada a quente no periódico liberal, o nome e as ideias mais evocados foram os do inimigo mais atacado na longa carreira ideológica do frade: J.-J. Rousseau. A ele recorre Garrett, através de justificações extraídas do *Discursos sobre as ciências e as artes* e, sobretudo, do *Discurso sobre a desigualdade* e do *Emile*, para considerar, em tom algo

sarcástico, a sua “infeliz” educação que o retirou do estado de natureza e o fez conhecer os livros antes dos Homens. Nele se baseia, também, através do *Contrato Social*, para asseverar a plena e absoluta liberdade e a perfeita e absoluta igualdade que a Natureza concede originariamente a todos os homens e que o *pacto* garante em vida social, e para justificar o prazer como necessidade natural, considerando as normas religiosas em tal circunstância apenas suplemento à moral natural e social. À autoridade do genebrino acrescentará, sobre a questão do naturalismo, as de Camões, Tasso, Newton, Descartes, Leibniz, o nosso Bartolomeu dos Mártires e, na defesa em tribunal, Darwin...

Em todo o arrazoado discursivo queremos dar ênfase a dois aspetos que foca com grande veemência: o da defesa da liberdade religiosa interior; e o dos malefícios para a fé e para toda a cristandade, da ação da cúria Romana e da Igreja acrítica e submissa que a segue. Usamos as palavras do réu começando pelo primeiro:

Nenhum Tribunal público, civil ou eclesiástico, tem o direito de exigir a minha confissão religiosa. Nenhuma autoridade sobre a face da Terra pode dizer-me: Qual é a tua crença? Quais os teus sentimentos sobre dogma? Qual é a fé da tua alma? – A Natureza me deu a propriedade do meu coração, e do meu pensar; e as sagradas bases de uma constituição legítima me confirmaram aquele inauferível direito. Não faço pois a minha profissão de fé, e não a faço porque me custe, ou receie fazê-lo, mas porque não quero (ibidem, vol. I, p. 586)¹³⁸.

Quanto ao que a seguir escreve, é bem revelador da influência dos princípios e dos valores das Luzes, mantendo a prevalência do autor do *Contrat social* e do *Emile*. Do *Contrat* retira conceitos e a necessidade de aferição exterior com uma religião civil; do *Emile*, o projeto de uma religião natural tal como saiu da boca do vigário de Saboia. Atente-se:

Como homem, devo tolerar e respeitar a crença dos meus semelhantes; como cidadão, devo reverenciar a da sociedade e como português, devo respeitar e venerar a religião Católica, Apostólica Romana. A Lei me proíbe atacá-la no mais mínimo ponto; a Lei manda e eu obedeco. Estas e só estas são as minhas obrigações em que a Lei civil

¹³⁸ Muito mais tarde (1 de julho de 1839), em sessão parlamentar em que orou extensamente sobre a liberdade religiosa, mantinha o princípio com outra fórmula que fez assentar na Constituição Política da Monarquia: “... a liberdade religiosa é plena e absoluta, uma vez que se não ofenda publicamente a religião do Estado” (*Diário da Câmara...*, p. 1249).

e extrema pode entrar porque só nestas obrigações podem entrar as minhas ações externas. Das internas não conheço juízo público; não vejo alçada que as compreenda, nem autoridade que as possa examinar (ibidem).

Repare-se que em nenhum caso emprega o verbo *seguir* ou sinónimo¹³⁹. É também significativa a diferença que estabelece entre religião exterior e interior, em cuja separação se inscreve a possibilidade de compatibilizar a religião com a lei civil. A tolerância aparece como valor determinante.

Este posicionamento persistirá ao longo dos anos. Na já referida intervenção parlamentar sobre a liberdade religiosa utiliza o mesmo quadro conceptual e com palavras semelhantes: "... o homem que obra segundo a sua consciência é sempre homem honesto, e sempre bom cidadão; se ele entende que o seu Pároco não tem missão canónica e não quer assistir aos atos canónicos desse Pároco, está no seu direito" (*Diário da Câmara...*, p. 1250).

Quanto ao segundo aspeto, parece-nos o mais provocante e ofensivo ao frade, teólogo, pregador e censor e à classe e instituição servidas, pela sensibilidade da substância e violência da linguagem. Eis a tese: a Igreja de religião essencial e de fé não corresponde à Igreja Católica Apostólica Romana tal como tem existido e a realidade o demonstra.

São supérfluos os comentários, pela clareza do texto:

Dizes que eu confundo Roma cristã com Roma pagã. Miserável, eu comparei-as, não as confundo. Disse que o corpo da Igreja estava inválido, arruinado e depravado pela Cúria Romana. Disse e não me desdigo. Disse o que todos os sãos teólogos têm dito; disse o que todos os bons cristãos lastimam. A Cúria Romana tem arruinado e depravado a Igreja; a Cúria Romana tem infringido as suas leis, tem usurpado os direitos de seus bispos, tem-se arrogado as atribuições de seus concílios, tem sido o maior inimiga do catolicismo, tem feito mais ruína à cristandade que todos esses tão gritados e vozeados Rousseaus, Voltaires, etc., etc. Eu não disse só isso; avancei mais: disse que eles só levavam o fito em pescar para a barca do humilde S. Pedro as riquezas das nações com o sagrado anzol dos breves e relíquias. Disse e não me desdigo.

139 Augusto da Costa Dias et al. (1985, p. 228, nota 2) já chamou a atenção para este pormenor.

E mais adiante, sobre ter sido incriminado de clara profissão de *deísmo*, acusa:

É o Deus do evangelho que acendeu as fogueiras da Inquisição (por que tu suspiras), que afiou os punhais da noite de S. Bartolomeu, que amolou os cutelos espanhóis para as barbaridades do México? Foi o Deus dos Cristãos quem assassinou Henrique III e IV; quem pretendeu fazê-lo a José I? Ou foram os teólogos que em seu nome, e por lhe atribuírem seus vícios e crimes, cometeram esses horrores, e os justificaram para o vulgo embaído com o nome sagrado de Deus e da Religião (G., 1966, vol. I, pp. 589-590)?

A fórmula empregue contra a mesma acusação na *Oração* de defesa em tribunal é muito pedagógica, já que traça, através de um dos polos da antítese que com ironia engendra, os principais “dogmas” do deísmo. Diz: “Eu sou, Senhores, eu sou na boca de tão estúpido acusador, materialista e deísta ao mesmo tempo; o que vem a dizer que nego, e reconheço a Deus; desminto e afirmo a criação; creio e não creio na força ativa da matéria; alfim, sou e não sou o mesmo homem a um mesmo tempo” (ibidem, p. 593).

Entretanto, na análise dos abusos de que é acusado, nomeadamente de negar a existência de Deus, reafirmará a semântica do poema e dará, a propósito, uma lição de materialismo reduzindo o movimento e a vida a uma marcha dialética de atrações e repulsas e “abençoando” tudo ou através do artifício poético, ou da indicação dos sábios e filósofos que antes dele o afirmaram sem se tornarem ateus.

Como se pode verificar, as acusações dos libelos pessoais e institucionais a esta obra são quase todas de natureza religiosa. O manto de justificação da liberdade poética figurativa que o autor invocou, não colheu fruto nos guardiões nem nos mais ortodoxos, e muito menos, antes pelo contrário, o da invocação de nomes e obras carregados, num passado recente, de censura e condenação. O eco de tal heterodoxia de feição herética fez-se sentir longe e forte e devia estar bem presente nas pressões que a própria família incomodada lhe ia transmitindo, principalmente através do irmão Alexandre, bastante conservador nesta e na área política, e que em cartas lhe escrevia coisas como esta: “Meu irmão, bem sabes que andam nas mão de todos, impressas, obras tuas em que assaz aviltaste a santa sé romana, em que... mas não quero dizer mais com medo de te mortificar” (*apud* Amorim, 1881-1884, vol. II, p. 373). Mas foi nos registos eclesiástico que os desvíos do poeta neste escrito adquiriram maior peso e se institucionalizaram,

atingindo a “honra” de encabeçar a lista censória das proibições, sob pena de “Excomunhão Maior” e “outras penas Canônicas contra os desobedientes e contumazes”, emitida na *Pastoral* do Cardeal Patriarca de Lisboa, Carolus I, em 28 de janeiro de 1824.

Estes posicionamentos modelares e de crítica à Igreja vigente e histórica não foram ocasionais ou de natureza casual nem foram apenas fruto de rebeldia contestatária do fogoso Alceu da liberdade, da mesma forma que já não eram ponto de partida. Já em 1817, no famoso soneto “Campo de Sant’Ana” em memória do general Gomes Freire de Andrade, lera aquela instituição com olhos de índole deísta e tecendo-lhe feroz crítica culpabilizante da situação despótica que o país experimentava:

Longe, hipócritas vis, longe, impostores,
O mentiroso aparato religioso!
Que um Deus de amor, o nosso Deus piedoso
Abomina, detesta esses horrores.

De atrozes Leis cruentos guardadores,
Vos curvais ante o déspota orgulhoso,
E o sangue da pátria precioso
Torpemente vendeis por seus favores (G., 1966, vol. I, p. 1717).

Em 1819, fere a mesma instituição no poema “As Férias”, com vexantes epítetos, por causadora e incentivadora da ignorância da pátria:

Oh! Quando te hei-de eu ver, pátria querida,
Limpa de ingleses, safa de conventos,
E varridas tuas ruas da imundície
Do fidalguesco lixo!
Irá com ele a sórdida ignorância... (ibidem, p. 1549).

E em 1820, celebrando a revolução, utilizará perante a Academia uma fórmula religiosa paralela à que usaria no *Retrato de Vénus*, incentivando o caminho da heterodoxia que relega cultos em favor da interioridade e tornando a escritura em mera fonte suplementar à Natureza:

Da Divindade o culto é a virtude,
São leis da Natureza as leis divinas:
Disse-o a Palavra d’Ele,
Diz-no-lo a voz do coração que é sua.

O incenso que se queima nos altares
 Não vai tão alto, que o receba o Eterno!
 [...]
 Oh! De tal religião, oh! De tal rito
 Sejamos sempre apóstolos... (ibidem, pp. 1575–1576).

Logo no ano seguinte ao da edição do *Retrato de Vénus*, em discurso empolgado na Sociedade Literária Patriótica de Lisboa e publicado no respetivo jornal (n.º 8 de 9 de agosto), afrontava a universidade de Coimbra como aferrada a velhos e rançosos livros e métodos, de estúpida presunção e orgulho catedrático, nela bebendo a mocidade o leite da escravidão e o sustento do despotismo, através do impropério de *padresca* e de plataforma. Aí repetirá, também, a lição das leis da matéria para depois a transpor para o plano da moral humana individual e social, seguindo à letra e sem rebuço a versão do materialista Helvécio:

O que é o mundo físico é o mundo moral: às leis materiais das atrações, das afinidades, da gravitação, e do movimento, correspondem exatamente as morais do interesse, da utilidade, e da necessidade. O homem físico, e o homem moral são o mesmo homem, e tanto pesa o seu entendimento para o centro de seus interesses, quanto o seu corpo para o do planeta que ele habita. Assim é o indivíduo homem e assim é o coletivo sociedade (idem, 1985, pp. 257 e segs).

Sobre estes mesmos ideários que vão para além do furor juvenil e vintista, não nos alongaremos em dados, regressaremos às duas já antes evocadas pela sua pertinência e significado nesta matéria: o tratado *Da Educação* (1829) que, apesar da circunstância da sua incompletude, é uma das fontes mais relevantes para o conhecimento do pensamento do autor nesta matéria¹⁴⁰, e o ensaio *Portugal na balança da Europa* (1830).

O tratado foi intencionalmente concebido para influenciar a educação da jovem rainha, que na altura tinha 10 anos, através da sua educadora Leonor da Câmara, duquesa de Ponta Delgada, a quem foram dirigidas as doze cartas que compõem o livro. Nesta base, o aspeto religioso não poderia estar ausente pela importância que revestia, já que “da educação de Nossa Augusta Soberana” penderiam “em grande parte os destinos futuros da nação” (G., 2009, pp. 89-90). Assim sendo, o projeto que apresentava definiria o

¹⁴⁰ Esta temática encontra-se tratada de forma mais desenvolvida no capítulo *infra* sobre educação.

perfil desejado da cidadania portuguesa potenciado, na sua execução, pela influência da própria soberana, se o adotasse.

À data da edição do volume, tinha o autor trinta anos, longe, por isso e pela já intensa experiência de vida, da ingénua fogosidade juvenil dos aguerridos tempos académicos. Recorde-se que a revoltada *Carta de M. Cé-vola* que nada tem de idealismo romântico e generoso dos anos juvenis, em que denota uma enorme frustração e desgaste, é de 1830. Assim sendo, o próprio tratado não podia deixar de refletir o pesado e sofrido tempo da usurpação, pelo que foi o realismo que sobretudo o ditou. Tendo, então, estes dados por base, vejamos como Garrett desenhou o figurino da educação religiosa para a juventude portuguesa e para a rainha.

O sentido da proposta feita é logo traçado na primeira carta onde são apresentadas as bases do sistema educativo geral, da infância à puerícia. E traça-o de forma tão patente quanto divergente do perfil dos séculos passados. A forma como o faz, é, também, de rutura, pois pondera sistemas filosóficos controversos e heterodoxos existentes no século das Luzes e relega outros que se mostravam mais próximos da matriz cristã. Concedia, por exemplo, benevolência ao materialismo servido por Helvétio e Cabanis distanciando-se do espiritualismo servido por Kant e seus discípulos ou imitadores, como eram M.^{me} de Staël e Chateaubriand, por absurdos e ininteligência das suas teorias, ditando assim um espaventoso veredicto contra as metodologias de teor transcendental. É assim que chega e prescreve a ousada tese: “No físico e no moral não há hoje ciência verdadeira senão a experimental” (ibidem, p. 109, nota 2).

Lançado tal pressuposto metodológico, faz aplicação consequente, elegendo a *religião natural* como base fundamental e suporte de outras religiões ditadas por conjunturas geográficas ou outras, como a nossa. Assim, a primeira corresponde ao homem universal; as outras, ao homem circunstancial. Regressemos ao início de um enunciado anterior: “Como homens, i. é, criaturas, os nossos deveres religiosos são devidos ao Criador: como cristãos ao Redentor” (ibidem, p. 114). Recorde-se que o primeiro polo, o da criação, corresponde à crença central do *deísmo*, a que acresce a da espiritualidade e a da imortalidade da alma. Não negando a importância do segundo, o da redenção, contido na revelação, subalterniza-o e faz caber no primeiro os mandamentos fundamentais atribuídos ao cristianismo: “Piedade e caridade são as bases da religião natural, reforçadas e santificadas pela revelação, mas em nada alteradas. Piedade é amar a Deus sobre todas as coisas; [...] caridade é amar o próximo como a nós mesmos” (ibidem).

Como se pode verificar, a religião revelada não fica vazia de função, mas torna-se meramente complementar. Do mesmo modo e em consonância, secundarizará práticas e cultos específicos e de divergência entre religiões, ensináveis apenas depois de se conhecer o objeto a quem se prestam. Tudo era consequência do método como fora ensinado por Newton em nome da universalidade e da unificação da realidade e que, no caso, poderia eliminar as sangrentas guerras religiosas e a terrível mácula do intolerantismo. Em sintonia, o método da síntese fundado no princípio da autoridade, era aí visto como método de trevas, na pegada da teoria do abade de Condillac que o nosso pedagogo citava; a análise, ou seja, o método da natureza, era o método da luz, e havia de “vir com a força da razão e da experiência” (ibidem, p. 115). Por via disso, diria logo de seguida invertendo o *status*: “Em Religião, das obras da criação se deve ir subindo até ao Criador, dos benefícios da redenção ao Redentor”, e só depois os dogmas poderão achar crédito no espírito do educando. O remate final, redigido na carta IV em contexto paralelo, deve ter feito estremecer e arrepiar, por receio de sentença herética, a ortodoxa educadora da infanta: “Fortifiquemos bem no coração do nosso pupilo a religião natural, a que os sentidos sentem, que a razão fácil concebe; e o misterioso e difícil da religião revelada achará muito mais base”. E evocando, sem identificação, as palavras do deísta mor, Rousseau, aplicadas à dualidade homem-cidadão, conclui: “Façamo-lo primeiramente religioso, depois o faremos cristão: tentai ambas as coisas a um tempo; não será nem uma nem outra” (ibidem, p. 150).

Estes princípios conduzirão à fundação de uma ética e de uma moral iminentes, sediadas no mundo e não em pressupostos divinos abstratos que a Igreja veiculou por séculos. Nelas fará assentar a pedagogia própria à formação de um verdadeiro cristão e de uma verdadeira rainha cristã: “Não lhe ensineis categoricamente os princípios dessa religião, não lhe digais que ela é boa porque é divina, mas que é divina porque é boa” (ibidem, p. 151). Num esteio claramente deísta, invertia os fundamentos da moral e as provas da existência de Deus. Tudo emanava da circunstância do mundo observado, imanente, do mundo sentido e vivido.

Numa pedagogia ideológica de influência à futura rainha, o oportuno Garrett não podia desprezar a lição da história. Como o iluminismo fizera, tornou-a complemento moral da educação individual e social. A circunstância ordenava que se escolhesse a história dos reis. Curiosamente, e obedecendo ao método antes preconizado, partiu para a sua análise elegendo como critério valorativo mais visível do julgamento das governações, precisamente o fator religioso. Não foi escolha ingénua, claro. Ele conhecia bem a história

nacional e também a externa, e ambas lhe ensinavam que as maiores depravações da humanidade, das nações e dos indivíduos haviam resultado, frequentemente, de um perverso e fanático uso da religião, não sendo também raro ter-se ela praticado de forma mais abrangente e cruel através de uma antinatural promiscuidade entre tronos e altares. Da Europa, usará como ilustração desta realidade as hediondas chacinas de S. Bartolomeu e das Dragonadas; de lá e de cá, trará à colação a famigerada e repelente Inquisição geradora de sanguinária intolerância: “Ser cristão e ser tolerante são ideias correlativas e coisas inseparáveis. E tenha bem cuidado o educador que lhe não escape a ocasião de inculcar, sentir estes princípios ao seu pupilo. Mame-os com o primeiro leite do cristianismo porque dele são” (ibidem, pp. 152-153).

Na outra obra, o *Portugal na balança da Europa*, uma das mais significativas para conhecimento do seu pensamento político, dedicará vários capítulos à questão religiosa como elemento determinante das histórias da humanidade e das nações. O primeiro deles, logo na Secção Primeira, precisamente sob o título “Influência da Religião na Causa da Humanidade”, escreveu-o sob um duplo pressuposto: o de que “A religião do Evangelho, da qual disse Rousseau «que se não fosse divina merecia sê-lo», é a natural protetora dos direitos do homem” (Idem, 1966, vol. I, p. 812), direitos como liberdade, igualdade, felicidade, tolerância...; e o de que a religião praticada nos séculos anteriores e no presente que se vivia, fora “... instrumento de crimes, capa de vícios, esteio de tiranos, facho de discórdias, flagelo de cruelíssima perseguição” (ibidem, p. 813). As consequências de tais práticas, a análise é sua, haviam-se projetado em várias direções, e logo à partida, na própria religião que foi sendo progressivamente desacreditada e destruída; depois, na humanidade em geral e nas nações, impedindo ou invertendo caminhos de felicidade e progresso por propositado cultivo da ignorância dos povos e combate ou supressão das suas liberdades.

Na história destas adulterações e perversões, apresenta o autor protagonistas e expedientes: Igreja e soberanos, nos primeiros; a “funesta ligação sacrilegamente chamada de trono e altar”, nos segundos (ibidem)¹⁴¹.

Garrett é implacável na leitura e tratamento destes protagonistas e expedientes. Na busca de identificação apropriada à dualidade dos protagonistas, substitui o primeiro termo por “tiranos que abusavam e deturpavam o

141 Sacriligamente, porque não cabe na matriz original de um e de outro o perseguir fins funestos aos povos.

trono”, e o segundo por “sacerdotes que profanavam o altar”, acusando uns e outros por invocarem o nome de Deus para o ultrajar; o Evangelho para o calcar aos pés; e a religião para a destruir. Como? Os sacerdotes fazendo leis suas chamando-as e blasfemando-as como sendo de Deus; os reis, fanatizados pelos sacerdotes, sancionando essas leis e invocando as blasfêmias dos primeiros para as fazer crer como divinas e as fazer cumprir como tais. Eis como a religião foi destruída e se tornou “o mais poderoso auxílio dos déspotas” (ibidem), servindo desígnios de injustiça e de prejuízos gerais. Eis como se tornou possível através dela, o “extermínio inquisitorial”, e como ela acometeu a civilização que não a tem, nem a ela nem aos seus protagonistas como inimigos, tendo apenas por fito o combate aos abusos sacerdotais e aristocráticos.

Ora, foi sob esta iluminação que Garrett valorou, no *Da Educação*, os monarcas e, por arrastamento, a Igreja portuguesa e seus ministros, para lição da futura rainha. Nessa obra fará equivaler um soberano supersticioso e fanático a um ímpio ou ateu¹⁴² e clamará como virtude cimeira de qualquer rei, saber distinguir religião, de Igreja, e conseguir vigiar excessos desta quando tenta usurpar funções que a sociedade lhe nega e a religião lhe proíbe. Dos diferentes percursos dinásticos serão, então, uns louvados, como o de Afonso II que soube resistir às pretensões do clero e de Roma; outros condenados, dando proeminência ao timorato responsável pela exterminadora inquisição, D. João III, e ao fanático Sebastião que enterrou o país em África. Mas aqui estão, também, lidos pelo mesmo critério e sob a sombra dos ardeiros, supersticiosos e até sanguinários confessores, D. João V, a quem estes iludiram para seu proveito e ruína nossa, e D. Maria I, bisavó da educanda, a quem os mesmos cegaram os olhos da alma para desgraça dela e nossa, à custa de doentios escrúpulos e superstições.

Como é notório, estas duas obras de maturidade não tratam a matéria através de referências pontuais ou de forma camuflada a necessitar hermenêutica. Este modelo de *religião natural* e esta visão profundamente crítica da Igreja aparecem como elementos de largo espectro ou até estruturantes da boa ou má sorte das sociedades e dos indivíduos. Assim manterá o escritor a sua visão em ações e textos posteriores. O romance *O Arco de Sant'Ana* é exemplo relevante e sintomático nesta matéria. Obra de dois volumes, o primeiro tem luz em 1845, não assinado, que os tempos não eram para coragens ingénuas; o segundo, datado de 1850, aparece publicado em

142 A dada altura inscreve a sentença: “Rei ímpio ou rei fanático... – Deus nos livre da abominável escolha” (G., 2009, p. 157).

janeiro de 1851, a pouco mais de três anos da sua morte. O romance é indicado pelo próprio Garrett como obra pedagógica de utilidade e proveito para o tempo¹⁴³, tempo em que a oligarquia eclesiástica, “a mais perigosa e perniciosa de todas as hierarquias” (ibidem, p. 218), levantava de novo a cabeça, invadia outra vez tudo com exigência e arrogância – palácio, cúria, conselho do príncipe, assembleias da nação -, e sonhava até ao ponto de atirar de novo as fogueiras do Rossio, como em tempos ainda não longínquos, e benzer a corda das forcas do Campo de Santana. É assim que ele fala na nota introdutória “Ao leitor benévolo”. O poeta doutrinava para lembrar passados, imaginários ou não, em que Pedro o Cru teve coragem de açoitar com as próprias mãos um bispo mau e em que “os povos e os reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal” (ibidem, p. 220)¹⁴⁴. Essa nota concentra premissas e conclusões muito acutilantes deste pertinaz combatente da liberdade. Não se conformando com os novos e infelizes tempos áureos da promiscuidade trono-altar, trazia à lembrança práticas inspiradas ou amparadas pelo altar em que se impunham aberrações como o absolutismo tirânico, ódios à liberdade, injustiças flagrantes, ignorâncias supinas, combate à civilização e progresso, desprezo pelo grande povo..., tudo sustentado com queima de corpos neste mundo e medos de infernais fogueiras no outro. Sincronizado em muitos aspetos com o filosofismo enciclopédico, ele não menosprezava a religião. Irritava-se, isso sim, com os míopes e pigmeus” da oligarquia “que quiseram levá-la onde ela não pode ir, torcer-lhe a direção e granjeá-la em sórdido proveito de seus interesses” (ibidem, p. 218), molestando e fatigando os povos com as suas tentativas, desmoralizando a sociedade, atrasando a civilização, enfim, comprometendo a causa da religião e da humanidade.

Como é notório, o autor repisava aqui as teses das obras antes focadas. Mais uma vez exercia a função de educador e doutrinário militante contra a corrente do poder, deitando água na fervura entusiástica da agiotagem católica que pedia o braço do servilismo político para corromper a liberdade e desvirtuar o cristianismo radical e evangélico.

143 “O romance é deste século: se tirou o seu argumento do décimo quarto, foi escrito sob as impressões do décimo nono; o não o pode nem o quer negar o autor” (idem, 1966, vol. I, p. 226).

144 Sobre esta problemática, cf. Helena Santana (2004) na excelente apresentação e análise à obra que faz na “Introdução”.

5. Eu não gosto de frades...

Nesta vigorosa visão crítica à Igreja que pulula na literatura garrettiana, a figura do frade tem um destaque especial. O próprio o reconhece e faz cômputo disso nas *Viagens na minha terra* (1846): “Já me disseram que eu tinha o génio de frade; que não podia fazer conto, drama, romance sem lhe meter o meu fradinho” (ibidem, p. 64). E aí os temos no *Camões, D. Branca, Adosinda, Gil Vicente, Alfageme, Frei Luís de Sousa, Viagens na minha terra* e outros escritos, não só enquanto personagens, mas como objetos de análise em situações de vários teor. Não admira esta predileção em quem fez literatura tão comprometida, face ao enorme povoamento desse grupo por cá.

Já falámos sobre como o tio Frei Alexandre reconheceu tal excesso e leu as desvantagens dele, mas outros ilustrados o fizeram. Até do estrangeiro chegam numerosos testemunhos, quer de viageiros, quer de estrangeirados, atestando ser Portugal conhecido como terra de frades e judeus. Aliás, o próprio frade das *Viagens*, Frei Dinis, entendeu como excessivo o número de conventos por aqui existente e, cumulativamente, sentiu a sua decadência geral, o laxismo da classe tornado proverbial, a sua frequente concupiscência e devassidão, como a do monge da mesma obra, Remígio, da lenda de Santa Iria, representante de tantos outros de que noutros sítios fala. A isso tinham de conduzir as circunstâncias de entrada nessa vida, poucas por vocação e muitas por exigências sociais e familiares, desgostos de amor ou para expiação de vidas dissolutas e pecaminosas havidas¹⁴⁵, como era o caso do próprio Frei Dinis ou de Georgina, para nos atermos apenas a esta obra.

Ora, para além de virtudes que também nela encontrou, Garrett transferiu para esta espécie, identificada por vezes sob disfarce metonímico, muitos dos erros e defeitos que assacava à instituição eclesiástica de que eram parte. Mas nem todos esses erros e defeitos tiveram o mesmo peso no seu julgamento. Há dois que o exasperaram sobremaneira e aos quais dedicou, em ocasiões variadas, muita tinta e queixumes: o de o frade quase sempre se ter assustado com a liberdade e raramente ter percebido que esta era sua amiga, abraçando, por isso, o despotismo; e o de ter geralmente cultivado e militado a favor da ignorância e contra o progresso¹⁴⁶. Só a cegueira e a

145 R. A. Lawton (1966) versa este assunto em *Almeida Garrett: L'intime contrainte*. É também muito interessante e curioso o estudo de Virgínia Pereira (2000), “Garrett, Fr. Luís de Sousa e Fr. Gil de Santarém”, em que discorre sobre várias outras facetas do interesse de Garrett pelos frades.

146 O mesmo Frei Dinis, das *Viagens*, acolhe estes erros que revela quando, num caso, patenteia o desgosto por o filho Carlos ter abraçado a causa dos liberais, “esses desgraçados que vieram das

tacanhez poderiam explicar estas atitudes *contranatura*, já que, contrapõe o educador, "...a religião de Cristo é a mãe da Liberdade" (ibidem, p. 156).

Eis, então, razões de sobra, entre muitas outras que catalogou, para abrir o capítulo XIII das *Viagens* com o conhecido desabafo de que *não gostava de frades* a não ser enquanto artifício literário ou quando confrontava estes com quem os substituíra neste Portugal liberal: os barões. Afinal, este que era "...o mais estúpido e desgracioso animal da criação" tornara-se muito mais daninho e roedor que aqueles ao assumir-se como um desnaturado protagonista "usurariamente revolucionário e revolucionariamente usurário" (ibidem, p. 62). Só face aos malefícios dos barões tinha saudades dos frades e se abria ao sonho de imaginar o que poderiam ter sido. Mas não foram... nem no presente eram... e por isso não gostava deles. E por não terem sido nem serem, tinham agora a paga de um mau e demasiado longo percurso, uma parte vivido por ele próprio em circunstâncias várias e ainda bem frescas na memória, como aquela do apertado abraço protetor e adjuvante que deram ao liberticida usurpador e carrasco dos defensores da liberdade e progresso. Era uma paga dura e bem visível nos conventos em ruínas e neles próprios, espoliados, escorraçados e a pedirem esmola, mordidos e devorados pelos insaciáveis barões¹⁴⁷.

Frades, freiras e padres assim transviados eram, simultaneamente, Garrett sabia-o bem, produto, espelho e executores de um sistema que os amparava, doutrinava, enquadrava e formava: era a doutrina e decretos da Roma papal, as pastorais e orientações condizentes dos bispos, as visitas, os aconchegos, as confissões, as regalias, as punições, e, com grande proeminência, a moldagem nas casas de formação, nos seminários... Por estas vias se lhe ministravam os venenos, os erros e os enganamentos conducentes à conspurcação da religião e aos ódios à ilustração, à liberdade e ao progresso. Por isso, o Par do Reino ignorou a doença para estar presente nas sessões parlamentares destinadas a discutir a instrução do clero. Era tempo de crescente empáfia da classe eclesiástica que se encostava, já com proveitos, ao poder político cabralista. Na sessão da Câmara dos Pares de 22 de maio de 1843, propôs emendas ao projeto apresentado e orou contra uma desejada incorporação das aulas primárias dos civis nos seminários, justificando que des-

ilhas e desembarcaram no Porto (G., 1966, vol. I, p. 67); no outro, quando constata o ousado desejo da autonomia de pensar do mesmo Carlos, em consonância com o *sapere aude* de Kant: "...faz o que quiseres, mas não penses. Cá estou eu para pensar por ti" (ibidem, p. 77).

147 Ofélia Monteiro (2010) chama várias vezes à colação esta problemática religiosa em Almeida Garrett.

sa forma não restariam para os seculares senão as migalhas que restassem dos eclesiásticos. E compreendendo que tais instituições seriam pés de lâ para voltarem os padres e frades de perfil velho, avisava com veemência e sem papas na língua:

Isto não podemos nós consentir, não é possível, pelo Amor de Deus reflitam bem no que é tudo isto... Eu entendo em minha consciência, que estes Seminários pela maneira por que se vão estabelecendo, são os pés de lâ para voltar os frades; (Apoiados da Esquerda) são os pés de lâ com que os fradinhos voltam: esta permissão, para as deusas e legados, estas cousas, são exatamente a marcha que se tem seguido em todos os Países da Europa para a vinda dos frades; eles cá vêm, e vêm mais cedo do que eu esperava: isto é claro, e não há aqui ninguém que o não veja; muitos destes senhores, que estão aqui a conceder estas coisas, mal sabem que estão dando corda para se enforcarem... mal sabem o que estão fazendo; hão de querer recuar depois, mas há de ser tarde; hão de ir pelo despenhadeiro abaixo, e quando quiserem parar, já não mais há de ser possível!...
[...] Agora vêm os padres da doutrina; depois hão de vir os congregados, e no fim de certo tempo o ovo choca-se, e aparece o fradinho!... (Riso) Riem-se? Veremos quem chora depois; eu hei de chorar também, se viver!...

E logo depois, aconselha:

Se os devotos tiverem juízo e virem as cousas como elas são, não devem deixar nada aos Seminários; porque eles sabem o que sucedeu aos Bens de tantas Corporações, e bem sabem que ainda hoje se acabou de vender o resto da Escola Politécnica: por tanto bem sabem que deixando Bens a essas Casas há de vir um dia em que tornem a ser absorvidos (*Diário da Câmara...*, p. 320).

6. ... mas deixem voltar as freiras...

Apesar destas cautelas projetadas para a preservação do seu ideário político, nunca falou ou agiu com desumanidade contra estes corpos eclesiásticos. Defendeu sempre, publicamente, lembrando o esforço quanto convicto bispo liberal Alves Martins com quem muitas vezes se cruzou na sala do parlamento, os esbulhados dos conventos e dos respetivos bens, pedindo para eles humanidade e sustento e não desforço político, como se concede, afinal, a um qualquer criminoso. O mesmo pediu para padres

e bispos também esbulhados dos respectivos rendimentos e adotados pelo governo como seus funcionários. Falou disto amiudadas vezes, como foi em 26 de abril de 1839, em 6 de julho do mesmo ano, em 19 de agosto de 1841, etc. Mas paralelamente, nunca advogou cedências de doutrina nem o regresso destes corpos, como alguns acusaram, e muito menos o dos jesuítas sobre os quais recaía grande parte das responsabilidades das perversões e atrasos do passado.

No entanto, é verdade que equacionou, logo nas *Viagens*, a possibilidade de regresso de alguns conventos femininos. Fê-lo, a nosso ver, sem a mácula de opiniões invertidas ou ideários traídos. Tratava-se de regressos controlados e regulados para funções imprescindíveis a uma sociedade livre e de progresso, mas que tardavam com as governações liberais (cf. Machado, 1993, pp. 153-155). O que se outorgava às freiras eram apenas “as piedosas instituições do ensino da mocidade, da cura dos enfermos, e do amparo dos inválidos”. Cedência ao rigor das suas ideias seculares? Certamente, mas cedência motivada por esperas longas e frustradas de medidas ausentes. O mesmo aconteceria anos mais tarde com a polémica apresentação que fez na Câmara dos Pares, em 21 de janeiro de 1854, de um *Projeto de Lei* sobre conventos de freiras, em que se autorizava o governo a permiti-los desde que tivessem por objeto a educação de meninas, a instrução primária de ambos os sexos, o trabalho em hospitais, asilos, prisões, casas pias e afins. Todavia, como as atas testemunham, a iniciativa caiu pessimamente nas alas mais progressistas. Não foi reação estranha. Basta recordar quão polémica continuou esta questão depois da morte de Garrett. Herculano esgrimiria argumentos de cariz bem secular e diferente daquele companheiro liberal em torno dos Institutos Pios e da questão das Irmãs da Caridade francesas que alguns desejavam entre nós. Por isso, muitos não compreenderam estas atitudes do parlamentar liberal. Aliás, ele previu e esperou os impropérios consequentes de ultramontano, reacionário, traidor da fé e militância liberais do passado e outros mimos. Mas o enquadramento da proposta e também as explicações posteriores desmentem a justeza de tais acusações. Garrett mediu as instituições propostas pelo critério dos valores mais caros às Luzes face à inoperacionalidade do regime vigente nos vetores em causa: a utilidade social e a humanidade, ou seja, como específica, “tudo o que a linguagem do Evangelho chama obra de misericórdia e a pastosa língua dos filósofos diz filantropia, quanto pede a Religião cristã e quanto exige o Socialismo, o que reclama aquela em nome de Deus e este em nome dos homens” (G., 1966, vol. I, p. 1328).

Medida de remedeio às incapacidades do sistema vigente, a apresentação de tal projeto fundar-se-á também, no nosso entender, noutra circunstância. Estávamos na Regeneração que ele ajudara a erguer com Alexandre Herculanu e outros. Garrett tinha fé neste movimento como esteio de liberdade e viu nele a possibilidade de a religião poder dar passos de regresso à fonte evangélica, e que a Igreja, que não tinha agora tiranos a quem se abraçar, aderisse a ela, podendo-se-lhe confiar funções onde escasseavam quadros e executores seculares: "Foi tempo", dirá, "já lá vai, em que essas duas santas coisas – religião e liberdade – pareceram estar em antagonismo; hoje marcham unidas", já que, dirá mais à frente, "Graças a Deus, à ilustração e à liberdade, o mundo já vê mais claro, e não tardará a penetrar pelas nossas fronteiras a luz que já ilumina o resto da Europa" (ibidem, p. 1361).

Foi, certamente, como o tempo se encarregou de mostrar, idealismo e sonho do poeta a poucos meses da morte que, afinal, a religião e duas irmãs de caridade suavizaram. Nesse trágico momento de partida, recorreu até a uma religião sacramentada, valorizando exterioridades, com confissão e extrema unção – que "estas coisas nunca prejudicam...", como segredou a Amorim (1881-1884, vol. III, p. 648). Mas com estes posicionamentos de estratégia e atitudes de fim de vida, não renegou nem ofendeu as crenças religiosas da juventude e do percurso adulto, apenas venceu, se calhar de mais, a esperança, que fundiu com desejo, de uma Igreja regenerada, revivendo a dualidade da educação religiosa juvenil que tivera, mesclada de tradição e modernidade.

Do género

Garrett e as mulheres: poesia, paixão e pecados*

1. Um ousado naturalismo sensualista

Embora com alguma ambiguidade e às vezes contradições entre o natural e o social, entre o pensar e o viver, ou entre as diferenciações de género, Garrett abraçou cedo o esplendor do *naturalismo* na aceção mais pura, herdada em grande parte do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), de Rousseau¹⁴⁸. Nunca abandonará esta herança, embora ela se dilua um pouco durante a prevalência da fecunda produção romântica da maturidade. Entretanto, as tardias *Folhas Caídas* potenciá-lo-ão de novo com um sensualismo desinibido e sem limites, “com nova transparência, por alguns acusada de despudor”, para usar a fórmula de Ofélia Monteiro (2010, p. 18), roçando o realismo, com a alma rendida ao corpo que nada numa sensualidade de feição quase materialista e clamando uma moral naturalista à revelia da religião tradicional. Nesta retoma, abençoará o exercício do império dos sentidos e atrever-se-á a realizar o céu na terra, invertendo valores de uma prática centenária. O destemor intelectual e de vida da irrequieta e fremente juventude renascia aqui, traduzido em versos de formas várias, como esta que desmerece o sentimento pelo prazer do corpo:

Não te amo, quero-te: o amar vem d'alma.

E eu n'alma – tenho a calma,

A calma – do jazigo.

Ai! Não te amo, não.

Não te amo, quero-te: o amor é vida.

E a vida – nem sentida

A trago eu já comigo

Ai! Não te amo, não.

* Embora com várias alterações, este texto segue de perto um outro (“Garrett e as mulheres – deleites e delitos”) publicado em *Uma coisa na ordem das coisas – Estudos para Ofélia Paiva Monteiro* (coord. de Carlos Reis et al., Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 151-178).

148 Como temos sobejamente constatado nos capítulos anteriores, Garrett elegeu J.-J. Rousseau como um dos seus principais mestres, não só nesta dimensão filosófica mas também na política, na educacional, na religiosa e na literária.

Ai! Não te amo, não; e só te quero
 De um querer bruto e fero
 Que o sangue me devora,
 Não chega ao coração.

[...]

E infame sou, porque te quero; e tanto
 Que de mim tenho espanto,
 De ti medo e terror...

Mas amar!... não te amo, não (G., 1966, vol. II, p. 200).

Havemos de voltar a este tempo e a esta obra e seus significados. Digamos agora que se este *naturalismo* sem rebuços colocava o autor de *Helena* nos caminhos mais avançados, ousados e férteis do iluminismo (cf. Coelho, n.d.), com repercussões profundas no seu ideário político, religioso, antropológico e moral, fez também radicar nele algumas máculas inesperadas neste Alceu da liberdade e do progresso, pelas opções tradicionalistas que dele fez brotar. A questão geral das mulheres situa-se nesta sombra. Percorramos uma breve resenha da formação e das hermenêuticas do culto escritor que nos façam entender esta dualidade e estas máculas¹⁴⁹.

Ainda residente com a família nos Açores, Garrett teve oportunidade, logo a partir dos 13 anos, de ter contacto, através de traduções francesas, com os sistemas filosóficos de Locke, Leibniz, Kant e Newton. Sustentava estas investidas portadoras de heterodoxia na recheada e moderna biblioteca do tio bispo, frei Alexandre da Sagrada Família. Mas terá sido já no continente, quer em bibliotecas conventuais que os pergaminhos eclesiásticos da família lhe abriam, quer nas várias sociedades secretas a que pertenceu, quer nas redes de compra e empréstimos que vogavam pelo círculo académico, que ele adquiriu grande parte do lastro iluminista, sobretudo pela via do enciclopedismo. Foram estas competências, dificilmente ombreáveis na época, que lhe deram à-vontade suficiente para invocar bases argumentativas de Rousseau, Mably, Volney e Condorcet na prova da tese veiculada em *O Dia Vinte e Quatro de Agosto* (1821); que o encorajaram na Sociedade Literária Patriótica de Lisboa, perante uma parcela do escol intelectual e político do país, a lidar com teorias de Rousseau assentes nos *Discurso sobre as Ciências e as Artes* e *Discurso sobre a desigualdade*, e do materialista Helvécio; que o levaram a chamar à colação, com frequência, Montesquieu, Voltaire, Diderot, Condillac...; enfim, que o desafiaram a afirmar que a Revolução de 1820 o encontrara rodeado de enciclopedistas, Voltaires e

¹⁴⁹ Para maior desenvolvimento pode consultar-se Fernando Augusto Machado (1993 e 1999).

Rousseaus (G., 1966, vol. I, p. 461). Assim foi, de facto, e assim o mostrou em profusão. Projetemos esta realidade para o assunto que nos interessa.

Foi sobretudo pela via naturalista que o iluminismo tocou o poeta nos verdes anos da sua juventude. Isto é importante pelo vasto campo que esta corrente abrange quer em termos de princípios, quer de valores, quer de consequências. Novas concepções de mundo, de homem e de Deus advieram e fizeram iniciar a marcha de uma progressiva secularização. *Natureza, direito natural, materialismo, mecanicismo, lei, desteologização, religião natural e deísmo...* bem como importância do *corpo, sensualismo, prazer, felicidade imanente...* são termos e conceitos de grande voga. Garrett incorporou-os, por vezes nas suas facetas mais estremes tal como vigoravam nas fontes onde os bebeu. Folheemos algumas:

Na entrada *Loi Naturelle (Morale)*, a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert (1751-1772, t. IX), regista, sob assinatura do primeiro, mas seguindo padrão claramente rousseauniano teorizado no *Émile* e pairando na *Nouvelle Héloïse*: “A lei natural é a ordem eterna e imutável que deve servir de regra às nossas ações”. E mais à frente: “Que seja máxima para nós incontestável, que os caracteres da virtude estão escritos no fundo das nossas almas [...]. Numa palavra, a *lei natural* está escrita nos nossos corações em caracteres tão belos, com expressões tão fortes e traços tão luminosos, que não é possível desconhecê-la”. Assim, moral e virtude deixam de ter por critério a vontade de Deus, os imperativos da religião e de estar inscritas na Escritura Sagrada e tornam-se imperativo da Natureza inscrito no coração do homem em que corpo e sentidos adquirem destaque para bem-estar e felicidade neste mundo de imanência. A Natureza une a vida, e o homem aproxima-se do animal e da planta em busca de leis universais.

Por sua vez, Voltaire (1964) inicia no seu *Dictionnaire Philosophique* o artigo *Amour* com a célebre frase das *Geórgicas* de Virgílio, tornada aforismo: *Amor omnibus idem* (o amor é para todos igual). E prossegue: “Queres ter uma ideia do amor? Vê os pardais do teu jardim; vê os pombos; vê o touro que se leva à novilha; vê esse orgulhoso cavalo que dois criados conduzem à égua que o espera e que desvia a sua cauda para o receber; vê como os seus olhos brilham...”. Como é visível, as diferenças destes animais para o homem serão algumas, mas o paradigma mantém-se, reinando os sentidos geradores de prazer.

Ora, percorram-se algumas criações do poeta da época temporã e veremos, com abundância, a sintonia. Atemo-nos a dois sonetos que o poeta data de

1817 e 1818, respetivamente (G., 1966, vol. I, pp. 1716 e 1718): “Nas froixas, débeis asas da saudade” e “Virtude sem amor não é virtude”.

Leia-se o primeiro já em parte citado em capítulo anterior:

Esses muros que amor, razão despreza,
Que ergueu do fanatismo a voz trovosa,
Deixa, ó *Nice*, deixa-os vaidosa
De escutares a voz da Natureza.

Crê no teu coração; não é fraqueza
Fugir dos males para ser ditosa:
Já nos meus braços a ventura ansiosa
Espera, com amor, tua beleza.

Vem, não oiças conselhos fementidos,
Ouve amor, a razão, a liberdade,
E a virtude e o prazer verás unidos.

*Farás minha cabal felicidade,
Nem teus votos verás sempre perdidos
«Nas froixas, débeis asas da saudade»¹⁵⁰.*

Fixemo-nos no segundo:

Deixa, eu te rogo, deixa Anália minha
Duros preceitos de moral sombria;
Fingiu-os a traidora hipocrisia
Que detrás deles, a zombar, se aninha.

Leis de tartufos, invenção daninha
Que protege a impostura, e o vício cria
O egoísmo as ditou, funesta harpia
Que as horas de gozar nos amesquinha

A mão da Natureza, a mão sublime
O grão selo forjou na eterna incube
Com que o sinal de falsas lhes imprime

150 São nossas as aspas.

O coração mo diz, que não ilude:
 Crime sem dor, Anália, não é crime,
 «Virtude sem prazer não é virtude.»¹⁵¹

A toada segue noutras composições, como naquela em que ensina, em 1820, “Ao Corpo Académico” que:

São leis da Natureza as leis divinas:
 Disse-o a Palavra d’Ele,
 Diz-no-lo a voz do coração que é sua (ibidem, vol. I, p. 1575);

ou quando em 1819 no poema “As férias”, em toada libertina que aprendera com os *philosophes* e com Bocage, apela às mulheres do Porto, “Rústicas *Misses, Ladies* sensaboras”, que se libertem e lancem ao Douro os trajos *démodés* e os biocos negros, “mortalha de invenção fradesca”, de forma a poderem ser contempladas as graças que a Natureza lhes outorgou (ibidem, p. 1550).

Mas o grande esteio deste naturalismo sensual e deste libertinismo, professado nos verdes anos, foi o provocador poema *O Retrato de Venus*. Fizemos uma sua leitura sob o ângulo religioso no estudo anterior e foi já feito o seu estudo por outros¹⁵². Faremos aqui um breve apontamento projetado para esta problemática do género.

Os desmandos heterodoxos, “heréticos” e impudicos do nosso literato levaram, como é sabido, autor e obra a tribunal no país já livre, por pressão de exasperados “Católicos Romanos” bem representados pelo atrabiliário frade Agostinho de Macedo. Os nós de acusação tinham que ver, sobretudo, com desvios teológicos e religiosos e com questões morais, como já vimos. Sob a escandalosa égide do corifeu do epicurismo, Lucrécio, e na peugada do materialista Demócrito, o feroso combatente da liberdade e desafiador da Igreja e da moralidade tradicionalista erigiu nele a Natureza, à revelia dos dogmas sagrados, como mãe do universo, corporizada nos fabulosos deuses Cupido e Vénus; entronizou a razão e os sentidos; colocou a fé nos limites da razão, subalternizando a esta a escritura sagrada e fazendo cair argumentos irracionais e de mera autoridade. Mas em toda a refega travada, sobressaem na irritação dos retrógrados acusadores que escreveram na *Gazeta Universal*, dita dos *Corcundas*, as impudícias do seu exacerbado naturalismo e do irrestrito sensualismo provocatório da moralidade pública.

¹⁵¹ É nosso o sublinhado.

¹⁵² Lembramos como exemplos, Ofélia Monteiro (1971, cap. V) e Maria Antonieta Salgado (1983).

As acusações – ateu ou deísta, ímpio, materialista e obsceno – encontram, de facto, substância nos versos. Com efeito, o autor naturaliza neles o céu e os deuses, e abençoa nestes o que na tradição cristã e moral católica constituía a prevaricação mais hedionda e perseguida: o pecado da carne! Em nome da mãe Natureza, o poeta corporiza os deuses e concede-lhes a experimentação de uma felicidade suprema através dos prazeres do sexo. E fá-lo de forma tão realista e desprezível de recato que descreve os sinais tão humanos, quase animais, do gozo, retratando as lânguidas pupilas, o palpitar dos seios voluptuosos, o lascivo aperto dos braços níveos, os olhos em que a luz quase se extingue, a voz interrompida, os derradeiros ais estremecidos dos divinais amantes..., e como não bastasse, tudo em pecaminosa situação de celeste e divino adultério.

Esta audácia irreverente estava já consignada em poema de 1820 que permaneceu “ineditadamente centenário” como manuscrito até 1968, como estranhou Augusto da Costa Dias (1979, p. 105) que nesse ano o trouxe a letra de imprensa enriquecido com uma excelente introdução e notas:

Quero cantar de Amor delícias, gozo,
Que as lassoas cordas já não sofrem prantos... (G., 1979, p. 135).

E depois de desnudar

...ecos gostosos
Do arrulho do prazer, débeis suspiros (ibidem, p. 143),

descreve os dotes corporais da exposta Sabina e os olhares gulosos do seu furtivo observador:

Em torno dos lindos nacarados lábios
Lascivos beijos ávidos revoam.
Em doce agitação pausada, e branda
Os níveos globos túmidos flutuam
Adeja entre eles lúbrico desejo.
[...]
Sobe, desce, recua, hesita, anseia
Não ousa... Mas tão próximo à ventura
Ao sacrário de amor, ao foco, ao centro
Do prazer do deleite há de fugi-lo
Suspira... e entra... e desfalece... e morre (ibidem, pp. 159 e 161).

Nesta espécie de borrão já ensaiava o jovem fórmulas e cenas que havia de fixar no *Retrato*, algumas quase decalcadas. Gomes de Amorim referir-se-á à primeira composição, de que transcreve uma parte inicial, como “irmã gémea” da segunda, criticando nela a demasiada nudez e liberdade de ideias e acabando por tentar justificar as duas como resultado de um “estado patológico peculiar às grandes comoções do cérebro: tendências sensualistas” (Amorim, 1881-1884, vol. I, p. 175). Mas o que acontece é que, neste *Retrato de Vénus*, a realista descrição dos sentimentos e ações dos deuses tornados homens rompia temerária e até violentamente, com cânones que tinham consagração nos sexto e nono mandamentos da religião que o educara, substituindo a voz da Igreja, chegando ao extremo de tornar a fornicação virtude e o adultério ato moral, se ditados por desejo natural que a consciência não reprovasse. Neste contexto, atribuímos significado relevante à interrogação carregada de pedagogia e simultaneamente de visão prospetiva da sua vida quando questiona as mesquinhas e bárbaras leis que nos vedam o “suave pecar, doce delito” que é gosto supremo que não envergonha deuses e que a Natureza ensina e vê como virtude (idem, 1966, vol. II, p. 631)!

Esta interrogação afirmada tornou-se preceito adotado, como o demonstra a vida do sempre enamorado poeta e o prova, em excesso, a paixão derradeira com a andaluza, a sua “Luz”, o clímax das suas paixões. Parcelas de *Flores sem Fruto*, cartas *Ignoto Deo* e esses cantos pertencentes “todos a uma época de vida íntima” (ibidem, p. 157) constituirão a memória sentida dessa paixão. Em *O Retrato de Vénus*, o céu descera à terra e desvelara-se na pujança sensual dos corpos. Agora eram os corpos, eles próprios, reais, que revelavam a transcendência através de um sentir celestial que chegava ao céu em êxtases sublimes. Pela mediação do corpo, escancarava-se a alma e chamava-se esta a usufruir o que os sentidos não conseguiam abarcar. Ele o revela, concitando de novo olhares de mal querer e juízos reprovadores. Nas cartas, a linguagem é menos censurada, e a sensualidade resvala nas palavras que dizem os momentos vividos. “Oh! como eu vou olhar para ti, como vou ver-te, palpar-te, sentir-te! A ti... eu” (idem, 2004, p. 165)! escreve sem pudor em tempo de intervalo passional que findava. Entretanto, as justificações do que *socialmente são desvários*, e *naturalmente virtudes*, recebem no quadro do seu ideário a aquiescência e a proteção do próprio Deus, do seu Deus deísta, e permitem-lhe dispensar o céu do além, da transcendência, pelo que tem cá mediado pelo corpo, pelos sentidos, atenuando e confundindo limites entre o paraíso das delícias do amor apaixonado deste mundo e a bem-aventurança do outro que é incapaz de medir: “A noite de ontem, minha alma, foi o dia mais belo da minha vida. Oh Deus eterno!

Como eu vivi, o que gozei! Se pode haver céu depois disto”? E noutro passo, mantendo o refrão de vivência afim: “Que noite a de ontem, que dia o de hoje! Eu nado em felicidade [...]. Isto não pode acabar, isto é muito celeste de mais para estar sujeito às misérias e variedades das coisas da terra” (ibidem, pp. 103 e 107).

Rosa Montufar, a viscondessa da Luz, dá-lhe tudo, ela é a dádiva que a Natureza lhe proporcionou para gozar a felicidade imanente, ela é o seu Deus – “Rosa minha, meu Amor, meu Deus” (ibidem, p. 141) –, e o adultério torna-se destino e estratégia da própria Providência para regresso ao homem natural, à inocência perdida onde não tem lugar a moralidade que só tem sentido em sociedade corrompida que a gera por necessidade: “Que Deus se compadeça de nós, Amor, já que nos lançou neste paraíso de delícias. [...] Há dois homens em mim, vida desta alma; um é o que veem todos, o que fez a experiência, a sociedade e o conhecimento de suas misérias e nulidades – o outro é o que tu fizeste, é a criação do teu amor, a tua obra, e este vale muito decerto porque é feito à tua imagem” (ibidem, p. 184). Se aqui houvesse Carlos, agora seria outro, pois era regressado à natureza, onde se sentia bem. O homem duplicado deixava de o ser, pois prazer e virtude era uma só coisa num mundo natural. Nesta base, o veredicto da natureza suplanta a situação da família, mesmo a sacramentada: “E Deus o sabe também, R., e nos há de proteger, e dizer bem que nos perdoa decerto todas as nossas faltas passadas, porque este amor nos purifica e nos restitui à primeira inocência” (ibidem, p. 143). E noutro momento: “Tu sabes que tenho fé na Providência e em que ela protege um amor sincero e puro como o nosso, que se elevou a uma paixão sublime, a um sentimento celeste e digno da proteção dos anjos” (ibidem, p. 165).

É neste diapasão que joga a provocação suprema, convertendo a máscara do engano na vivência da sociedade perversa, em instrumento de salvaguarda daquela inocência perdida que a Providência requer como vingança da hipócrita moral social: “joguemos a nossa comédia, que é preciso irmo-nos ensaiando assim” (ibidem, p. 184).

Nas *Folhas Caídas*, fervilhará, embora com cuidados poéticos e cautelares de obra que seria pública, a mesma paixão, idênticos referenciais, linguagem par. Fixemos a memória do vivido em “Aquela Noite” de festa trespasada de amores e desejos, de beijos de bocas ardentes e lascivas, de seios nus e palpitações, de convites ousados, de conversas despudoradas sobre amores brutos. Transcrevem-se os primeiros e os últimos versos do poema:

Era a noite da loucura,
 Da sedução, do prazer,
 Que em sua mantilha escura
 Costuma tanta ventura,
 Tantas glórias esconder.

[...]

E daí? - Daí a história
 Não deixou outra memória
 Dessa noite de loucura,
 De sedução, de prazer...
 Que os segredos da ventura
 Não são para se dizer (idem. 1966, vol. II, pp. 165 e 170).

A mesma obra registrará o momento do fatal cruzar de olhos que fez nascer “Este inferno de amar” e fez mudar o gozo em dor (“Gozo e Dor”) pelo excesso de um prazer sem fim e pela míngua de vida e alma para usufruir tão excelsa ventura; nela contará também, em “Cascais”, a experiência de amor sem medida em campo aberto e à luz do dia, sob os olhares da selvagem natureza:

Aí, na quebra do monte,
 Entre uns juncos mal medrados,
 Seco o rio, seca a fonte,
 Ervas e matos queimados,
 Aí nessa bruta serra,
 Aí foi um céu na terra.

Inda ali acaba a terra,
 Mas já o céu não começa;
 Que aquela visão da serra
 Sumiu-se na terra espessa,
 E deixou nua a bruteza
 Dessa agreste natureza (ibidem, pp. 195 e 197);

enfim, aí cantará os olhos da amante, que os seus cegou com chama de queimar... Quanto à linguagem, retoma a da sensualidade que envolve o corpo e que na mocidade, concretamente em *O Retrato de Vénus*, utilizara.

Este naturalismo e sensualismo exacerbados que transpira das *Folhas Caídas* voltaram a perturbar Amorim, dividindo-lhe os sentimentos entre a admiração da sensibilidade criadora do poeta e a sua reserva de moralista.

O nascimento de tais versos de “chama impura” e o serem atravessados por “um palpitar de carnes, um ferver de sangue, uma febre devoradora de gozos”, retraía a expressão do seu louvor, proferindo a heresia contra a arte da criação de que preferia que a obra não tivesse sido escrita do que ver-se obrigado a defendê-la. A questão do adultério era, para ele, exasperante. Mas o arrebatamento pelo seu biografado impôs-lhe indulgência: “...até a pureza do céu é maculada por nuvens negras, e nem sequer o sol, esse mundo luminoso, que espalha em nosso universo o calor e a vida, está isento de manchas...” (Amorim, 1881-1884, vol. III, p. 175). A admiração pelo talento impunha-se ao desgosto do delírio pecaminoso. Seria muito mais adverso e radical o juízo do autor espanhol Romero Ortiz que, em *La Literatura Portuguesa en el siglo XIX* (1870) lamentava que o poeta do Porto não tivesse queimado tal obra (*apud* ibidem, pp. 498-499)!

Ainda bem que o não fez, pois se queimariam as folhas de uma época única da vida íntima de quem tanto amou e tão admiravelmente escreveu os seus retratos de amor...

2. Deleites com máculas

Foi muito fecundo, variado e ardente o percurso de afetos entre Almeida Garrett (1799-1854) e as *mulheres*. Seria, até, desacertado e mesmo quimérico tentar analisar a vida e a obra do autor sem nelas considerar este vetor claramente estruturante. Assim o entendeu, embora nem sempre de forma pacífica, como veremos, o seu meticuloso biógrafo Gomes de Amorim (1881-1884, vol. III, p. 37), quando acrescentou à «santa» tríade do poeta – *Deus, liberdade e pátria* – outros três vetores que dominaram e deram sentido à existência e escrita do biografado: as *letras*, a *política* e as *mulheres*, mulheres que haveria de considerar, também, “o escolho da sua vida e a perene tentação da sua alma” (ibidem, vol. II, p. 320). Aliás, como sabemos, aquela realidade foi convicta e profusamente assumida pelo próprio autor das *Viagens na Minha Terra*, obra onde ensaia até uma espécie de teorização do facto com argumentos de convicção sua e autoridade de outros, em torno de teses de índole diversa. Diz, abrindo o capítulo XI da obra: “Este é o único privilégio dos poetas: que até morrer podem estar namorados”; e um pouco à frente, através de um outro paradigma que na altura tinha muita voga, dita: “O coração humano é como o estômago humano, não pode estar vazio, precisa de alimento sempre” (G., 2010, pp. 163 e 165). Pois bem, Garrett gozou com denodo esse privilégio único dos poetas, tendo tido sempre o seu coração alimento farto, eventualmente em sobreposse, várias vezes

em sobreposição, mas nunca esgotando ou alheando créditos da sua capacidade de amar. Ele tinha “poderes de mais no coração” (ibidem, p. 421), tinha mais sentimento que imaginação. Para narrativa desta «teorização» evocará palavras de modelo que considera adequado personalizado no bobo de el-rei da Dinamarca, Yorick, que Sterne ressuscitará (cf. Monteiro, 2010, p. 488):

Estou com o meu amigo Yorick, o ajuizadíssimo bobo de el-rei de Dinamarca [...]; estou, sim. «Toda a minha vida – diz ele – tenho andado apaixonado, já por esta, já por aquela princesa, e assim hei-de ir, espero, até morrer, firmemente persuadido que, se algum dia fizer uma ação baixa, mesquinha, nunca há de ser senão no intervalo de uma paixão à outra; nesses interregnos, sinto fechar-se-me o coração, esfria-me o sentimento, não acho dez reis que dar a um pobre... Por isso fujo, às carreiras, de semelhante estado; e, mal me sinto aceso de novo, sou todo generosidade e benevolência outra vez» (G., 2010, pp. 164-165).

Neste percurso intenso que foi também o seu, não graduou a dose de anfião, como Goethe, não seguiu a prevalência da imaginação sobre o sentimento, como Homero, Sófocles ou Voltaire. Seguiu Byron, Schiller, Camões e Tasso, como confessa (ibidem, pp. 317-318), e isso terá talvez contribuído para a sua morte tão prematura, como a estes sucedeu. Ele previu isso (ibidem, p. 364), mas não conseguiu ou não quis evitar; Gomes de Amorim havia de confirmar depois o presságio: “Tal foi a sua [morte]. Tão bem se descreveu, que até a profetizou, nove anos antes! O coração matou-o. Porque, é ele que o diz, que nos discursos políticos o confessa, tinha coração de mais” (Amorim, 1881-1884, vol. III, p. 84).

Nasceu nele muito cedo este fogo de amores e paixão que o tempo foi ateando. É conhecido o ambiente de forte religiosidade que o rodeou em menino e adolescente, chegando a vestir trajes batinais e a ensaiar sermão em púlpito na ilha Graciosa (cf. cap. infra) para fazer caminho como padre. Mas não foi esse o seu rumo, por vontade própria e impulso da natureza, rasgando assim o sonho familiar que augurava o seu futuro como bispo ou cardeal, à semelhança do tio frei Alexandre da Sagrada Família. Reza a crónica mais oficial que, em momento de despedida do irmão Alexandre que zarpava para o continente a exercer profissão, o jovem problematizou criticamente o destino que lhe fora marcado movido por saudades, sentidas naquela hora, dos locais nortenhos de infância, e por uma angústia emergente do acanhado espaço insular que se lhe afigurava como tormento para

o resto da vida. Teria deixado, então, à sombra destes pressupostos, ecoar “o cântico da natureza na primavera humana”, como confidenciou um dia a Gomes de Amorim (ibidem, vol. I, p. 103), deliberando perentoriamente ir para Coimbra cursar direito em vez de ficar e fazer carreira eclesiástica. Só que este “cântico da natureza” havia de ser depois melhor figurado por informação tardia que o biógrafo remeteu para uma nota de fim de página: afinal, amores juvenis do poeta na Terceira por uns belos olhos pretos terão sido não só a causa primordial para a obnubilação da vocação sacerdotal, como terão facilitado a cedência dos pais e família para deixá-lo rumar à universidade, pois não viam com bons olhos tais devaneios mulherengos em tão tenra idade. Este quadro receberá confirmação no seu *Chaveco Liberal*, em 1829, onde o então exilado escreveu sobre si: “... assim mestre calafate como aqui me veem, fui estudante no meu tempo, e maldita seja a moça que me andou co’a cabeça à roda e foi causadora de eu não ter hoje as orde’s com’o nosso capelão...” (*apud* ibidem, p. 109, nota 1).

Pode ter sido este o primeiro altar da sua religião dos olhos negros que um dia havia de cantar em *Flores sem fruto*, já depois de, anos mais tarde, ter deixado outros da mesma cor de uma outra donzela de quinze anos, em S. Miguel, na hora de embarque para o Porto, em 1832, para combate contra os exércitos miguelistas:

Por teus olhos negros, negros,
 Trago eu negro o coração,
 De tanto pedir-lhe amores...
 E eles a dizer que não.

E mais não quero outros olhos,
 Negros, negros como são;
 Que os azuis dão muita es’rança,
 Mas fiar-me eu neles, não.

Só negros, negros os quero;
 Que, em lhes chegando a paixão,
 Se um dia disserem sim...
 Nunca mais dizem que não (G., 1966, vol. II, p. 127).

À dona dos primeiros terá deixado bem negro o coração ao partir, mas terá também levado o seu carregado com a mesma cor pintada de ausência e saudade. Contudo não terá permanecido assim por muito tempo, diga-se, como tudo indica. Na vida de estudante na academia de Coimbra foi-lhe

florescendo e dando frutos a veia poética com a qual semeava e colhia amores ao ritmo de uma dialética imparável: as mulheres inspiravam, a poesia atraía, a vivência colhia e de novo inspirava, repetindo-se o processo sem parar... No “A quem ler” (1853) pintará com realismo este novo quadro de vida no contexto de caracterização da sua *Lírica de João Mínimo*. Nesta obra, dizia o escritor já muito perto da morte, “está a infância poética, toda a vida juvenil do homem de letras, do artista, do patriota sincero e inocente, do entusiasta da Liberdade”. E mais à frente:

Fala de amor o poeta... Sim, fala, e há Délias, e há Lílias, e há flores e há estrelas, e há beijos e há suspiros, e há todo esse estado-maior e menor de um exército de paixões que sai a conquistar o mundo no princípio da vida de um rapaz cheio de alma, de fogo, de exuberante energia e veemência de sangue (ibidem, vol. I, p. 1661).

O quadro assim descrito e datado da era juvenil estende-se e é aplicável a toda a vida do sempre enamorado e apaixonado poeta da liberdade e do amor. Herculano, que pacientemente chegou a fazer de pau-de-cabeleira em encontros amorosos do amigo, registaria em carta de 1867 a Gomes de Amorim (1881-1884, vol. III, p. 225) este facto e o espanto pela viçosa força inalterável de coração do eterno amante: “Bem sabe que o Garrett morreu (em certas relações) com os mesmos vinte e cinco anos que tinha trinta anos antes”. Meçam-se e perscrutem-se, então, alguns tempos e vivências de amor e paixão com base no real.

Em data de 1821, com 22 anos, portanto, fazia já valer o poeta o abundante roteiro de afetos juvenis com experiências de sucessos e desditas para consolo a um amigo sofredor de recentes maleitas de coração:

Consola-te comigo, meu Sarmento,
 Consola-te comigo,
 Também eu fui patau, também as Mársias,
 As Análias, Armias,
 Me deram que fazer, me atarantaram
 Nos meus tempos de amante.
 Também de uns olhos já pendeu meu fado;
 Também já num sorriso
 Se estreitou de meus sôfregos desejos
 O círculo acanhado.
 Num desdém, num suspiro, ou morte ou vida
 Me deram meus delírios;

Alvejou-me a esperança entre dois lábios;
 Também entre dois lábios
 Me negrejou terrível desespero
 C'roado de ciúmes (G., 1966, vol. I, 1582–1583).

A prescrição para a cura vem depois, instando o amigo a seguir o seu exemplo para que, a pouco e pouco, o bálsamo do tempo curasse as suas feridas. Eis o remédio já por si testado: aplicar os sentidos a todas as belas, reservando o coração e os afetos para alguma bela de eleição!

Muitos anos mais tarde, em 1853, já no inverno da sua existência, permanecia ardente o seu fulgor de amante. Eis como retratava esse fulgor em contexto da última e maior paixão da vida:

Este inferno de amar – como eu amo!
 Quem mo pôs aqui n'alma... quem foi?
 Esta chama que alenta e consome,
 Que é vida – e que a vida destrói –
 Como é que se veio a atear,
 Quando – ai quando se há de ela apagar (ibidem, vol. II, p. 177)?

E todavia, Garrett teve matrimónio sacramentado. Nesta base, podemos interrogar-nos sobre o que separou a paixão relâmpago que o acometeu naquela noite de setembro de 1821 quando representou o seu *Catão* no Bairro Alto de Lisboa e deparou, entre a chuva de ramos e lenços beijados e lacrimosos de muitas admiradoras ilustres e rendidas que o disputavam, com a sereia de treze anos cuja beleza e formas virginais o sideraram e que se tornaria, um ano depois, sua mulher... e estoura que viveu na última fase da vida com a amante Rosa Montufar Barreiros, a também bela andaluza gaditana, casada com o oficial do exército português Joaquim António Barreiros? A primeira, para além do fogo apaixonado dos primeiros tempos, concedeu-lhe o único estatuto de bem casado que experimentou, concedeu-lhe companhia e amor quanto baste nos difíceis tempos de perseguido, exilado e empobrecido, mas acabou por transformar-se em “estrela funesta” geradora de infelicidade que lhe gravou na alma marcas indelévels que nem a ausência por separação conseguiu erradicar; a segunda fê-lo renascer e permitiu-lhe retomar todas as fantasias do tempo juvenil que tornou reais numa intensidade sem par e paixão quase sem limites, como se pode constatar na letra e nas implicitudes das cálidas cartas que o poeta lhe escreveu e que sobraram da destruição (G. 2004), e sobretudo deu-lhe ocasião de criar os sublimes versos que consagrou *Ignoto Deo*, reunidos nas

Folhas Caídas (1853) e que constituem “talvez o mais assombroso sucesso que em Portugal se tem dado com um livro”, como augura Amorim (1881-1884, vol. III, p. 397). Com efeito, a obra viu a primeira edição esgotada entre abril e maio, tendo sorte paralela a segunda, fazendo lembrar sucessos que no século anterior tinha tido *Julie ou la Nouvelle Heloise, Lettres de Deux Amants*, de Rousseau, que conhecera 72 edições nos primeiros 39 anos de existência (cf. Machado, 2000, p. 183), tendo sido as mulheres as principais responsáveis do sucesso.

No largo intervalo que separa estas duas tão fortes mas tão distintas paixões, sobram outras Délias, Lílias e Análias, Lídias, Luíças, Lucindas e Adelaides, Joaninhas, Lauras, Júlias e Georginas, não faltando sequer ocasião, eventualmente sublimada, para induzir devaneios em “devotas”, “formosas” e “açucaradas”, freiras, como as do convento de Santa Clara de Vila do Conde, as mesmas, aliás, que posteriormente cantaram um *Te Deum* em protecção da esquadra miguelista que brindaram com refrescos, pedindo presença de oficiais para com elas tomarem chá...

Em junho de 1836, Garrett separou-se da mulher Luísa Midosi que o “desonorara”. Quanto pesaria esta “desonra” em quem tanto fruía com outras! Conhece por esse tempo de tormentoso mas incontornável sofrimento a doce e fiel jovem de 18 anos, Adelaide Pastor, que se lhe dedicou, o consolou, lhe deu paz e amou sem condições nem sacramento. Deu-lhe também três filhos, dos quais restou Maria Adelaide, a única que o havia de ver morrer. Ele amou Pastor, e foi esse amor calmo que o fez guardar lugar de morte ao lado dela e dos outros dois filhos falecidos, no cemitério de S. João: “Espero e desejo que minha filha saiba, se eu não viver até eu lho poder dizer, que a minha vontade inalterável e o meu ardente desejo é que as minhas cinzas ali sejam postas ao pé das de meus filhos e da minha Adelaide” (*apud* Amorim, 1881-1884, vol. III, pp. 71-72). Foram palavras sinceras e cheias de ternura! Contudo, na vida comum que ambos tiveram, não conseguiu abster-se de outros deleites. E tendo ainda a alma de luto por ela que tão cedo o deixou em 1841 e planeando aqueles destinos tumultuares, já se lhe perfilava, sem atender sequer à inquietação que de facto sentia da responsabilidade acrescida de ser pai e mãe da filha ainda bebé que ficara, o regresso ao dogma dos olhos pretos através de uma enigmática *Ela*, a quem haveria de conceder um duplo privilégio supremo: o de ser, simultaneamente, primeiro e último, ou seja, único amor da sua vida, aquele a quem as “Asas Brancas” também se renderam, pesadas, trocando o próprio céu e as estrelas por *Ela*:

O meu amor primeiro,
 Único, derradeiro,
 Achei-o pois: é Ela. – Ela um mistério,
 Um sonho – um véu caído
 Sobre um símbolo! Um mito...
 Mas é Ela... Oh! É ela! Eterno império
 Lhe foi, desde o princípio concedido
 Em meu ser imortal. Sou, fui... escrito
 Está que sou, que fui, que era já dela,
 Desde que há ser em mim (G., 1966, vol. II, p. 135).

Aqui está *Ignoto Deo* das *Folhas caídas*, de 1853, antecipado em dez anos. Na verdade, o poema *Ela* ainda faz parte de *Flores sem fruto* (1843). O bom Gomes de Amorim ainda pensou que se tratasse de uma homenagem à sua fiel Adelaide, mas depressa concluiu o contrário, pois não podiam tais versos e os restantes do poema, pela paixão ardente que transportavam, ser inspirados em devotada companheira de casa e mãe dos filhos de ambos! Desta forma, Garrett adulterava quase toda a vida anterior: a do período de bem casado, com adultério de formalidade legal; a do período restante, onde couberam tantos amores, incluindo o da tão devotada Adelaide Pastor, com “adultério” moral.

Oh! os poetas!... Quem ousará ler o livro incompreensível, que Deus inscreve nessas almas privilegiadas, sondar esses misteriosos abismos sem fundo?! Os seus corações vivem de ternura, como as plantas de ar e de luz. A poesia é a sua Dejanira, envolvendo-os eternamente na túnica funesta, que lhes abrasa o sangue, e lhes devora a vida com a sede insaciável do amor. Mas poderia a abelha compor o mel delicioso com o suco de uma flor única? [...]
 Deixemo-los, pois, mariposas sublimes, remontar-se aos astros, em busca da inspiração divina[...].
 Que importa o sacrifício, se dos seios das vítimas nascem os imortais poemas, os cantos eternos, que resgatam todas as faltas, e que honram a humanidade (Amorim, 1881-1884, vol. II, p. 714)?

Assim se exprime o moralista autor das *Memórias* que tanto vituperou a legítima esposa Luísa Midosi com expressões como “estrela funesta” e “a mais perigosa de todas as Análias” por supostos e eventuais desvios. São palavras ao arrepio de desejos e lamentos que noutras ocasiões expressou atinentes ao sentido e orientação de vida do poeta relativamente à cegueira com as mulheres com quem tanto tempo de vida perdera com manifestos e

vários prejuízos, nomeadamente para a criação literária. Desta vez, contudo, não se mostrou apenas benevolente para tais descaminhos, encarou-os até positivamente como condição de criação poética. Mas Garrett também se exprimiu várias vezes da mesma forma sobre a matéria. Mesmo assim, não deixaria de se questionar sobre a crueza, maldade e nefastos efeitos da sua tão sistemática e porfiada volubilidade que semeava feridas sentimentais nos corações das suas amadas. Aliás, ele próprio sangrou algumas vezes deste mal, como foi no caso da arrebatada paixão com a Viscondessa da Luz. Provam-no em demasia as já referidas cartas que lhe dirigiu onde passam repetidos queixumes a contenções cautelares da amante, ciúmes quase doentios, insatisfação por encontros falhados ou curtos, inconformismo e desgosto por ter de a partilhar. Por isso lastima as suas condutas e incrimina-se até, por vezes. Só que estas desobrigas não conseguem esconder sinais de evidentes *delitos de género*. Sigamos a dupla fórmula das *Viagens* através do importante espelho biográfico de Carlos. Por um lado, Joanhina recebe confissões em ecos variados que acoitam reconhecimentos de culpabilidade pessoal: “... perde-se-me esta cabeça nos desvarios do coração. Errei com ele, perdeu-me ele... Oh! bem sei que estou perdido” (G., 2010, p. 421). Situando a causa em si próprio, repete em várias ocasiões o mote: “Eu estou perdido. E sem remédio, Joana, porque a minha natureza é incorrigível. Tenho energia de mais...” (ibidem); um pouco à frente continua: “... ameí-te com um coração que já não era meu; aceitei o teu amor sem o merecer, sem o poder possuir, traí quando te amava, menti quando to disse, menti-te a ti, menti-me a mim, e não guardei verdade a ninguém”; e em rebate de culpa assumida, declara:

Oh! eu sou um monstro, um aleijão moral deveras, ou não sei o que sou” [...]. Sabia que era monstro, não tinha examinado por partes toda a hediondez das feições que me reconheço agora.

Tenho espanto e horror de mim mesmo (ibidem, pp. 441-442).

Mas por outro lado, esta responsabilização individual, escudada ou não em exigências de criação poética, torna-se, em algumas ocasiões, *imperativo* ou pelo menos *vocação de natureza*, um ou outra ditados pela natureza do género, com carácter de universalidade, portanto incontornáveis. Cruzam-se e fundam-se, até, numa *responsabilização social* que ele torna universal, incontornável, habilitando o chamado “sexo forte” a poder ser desigual, fazendo-o usufruir de claras vantagens físicas, sociais, morais, e até legais. Atente-se: “Tu não compreendes isto, Joanhina, não me intendes decerto; e é difícil. És mulher, e as mulheres não intendem os homens. Sempre o

entrevi, hoje sei-o perfeitamente. A mulher não pode nem deve compreender o homem. Triste da que chega a sabê-lo!...“(ibidem, p. 422).

Mais à frente clarificará:

Se todos os homens serão assim?
Talvez, e que o não digam (ibidem, p. 422).

Desta forma, Garrett, através de Carlos, assume a *diferença de natureza* dos dois interlocutores: Joanhina permanece limpa segundo os ditames da natureza, como, aliás, as três irmãs que amou em sobreposição – Laura, Júlia e Georgina – que viviam no “Éden da inocência”; Carlos tornara-se homem de máscaras formatado pela sociedade existente e a ela apropriado. Colocava, assim, cada género a viver a sua “naturalidade”, e aceitar isto era aceitar a desigualdade, pelas implicações que daí decorrem. Ela, a mulher, teria de ter, necessariamente, uma vida singela, recatada, sem doutorices, num mundo fechado ao social e ao civilizacional existentes. Era esse, aliás, o desejo de Carlos, de Garrett, para seus contento e proveito, claro. Se quer o regresso, seu e dos do seu sexo, à inocência natural que deseja para a prima e para as outras mulheres? Não parece, a medir pelo fim da longa carta:

...eu que farei?
Creio que me vou fazer homem político, falar muito na pátria com que me não importa, ralhar dos ministros que não sei quem são, falar dos meus serviços que nunca fiz por vontade; e quem sabe?... talvez darei por fim em agiota, que é a única vida de emoções para quem já não pode ter outras (ibidem, p. 456).

Este é o ambiente da cidade conspurcada. Garrett chama Rousseau neste e noutros confrontos entre *natureza* e *sociedade*, entre autenticidade e máscara, entre frugalidade e agiotagem, entre simplicidade e doutorice. São polos recorrentes que seguem o perfil traçado no capítulo XXIV da obra, onde decalca o início do *Émile*, do mestre genebrino. Leia-se este: “Tout est bien sortant des mains de l’Auteur des choses, tout dégénère entre les mains de l’homme. [...] Il bouleverse tout, il défigure tout, il aime la défformité, les monstres; il ne veut rien tel que l’a fait la nature, pas même l’homme” [Tudo está bem ao sair das mãos do Autor das coisas, tudo degenera entre a mão do homem]. [...] Este subverte tudo, desfigura tudo, ama a deformidade, os monstros; não quer nada tal como o fez a natureza, nem o próprio homem] (Rousseau, 1966, p. 35). Depois vai mostrando os contrários e provando como “Les bonnes institutions sociales sont celles qui savent le

mieux dénaturer l'homme" [As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem] (ibidem, p. 39), mascarando-o, escravizando-o, sujeitando-o a ferros, tornando-o unidade fracionária, enfim, tornando-o tal como é na sociedade vigente.

Veja-se, agora, o molde do cidadão da *Invicta*: "Formou Deus o homem, e o pôs num paraíso de delícias; tornou a formá-lo a sociedade, e o pôs num inferno de tolices" (G., 2010, p. 421). Depois, como o seu inspirador, vai descrevendo os contrários para relevar o homem que a sociedade tem contrafeito, apertado e forçado em grades de ferro, esse homem "aleijado como nós o conhecemos", "o animal mais absurdo, o mais disparatado e inconsequente da terra, rei que perdeu a realeza, príncipe deserdado e proscrito, ativo e soberbo do seu estado passado mas baixo, vil e miserável pela desgraça do presente (ibidem, pp. 279-280). Mas afinal, é neste segundo mundo de desmerecimento e tolices que situa, com claras vantagens, os privilegiados poetas e civilizados homens, contra o paraíso de delícias naturais, o éden da inocência em que coloca as mulheres que não só não poderão usufruir das benesses da cidade, como não poderão calcorrear caminhos de produção poética!

Voltaremos mais à frente ao caso destes delitos aqui prefigurados.

3. Delitos de género

A par de *razão*, *natureza* é ideia central e estruturante das Luzes. Ela trouxe para a imanência as concepções e interpretações do mundo, do homem e de Deus e foi base de construção da modernidade. Garrett abraçou este caminho, como vimos, e concedeu àquela ideia espaço privilegiado, contribuindo grandemente para essa modernidade em Portugal, há muito anquilosado a vários níveis. Fê-lo no campo político fazendo radicar na *natureza*, como os filósofos naturalistas e em particular Rousseau, a *liberdade* e a *igualdade* que o guiaram sempre; no da educação, privilegiando o corpo e o método de análise que é o *método da natureza*, como assevera no tratado *Da Educação*; no da religião, aderindo aos caminhos da *religião natural* que integrou, também, como base da educação religiosa no tratado atrás referido; no da moral, dando a este vetor estatuto paralelo ao da física e deslocando o critério de distinção entre o bem e o mal, de Deus para a voz da consciência individual que a *natureza* inspira. Por tudo isto, ele tornou-se padrão e referência cimeira do liberalismo em Portugal, no que este teve de mais avançado, e fez permanecer o seu ideário como inspirador dos caminhos

da República. Mas estas são, também, algumas das razões do paradoxo e delitos que o têm perseguido no que respeita às concepções, representações e perspetivações da natureza do mundo e da vida das mulheres. Por ironia, havia de ser precisamente no *naturalismo*, mola de tantos progressos, que ele haveria de sustentar tais paradoxos e delitos, colhendo argumentos onde sustentara caminhos tão inversos. Também aqui, Rousseau foi o grande esteio, a par da ideologia enciclopedista, tão parcas, uma e outra, em avanços nesta área (cf. Machado, 1999).

Se consultarmos na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert (1751–1772, vol. VI) a entrada “*Femme (droit naturel)*” pode ler-se:

O ser supremo, considerando que não era bom que o homem estivesse só, inspirou a este o desejo de ter uma companheira em sociedade com acordo voluntário. Esta sociedade tem por fim principal a procriação e a conservação dos filhos que nascem até à autonomia destes. E embora marido e mulher tenham os mesmos interesses, é fundamental que só um tenha o governo. Ora, o direito antigo e moderno das nações dá ao macho a autoridade, ficando a mulher sujeita ao marido e tendo de obedecer-lhe. Pode haver exceções...

Na sequência do artigo que se estende por outras aceções, encontramos projeções que seguem a toada, nomeadamente na aceção *moral* que elenca desigualdades várias entre os géneros (força, majestade, coragem, razão, *versus* graça, beleza, delicadeza, sentimento); na de *jurisprudência*, em que os distingue através das capacidades de emprego; na de situação *conjugal*, em que consagra que a mulher é obrigada a seguir o homem para onde quer que ele julgue dever ir.

Por seu lado, Rousseau consagrará e aprofundará no seu *Émile* este quadro pouco inovador. Como o nosso poeta, também ele amou muito as mulheres e foi objeto de alguns amores delas, mas não ultrapassou a pecha de as considerar diferentes e inferiores em vários aspetos (Coulet, 1996). A teoria que ele segue é simples: homem e mulher são da mesma espécie, mas distinguem-se pela constituição que têm. Ora, dado que este princípio de desigualdade se inscreve na natureza, a sociedade deve respeitá-lo através das diferenças de destino que necessariamente gera, pois se em estado natural, havia atos e diferenciações que não acarretavam consequências pelo género de vida que havia, não era o mesmo no estado social. Assim, por exemplo, com a diferença de força física que em situação natural não se repercutia senão no próprio, e que, em situação familiar ou social gera

hierarquias, implica sujeições, determina direitos e deveres; com o pudor e o desejo de agradar característicos nas mulheres que, de inclinação, se torna dever na situação conjugal; o mesmo com o ato sexual que se transforma de instinto em busca de prazer, também em dever na situação referida; com a gestação e criação de filhos que arrasta, na situação social, modos de vida incompatíveis com a vivência livre ou o exercício profissional por parte da mulher; com a divisão de tarefas que se devem compatibilizar com as diferenças físicas, etc. Este era o padrão que Sofia, noiva destinada ao Emílio, tinha de aprender e praticar. É no livro V do famoso tratado *Émile ou de l'éducation* que ele teoriza esta educação feminina. Lá ditará que é da ordem natural que a mulher obedeça ao homem; que o homem tenha o direito de comandar e a mulher o de governar quem o comanda através do império da doçura, da graça, da complacência, dando ordens com carícias e choros e governando bem a casa, local onde deve exercer mais autoridade. “Mas quando ela”, – diz a dada altura – “desconhece a voz do chefe e quer usurpar os seus direitos e comandar ela própria, não resulta disto senão desordem, miséria, escândalo e desonra” (Rousseau, 1966, p. 767). É curioso constatar como o filósofo lê a autonomia feminina, detestando mulheres casadas que se tornassem autoras ou estudassem para serem independentes. Corrupção de costumes, deboche, adultério seriam, em seu entender, consequências frequentes de tais pretensões.

Pois bem, Garrett não se afastou muito destes quadros de referência e colheu, por vezes, situações e até fórmulas destes cânones, incorporando a dualidade contraditória dos que o inspiravam nesta matéria, apesar de tão comprometidos com as Luzes e tão avessos à paragem da história. Com efeito, como estes, ele compreendera e anuíra à importância da *razão* e do *progresso* para realização do projeto da ilustração; teorizara e praticara militantemente o valor da educação como condição da liberdade dos indivíduos e dos povos; reconhecera que a substituição das abstrações metafísicas e teológicas pela *natureza* e pela *imanência* fora a base fundamental para o reconhecimento da razão e a mudança de perspectiva metodológica que permitiu a inauguração de um novo paradigma epistemológico que mudou o mundo; enfrentara os velhos guardadores da moralidade e encontrara o céu na terra através dos deleites das mulheres. Contudo, não foi capaz de conceder a estas papel relevante nestas conquistas, como nem sequer projetou para elas, destas conquistas, alavancas seguras para a sua necessária dignificação. Não o fez, de facto, pelo menos na medida que se impunha e que dele se esperava. Foi parco e até prevaricador. Escusadamente, inconsequentemente, até desatentamente... Com efeito, Garrett era homem muito culto e conhecedor da Europa geográfica e intelectual. O século

anterior e até antes consagrara já significativos avanços nesta área da libertação e dignificação da mulher: Fénelon corria mundo com *De l'Éducation des Filles* (1687); M.^{me} Lambert publicara *Avis d'une Mère à Sa Fille* (1747); M.^{me} Graffigny escrevera *Les Lettres Péruviennes* (1781); M.^{me} d'Épinay, já militara pelos direitos à educação do seu género nas *Conversations d'Emilie* (1781); o mesmo com M.^{me} de Staël, nas *Lettres sur le Caractère et les Écrits de J.-J. Rousseau* (1788), e outras e outros mais a quem, curiosamente, recorreu e até citou no seu tratado *Da Educação* (1829). Mesmo na pátria que o viu nascer e em tempos já idos, houve quem tivesse chegado bastante mais longe, como foram os casos de Vernei ou Luís Mouzinho de Albuquerque¹⁵³.

Garrett enredou-se na teoria da regeneração da humanidade, de Rousseau, que conhecia muito bem, mas omitiu para as mulheres, como o seu mestre, a última fase do processo. As virtualidades do selvagem, do homem naturalmente bom, deviam manter-se como referência na construção do homem novo. E dado que o regresso à situação anterior já não era possível nem conveniente, o pai da educação moderna criou um sistema educativo próprio a recriar esse homem novo para a sociedade do *Contrato*, uma sociedade com homens-naturais-de-cidade, uma sociedade evoluída, livre, feliz. Ora, o nosso cidadão portuense também desejou esta sociedade assim, mas fazendo permanecer nela a mulher quase na primeira versão, ou seja, moldada a esta segunda condição em vez de reconstruída. Nesta condição a pensou, assim a desejou, assim a amou, assim a escreveu.

Apresentamos uma breve mas diferenciada ilustração.

Começamos com um poema inserido em *Flores sem Fruto*, mas datado de 1823, que vai buscar e traduz da letra de Anacreonte. O título é sugestivo e podia integrar o Livro V do *Émile* para que Sofia aprendesse a *governar* quem a *comanda*:

A Força da Mulher

Ao touro deu córneas pontas
 A prósida natureza,
 Deu à lebre a ligeireza,
 E a dura pata ao corcel.

153 O "Apêndice à Carta 16.^a sobre os estudos das mulheres, do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), e as *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública em Portugal* (1823), respetivamente, provam em abundância tal facto.

A voar ensina as aves
 A nadar ao peixe mudo;
 E deu ao leão sanhudo
 O dente destruidor;

Aos homens deu a prudência;
 À mulher não pôde dá-la...
 Acaso quis deserdá-la,
 Ou então com que a dotou?

Por armas e por defesa
 Deu-lhe as formas engraçadas
 Que o ferro, o fogo, as espadas
Que tudo podem vencer (G., 1966, vol. 2, p. 30).

Este posicionamento, tão naturalista quanto discriminatório do sexo feminino, não é estrepante. No célebre *O Toucador, Periódico sem Política Dedicado às Senhoras Portuguesas* (1822), com o qual quis elevar o nível da sua iletrada e pouco *habituée* esposa Luísa Midosi, estabeleceu ele, com o colaborador Luís Francisco Midosi, um plano de matérias em nove lições subordinadas aos seguintes temas: modas, visitas, bailes, jogo, teatro, passeios, banhos, assuntos vários e namoro. Eis as “pertinentes” competências que aperfeiçoariam a natureza e a condição de esposas das leitoras. O perfil destas duas vertentes era logo traçado no primeiro parágrafo do periódico: “Sexo amável e encantador, que fazeis as nossas delícias, aprimorais os nossos prazeres, adoçais nossas amarguras, e sois a essência da vida, o afago da existência; [...] nascestes para encantar-nos; nascemos nós para servir-vos”. E um pouco à frente traça o destino de vida: “Proteção na infância, encanto na mocidade, companhia na idade madura, amparo na velhice; desde o berço até à sepultura, só vosso benigno influxo nos ameiça a existência, nos aformoseia a vida, e espalha mimosas flores em seu difícil caminho”. Enfim, era o império dos homens que ditava...

Os testemunhos deste retrógrado ideário são muitos. É deveras curiosa a apresentação que faz do assunto no inacabado romance *Helena*. Implacavelmente tradicionalista, veicula-o através de duas personagens femininas: Isabel e a mãe. Parece transcrever Rousseau, ao afirmar através da primeira que a mulher literata – Rousseau falava das mulheres que escrevem, as autoras – era “a coisa mais ridícula e abortiva do mundo” (*ibidem*, vol. I, p. 443). E se a filha diz, a mãe redobra, pondo-lhe na boca o princípio, tornado conselho, de que a inocência, que identifica com ignorância, é virtude

insubstituível na mulher, já que esta quanto mais sabe mais erra (ibidem, p. 437). Como estava perto o exemplo que M. le Chevalier de Jaucourt dava, no artigo já falado, “Femme (antropologie)”, que fez para a *Encyclopédie*, para mostrar como a história anterior sempre inferiorizara as mulheres. Recorria, na circunstância, ao dito, tornado aforismo, do poeta Publius Syrus: *Mulier cum sola cogitat, male cogitat* [a mulher quando pensa só, pensa mal]. Nesta senda, relembramos, sem mais análise, a tão conhecida imagem que o nosso escritor traça de Joanhina, em contraposição com a de Carlos, nas *Viagens*. Apontamos, tão só, a preferência por uma inocência e beleza naturais, contra a máscara das “boquinhas gravezinhas e espremidinhas” que a doutorice molda. É, aliás, esta doutorice que ele invoca no conselho que dará, em carta de 1 de fevereiro do ano da sua morte, 1854, à sua querida filha Maria Adelaide, quando a relega relativamente à preocupação moral que deve ter em ser boa e temente a Deus. Finalmente, pela especificidade que transporta, trazemos à colação a célebre peça do elogio fúnebre feito à duquesa de Palmela. É um hino à vida da mulher como matrona romana, enaltecendo a alma de quem havia servido tão subidamente, e quase em exclusão, os deveres tão próprios da mulher enquanto filha, enquanto mãe e enquanto esposa.

É, todavia, no tratado *Da Educação* que o seu pensar nesta matéria mais se desenvolve e sistematiza. É assunto que já tivemos oportunidade de analisar com algum pormenor no estudo anterior sobre a educação e noutros. Por isso recordaremos aqui apenas alguns tópicos sintomáticos da perspectiva do autor.

Começamos por dizer mais uma vez que ele segue de muito perto, nesta obra, o inspirador central do tratado: o cidadão de Genebra. Com ele teorizará pressupostos e elencará consequências. Sob o lema de que nada poderá contradizer o que a natureza manda, afirmará a igualdade dos dois sexos em espécie, mas relevará desigualdades de género que conduzirão a destinos diferenciados. A carta nona é um texto carregado de ambiguidades e de tradicionalismo sobre a conceção e o quadro de vida da mulher. Lá justificará como a força que Deus pôs no braço do homem pode ser contrabalançada pela força dos lábios e dos olhos da mulher; como esta não pode, por esta e outras diferenças, exercer serviços iguais aos do homem; como a mulher que deixa de ser mãe, função para a qual a natureza a talhou, para ser erudita, autora ou estadista, é tudo menos mulher (idem, 2010, pp. 191-193). Em consequência, estas mesmas convicções o levarão a considerar o sexo como um dos critérios diferenciadores da organização educacional que propõe para o segmento da educação intelectual. O princípio a que

aplica tal critério faz entender o alcance: “Todos carecemos de educação intelectual, mas nem todos *igualmente*” (ibidem, p. 116).

Para quem defendeu princípios tão avançados para o sistema educativo português, quer no corpo geral do tratado em causa, quer no avançadíssimo *Plano da Reforma Geral dos Estudos* (1834) feito para aplicar ao país depois da vitória dos liberais na guerra civil, não deixa de ser surpreendente este gravoso pecado. Mas, no melhor pano cai a nódoa, como sói dizer-se, e não deixa de ser pano! Garrett também não deixa de ser o mais lídimo e avançado representante das Luzes e do liberalismo em Portugal, apesar deste escusado delito contra o género que lhe proporcionou tão grandes e intensos deleites no amor e na escrita e a nós tão grandes e intensos deleites de leitura.

Referências bibliográficas

a) Manuscritos

ALMEIRIM, barão de (1839, 27 de maio), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra [BGUC], cx 19, ms. 2).

FUNCHAL, conde do (1831, 5 de janeiro), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. BGUC, cx 19, ms. 25-1).

Juizo sobre os Autores impios, e obscenos que devem ser condenados, ou pelo Index, ou pelo Edital desta Real Meza, precedido de algumas reflexões sobre a condenação, e queima dos livros. ANTT, s.d., Cx 3, n.º 23.

LESSA, Duarte (1829, 21 de junho), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. BGUC, cx 19, ms. 32-2.

LESSA, Duarte (1830, 19 de abril), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. BGUC, cx 19, ms. 32-3.

LIMA, Abreu e (1831, 8 de março), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. BGUC, cx 19, ms. 14-1.

MOURA, visconde de (1841, 26 de junho), “Carta de... a Garrett”, in *Espólio de Garrett*. BGUC, cx 19, ms. 34-3.

b) Obras impressas

ALBON, Comte d' (1779-1785), *Discours politiques, historiques et critiques sur quelques gouvernemens de l'Europe*, 3 tomes. Londres, s.n.

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de (1823), *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública*. Paris, A. Bobbé.

ALBUQUERQUE, Luís de (1978), *Estudos de História – Notas para a História do Ensino em Portugal*. Coimbra, Por Ordem da Universidade.

ALMEIDA, Teodoro (1780), “Oração na abertura da Academia das Sciencias em 1 de Julho de 1780”, in Ayres, Christovam (1927), *Para a história da Academia das Sciencias de Lisboa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, pp: 97-104.

AMORIM, Francisco Gomes de (1881–1884), *Garrett – Memórias biográficas*, 3 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional.

AMORIM, Francisco Gomes de (1885), “Introdução a *Lucrecia*”, in Garrett (1966), vol. II, pp. 1903-1906.

Anedoctes du Ministere de Sébastien-Joseph Carvalho, Comte d'Oeiras, Marquis de Pombal, sous le Regne de Joseph I, Roi de Portugal (1783), [Varsóvia], Chez Janos Rovicki.

AZEVEDO, Rafael Ávila de (1968), "A Influência das Ideias Pedagógicas de Rousseau em Portugal", Separata de "Cale" – *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I. Porto, Edições «Marânus», pp. 5-16.

AZEVEDO, Rafael Ávila de (1972), *Tradição educativa e renovação pedagógica (Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal – Século XIX)*. Universidade do Porto.

BAEZ, Enrique Moreno (1996), *Los cimientos de Europa*, 2.^a ed. Universidade de Santiago de Compostela.

BALBI, Adrien (1822), *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*, 2 vols. Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires.

BALBI, Adrien (1822-a), "Tableaux Bibliographiques des Ouvrages Publiés en Portugal depuis 1800 jusqu'en 1820", in *Essai Statistique Sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé aux Autres États de l'Europe, et Suivi d'un Coup d'Oeil sur l'État Actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts Parmi les Portugais des Deux Hémisphères*. Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, t. II, pp. CCXLI-CCCXXV).

BARRETO, Costa (or. e org.) (n.d.), *Estrada Larga, Antologia dos Números Especiais, Relativos a um Lustro, do Suplemento "Cultura e Arte" de "O Comércio do Porto"*. Porto, Porto Editora.

BASTOS, José Timóteo da Silva (1926), *História da Censura em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

BESSA, Alberto (1903), *Quem Foi Almeida Garrett – Traços Principais da Sua Biografia*. Lisboa, Tipografia – Casa Portuguesa – Papelaria.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2005), *D. Maria II*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro [imp.], Círculo de Leitores.

BOURGOING, J. Fr. (1798), *Voyage du ci-devant duc du Chatelet en Portugal ou se trouvent des détails intéressans sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour*, 2 tomes. Paris, Chez F. Buisson.

BRAGA, Teófilo (1899), "Garrett e a instrução pública", in *Garrett – Número Único em Homagem à Memória do Insigne Reformador da Literatura, do Teatro e do Jornalismo Português*, publicado em Lisboa no primeiro centenário do seu nascimento. Associação da Imprensa Portuguesa – 1799 – 4 – 1899.

BRAGA, Teófilo (1902), *História da Universidade de Coimbra nas Suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, vol. IV. Lisboa, Por Ordem da Tipografia da Academia Real das Ciências.

BRAGA, Teófilo (1904), "Garrett e a Sua Obra", in G. (1904), vol. I, pp. 5-34.

- BRAGA, Teófilo (1905), *Garrett e os dramas românticos*. Porto, Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1983), *A história das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa, Vega.
- BRAGA, Teófilo (1984), *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa, Ulmeiro/Universidade.
- BRAGA, Teófilo (1987), *História da poesia popular portuguesa*. Lisboa, Vega.
- BRAGA, Teófilo (n.d.), “Dois monumentos”, in G. (1966), vol. II, pp. 1067-1075.
- BRANCO, Manuel Bernardes (1893), *Portugal e os estrangeiros*, 2 vols [3 tomos]. Lisboa, Imprensa Nacional.
- BRILHANTE, Maria João (2002), “A Doutrina Teatral de Garrett: Linhas de Trabalho para o Estudo da Fábrica de um Autor”, in *Garrett às Portas do Milénio – Seminários Garrett* (Coordenação da Comissão Executiva dos Seminários Garrett). Lisboa, Edições Colibri, pp. 63-73.
- CAETANO, Marcelo, (1959), “Garrett administrativista no Conselho Ultramarino”, in *Páginas inoportunas*. Lisboa.
- CARACCIOLI, (1772), *Voyage de la Raison en Europe*. Compiègne, Chez Louis Bertrand & Paris, Chez Saillant et Nyon.
- CARNEIRO, MANUEL BORGES (1821), *Dialogo sobre o futuro destino de Portugal ou Parabola VIII acrescentada ao Portugal regenerado*, Lisboa, Na Imprensa Nacional.
- CAROLUS I, Cardinalis Patriarcha Olisiponensis (1824), *Pastoral*. Na Tipografia de António Rodrigues Galhardo, impressor do Cardeal.
- CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François (1996), *História da Europa*, 2.^a ed. Lisboa, Editorial Estampa.
- CARRÈRE, J. B. F. (1797), *Tableau de Lisbonne, en 1796: suivi de Lettres Écrites de Portugal sur L'État Ancien et:Actuel de ce Royaume*. Paris, H.J.Jansen.
- CARRERE, Pierre (1798), *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne, ou tableau moral, civil, politique physique et religieux de cette capital etc. suivi de plusieurs Lettres sur l'état ancien et actuel de ce royaume*. Paris, s.n.
- CARVALHO, Alberto Martins de (n.d.), “Andrade, General Gomes Freire de”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, vol. I, pp. 150-151.
- CARVALHO, Barradas (1981), *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa, Livros Horizonte.
- CARVALHO, D. Maria Amália Vaz de (1903), *Vida do duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holsteim*, vol. III. Lisboa, Imprensa Nacional.
- CARVALHO, Rómulo (1986), *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Aníbal de (1999), "Garrett: um dramaturgo moderno, leitor dos clássicos", in *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 4 (Jan.-Março), pp. 33-44.

CASTRO, Augusto de (1959), "Garrett e o teatro Português", in *Comemorações do Primeiro Centenário...* pp. 231-247.

CHAVES Castelo Branco (1987), *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII*, 2.ª ed. Lisboa, Ministério da Educação (Biblioteca Breve).

CIDADE, Hernani (1985), *Século XIX – A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*. Lisboa, Editorial Presença.

COELHO, Jacinto do Prado (1954), "Garrett perante o iluminismo" (1954), in Barreto, Costa (org.), (n.d.), pp. 360-398.

COELHO, Jacinto do Prado (1954-1) "Garrett perante o romantismo", in Barreto, Costa (org.), (n.d.), pp. 299-316.

COELHO, Jacinto do Prado (1972), *A letra e o leitor*. Lisboa, Moraes Editores, 2.ª ed.

COELHO, Jacinto do Prado (n.d.), "Garrett perante o Romantismo", in Barreto, (n.d), pp. 299-308.

COELHO, Jacinto do Prado (n.d.-a), "Garrett prosador", in Barreto, Costa (org.), (n.d.), pp. 317-325.

Colecção de Leis do Império do Brasil (1818), vol. I. Imprensa Nacional.

Comemorações do Primeiro Centenário do Visconde de Almeida Garrett (1854-1954). Lisboa, Comissão do Centenário de Almeida Garrett, Ministério da Educação Nacional.

CONDORCET (1793-1794), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Paris, Chez Henrichs et al.

Considerações sobre a causa da impaciência dos Povos principalmente em Portugal. n.d., s.n.

CORMATIN, Dezoteux de, (1786-1789), *L'Administration de Sébastien-Joseph de Carvalho et Melo, comte d'Oeyras, Marquis de Pombal, Secrétaire d'État, et Premier Ministre du Roi de Portugal Joseph I*, 4 tomes.

COSTA, António (1900), *História da Instrução Popular em Portugal desde a Fundação da Monarquia até aos Nossos Dias*. Porto, Editor António Figueirinhas, 2.ª ed.

COULET, H. (1996), "Femme", in *Dictionnaire de Jean-Jacques Rousseau* (dir. de Raymond Troussou et Frédéric S. Eigeldinger). Paris, Honoré Champion Éd.

CRUZ, Duarte Ivo (1995), "Introdução" a Garrett (1995).

DALRYMPLE, W. (1783), *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774*. Paris, s.n.

DEBIDOUR, A. (1931), *Histoire diplomatique de l'Europe*. Paris, Librairie Félix Alcan.

DERATHÉ, Robert (1970), *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*, 2.^a ed. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.

DEUSDADO, Ferreira (1995), *Educadores Portugueses de... Seguido de Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX*, fixação do texto, prefácio notas e aditamentos de Pinharanda Gomes. Porto, Lello & Irmão Editores.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Lisboa, 1834-1860.

DIAS, Augusto da Costa (1963), "Estilística e dialética" in G., *Viagens na minha terra*. Lisboa, Portugal, pp. VII- XLVI.

DIAS, Augusto da Costa (1971), "Garrett republicano", in *Seara Nova*, 1505 (Março), pp. 30-38 e 1507 (Maio), pp. 17-25.

DIAS, Augusto da Costa (1979), "O Jovem Garrett e o «Portugal na Balança da Europa»", in *Seara Nova*, 1503 (janeiro), pp. 30-38 e 1507 (Maio), pp. 17-25.

DIAS, Augusto da Costa (1971-a), "Garrett republicano", in *Seara Nova*, 1505 (março), pp. 30-42 e 1507 (maio), pp. 17-25).

DIAS, Augusto da Costa (1979), "O jovem Garrett – Esboço de ensaio sobre um grande vulto ignorado da filosofia portuguesa das Luzes", in Almeida Garrett (1979), pp. 9-102.

DIAS, Augusto da Costa et al., "Introdução – *O jovem Garrett e o sonho de uma ideia ideal distante* – e notas", in Garrett (1985), pp. 9–152.

DIDEROT et D'Alembert (eds) (1751-1772), *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers par une société de gens de lettres*, 28 tomes. Paris et al.

DÓRIA, António Álvaro, "Santa Aliança e Portugal", in Serrão, Joel (dir.) (n.d.), vol. V.

DUMOURIEZ, Charles F. D. (1775), *État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLVI*. Lausanne, François Grasset.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1989-1990), "Europe", in *Encyclopédie Universalis*. Paris, Encyclopaedia Universalis France.

ELÍSIO, Filinto (1817-1819), *Obras Completas*, 2.^a ed. Paris, Officina de A. Dobée.

FERNANDES, Domingos Manuel (1873), *Biografia Político-Literária do Visconde de Almeida Garrett*. Lisboa, Tip. Luso-Britânica de W. T. Wood.

FERREIRA, Alberto (1973), *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, Vol. II. Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, Centro de Investigação Pedagógica,

FERREIRA, Alberto (1980), *Estudos de Cultura Portuguesa – Século XIX: Pedagogia e Instrução, Literatura, Política e Sociedade*. Lisboa, Moraes Editores.

FRANCO, José Eduardo e ABREU, Luís Machado de (coords) (2014), *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*, 2 vols. Prior Velho, Paulinas Editora.

GARRETT, Almeida (1822), "Declaração que faz J. B. da Silva Leitão de..., sobre a sua obra – *O Retrato de Vénus* – e censuras a ela feitas", in *Português Constitucional Regenerado* (n.º 35, 13 fev., sup.).

GARRETT, Almeida (1904), *Obras Completas de...*, grande edição popular, ilustrada, Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, 2 vols. Lisboa, Empresa da História de Portugal.

GARRETT, Almeida (1904), *Da Educação – Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa*, edição ilustrada, vol. XX das *Obras Completas de...*, edição revista, coordenada e dirigida por Theophilo Braga. Lisboa, Livraria Moderna – Editora.

GARRETT, Almeida (1905), "Autobiografia", in Dr. Teófilo Braga, *Garrett e a sua obra*, vol. XXVIII das *Obras Completas de...*, ed. revista, coordenada e dirigida por Theophilo Braga. Lisboa, Empresa da História de Portugal, pp. 111–148.

GARRETT, Almeida (1966), *Obras de...*, (2 vols.), Porto, Lello & Irmão Eds.

GARRETT, Almeida (1979), *O roubo das Sabinas*, reprodução fac-similada do manuscrito existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, espólio de Garrett. Edição crítica, fixação de texto, reprodução e notas de Augusto da Costa Dias. [Lisboa], Editorial Estampa, 2.ª ed.

GARRETT, Almeida (1985), *Obras Completas – Obra política – Escritos do vintismo (1820-1823)*. Org., fixação de textos, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias et al. Lisboa, Editorial Estampa.

GARRETT, Almeida (1991), *Obras Completas - Obra política – Doutrinação da sociedade liberal (1824-1827)*. Org., fixação de textos, prefácios e notas de Maria Helena da Costa Dias et al.. Lisboa, Editorial Estampa.

GARRETT, Almeida (1995), *Correspondência Inédita do Arquivo do Conservatório (1836-1841)*. [Lisboa] Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GARRETT, Almeida (2004), *Cartas de Amor à Viscondessa da Luz*, edição de Sérgio Nazar David. Rio de Janeiro, 7Letras.

GARRETT, Almeida (2009), *Da educação*, Edição Crítica das Obras de..., coord. de Ofélia Paiva Monteiro, ed. crítica de Fernando Augusto Machado. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GARRETT, Almeida (n.d.), *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa, Livros Horizonte.

GARRETT, III Visconde de Almeida (1954), "Apontamentos sobre a Vida do I Visconde de Almeida Garrett", Coligidos por... no I Centenário da sua morte – 9 dez, in *Separata dos Artigos Publicados no Jornal «a Voz Académica» de Queluz*.

GOMES, Alexandra Reis (coord) (2000), *Estampa e Caricatura Política Estrangeira sobre Portugal – A Doação Rau*. [Lisboa], Museu Nacional de Arte Antiga.

- GOUDAR, Ange (1756), *Discours Politique sur les avantages que les Portugais pourraient retirer de leur malheur. Dans lequel l'auteur développe les moyens que l'Angleterre avoit mis jusque la en usage pour ruiner cette monarchie.* (Nouvelle edition revûe, corrigée et augmentée). Lisbonne, Chez Philantrope.
- GUSDORF, Georges (1972), *Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières.* Paris, Payot.
- HAZARD, Paul (1983), *O pensamento europeu no século XVIII.* Lisboa, Editorial Presença.
- HERCULANO, Alexandre (1983), *Opúsculos*, ed. crítica, 5 vols. Lisboa, Editorial Presença.
- KANT, E. (1974), *Réflexions sur l'Éducation.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2.º edition.
- LA CHALOTAIS, Louis-René de Caradeuc de (1763), *Essai d'Éducation Nationale, ou Plan d'Études pour la Jeunesse.* Genève, Chez Philibert.
- LAWTON, R. A. (1966), *Almeida Garrett: L'intime contraente.* Paris, Didier.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira (1917), *Subsídios para a Bibliografia Garretiana (Notas Acerca de Algumas Variantes Garretianas).* Lisboa, Academia das Ciências.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira (1932), *Garrett Diplomata.* Gaia, Edições Pátria.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira (1948), *Inventário do Espólio Literário de Garrett.* Coimbra, BGUC.
- LINK, M. (1805), *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, 2.º^{ème} tome [3]. Paris, Chez Levrault, Schoell et C.ºnie, Libraires.
- LOURENÇO, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões.* 4ª ed. aumentada. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LOURENÇO, Eduardo (1994-a), *A Europa desencantada – Para uma mitologia europeia.* Lisboa, Visão.
- LOURENÇO, Eduardo (1994-b), *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*, 2ª ed. Lisboa, Gradiva.
- LOURENÇO, Eduardo (2000), *O labirinto da saudade.* Lisboa, Gradiva.
- MABLY (1821), *Direitos, e deveres do cidadão, por...*, tradução oferecida ao Supremo Congresso Nacional. Lisboa, na Imprensa Nacional.
- MACEDO, Agostinho de (1804), *Sermão Panegírico de S. Francisco Xavier.* Lisboa, Na Imprensa Régia.
- MACEDO, Agostinho de (1811), *Sermão sobre o espirito de seita dominante no século XIX ao clero portuguez.* Lisboa, Imprensa Regia

MACEDO, Agostinho de (1811-a), *Sermão contra o filosofismo do século XIX*. Lisboa, Impressão Régia.

MACHADO, Fernando Augusto (1993), *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*. Porto, Edições ASA.

MACHADO, Fernando Augusto (1999), "Ideário educacional e pedagógico de Almeida Garrett: modernidade e tradicionalismo", in *Colóquio | Letras – No segundo centenário de Almeida Garrett*, n.º 153/154 (julho-dezembro). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 85-105.

MACHADO, Fernando Augusto (2000), *Rousseau em Portugal – Da clandestinidade setecentista à legalidade vintista*. Porto, Campo das Letras.

MACHADO, Fernando Augusto (2005), "Traduções e Ideologia ou a Busca de Identidades Forjadas", in Macedo, Ana Gabriela e Keating, M. Eduarda (orgs.), *Colóquio de Outono, Estudos de Tradução . Estudos Pós-Coloniais*. Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 111-134.

MACHADO, Fernando Augusto (2009), "Introdução" a G. (2009), pp. 13-83.

MACHADO, Fernando Augusto (2012), "Garrett e as mulheres: deleites e delitos", in: *Uma coisa na ordem das coisas, estudos para Ofélia Paiva Monteiro*, coord. de Carlos Reis et al. Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 151-178.

MACHADO, Fernando Augusto (2012-a), "Pedagogia censória em terras de Bragança e Miranda contra bota-fogos de modernidade", in *Revista CEPIHS*, 2. Coimbra, Palimage, pp. 229-254.

MACHADO, Fernando Augusto (2022), "Com Garrett pelos caminhos da revolução", in Pereira et al. (coords), (2022), pp. 481-498.

MALPIQUE, Cruz (1954), "Tópicos do Ideário Pedagógico de Garrett", in *História de um Elegante do Romantismo (Uma Biografia de Garrett) – 1799-1854*. Porto, Livraria Progredior, pp. 225-249.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador (1963), *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional (Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra)*, vol. XXVI.

MASSARI, Herrero J. M. (1999), *Libros de viajes de los siglos XVI y XVII en España y Portugal – Lecturas y lectores*. Madrid, Fundación Universitaria Española.

MENDES, Manuel (1954), "Introdução", in Almeida Garrett, *Discursos Parlamentares de...* Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 9-36.

MENDES, Victor (1999), *Almeida Garrett – crise na representação nas Viagens na minha terra*. Lisboa, Edições Cosmos.

MERCADAL, J. García (1999), *Viajes de extranjeros por España y Portugal, desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*, 6 vols. Salamanca, Junta de Castilla y León.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (1971), *A formação de Almeida Garrett – Experiência e criação*, 2 vols. Coimbra, Centro de Estudos Românicos.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (1974), *D. Frei Alexandre da Sagrada Família*. Coimbra, Universidade.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (1996), Garrett, João Batista da Silva Almeida, in Machado, Álvaro Manuel (org. e dir), *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (1999), “Garrett, romantismo e modernidade”, in *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 4, Jan.-Março. Lisboa, Instituto Camões, pp. 20-31.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (2010), “Introdução” a *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, edição crítica das Obras de..., coord. de Ofélia Monteiro. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 17-76.

MONTEIRO, Ofélia Paiva e SANTANA, Helena (coords) (2003), *Almeida Garrett um Romântico, um Moderno – Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentário do Nascimento do Escritor*, 2 vols. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MURPHY, Jacques (1797), *Voyage a travers les Provinces d'Entre-Douro et Minho, de Beira, d'Estremadura et d'Alentejo dans les années 1789 et 1790; contenant des observations sur les moeurs, les usages, le commerce, les Edifices publics, les arts, les Antiquités etc. de ce royaume*, t. I, Paris Chez Denné.

NAZAR, David Sérgio (2004), “Introdução” a Garrett (2004), pp. 7-82.

NEMÉSIO, Vitorino (1946), “Prefácio” às *Viagens na minha aterra*, Porto, Livraria Tavares Martins, pp. 13-31.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros (1983). Trad., prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa, B.N.

OLIVEIRA, Fernando Matos (1999), “Teatro da Minha Nação”, in *Colóquio Letras*, 153/154 (Julho-Dezembro), pp. 213-221.

OLIVEIRA, José Osório (1952), *O Romance de Garrett*. Lisboa, Livraria Bertrand, 2.^a ed. revista e ampliada.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros (1983), trad., prefácio e notas de C. B. Chaves. Lisboa, Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura.

PENALVA, Marquês de (1799), *Dissertação a favor da Monarquia, onde se prova pela razão, autoridade, e experiencia ser este o melhor, e mais justo de todos os Governos; e que os nossos Reis são os mais absolutos, e legitimos Senhores de seus Reinos*. Offerecida a Sua Alteza Real o Principe do Brazil Nosso Senhor. Lisboa, Regia Officina Typografica.

PEREIRA, Miriam Alpern et al. (coords), (2022), *A revolução de 1820 – Leituras e impactos* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Virgínia C. Soares (2000) "Garrett, Fr. Luís de Sousa e Fr. Gil de Santarém" (Separata da revista *DIACRÍTICA*, n.º 15). Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 213-233.

PIMENTEL, F. J. Vieira (1997), "Modernidade e Romantismo em Almeida Garrett – Reflexão sobre o Significado Estético-Cultural e Pedagógico de Frei Luís de Sousa, Viagens na Minha Terra e Folhas Caídas", in *Sentido Que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto, Campo das Letras, pp. 351-363.

RAMOS, Feliciano (1962), "Ideias de Garrett sobre a Educação", in *História e Crítica – Estudos de Literatura*, Braga, Livraria Cruz, pp. 56-83.

RANQUE, H. [1801], *Lettres sur le Portugal, écrites à l'ocasion de la guerre actuelle, par un français établi à Lisbonne*. Paris, Chez Desenne.

RATTON, Jacome (1813), *Recordações sobre occurrencias do seu tempo em Portugal durante o lapso de sessenta e tres annos e meio, alias de maio de 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informaçoens de seos proprios filhos*. Londres, Impresso por Buyer.

RAYNAL, Guillaume-Thomas (1781), *Histoire Philosophique et politique des établissemens et du commerce des Europeens dans les deux Indes*, t. I. Genève, s.n.

ROCHA, Acílio Estanqueiro (1996), "Linguagem e Europeísmo: babelização ou pluralismo linguístico?", in *Diacrítica*, 11, pp. 5-35.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1959-1995), *Oeuvres Complètes*, 5 tomes, édition publiée sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris, Éditions Gallimard.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1966), *Émile ou de l'éducation*. Paris, Flammarion.

RUDÉ, Georges (1988), *A Europa revolucionária – 1783-1815*. Lisboa, Presença.

RUDÉ, Georges (1988), *A Europa no século XVIII*. Lisboa, Gradiva.

RUDERS, Israel Carl (1981), *Viagem em Portugal – 1798-1802*, trad. de Antonio Feijó, preparação e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa, Biblioteca Nacional.

SÁ, Victor (1981), *Época contemporânea portuguesa I – onde o Portugal velho acaba*. Lisboa, Livros Horizonte.

SALGADO, M. Antonieta (1983), *A Polémica sobre o Retrato de Vénus*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SANCHES, Ribeiro (1959), *Cartas sobre a educação da mocidade*, in *Obras de...*, vol. I. Coimbra, Por ordem da Universidade.

SANCHES, Ribeiro (1972), *Difícildades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos*. Seleção, apresentação e notas de Vítor de Sá. Porto, Editorial Inova.

- SANTANA, Maria Helena (2004), "Introdução" a G., *Arco de Sant'Ana*. Edição crítica de..., coord. de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 17-19.
- SANTOS, Almeida (1999), "Almeida Garrett – um quase retrato", in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Instituto Camões, 4 (Jan.-Março), pp. 6-19.
- SANTOS, Alves dos, *O Ensino em Portugal (nas Suas Relações com a História Geral da Nação)*. Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- SANTOS, Delfim (1982-1987), *Obras Completas*, 3 vols. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed.
- SARAIVA, Cardeal (1820), *Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa*, in Garrett (1985), pp. 318-339.
- SÉRGIO, António (1977), *Ensaio*, tomo 2., 2.ª ed. Lisboa, Clássicos Sá da Costa.
- SERRÃO, Joel (1989), *Temas de cultura portuguesa II*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (dir.) (n.d.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols. Porto, Livraria Figueirinhas.
- SERRÃO, Joel (n.d.), "Brevíssimo Roteiro da Vida e da Obra de Almeida Garrett", in G. (n.d.), pp. 7-13).
- SERRÃO, Joel (n.d.-a), "Mouzinho da Silveira", in Serrão (n.d.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto, Livraria Figueirinhas.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1859), *Dicionário Bibliográfico Português, Estudos de... aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, tomo III. Lisboa, Na Imprensa Nacional.
- SIMÕES, J. Gaspar (1954), "Garrett - quatro aspetos da sua personalidade". Homenagem do Ate-neu Comercial do Porto.
- SIMON, A. García (1999), "Prefacio", in Mercadal (1999), vol. I, pp. 9-12.
- SOUBOUL, Albert, (1962), *Historie de la révolution française, de la bastille à la gironde*. Paris, Galimard.
- STEVENS, Ph. (1780), *Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume*. Traduit de l'anglais. Suivies du portrait historique de M. Le Marquis de Pombal. Londres & Paris, Chez L. Cellot.
- TENGARRINHA, José (1989), *História da imprensa periódica em Portugal*, 2.ª ed. Lisboa, Editorial Caminho.
- Verdadeiros interesses das potências da Europa e do Império do Brasil relativamente aos actuaes negocios de Portugal* (1829). Por hum amigo da verdade e da paz. Trad. do francês por J.J. Pedro Lopes. Lisboa, Na Impressão Regia.
- VERDELHO, Telmo (1999), "Garrett e o Pensamento Normativo na Língua Portuguesa", in *Colóquio Letras*, 153/154 (Julho-Dezembro), pp. 107-128.

VERNEI, Luís António (1959), *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. V. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

VOLTAIRE (1792), *Lettres Choisis*, 4 vols. Paris, Chez Les Libraires Associés.

VOLTAIRE (1964), *Dictionnaire Philosophique*. Paris, Garnier-Flammarion.

Índice onomástico

- ABREU (Luís Machado de), 195
 ADDISON, 84
 ADELAIDE (Maria), 180, 245, 254
 ADÓNIS, 68
 AFONSO II (Rei D.), 221
 AGUIAR (Joaquim António de), 160, 163
 AILLAUD (livreiro), 102
 ALBON (Comte d'), 12, 112-113, 121
 ALBUQUERQUE (Afonso), 112
 ALBUQUERQUE (Luís da Silva Mouzinho de), 159, 180, 252
 ALBUQUERQUE (Luís de), 161, 166, 169
 ALCEU, 18, 27, 35-36, 60, 77, 101, 136, 147, 171, 208, 216, 232
 ALEMBERT (Jean le Rond d'), 32, 89, 108, 187, 233, 250
 ALEXANDRE (A... José da Silva), 195, 215, 241
 ALEXANDRE (Fr. A... da Sagrada Família), 19, 41, 43, 195-198, 200, 223, 232, 241
 ALMEIDA (Francisco José de), 159
 ALMEIDA (Teodoro), 12, 200
 ALMEIRIM (barão de), 182
 ALORNA (Marquesa de), 34
 AMORIM (Francisco Gomes de), 15, 24, 27, 39-40, 41, 50, 55-56, 58-63, 75, 81, 83, 86, 88, 96, 98, 102, 142, 146, 150, 154, 159, 161-162, 164, 165-171, 182-184, 186, 189, 195-196, 200, 202, 215, 227, 237, 239-243, 245-246
 ANACREONTE, 27, 252
 ANÁLIA, 44-46, 61, 234-235, 243, 245-246
 ANDRADE (Gomes Freire de), 18, 54, 59, 216
 ARISTÓGITO, 101
 ARISTÓTELES, 105
 ARMIA, 243
 AUGUSTO (Júlio César), 74, 85-87
 ÁVILA (A. José de), 27, 146
 AZEVEDO (Rafael Ávila de), 156, 166, 184
 BACON (F.), 187
 BAEZ (Enrique Moreno), 105
 BALBI (Adrien), 120-121, 123-124, 145
 BARTOLOMEU (S.), 215, 220
 BASTOS (José Timóteo da Silva), 201
 BASTOS (Teixeira), 166, 190
 BAYLE (Pierre), 32, 45
 BEAUMONT (Christophe de), 32, 207
 BENTHAM (J.), 156
 BERESFORD (W. C.), 49, 50, 53-54
 BERGIER (M. l'Abbé), 31-32, 211
 BERNARDO (António), 37, 196
 BESSA (Alberto), 186

- BLUTEAU (Rafael), 145
- BOCAGE (M. M. Barbosa du), 35, 68, 196, 208, 235
- BONAPARTE (ver Napoleão),
- BONIFÁCIO (Maria de Fátima), 162-163
- BORGES (Ferreira), 48
- BOSSUET (Jacques-Bénigne), 32, 211
- BOTELHO (Manuel de Medeiros), 183
- BOURGOING (J. Fr.), 111-112, 116-117, 119-120, 124
- BRAGA (Teófilo), 15, 17, 22, 79, 95, 142, 150, 163-164, 169-170, 172, 185-187, 190
- BRANCO (Manuel Bernardes), 110-111, 114
- BRÍGIDA, 22, 198
- BRILHANTE (Maria João), 150
- BRUTO (Lúcio), 57-58, 72, 85-86
- BRUTO (Marco), 72, 86-87, 97
- BUFFON (G.-L. Leclerc, conte de), 201
- BURKE (Edmund), 32
- BYRON, 241
- CABANIS (P.-J.-G.), 218
- CABRAL (Costa), 39
- CAETANO (Marcelo), 24
- CAJOT (Joseph), 32
- CALDAS (Pereira), 208
- CÂMARA (D. Leonor da), 162, 169, 217
- CÂMARA (D. Luís da), 170
- CAMÕES (Luís de), 11, 15, 100, 150, 213, 241
- CAMPAN (M.^{me}), 174, 180, 206
- CARACCIOLI (L.-Antoine de), 32, 112, 119-120
- CARLOS, 19, 26, 66, 223-224, 238, 247-248, 254
- CARLOS (João), 79, 195-196
- CARNEIRO (Manuel Borges), 72, 127
- CAROLUS I (Cardinalis), 69, 118, 216
- CARPENTIER (Jean), 106
- CARREIRA (conde da), ver LIMA, Luís António)
- CARRÈRE (J. B. F.), 12, 33, 114, 116, 118
- CARRERE (Pierre), 114-115, 117-120, 123-124
- CARVALHO (Alberto Martins de), 54
- CARVALHO (D. Maria Amália Vaz de), 170
- CARVALHO (J. Barradas de), 11, 15
- CARVALHO (José da Silva), 48
- CARVALHO (José Liberato Freire de), 75
- CARVALHO (Rómulo), 161
- CASSIRER (Ernst), 16
- CASTILHO (A. Feliciano de), 189
- CASTRO (Aníbal de), 20, 150
- CASTRO (Augusto de), 59, 142
- CASTRO (D. João de), 11
- CASTRO (F. F. Araújo e), 152
- CASTRO (Manuel Marinho Falcão de), 98
- CASTRO (Simão Ferraz de Lima e), 98
- CATÃO, 72, 74, 84-87
- CATARINA II (Rússia), 32

- CENÁCULO (Frei Manuel do), 200
 CERVANTES, 28
 CÉVOLA, 74
 CHARDRON (Ernesto), 186
 CHATEAUBRIAND, 175, 201, 206, 218
 CHATELET (Duque de), 117, 119
 CHAVES (Castelo Branco), 108, 114, 117
 CIDADE (Hernani), 15, 142
 CIRENEU, 210
 COELHO (J. Augusto), 190
 COELHO (Jacinto do Prado), 15-16, 19, 142, 145, 200, 232
 COELHO (Latino), 15, 189
 COLATINO, 57
 CONDILLAC (abade E. Bonnot de), 141, 146, 175-176, 219, 232
 CONDORCET, 19, 28, 32, 89-90, 99, 129, 144-145, 201, 232
 CORMATIN (Dezoteux de), 113
 COSTA (D. António da), 161, 183, 189
 COTTON (Nathaniel), 158
 COULET (H.), 250
 COUTINHO (Domingos de Sousa), 119
 COUTO (Mateus Valente do), 163
 CROMWELL (Oliver), 70
 CRUZ (Duarte Ivo), 171
 CUNHA (Cardeal da), ver Calorus I
 CUNHA (D. Luís da), 12, 200
 CUNHA (José Anastácio da), 183, 208
 DALRYMPLE (W.), 12, 33, 113, 116, 118
 DANTAS (Júlio), 143
 DARWIN (Charles Robert), 148, 213
 DAUNOU (P.), 145
 DEBIDOUR (A.), 125
 DÉLIA, 43, 66, 243, 245
 DEMÓCRITO, 67, 209, 235
 DERATHÉ (Robert), 94
 DESCARTES (René), 11, 213
 DEUSDADO (Ferreira), 184
 DIAS (Augusto da Costa), 15, 17, 21, 48, 61, 142, 214, 236
 DIAS (Bartolomeu), 106
 DIDEROT, 144, 232-233, 250
 DINIS (Frei), 223
 DÓRIA (António Álvaro), 64
 DUMOURIEZ (Charles F. D.), 12, 111, 114-115, 117-118, 120-121
 DUROSELLE (Jean-Baptiste), 105
 EDGEWORTH, 175
 ELÍSIO (Filinto), 13, 34, 208
 EMÍLIO, 251
 EPICURO, 67-68, 209
 ÉPINAY (M.^{me} L. d'), 180, 252
 ÉSQUILO, 56
 ESTRABÃO, 105
 FAMÍLIA (Fr. Alexandre da Sagrada), ver Alexandre, (Fr.)
 FARIA (Visconde de), 114
 FÉNELON (F. de S. de la Mothe), 175, 252

- FERNANDES (Domingos Manuel), 166, 183-184
- FERNANDO VII (Rei D.), 63, 75, 99
- FERREIRA (Alberto), 15, 141-142, 168
- FILANGIÉRI (G.), 203
- FONSECA (Rodrigo da), ver Magalhães, Rodrigo...
- FONTE (Maria da), 39
- FORTUNA (J. F. A.), 46
- FRANCO (F. Melo), 12, 108, 159, 208
- FRANCO (Francisco Soares), 163
- FRANCO (José Eduardo), 195
- FREDERICO II (Prússia), 32
- FREIRE (Agostinho José), 147, 163
- FUNCHAL (Conde do), ver Coutinho (Domingos de Sousa)
- GALILEU, 11, 201
- GAMA (Vasco da), 106, 112
- GARRETT (III Visconde de Almeida), 143, 162
- GENLIS (M.^{me} de), 175
- GENTZ (F. V.), 32, 125
- GEORGINA, 223, 245, 248
- GERDIL (P.), 32
- GLÓRIA (D. Maria da), ver D. Maria II
- GOETHE, 241
- GOMES (Alexandra Reis), 160
- GOTA (D. Fernando de Saxe-Coburgo-), 169
- GOUDAR (Ange), 12, 33, 110
- GRAFFIGNY (M.^{me}), 252
- GRANDE (Conde da Ribeira), 162
- GRIFFET (R. P. Henri), 31
- GUARINI (Battista), 210-211
- GUIZOT (François), 154
- GUSDORF (Georges), 15
- GUSTÀ (Francisco), 113
- HAMILTON, 152
- HARMÓDIO, 101
- HAZARD (Paul), 106
- HELVÉCIO, 32, 82, 217-218, 232
- HENRIQUES (Rei D. Afonso), 94
- HERCULANO (Alexandre), 15, 21, 95, 104, 154, 189, 226-227, 243
- HERÓDOTO, 105
- HOLBACH (Barão d'), 32, 90
- HOMERO, 241
- HUYGENS (Christiaan), 129
- INÁCIO (I... da Silva), 196
- IRIA (Santa), 223
- JAUCOURT (M. le Chevalier de), 254
- JESUS (Fr. José do Coração de), 200
- JOÃO III (Rei D.), 173, 221
- JOÃO IV (Rei D.), 94
- JOÃO V (D.), 12, 117, 221
- JOÃO VI (Rei D.), 54, 76, 96, 101-103
- JOAQUINA (Carlota), 74, 96, 162
- JORGE IV (Rei D.), 160
- JOSÉ (Rei D.), 13, 112, 174, 215

- JOSÉ II (Áustria), 32
- JÚLIA, 245, 248
- JUNOT, 49
- KANT, 41, 176, 179, 200, 218, 224, 232
- LA CHALOTAIS, 179
- LACERDA (Carlos Infante de), 181-182
- LAKANAL, 145
- LAMBERT (M.^{me}), 252
- LANTHENAS (F.), 145
- LAURA, 43, 245, 248
- LAWTON (R. A.), 223
- LEAL (Mendes), 186
- LEBRUN (François), 106
- LEIBNIZ (G. W.), 41, 200, 213, 232
- LEITÃO (Ana de Almeida), 195
- LEPELETIER (L.-M.), 145
- LESSA (Duarte), 48, 157, 173
- LEUCHTENBERG (Augusto de), 169
- LÍDIA, 245
- LÍLIA, 43, 243, 245
- LIMA (Henrique de Campos Ferreira), 15, 27, 145, 166, 170, 186, 188
- LIMA (Luís António de Abreu e), 168
- LIMA (Rosa), 22, 198
- LINK (M.), 12, 33, 116-118, 122
- LÍZIA, 58, 70, 72, 99
- LÍVIO (Tito), 87
- LOCKE (J.), 41, 142, 175-176, 200-201, 232
- LOPES (J.J. Pedro), 91, 127
- LOURENÇO (Eduardo), 7, 11, 15, 105-107, 109, 124, 142
- LUCINDA, 245
- LUCRÉCIA, 57-58, 60, 86
- LUCRÉCIO, 67-68, 209, 235
- LUÍS (Frei Francisco de S.), ver SARAIVA (cardeal)
- LUÍSA, 245
- LUZ (Viscondessa da), ver MONTUFAR
- MABLY (Abade Gabriel Bonnot de), 19, 32, 89, 90, 201, 232
- MACEDO (Agostinho de), 34, 68, 91, 207-208, 211, 235
- MACHADO (Fernando Augusto), 17, 32, 34-35, 44, 49, 77, 83, 90-91, 107, 142-144, 148, 158, 162, 166, 174-175, 177, 183, 188, 200-201, 205-206, 226, 232, 245, 250
- MAGALHÃES (Joaquim António de), 163
- MAGALHÃES (Rodrigo da Fonseca), 59, 178
- MAGNO (Carlos), 105
- MALAGRIDA (Padre), 114
- MALEBRANCHE (Nicolas), 31
- MALPIQUE (Cruz), 184
- MANUEL (M... Inácio da Silva), 196
- MANUEL (Passos), 25, 27, 39, 79, 151, 164, 178
- MARIA I (Rainha D.), 200, 221
- MARIA II (rainha D.), 60-61, 102, 160, 162, 169, 187, 190
- MARIALVA (marquês de), 64

- MARQUES (Maria Adelaide Salvador), 64, 67, 78, 141-142, 164, 171, 196, 198-201, 208, 224, 231, 235, 241
- MARQUES (Oliveira), 95
- MARRECA (Oliveira), 189
- MÁRSIA, 243
- MARTE, 68, 71, 211
- MARTINS (Alves), 225
- MÁRTIRES (Fr. Bartolomeu dos), 213
- MASSARI (Herrero J. M.), 109
- MELO (Pretextato de Pina e), 80
- MENDES (Manuel), 15, 26
- MENDES (Victor), 19
- MENDONÇA (António Pedro Lopes de), 15
- MENDONÇA (Martinho de), 34, 159
- MENEZES (D. Carlos da Cunha e), ver CAROLUS I
- MERCADAL (J. García), 108
- MÉRODE (Conde de), 15
- MERVEILLEUX (Carlos Frederico de), 114, 117
- METTERNICH, 64, 125
- MIDOSI (Luís Francisco), 151, 253
- MIDOSI (Luísa), 98, 102-103, 151, 245-246, 253
- MIGUEL (Rei D.), 97, 103, 126-127, 141, 160, 165
- MINERVA, 71, 78
- MONTAIGNE, 175-176, 206
- MONTEIRO (José Gomes), 166-167, 182
- MONTEIRO (Ofélia Paiva), 16, 35-36, 62,
- MONTESQUIEU, 31, 175, 201, 232
- MONTUFAR (Rosa), 68, 238, 244, 247
- MORATO (F. M. Trigo de Aragão), 164
- MOURA (visconde de), 182
- MURPHY (Jacques), 112, 118
- NAPOLÉÃO, 19, 37, 50, 124, 129, 198
- NEMÉSIO (Vitorino), 155
- NEWTON (Isaac), 12, 16, 31, 41, 82, 129, 148, 200-201, 213, 219, 232
- NICE, 45, 234
- NONNOTTE (Abade), 31
- NUNES (Pedro), 11
- OLIVEIRA (Fernando Matos), 150
- OLIVEIRA (José Osório de), 185
- ORCEL (Jacques), 62
- ORTA (Garcia da), 11
- OSÓRIO (Ana de Castro), 189
- PAINE (Thomas), 32
- PALMELA (Duquesa de), 180, 254
- PALMELA (Marquês/duque de), 161-163, 170
- PAN (J. Mallet du), 32
- PANÇA (Sancho) 26, 40
- PASSOS (Manuel da Silva), ver MANUEL (Passos)
- PASTOR (M. Adelaide), 245-246
- PEDRO I (o Cru), 222
- PEDRO II (Rei D.), 12

- PEDRO IV (Rei D.), 38-39, 49, 60, 102, 160, 162-164, 169
- PENALVA (Marquês de), 34-35
- PEREIRA (Duarte Pacheco), 11
- PEREIRA (Virgínia C. Soares), 223
- PIMENTEL (F. J. Vieira), 150
- PLUTARCO, 85, 87, 175
- POLIGNAC (Cardeal), 209
- PORTELLI (José), 90
- PROENÇA (Pina e), ver MENDONÇA (Martinho de)
- PUFENDORF (Baron de), 94
- PUY (M. l'Evêque du), 31
- QUENTAL (Antero de), 13
- QUÍNCIO, 72
- QUIXOTE (Dom), 40
- RAMOS (Feliciano), 15, 184
- RANQUE (H.), 113, 116-120
- RATTON (Jacome), 119
- RAYNAL (Guillaume-Thomas), 32, 106, 112
- REIS (Carlos), 19, 231
- REMÍGIO, 223
- RIEGO (Rafael de), 99
- ROBESPIERRE (M.), 70
- ROCHA (Acílio Estanqueiro), 105
- ROLLIN (Charles), 175
- ROMME (G.), 145
- ROSA, 66, 238
- ROUSSEAU (Jean-Jacques), 17, 19-20, 26, 32, 45, 50, 58, 67, 78, 89-94, 107, 127-129, 134-135, 141-145, 151, 158, 175-177, 180, 201, 203-204, 206-207, 212, 214, 219-220, 231-233, 245, 248-253
- RUDÉ (Georges), 32, 33, 50, 107
- RUDERS (Israel Carl), 12, 114, 116-120, 123
- SÁ (Jorge de), 96
- SÁ (Vitor de), 25
- SABÓIA (Vigário de), 44, 177, 201, 206-207, 213
- SABROSO (Barão de), ver LACERDA (Carlos I)
- SAINT-PIERRE (Bernardin de), 175
- SALGADO (M. Antonieta), 67, 209, 235
- SANCHES (Ribeiro), 13-14, 34, 105, 108, 159, 200
- SANTANA (Maria Helena), 169, 222
- SANTOS (Almeida), 27
- SANTOS (Alves dos), 184
- SANTOS (António Ribeiro dos), 200
- SANTOS (Delfim), 164
- SARAIVA (António José), 107
- SARAIVA (Cardeal), 89, 124-126, 130
- SARDINHA (António), 143
- SARMENTO (Alexandre T. de Moraes), 164
- SAY (Jean-Baptiste), 152
- SCHILLER, 241
- SENA (Jorge de), 109
- SEQUEIRA (Domingos), 100
- SÉRGIO (António), 14-15, 109

- SERRA (Abade Correia da), 200
SERRÃO (Joel), 15, 21, 95, 109, 144
SERRÃO (Veríssimo), 95
SERRUYS (Charles), 15, 170
SERVÍLIA, 87
SILVA (António Bernardo da), 196
SILVA (António de Moraes), 145
SILVA (Inocência Francisco da), 184
SILVA (Pedro Ciriaco da), 90
SILVA (Rebello da), 7, 15, 150, 197
SILVEIRA (Mouzinho da), 25, 109, 165
SIMÕES (J. Gaspar), 15, 17, 25, 142
SIMON (A. García), 108
SMITH (Adam), 152
SOFIA, 251-252
SÓFOCLES, 242
SOUBOUL (Albert), 32
SOULT (General), 38
SOUSA (Joaquim José Pacheco e), 208
STAËL (M.^{me} de), 175, 201, 218, 252
STERNE (L.), 241
STEVENS (Ph.), 12, 33, 112-113, 118
STOCKLER (Francisco Borja Garção), 64, 74, 159
STRITT, 182
SYRUS (Publius), 254
TÁCITO, 50
TALLEYRAND (Charles – M. de), 144
TARQUÍNIO, 58
TASSO (T.), 213, 241
TEIVE (Diogo de), 159, 173
TEIXEIRA (José Pedro Ribeiro), 76
TENGARRINHA (José), 74
THIERRY (Augustin), 155
TIRTEU, 28
TOMÁS (A. Fernandes), 188
TOMÁS (Manuel Fernandes), 48
TOUSSAINT (F.-Dominique), 44
TRACY (Destutt de), 144
VALE (José de Sá F. dos Santos), 163
VÉNUS, 66, 68, 209, 211, 235
VERDELHO (Telmo), 143
VERNEY (Luís António), 13, 34, 108, 180
VIANA (Bento Luís), 34
VIEIRA (Anselmo), 186
VIEIRA (Padre António), 13, 108
VIRGÍLIO, 233
VIRIATO, 101
VOLNEY (C. F. C. de), 19, 32, 89-90, 201, 232
VOLTAIRE, 12, 19, 32, 68, 89, 108, 112, 141, 179, 201, 214, 232-233, 241
VULCANO, 68
WELLINGTON (Duque de), 160
YORICK, 241



UMinho Editora



Universidade do Minho

Figura cimeira da criação literária e nome incontornável nas áreas da poesia, do romance e da dramaturgia, Almeida Garrett ocupa também um lugar proeminente e dos mais determinantes na história das ideias em Portugal e na cultura portuguesa, bem como na história da arquitetura dos destinos pátrios no século XIX. Reconhecida e abundantemente celebrada a sua grandeza no vetor da estética literária, a penumbra tem e continua em parte a envolver o segundo vetor. Todavia, ele é extremamente importante e consequencial. O génio, versatilidade e convicções deste militante da liberdade concederam a esta dimensão abundantes espaços próprios enquanto ensaísta, tribuno, jornalista, legislador ou panfletário, mas ela atravessa também a generalidade da sua obra literária. Os estudos contidos no presente livro tentam clarear algumas sombras dessa penumbra, chamando temas mais pertinentes e estruturantes do ideário deste autor das *Viagens na minha terra*, de *Frei Luís de Sousa*, da *Lírica de João Mínimo* ou de *Portugal na balança da Europa*. É neste intuito que percorre as problemáticas da *modernidade*, da *política*, da *educação*, da *religião* e do género.



ISBN 978-989-9074-09-5



9 789899 074095 >